



EPÍGRAFE



edição dois
2015



Revista de Graduação em História
Edição Dois
Ano 3 | Setembro de 2015
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico, com periodicidade semestral, organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Alan Rufino de Souza
Catherine Elisabeth Brenner Galli
Felipe Landim Ribeiro Mendes
Harini Kanesiro
José Bento Camassa
Lucas Gallo Otto
Luccas Eduardo Maldonado
Mariana de Oliveira Ferraz Paulino
Paulo Roberto Marques de Oliveira
Rafael Carlos Lima Oliveira
Raquel da Cruz Lima
Renata Furió

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Revisão: Felipe Landim Ribeiro Mendes

Diagramação: Renata Furió

Capa: Renata Furió

Fotos da capa: Sem título, unsplash.com;

“Palácio Monroe”, flickr.com/photos/senadothecommons/15587030878

“Bahia”, 1979, óleo sobre tela, 74x60 cm, C. Brusell. Acervo Museu do Senado, flickr.com/photos/senadothecommons/19752556914/

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. José Eduardo Krieger

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

www.facebook.com/RevistaEpigrafe

revepigrafe@gmail.com

Twitter - @RevistaEpigrafe

EDITORIAL _05

ARTIGOS

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

Waslan Saboia Araújo _07

“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)

Carla Graciela Chaves de Castro Cotrim _25

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

Gabriel Ferreira Gurian _47

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en Tiempos Difíciles de Charles Dickens

Rafael de Almeida Lopes _65

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor

Thayenne Roberta Nascimento Paiva _91

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola

Victor Doutel Pastore _109

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

Luis Vieira _137

ENSAIOS

Identidade na América Latina Pós-Moderna

Uma Reflexão a partir de Asco – Thomas Bernhard em San Salvador

Carolina Borges da Silva Luiz _153

RESENHAS

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

Márlcio Aguiar _161

ENTREVISTAS

José Jobson de Andrade Arruda _169

Hilário Franco Júnior _203

EDIÇÃO DOIS

Felipe Landim Ribeiro Mendes
Comissão Editorial da Revista Epígrafe

É com grande satisfação que publicamos a segunda edição da Revista Epígrafe. Este terceiro volume – subsequente às edições zero e um – traz sete artigos, uma resenha e um ensaio produzidos por graduandos das mais diversas partes do país, consolidando a intenção de nossa publicação de ser um espaço de difusão do conhecimento produzido por estudantes de graduação de quaisquer regiões brasileiras. Além dos trabalhos citados, esta segunda edição conta ainda com uma novidade em relação às anteriores: além da instigante entrevista feita com o professor José Jobson de Andrade Arruda, publicamos também a agradável e engrandecedora conversa que tivemos com o professor Hilário Franco Júnior, ambas realizadas no Departamento de História da USP. Aos dois professores, nosso profundo agradecimento.

Afora nosso compromisso em publicar, no mínimo, uma edição por ano, a Comissão Editorial decidiu expandir a área de atuação da Revista – dentro dos ritmos cabíveis e possíveis. Sendo assim, pretendemos organizar, de agora em diante, eventos que tenham por foco a pesquisa acadêmica de nível de graduação. Além disso, buscaremos fortalecer os canais de diálogo com a comunidade universitária ao disponibilizarmos nas redes sociais os vídeos dos eventos e das entrevistas que realizarmos. Assim, esperamos que nosso trabalho não se restrinja apenas ao esforço editorial e chegue aos estudantes por meio de novos canais.

Se a edição zero mostrou-se uma aposta bem sucedida e o volume subsequente um esforço de consolidação do projeto, a presente edição configura-se como um amadurecimento de nossas propostas editoriais, ainda que em meio às mudanças sofridas por nossa Comissão – natural em uma publicação que se propõe a oferecer ao maior número de graduandos possível a oportunidade de trabalhar em uma revista acadêmica. Entre o último volume e este, a Epígrafe recebeu quatro novos colaboradores, ao mesmo tempo em que deixou de contar com cinco membros-fundadores. Aos últimos, o sincero agradecimento pela confiança depositada no projeto e pela energia despendida ao longo desses anos. Aos recém-chegados, as boas-vindas e a certeza de que a Revista continuará em excelentes mãos.

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

Waslan Saboia Araújo*

Resumo: O presente artigo tem como proposta fazer uma breve análise sobre a descrição do espaço conforme o relato de viagem de Ruy González de Clavijo, nobre da corte do rei castelhano Enrique III, que liderou uma missão diplomática até a corte do líder mongol Tarmolã, em Sarmacanda, entre os anos de 1403 e 1406. Tendo em vista que os relatos de viagens foram úteis para agregar conhecimento sobre as outras terras e que o relato de González de Clavijo foi um dos primeiros escritos em terras castelhanas, buscaremos, nesse artigo, analisar como o viajante descreveu o espaço além das fronteiras conhecidas e cristãs. Dito de outro modo, esse artigo tem a meta de compreender a montagem da imagem do distante, segundo as indicações do viajante.

Palavras-Chave: Viagens; Espaço; Oriente; Ruy González de Clavijo.

A prática de viajar que passou, gradativamente, a fazer parte da realidade do nobre castelhano trouxe um significativo contributo para a construção da cultura ocidental, uma vez que potencializou o contato entre as diferentes comunidades aquém e além do mundo cristão, facilitando as trocas materiais e culturais (KAPPLER, 1994, p.57) e servindo como uma ferramenta de apreensão dos conhecimentos e das visões que os mundos distantes tinham a oferecer aos homens que efetuavam o ato de se deslocar até as paragens desconhecidas.

As viagens ibéricas tiveram certa dinamização durante o período românico, séculos XI a XIII, tendo elas acontecido por motivos de índole religiosa, em primeiro lugar, mas também por interesses laicos (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p. 61). Deslocar-se para leste foi comum entre os homens da Península Ibérica, sendo então Jerusalém o principal destino das peregrinações para fora da península, durante os séculos XII e XIII (RUCQUOI, 2010, p.52). Os homens da

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* Franca.

península tinham, por sua vez, certa intimidade com o caminho para o Oriente, já que, tanto religiosos como homens de armas buscaram a salvação na terra santa, e muitos foram aqueles que se guiaram por objetivos ligados ao comércio ou às negociações políticas (Ibid., p.52-53). Enxergava-se o Oriente como um destino a ser alcançado para a solução de objetivos, assim como ele era alvo de curiosidade pelas visões que dele se fazia (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p. 61).

Esse interesse pelo Oriente não cessou nos séculos seguintes. Embora as viagens tenham sofrido um decréscimo por alguns fatores, tais como a interrupção das relações com os povos chineses, em virtude da substituição da dinastia Ming pela Yuan (MOLLAT, 1990, p. 22), o fortalecimento do império otomano, que bloqueou as rotas continentais para a Ásia, em meados do século XIV, e também pela perda do domínio cristão sobre a região do porto de Acre para os muçulmanos (AZNAR VALLEJO, 1994, p. 46), as viagens ainda persistiram.

Alguns viajantes que se aventuraram nessa empreitada deixaram por escrito suas impressões sobre os povos e os mundos diferentes que se encontravam fora das fronteiras cristãs. O presente artigo pretende discorrer sobre as descrições do espaço que se encontrava fora da Europa, espaço esse, reportado pelos viajantes nos escritos sobre suas andanças, tendo como foco do estudo as imagens que se criaram do mundo fora do habitual para os castelhanos quatrocentistas.

Para tal, faremos uso dos escritos do livro de viagens, *Embajada à Tamorlán*, que se refere à missão diplomática do cavaleiro Ruy González de Clavijo, sob as ordens de Enrique III, rei castelhano da dinastia de Trastâmara. Viagem que se realizou entre os anos de 1403 e 1406, até a corte do líder mongol Tarmolã em Samarcanda, depois da vitória deste sobre o turco Bayaceto na batalha de Ankara, em 1402 (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p.09).

Embora se trate de um escrito de cunho político que almejava o estabelecimento de relações entre Castela e o império mongol, visando este como aliado, o que o configurava, portanto, como parte da política de Enrique III (Ibid., p.516), o autor se ocupou em descrever o espaço. Destacam-se no prólogo os motivos da embaixada,

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

porque [a embaixada] é árdua até as terras distantes, se faz necessário colocar em escrito todos os lugares e as coisas que estes embaixadores nessas terras, portanto, eles concordam, para que nada seja esquecido, e seja possível contar esse saber de forma mais verdadeira e melhor¹ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.79).

Essa pretensão de se criar um relato mais verossímil e prático também é um dos traços dessa obra, sendo que o autor busca descrever os aspectos mais concretos do que era visto ao longo da viagem.

A descrição dos estágios da missão diplomática se mostra presente ao longo de todo o texto, junto com a progressão cronológica detalhada: “Segunda-feira que foi o dia 21 do mês de maio do ano de mil quatrocentos e três do nascimento do nosso senhor, os ditos embaixadores chegaram ao porto em Santa Maria” (Ibid., p.82). Constrói-se uma narrativa da viagem como um avanço contínuo rumo ao destino, mas que perpassa um espaço que se mostrava novo e surpreendente em muitos aspectos para o autor. “E tudo aquilo da cidade, parecia agradável de ver que era uma maravilha” (Ibid., p. 88).

As notícias sobre os mundos com quais alguns viajantes iam tendo contato punham em causa parte do que se sabia até então (KAPPLER, 1994, p. 66). As imagens que o deslocamento propiciava se contrastavam com as que eram base de referência do conjunto de saberes que fazia alusão a esses mundos distantes, sendo então o entendimento sobre o mundo que se criava nos relatos de viagem ou tratados sobre a geografia muito ligados aos conhecimentos bíblicos e clássicos que configuravam então a forma do conhecimento dos homens do medievo² (RUBIO TOVAR, 1986, p. 18).

Para alguns estudiosos, os escritos sobre as viagens mostravam em certo interesse em esclarecer algumas ideias que se tinha acerca das terras distantes, tendiam a deixar os relatos mais objetivos e menos fantásticos (KAPPLER, 1994, p.66). Com isso surge uma

¹Todos os excertos da fonte são frutos de tradução feita por nós durante o estudo da mesma.

²No seu trabalho sobre os livros de viagens espanhóis do século XV, Joaquim Rubio Tovar mostra como a descrição do mundo nos tratados medievais era geralmente uma área habitável pequena cheia de coisas fantásticas, a cartografia era mais voltada para questões subjetivas da época do que prática, montava mapas moralizados, que levavam em conta questão religiosa como uma das mais importantes. Sendo os séculos XII e XIV cenário de mudanças na visão sobre o mundo, o pensamento deixa de se basear apenas nas escrituras sagradas e começa a levar em conta saberes antigos redescobertos, assim como um contato com saberes muçulmanos. As cruzadas, invasões mongóis e expedições para a Ásia abriram o campo do saber prático, autor levanta a hipótese de que o contato de viajantes com o mundo chinês e mongol tenha apresentado esse tipo de saber mais prático à Europa.

espécie de dualidade, entre a experiência e o saber do passado, na forma de se retratar os relatos e as descrições do espaço (ZUMTHOR, 1994, p.25-29).

O caráter informativo agia na criação de uma nova visão do desconhecido, mas que não seria uma ruptura com a antiga e tradicional, e sim uma atualização que, através das analogias, criava uma visão que buscava ser mais verossímil e aceitável de acordo com os padrões de realidade da época (POPEANGA, 1991, p.24). As expectativas daqueles a quem o viajante se reportava também eram pautadas nessas noções maravilhosas, que geravam então uma duplicidade nos relatos sobre o distante que se construía entre a imagem fixa e a combinação dos conhecimentos prévios e experiência (FRANÇA, 2009, p. 359), sendo que as reminiscências do passado seriam uma forma de se validar o presenciado.

O tradicional tinha um peso na modelagem do vivido. As falas dos viajantes não escapavam a esse caráter medieval de construção de saber, sendo que as imagens que os viajantes criavam dos mundos de fora muitas vezes tinham um forte apego às noções do passado sobre o Oriente (FRANÇA, 2009, p. 359).

Dentro dessa perspectiva da montagem de uma imagem da realidade que se criava através dos relatos sobre os episódios vividos durante a viagem, assim como das coisas vistas ao longo do percurso, nos delimitaremos a analisar as descrições que Clavijo fez sobre o espaço, principalmente o espaço fora da Europa, tendo em mente que sua descrição seria influenciada por fatores que se originavam no meio social e cultural de sua época. As imagens sobre o Oriente eram também fruto das observações de viajantes mais antigos e das reminiscências literárias clássicas e fabulosas (MOLLAT, 1990, p.23).

Pretendemos matizar as descrições sobre o espaço feitas por Clavijo, um viajante do século XV, castelhano, de origem nobre. Interpretando seu testemunho como participante do contexto da confecção dos escritos sobre os outros mundos. Tendo em mente que as especificidades não se encontram nos indivíduos, mas na cultura que estes aceitavam como vigente na qual estavam inseridos (VEYNE, 2011, p.510).

Os relatos de viagem como descrição de uma época

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

O gênero de fontes tido como relatos de viagens são frutos de diversos estudos e visões sobre sua formação e significância para a época em que são escritos. Tendo isso em vista, podemos elencar algumas perspectivas que auxiliam a matizar nosso olhar sobre esse tipo de documento do passado.

Através da análise dos textos referentes à viagem podemos destacar uma visão que pretende enxergar como as representações contidas nos relatos de viagens não seriam apenas fruto das relações sociais, mas como parte destas (GREENBLATT, 1996, p.20) no que tange a montagem de um conhecimento sobre novos lugares e povos. Entende-se a escrita como uma forma de racionalização do visto, sendo ela uma forma de construção do conhecimento sobre aquilo que era apreendido nas viagens, levando em conta as singularidades de cada tipo de representação.

Essa visão interpreta a construção dos relatos através da ideia de que existiriam mecanismos aplicados por indivíduos culturais para a transformação ideológica de corpos estranhos, não sendo então as formas de representação neutras, mas como parte da criação do conhecimento daquela cultura através da escrita. A representação do visto durante a viagem era, pois, não só uma forma de relatar o vivido mais uma construção sobre os outros mundos. Como o exemplo das *maravilhas* que eram um sistema de reconhecimento e representação do novo e da alteridade que se presenciava na viagem (GREENBLATT, 1996, p. 31).

O processo de análise da escrita se foca na questão de como os relatos são formados dentro de um determinado tempo histórico, visando o entendimento de como os escritos são formados nesse período (AVELAR, 2011, p.17). A cultura seria então uma rede de signos (AVELAR, 2011, p.21) que os homens usam para dar sentido às coisas, sendo então os relatos de viagens umas das formas dessa cultura de se expressar e montar suas concepções. O relato proveniente da viagem seria uma forma dos homens entenderem o distante através da dotação de significantes que eles extraíam da sua cultura.

Outra concepção se trata da defesa de que os livros de viagens são formados como uma mensagem de cunho informativo, em que o ato da viagem se transformaria em uma

experiência cheia de significados compartilhados pelo fundo cultural e social, tanto do transmissor como do destinatário do escrito (POPEANGA, 1991, p.9-26).

Assim, as viagens ao desconhecido muitas vezes entravam em choque com as imagens já constituídas sobre as distantes terras, sendo eles obrigados a fazer alterações naquilo que se tinha como verdade pelas tradições literárias. O viajante/autor seria então aquele que confronta a realidade com as noções culturais pré-estabelecidas, que quebra com sistemas de códigos e promove a criação de um novo mundo, não um que desminta o antigo, mas que se mostraria como uma atualização dos saberes.

Logo, os relatos de viagem teriam em comum o desejo de informar sobre as terras distantes, através do balanço do que era visto e vivido durante o traslado. Mesmo que existissem diferenças entre os tipos de relatos, sendo as mais perceptíveis sobre o tipo de viagem feita, se real ou imaginária, eles ainda teriam como premissa a montagem de uma imagem das terras e das visões dos mundos desconhecidos pela maioria. Esse caráter informativo agiria na criação de uma nova visão do desconhecido, mas que não seria uma ruptura com a antiga e tradicional, e sim uma atualização que, através das analogias, criavam uma visão que buscava ser mais verossímil e aceitável, de acordo com os padrões de realidade da época. Embora seja difícil de enquadrar essa vasta gama de documentos em um gênero coeso, não se pode relegar o papel deles como veículos de informações e ideias sobre as terras que se abriam para o Ocidente. Sendo o viajante, nessa perspectiva, uma espécie de mensageiro que faria a ponte de um mundo ao outro, através das suas informações e de sua tentativa de montar uma imagem mais específica e objetiva.

Assim, a questão da descrição que tentava chegar a uma melhor representação do que seria o outro mundo com o qual os viajantes teriam contato em suas andanças permite que entendamos os viajantes medievais como homens inteligentes, mas não intelectuais, com um forte sentido prático, não sendo então observadores com um cunho filosófico ou científico, mas sim que tentavam descrever aquilo que viam de maneira clara e objetiva (LABARGE, 2000, p.304). Os informes que continham os relatos dos viajantes tinham um nível de aceitação pelo fato de que a sociedade medieval conhecia pouco sobre mundos fora do seu

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

conhecimento, além da fascinação que as histórias por si só causavam nas pessoas. Assim, os relatos foram se disseminando e tomando espaço entre os interesses dos medievais, bem como se tornando parte importante do saber que se construía do mundo pelos homens da época (LABARGE, 2000, p.27).

Nessa perspectiva, os relatos de viagens tinham em comum o almejo da descrição mais precisa do que era observado durante a viagem, sendo uma das maneiras de sanar a curiosidade sobre as outras terras. O novo e o estranho tinham lugar de destaque nesses escritos que se referiam aos povos e reinos tão distantes do cotidiano dos cristãos, e os escritos que nasciam desses périplos teriam uma pretensão ao verossímil na montagem de uma imagem das visões que ocorriam durante a viagem. Os escritos que relatavam as viagens seriam montados tendo como um dos seus objetivos informar sobre o distante e seus componentes de maneira a mostrar as diversidades e coisas exóticas que as paragens longínquas teriam.

Logo, a viagem se apresentava não só como uma compilação de dados e descrições, mas também uma preocupação que teriam os escritores da viagem em fazer um balanço das novidades, sendo que tais informes seria uma prova da verossimilhança (CASTRO HERNÁNDEZ, 2013, p.48). Os viajantes procuravam o diferente nas outras terras, sendo o diferente causador do interesse, atestando também que a diferença é um aspecto de qualidade (KAPPLER, 1993, p.62). Os estudos apontam uma curiosidade existente nos homens que se dirigiam ao distante, em alguns casos um interesse em esclarecer os enganos sobre as terras distantes, através de “protestos de veracidade” que tendiam a deixar os relatos mais objetivos e menos fantásticos (Ibid., p.66).

Essa visão embora tenha nos auxiliado a pensar na questão da formação dos relatos, não se põe como determinante para a análise a que nos propomos. A questão da construção de uma perspectiva da realidade vista nas viagens é para o estudo muito fundamental, já que interpretamos os escritos como uma forma de montagem da época, através da perspectiva dos homens que os escreviam dentro das possibilidades da época (VEYNE, 2011, p. 508), mas tentamos levar em conta que as imagens que se criavam das terras distantes, como o Oriente, se ligavam a uma herança de saberes e lendas mais antigas (FRANÇA, in: MOURA ET

aliae, 2009, p. 359) sobre o distante. Existiriam então tópicos que, por mais que o viajante quisesse criar um relato de maior criticidade quanto ao visto, apareciam dentro da sua relação de viagem, como no caso de Ruy Gonzáles de Clavijo. Embora tenha construído um texto voltado para uma descrição mais prática do visto durante a viagem, sendo esta uma missão diplomática, abre espaço para aspectos mais voltados para a questão da imagem com um aspecto exótico do oriente:

E diziam que na cidade de Antioquia, no tempo em que lá havia idolatrias, adoravam a figura de Tragón, havendo o hábito da cidade de dar a cada ano uma pessoa que era sorteada para aquele dragão comer. E aquele que fosse escolhido não poderia recusar de ser comido pelo dragão (GONZALÉZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.122).

A passagem mostra como Clavijo, embora se ocupe, na maior parte do tempo, em descrever os fatores com os quais tinha contato durante a missão e de cunho concreto, como a descrição da arquitetura das cidades e fatos políticos, faz menção a um aspecto que se liga ao fantástico que era mais comum nos escritos antigos que se referiam ao Oriente. Embora não seja propriamente uma visão do exótico, essa passagem faz parte da exposição como algo que o viajante acharia pertinente de deixar por escrito.

Os aspectos culturais em voga na época se mostravam presentes na relação que o viajante fazia do mundo com o qual entrava em contato. A vontade de mostrar o mundo novo permanecia nas descrições, mas a chegada num lugar totalmente novo, de onde não se tinha notícias a não ser das tradições literárias antigas, era então transformada numa receptividade fabulosa (KAPPLER, 1993, p.39), no qual o estranho e o incomum eram aguardados (Ibid., p.149).

As leituras sobre o gênero das viagens medievais nos mostram como esse *corpus* documental era confeccionado a partir das possibilidades culturais da época, sendo organizado segundo o contexto histórico e as possibilidades de crença e realidade das épocas aos quais pertenciam (VEYNE, 2011, p.508). O caráter informativo e descritivo do vivido unia-se às noções do que era esperado viver e presenciar nos ambientes fora do mundo cotidiano.

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

Os escritos, além de ser uma forma de retratar o que teria sido vivenciado, eram uma forma dos homens mostrarem o que entendiam por realidade, compartilhada pela sua época.

O espaço em *Embajada a Tamorlán*

Encaramos, portanto, os relatos de viagens como uma forma de representação da realidade interpretada pelos homens da época, de maneira que os condicionantes culturais permanecem presentes tanto na percepção, como na construção dessas imagens que se referiam aos lugares distantes que os viajeros iriam. Sendo, então, as condições históricas o principal condicionante que propiciava o desenrolar da viagem, tendo influência nas disposições e nos olhares do viajante e, por conseguinte, na sua descrição do espaço (KAPPLER, 1993 p. 53).

Os relatos de viagens criavam imagens do distante através da experiência do périplo, como pela rede de tradições e saberes das quais os viajantes dispunham para entender o que era presenciado, nessa questão, o espaço era um dos alvos dessa montagem, sendo essa descrição espacial dependente da interpretação daquele que o descrevia. Existindo uma ligação do espaço com a cultura, questões como parentesco, profissão se vinculam a espacialidade, os homens os nutriam de significados (ZUMTHOR, 1994, p. 42). Logo, um determinado espaço que estava inserido no território de uma cultura específica não era apenas mais uma parte do território físico, era também parte do imaginário dos homens que ali habitam ou mesmo que passavam por ele.

A “imagem do mundo” que o ocidente tem até o começo da modernidade se liga muito com a questão da experiência do espaço, sendo esta experiência então algo que sofre inúmeras transformações a partir do século XIII (ZUMTHOR, 1994, p. 45). O espaço se mostra como um objeto de estudo não estável, sendo que sua interpretação depende muito do tempo em que ela ocorre. O espaço, mais exatamente a interpretação dele, se liga diretamente com o tempo (Ibidem).

Assim, para esse trabalho, o foco é na matização da visão acerca do espaço, principalmente o de fora e desconhecido, que se encontra na relação da missão diplomática de um fidalgo castelhano do século XV, o que para alguns autores seria o século de um

crescimento de uma descrição mais voltada para um utilitarismo, fazendo surgir uma espécie de dualidade na forma de se retratar, entre a experiência e o abstrato, nos relatos e descrições do espaço (Ibid., p. 320).

Temos o pensamento de que os relatos servem às características de formação dos seus escritores (Ibid., p. 294). Os relatos medievais tinham um perfil ambíguo sobre a montagem da realidade vista: hora mais abstrato, vinculado às maravilhas e imagens que provinham de pensamentos antigos ou também relatos mais voltados para o concreto e útil, dependendo da demanda do período, como os relatos dos portugueses que se transformavam numa nação marítima e necessitava de relatos mais sérios e que descrevessem melhor o ambiente das viagens.

O relato de viagens aqui tratado seria fruto da viagem de uma missão diplomática que o rei de Castela Enrique III enviou à corte do líder mongol Tarmolã, tendo como chefe um cavaleiro da corte: Ruy González de Clavijo. A obra se projeta para uma questão literária, com um forte traço informativo, escrita na língua vernácula, e tal cuidado seria fruto da curiosidade sobre esse outro mundo (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p.64).

Embora a viagem seja em suma um ato diplomático e político, a questão do conhecer o outro mundo é colocada como importante. A obra que resulta dessa viagem faz mais que cumprir a missão política, pois vira também alvo do público que tinha curiosidade sobre as terras distantes (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p. 66). Assim a descrição do espaço se mantém presente ao longo do relato de maneira que o viajante escritor faz um balanço, sóbrio, mas bem vivido sobre as terras do outro mundo, fazendo tanto uma apresentação quanto montando uma imagem com algum juízo de valor sobre o espaço percorrido.

Os relatos de viagens foram responsáveis pela construção paulatina de uma imagem das terras que eram desconhecidas da vista da grande maioria da população cristã da Europa, imagem essa nada coesa, mas que continha nuances que dependiam da época e do lugar de onde o viajante falava. Clavijo mostra uma relação com o Oriente que não se baseia só na questão de subjugação, como foi outrora com as cruzadas (Ibid., p.64), mas se foca em

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

apresentar uma imagem rica em detalhes que sanassem a curiosidade sobre o distante desconhecido.

“E esta terra deste império de Samarcanda é muito povoada, terra muito bruta e abastada de todas as coisas” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p. 241). Ele usa a descrição para mostrar um Oriente expresso, de certa forma, filtrado pela visão do viajante, que ganha legitimidade no mundo europeu dentro da sua racionalidade.

A missão de descrever o visto durante a viagem se liga à questão do esforço do nobre em cumprir com seu dever, daí a preocupação em se mostrar um relato sóbrio que tinha como uma pretensão à verossimilhança de forma a apresentar o espaço que percorria. É importante ressaltar que, com o fim da Reconquista, o componente nobiliárquico que sempre atuou de maneira angular em questões locais, tais como a organização de repovoamentos e as guerras, continua a atuar nos negócios do reino. Nos séculos XIV e XV, os nobres agiam em conjunto com o rei na gerência dos assuntos públicos³ (MACKAY, 2000, p.111). O enfraquecimento da arte da guerra pós Reconquista não reduziu o brilho do estamento nobiliárquico, o senso de individualismo e serviço do nobre encontraram um amparo na questão de cavaleiro andante, tendo os nobres ibéricos um destaque dentro dessa nova forma de cavalaria (ANTELO IGLESIAS, 2014, p. 42).

A viagem atua assim, como parte das responsabilidades dos nobres, sendo através destas que eles conseguiam as façanhas e proezas que seu estamento social estava então acostumado. A obra de Clavijo seria o primeiro testemunho literário da diversidade geográfica e humana, vindo de Castela (LÓPEZ ESTRADA, 1993, p.66). Nele o viajante se dedica a informar a novidade para o leitor e ouvintes, já que, para ele, aquelas visões também eram novas (Ibidem).

³Angus Mackay diz que em Castela o rei não exercia um poder absoluto, no entanto, não tinha seu papel apagado pelas cortes de nobres que eram responsáveis pelos locais mais afastados do centro. Para o rei era importante respeitar as opiniões dos cavaleiros que geralmente sustentavam o reino, sendo que estes respeitavam o rei pelo que o autor chama de um poder natural que a monarquia Castelhana construiu ao longo da Reconquista, com seu relacionamento com a questão fronteiriça, onde os nobres tiveram um papel fundamental na proteção e administração desses postos avançados da coroa.

A preocupação em descrever o diferente é sempre presente na descrição do espaço feita por Clavijo:

E os ditos embaixadores partiram desta cidade neste dia que chegaram, e andaram todo dia e a noite, quanto puderam, e ainda que quisessem descansar, não os deixavam: e mesmo que fosse noite, o calor era tão grande que era uma maravilha; e fazia um vento quente, que parecia queimar. (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.225).

No trecho é possível notar não apenas o cuidado em demonstrar o esforço da missão como uma empreitada dificultosa e árdua, como também o espanto e “maravilhamento” com as condições climáticas do espaço por onde passavam os embaixadores, não sendo uma passagem que demonstre um repúdio. O uso do termo maravilha era designado então para o exótico e espantoso que se tinha em mente encontrar nos mundos de fora (KAPPLER, 1993, p.80). A imagem que se monta do espaço percorrido liga-se à questão do ato de viajar como missão e, ao mesmo tempo, a questões como menções ao clima, vegetação, etc., que transformam o ambiente em algo digno de se assemelhar a uma maravilha. Um aspecto intrínseco do lugar por onde se viaja é o exótico do mundo percorrido.

A questão da descrição é algo de peso para o viajante que tenta recriar, através de suas palavras, aquilo que tinha visto. Seus olhos capturam e remontam de maneira detalhada e didática as imagens arquitetônicas de Constantinopla, por exemplo, mostrando toda a suntuosidade das construções da cidade, como é possível ver na descrição de um claustro pertencente a uma igreja: “Fora do corpo da igreja se encontra um Claustro de obra muito formosa e de muitas histórias, sendo uma delas a de Josué, da linhagem de onde vem a Virgem Santa Maria, e era obra de música, e tão maravilhosa e tão rica e decorada” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.123). Nota-se como a descrição do espaço, que é geralmente mais impessoal, ganha uma expressão mais forte ao recontar a beleza do artefato que menciona uma história que viajante conhece através de sua cultura.

O narrador termina sua descrição com uma frase que demonstra como as visões de fora eram para ele tão novas e exóticas, em um sentido de belo: “E tenho para mim que isto que vi, não existe coisa mais maravilhosa” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.123). O

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

maravilhoso diferente do mundo estrangeiro aqui é representado como uma obra humana, mas que remete a uma questão cara ao narrador. A atração pelas maravilhas segue o caminho inteiro, mas essa maravilha é voltada para as coisas mais racionais e concretas que os viajantes veem, mas que de alguma forma se ligam ao fundo cultural, que inclui as lendas, do viajante.

Clavijo, durante sua passagem numa ilha que teria sido povoada, mas que naquele momento se encontrava em ruínas, mostra um aspecto antigo e clássico: “houve ali dois monastérios, grandes edifícios que seriam obra de Virgílio”.(GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p. 85). O autor coloca em sua descrição do espaço uma referência a uma cultura letrada, da qual fazia parte, sendo então importante para ele não apenas descrevesse o que havia visto em sua forma física, mas ligar suas impressões à herança clássica quando cita uma possível relação dos monastérios com o poeta romano.

Esses aspectos levantados até o momento são uma tentativa de analisarmos os episódios que são escritos pelos viajantes como construções que se baseavam tanto pela experiência como por um fundo cultural em comum entre aquele que narra e a quem ele dirigia sua fala (CORBELLA DÍAZ, 1991, p.103) no caso da *Embajada* o rei Enrique III de Castela.

A análise não se pauta apenas numa visão do caráter objetivo dos relatos de viagem, como uma compilação dos fatos, mas interpreta estes como características da contextualização sociocultural dos homens da época, os fatos históricos e espaciais embora suscitem um acontecimento, se encontram recheados de aspectos subjetivos à cultura compartilhada pela sociedade da época (Ibid., p.105):

O espaço pelo qual a missão diplomática percorreu era então uma novidade para os homens que a formavam, sendo que estes, para entenderem melhor tudo aquilo que viram, fizeram uso de sua bagagem cultural de maneira a racionalizar o desconhecido através de uma ótica mais crível para seus pares e para eles mesmos.

O narrador não faz um relato imparcial, por mais que tenha então um forte cunho informático. As falas que remontam o espaço são preenchidas pelo seu juízo de valor sobre as coisas que vira, montando uma imagem parcial e valorativa ou depreciativa sobre os lugares percorridos.

“E acerca daquelas cidades e lugares onde havia água e prados, existiam muitas pessoas, e eram tantos e tão feios por andar ao sol, que pareciam que tinham saído do inferno. E tantos eram tantos que pareciam infinitos.” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.238). Nessa passagem, Clavijo monta uma imagem do espaço que não só faz uma menção à população que ali habitava como também tenta relacionar a característica do lugar à aparência dos homens que ali passavam muito tempo, o espaço que era descoberto pelo viajante era descrito por este como um ambiente com propriedades próprias quais eram depuradas pela carga valorativa que o autor do relato empregava.

As menções sobre o espaço se configuram nas falas do autor como um dos meios que este usa para montar uma imagem sobre o mundo que quer relatar, a exposição do concreto se liga a uma gama de valores que o viajante, um nobre, acha pertinente, como no caso da narrativa sobre as *Portas de Ferro*⁴, um desfiladeiro onde se iniciava o território sob a tutela de Tamorlã.

De uma das Portas de Ferro até as outras teriam mil e quinhentas léguas, até mais. Vê que é grande o senhor que controla as Portas de Ferro, e é senhor delas, e de todo o terreno que existe entre elas, como é o senhor Tamorlã (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p. 244).

O espaço ganha então, nas falas do viajante, uma importância em demonstrar o poder de Tamorlã, esta referência liga-se também ao objetivo da viagem que decorria da possibilidade de criar uma aliança entre Castela e o império deste senhor mongol. O espaço tem então não apenas um papel de fundo concreto por onde o viajante percorre, mas ganha um aspecto qualitativo que reflete tanto na descrição do próprio espaço como na legitimidade da missão.

Num trecho da *Embajada*, os viajantes acreditam avistar a montanha onde a arca de Noé teria atracado, depois do dilúvio, sendo próxima a cidade de Çulmarum. O narrador não

⁴López Estrada menciona o fato de esse desfiladeiro ser marco geográfico que já havia sido relatado por outros viajantes medievais, mencionado pelo flamengo Guilherme de Rubruck e até citado por antigos como Plínio nas descrições sobre o mundo desconhecido, sendo então um referencial já conhecido pelos medievos em certa medida.

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

dá provas disto ou mesmo uma explicação para tal, mas é importante ver como ele dá ênfase a essa característica de uma espécie de geografia sagrada: “[...] cidade que tem o nome Çulmarun; e dali há seis léguas, aparecia à montanha alta em que a arca de Noé ficou depois do Diluvio.” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.189-190). O narrador faz uma referência ao passado lendário da cidade citada; “E esta cidade de Çulmarin foi à primeira cidade que foi feita no mundo depois do Diluvio, quem a edificou seriam os da linhagem de Noé.” (Ibidem). Nesse excerto, Clavijo relaciona a descrição do espaço com uma referência a um passado imemorial cristão, frutos de lendas que seriam difundidas na época.

Também é visível essa montagem de um espaço sacralizado quando o viajante menciona a cidade de Arzinga, que se localizava as margens do rio Eufrates: “E esta cidade de Arzinga se encontra próxima de um rio chamado Eufrates, que é um dos rios que saem do paraíso” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, [1406] 1999, p.189-179). O narrador faz menção a essa geografia sagrada que bebe nas lendas e textos bíblicos. Essa informação se mistura às informações de cunho observador do narrador sobre a cidade, como eram então suas observações sobre o espaço.

A montagem que o viajante faz do espaço inclui essa referência lendária da sua cultura, a imagem que é produzida do espaço então não está livre de certos aspectos que são intrínsecos ao viajante. Estes fatores condicionam de certa maneira seu olhar e descrição sobre aquilo que via nas outras terras, sendo que seu fundo cultural era tudo que ele possuía para racionalizar sobre aquele espaço novo e diferente que se apresentava à sua frente. Conquanto, pois, o século XV seja um século de certa efervescência intelectual e palco de certas inovações da relação do homem com os saberes (CROSBY, 1999, p. 103-104), a forma como os cristãos lidavam com o espaço manter-se-ia ainda por muito tempo ligada predominantemente ao qualitativo, dada as poucas condições de quantificação e o pouco apreço por esta. Algumas alterações ao longo dos séculos são notáveis, mas a visão dos homens acerca do espaço continuaria ligada especialmente às suas crenças que se relacionavam com um sistema de explicação mais pautado em questões simbólicas (Ibid., p.105).

Considerações finais

Podemos concluir, através da observação feita nesse estudo, que as imagens que se originavam dos relatos eram uma mescla de saberes em que o viajante/autor estava embebido. Assim, as impressões que estas fontes trazem para a discussão historiográfica precisam ser avaliadas num olhar que leve em conta as especificidades da época e do lugar de onde o viajante monta seu relato.

Sendo assim, os fatores culturais que montavam a bagagem pela qual o viajante descobre o novo mundo que está à sua frente são imprescindíveis no desafio que era para ele descrever esse espaço tão diferente do seu. As condições culturais do viajante são as responsáveis pelo tom que ele emprega em seus escritos sobre os mundos, fenômenos e povos que ele encontra ao romper com as fronteiras do seu mundo conhecimento.

Logo, as descrições do livro de Clavijo embora possuam um maior apego às questões concretas e que se apresentavam ao seu alcance visível, possivelmente pela forma como a viagem nessa questão se ligava a uma prática nobiliárquica, para a qual seu relato era, então, um meio de sanar com as curiosidades sobre o extra mundo habitável; dessa forma, o autor se esforça para criar um relato que fosse aceito como crível por seus pares que teriam contato com suas falas.

Mas é possível ver em vários pontos como a questão das fábulas e lendas ainda não se diluiu por completo, sendo estas partes importantes ainda para o saber humano, e, logo, a descrição do espaço nesse momento continua muito ligada às questões subjetivas aos homens da época (CROSBY, 1999, p.104-105).

A descrição do espaço que é feita por Clavijo ainda é um balanço entre o desejo de conhecer e mostrar a alteridade que as terras de fora do mundo conhecido teriam em relação a ele, mas o processo de entendimento desse mundo não é feito em separado das noções de realidade da época, que é formada, então, pelo acúmulo de saberes que são formados dentro da sociedade e da época onde o viajante se encontra, tendo em mente que o viajante narrador é então um indivíduo que é moldado pelas instituições a que se alia, que

A descrição do espaço estrangeiro segundo os relatos de viagem de Ruy González de Clavijo (Século XV)

formam as noções de saber e verdade. Não é possível separá-lo por completo do todo (VEYNE, 2011, p.500-501).

Referências bibliográficas

Fonte:

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, R. **Embajada a Tarmolán**. Madrid: Castalia, [1406] 1999.

Estudos:

ANTELO IGLESIAS, A. Caballeros centroeuropeos en España y Portugal durante el siglo XV. **Revistas Espacio, tiempo y forma**, n. 1. Madrid: Facultad de Geografía e Historia – UNED, 2014, p. 41-58. Disponível em revistas.uned.es/index.php/ETFIII/article/view/3477/3334, acesso em 10/01/2015.

AVELAR, A. P. **Representações de um “Mundo Novo” no Portugal de Quinhentos**. Portugal/Chamusca: Cosmos, 2011.

AZNAR VALLEJO, E. **Viajes y descubrimientos em la Edad Media**. Síntesis, 1994 (Coleção História Universal; 13 – Medieval).

CASTRO HERNÁNDEZ, P. Libros de Viaje y espacios narrativos a finales de la Edad Media. **Forma**, vol. 8. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2013, p.39-53. Disponível em www.raco.cat/index.php/Forma/article/view/271267, acesso em 14/11/2014.

CORBELLA DÍAZ, D. Historiografía y Libros de Viajes. In: **Filología Románica**, Anejo I. Madrid: Ed. Universidad Complutense, 1991, p. 101-119. Disponível em revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/viewFile/RFRM9797220225A/11713, acesso em 18/06/2014.

CROSBY, A. W. Circulação e Fixidez de Ideias sobre o Oriente no Final da Idade Média. In: MOURA, D. A. S.; CARVALHO, M. M.; LOPES, M. A. **Consumo e abastecimento na História**. São Paulo: Alameda, 2009.

CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

FRANÇA, S. S. L. Andanças de viajeros medievais pelo ‘Outro Mundo’. **Notandum**, n. 12. São Paulo; Porto: Centro de Estudos Medievais Oriente & Ocidente – EDF; FEUSP, 2009, p. 31-38. Disponível em www.hottopos.com/notand21/NOTANDUM21.pdf, acesso em 17/06/2014.

GREENBLATT, S. **Possessões Maravilhosas**: o deslumbramento do novo mundo. São Paulo: EDUSP, 1996.

KAPPLER, C. **Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LABARGE, M. W. **Viajeros Medievales**: los Ricos y los insatisfechos. 2.ed., Madrid: Nerea, 2000.

LÓPEZ ESTRADA, F. Viajeros Castellanos a Oriente en el Siglo XV. **Viajes y Viajeros en la España Medieval**, Actas del V Curso de Cultura Medieval Celebrado en Aguilar (Palencia) del 20 a 23 de Septiembre de 1993.

MACKAY, A. **La España de la Edad Media**: desde la frontera hasta el Imperio (1000-1500). Madrid: Cátedra, 2000.

MOLLAT, M. **Los exploradores del siglo XIII al XVI**: Primeiras miradas sobre nuevos mundos. México Fondo de Cultura Económica, 1990.

POPEANGA, E. El discurso medieval en los libros de viajes. **Filología Románica**, n. 8. Madrid: Ed. Universidad Complutense, 1991, p. 149-162. Disponível em revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/download/RFRM9191120149A/12741, acesso em 05/06/2014.

POPEANGA, E. Lectura e investigación de los libros de viajes medievales. **Filología Románica**, Anejo I. Madrid: Ed. Universidad Complutense, 1991, p. 9-26. Disponível em revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/viewFile/RFRM9191220009A/12673, acesso em 27/06/2014.

RUBIO TOVAR, J. **Libros Españoles de Viajes Medievales**. Madrid: Taurus, 1986.

RUCQUOI, A. Peregrinos de España a Jerusalén y Roma (siglos X-XIII): Peregrino, ruta y meta en las 'peregrinaciones maiores'. **VIII Congreso Internacional de Estudios Jacobeos**. Santiago de Compostela, 2010, p. 41-60. Disponível em www.academia.edu/4081344/Peregrinos_de_Espa%C3%B1a_a_Jerusal%C3%A9n_y_Roma_siglos_X-XIII, acesso em 13/02/2015.

VEYNE, P. A História Conceitualizante. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: CosacNaify, 2011.

ZUMTHOR, P. **La Medida Del Mundo** - Representación del espacio en la Edad Media, Madrid: Cátedra, 1994.

“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)¹

Carla Graciela Chaves de Castro Cotrim*

Resumo: Este estudo analisa a conjuntura do descobrimento e primeiras décadas de exploração da mineração na vila de Brejinho de Ametistas/BA. Inicia-se com dados registrados por memorialistas e viajantes, e nesse sentido identifica incongruências de informações apresentadas por estas fontes. Tais dados farão recuar a época da descoberta de tais minérios ao mesmo tempo em que redimensiona as relações movidas por aqueles garimpos. Em seguida, analisa por meio de correspondências pessoais e processos cíveis, relações comerciais movidas pela mineração de Brejinho durante as primeiras décadas do século XX, envolvendo a participação de imigrantes alemães e ricos comerciantes de Caetité/BA, principalmente Deocleciano Pires Teixeira. Tal parceira fomentou a dinâmica do comércio dos ditos minerais e facilitou sua chegada ao seu principal destino, a Alemanha.

Palavras-chave: Alemães; Garimpos; Brejinho das Ametistas.

O início da exploração dos garimpos e historiografia do Alto Sertão baiano

“As bellas amethystas”, foi assim que os viajantes Spix e Martius definiram o minério oriundo das minas de Brejinho das Ametistas² quando passavam pelo Alto Sertão da Bahia³ no início do século XIX. Também compartilhou dessa ideia o memorialista mineiro Antonino da Silva Neves, em sua obra escrita em 1845, assim descreveu: “As jazidas de amethystas do Salto e do Brejinho são as mais ricas do mundo” (NEVES, 1908, p. 383), e ainda acrescentou:

¹ Esse artigo faz parte do primeiro capítulo da monografia defendida em 2014 pela autora.

* Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia.

² Brejinho das Ametistas localiza-se no Alto Sertão da Bahia. Atualmente é distrito do município de Caetité/BA, distante 28 km desta cidade. O local foi reconhecido como arraial em 1909, sendo então anexado ao território de Umburanas. Em 1923 passa definitivamente a fazer parte do território de Caetité.

³ De acordo Estrela (2003) “[...] o alto sertão baiano compreende uma vasta área do sudoeste que, partindo do Médio São Francisco, limita-se ao sul com o estado de Minas Gerais; ao norte, abrange as Lavras Diamantinas, limitando-se ao leste com a região de Vitória da Conquista” (ESTRELA, 2003, p.39).

As amethystas do Salto eram até há bem pouco por assim dizer mais conhecidas no Rio de Janeiro e na Europa que no sertão. Enfeitaram, contam, o vestido de casamento da primeira ou da segunda imperatriz brasileira. (NEVES, p. 383, 1908)

Analisando as informações levantadas acima à luz dos debates historiográficos, é possível inferir que a descoberta do minério de Brejinho ocorreu em momento bastante anterior ao que outros viajantes e memorialistas descreveram, já que a maioria aponta para as décadas de 1870 e 1880. Indica também que por muitos anos ocorreu certo sigilo sobre o descobrimento de tais minérios, certamente o anonimato garantiria a posse de tais metais para poucas pessoas, gerando bons preços no mercado, além de fortunas aos descobridores.

Nesse sentido, a temporariedade definida neste trabalho deve ser pensada de forma parcial, haja vista que os fatos históricos não se sucedem numa sequência linear. Delimitamos nosso estudo como período inicial a década de 1870, data em que também aparece como marco inicial da exploração das ametistas, conforme demonstraremos no decorrer deste texto. Como não há um consenso nestas informações, a demarcação se justifica pela datação das fontes já encontradas. O período pesquisado se estende até morte de dois mineradores que mantinham estreita relação com a mineração de Brejinho, no final da década de 1920, a saber: o imigrante alemão Otto Petry, que residia na vila de Brejinho e o comerciante Deocleciano Pires Teixeira, que morava na cidade de Caetité (centro comercial mais próximo de Brejinho). Posteriormente a este momento, as relações vivenciadas nos garimpos ganharam outros contornos, influenciadas principalmente pela política nacionalista do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, como analisamos no trabalho monográfico.

O início da exploração deste minério na região é bastante controverso. Para alguns viajantes e memorialistas, as atividades de mineração da região de Brejinho se iniciam por volta de 1870. O memorialista Dário Cotrim afirmou que

[...] no ano de 1873 os baianos descobriram pedras roxas no alto da Serra das Ametistas, na fazenda "Boa Vista" ali, onde se forma o divisor das águas do Rio de Contas e do São Francisco. (COTRIM, 1997, p. 84)

Teodoro Sampaio, quando passou por Caetité entre as décadas de 1870 a 1880, afirmou que se sabia muito pouco sobre os minerais da região de Caetité, registrando

“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)

que as reservas minerais ainda “[...] carecem de mais larga investigação” (SAMPAIO, 1905, p, 112). O mesmo viajante ainda nos fornece a seguinte descrição sobre a ocorrência de ametistas:

Na Serra do Salto ou de S. Domingos ao sul de Caetité, nos logares: Brejinho Furado da Pindoba, meia légua ao sul de Furados, na Vargem Grande, 3 léguas a Este de Umburanas, no Ouriçangas, 2 léguas de Caetité para o Sul, tem-se extrahido em larga escala e exportando excellentes amethystas. (SAMPAIO, 1905, p.112)

Para Sampaio (1905), a extração das ametistas movimentava um animado comércio, pois era feito em “larga escala”. No entanto, deixa entrever que havia poucas informações na região sobre tal comércio. Muitos anos antes de Teodoro Sampaio percorrer esse território, por volta do ano de 1815 os viajantes Spix e Martius, em viagem pelo Brasil, passaram pela região de Caetité e mencionaram o seguinte:

Na montanha vizinha, e especialmente na encosta de nordeste, chamada Serra de São Vicente, encontram-se vestígios de ouro, que se não cuida de explorar.

As bellas amethystas, celebres pela côr escura, encontradas a dez legoas dahi - em direção do Rio Pardo, constituem importante artigo de commercio e são vendidas, principalmente, aos negociantes de pedras de Minas Novas. (MARTIUS; SPIX, 1938, pp. 42-43)

Além de pontuarem sobre a existência de ouro na região, questão também narrada por memorialistas locais⁴, os viajantes afirmam a existência de um comércio de ametistas no início do século XIX. Mencionam também outra informação de bastante relevância, a comercialização de ametistas envolvendo negociantes de pedras de Minas Gerais, dado que reafirma o dinamismo e as relações econômicas do Alto Sertão baiano.

As informações levantadas por Correia (2010) distanciam ainda mais o início da exploração desses garimpos. Segundo esta autora, o fotógrafo e colecionador de pedras preciosas Werner Leiber, registrou que descoberta das ametistas de Brejinho data do século XVIII, e que provavelmente elas foram comercializadas ilegalmente para a Europa desde 1727. Esses dados aproximam o início da exploração dos garimpos de Brejinho

⁴ Dário Cotrim destacou que: “[...] no sítio Brejo dos Padres localizavam-se as minas de ouro do Paty e em Brejinho das Ametistas as pedras semipreciosas. Estes sítios tornaram-se famosos pelas suas riquezas em pedras preciosas e semipreciosas, todas elas de excelente qualidade. Essas duas zonas de mineração exerceram papel de fundamental importância para retomada do crescimento da Vila Nova do Príncipe de Santana de Caetité, que prosperou como ponto de passagem, [...]”. (COTRIM, p. 55, 1997)

das Ametistas ao período de pujança econômica provocada pela exploração de ouro na província de Minas Gerais.

O jornalista e literato João Gumes, editor do Jornal *A Penna*⁵, também fez referência à descoberta dos garimpos de Brejinho. Conforme Gumes (1924),

[...] todas as classes deste alto sertão, uma multidão de aventureiros, de imigrantes das Lavras Diamantinas, de vadios, ociosos e exploradores, foram para alli attrahidos rapidamente e formou-se um núcleo populoso, uma cidade de palhoças, como igual nunca se viu n'estas paragens. (GUMES, 1924, p. 76-77)

A busca desenfreada pelas ametistas de Brejinho não foi bem aceita pelo jornalista, que via este fato como resultado de “tradições” em busca de “celebres tesouros”, acentuando ainda que “esse habito inveterado entre nós foi a causa de concorrem para Brejinho das Amethystas verdadeiras torrentes de imigrantes”(GUMES, 1924, p.78). A crítica de Gumes aos garimpos de Brejinho ainda se estende, para ele esta busca pelo enriquecimento rápido é resultado da formação da “raça” brasileira, considerada pelo mesmo como “indefinida”, assim tais “hábitos” foram adquiridos por “sugestão do meio”. Segundo Nogueira (2010), o posicionamento de Gumes se justifica “pela sua apologia ao trabalho”, principalmente quanto à agricultura, única forma consistente de sobrevivência nestes sertões, segundo o jornalista.

É válido destacar que os dados referentes à mineração na região de Caetité estão presentes de maneira indireta em algumas pesquisas historiográficas sobre a região, tal fato, insere esta pesquisa numa discussão profícua e ainda pouco abordada pela historiografia.

Numa busca atenta à historiografia regional, percebemos que a historiadora Maria de Fátima Pires (2003) ao analisar a situação econômica das cidades de Rio de Contas e Caetité no século XIX, comentou que

⁵ “O Jornal A Penna, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 e 1943. De publicação quinzenal, se dizia o “órgão dos interesses commerciaes, agricolas e civilizadores do alto sertão”. Era impresso na Typographia d'A Penna, de propriedade de João Antonio dos Santos Gumes, jornalista, romancista e dramaturgo, que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Atuou em diversos governos municipais. Como afirmou em 1912, esteve “[...] desde 1889 intimamente ligado ao serviço e negócios municipaes; assistiu, n'ella collaborando, a reorganização do municipio após a Republica e vio a evolução e melhora de tudo isso acompanhando-as dia a dia” [...]. A Penna, anno I, n. 23, nov. 1912, p. 1. Com a sua morte em 1930, o jornal circulou sob a direção do seu filho Sadi Gumes.” (SANTOS, 2010, p. 1)

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

[o]s melhores índices econômicos de Caetité frente a Rio de Contas, explicam-se, em parte, pelo fato de que a mineração em Caetité não foi uma atividade central e proporcionou, por conseguinte, desenvolvimento de atividades agropecuárias. (PIRES, 2003, p. 47)

Mesmo que a mineração desta região não apresentasse índices elevados, se comparado a Rio de Contas, a autora não deixa de sinalizar a presença desta atividade econômica em Caetité. Nogueira (2010, p. 33) também pontua que “[...] os sertanejos foram desenvolvendo os caminhos trilhados para sua sobrevivência; dedicando-se predominantemente às atividades da agropecuária ou ‘do garimpo de ouro, cristais e ametistas’”. Esta mesma autora também destaca que, nos idos de 1900, a sociedade caetiteense passou por mudanças visíveis, com a chegada de vários elementos da modernidade, afirmando que

[a]s mudanças nos costumes são patentes nessas situações de chegada de muita gente de outros lugares, garimpeiros que vinham arriscar a sorte ou que vinham contratados para o trabalho (NOGUEIRA, 2010, p. 33).

Os dados apresentados por estas pesquisas deixam entrever que dentre as atividades econômicas do Alto Sertão da passagem do século XIX ao XX, estavam àquelas relacionadas à mineração.

Durante os séculos XVIII e XIX vários locais da Bahia se destacaram na produção e comercialização de pedras preciosas, principalmente o diamante e o ouro, oriundos da Chapada Diamantina e de Jacobina. Ainda assim,

[p]ercorrer os caminhos da mineração na Bahia a partir do século XVIII é um tanto quanto difícil em função das lacunas deixadas pela própria historiografia que concentrou suas pesquisas nas regiões de exploração auríferas mais expressivas, como, por exemplo, Minas Gerais e Goiás (SANCHES, 2008, p. 22).

Se a historiografia privilegiou pesquisas nas localidades onde a mineração teve mais vulto econômico, torna-se ainda mais difícil estudar esta atividade em locais menos evidenciados politicamente, mas que, especificamente sobre Brejinho das Ametistas, sempre atraiu pessoas da região e até de outros países, principalmente alemães, como abordaremos no tópico seguinte.

Há alguns anos, a historiografia do Alto Sertão da Bahia vem sendo reconstruída através de abordagens singulares. O desenvolvimento destas pesquisas tem revelado dinâmicas e trânsitos sociais entre esses sertões, o litoral e até outros países. A pesquisadora Fátima Pires (2010) considera que

[e]ssa emergente historiografia é favorecida por um conjunto motivador. Destaco como primeiro componente uma disposição (em geral) da comunidade de historiadores em conduzir os seus temas para o estudo de suas manifestações mais pontuais ou relativas a contextos próprios, longe de homogeneidades, embora plenamente articuladas a temporalidades mais amplas, consideradas em seus movimentos históricos. (PIRES, 2010, p. 4)

À luz dos debates da Nova História, que permitiu diversificar objetos e construir novas interpretações históricas, este estudo, portanto contribui para regionalizar uma discussão que até há poucos anos estava direcionada apenas para os grandes centros produtores de minérios, e indica que historiografia brasileira possui muitas lacunas a serem preenchidas.

A parceira entre alemães e Deocleciano Pires Teixeira no comércio das ametistas

De acordo com a pesquisadora Marina Helena Chaves Silva (2007), embora a presença de alemães na Bahia não tenha ocorrido em grande proporção, no censo de 1920 o estado registrou 328 alemães e, em 1940 foram contados 542. Vale destacar que grande parte desses germânicos vivia em Salvador, mas também estavam espalhados pelo interior do estado, como afirmou esta historiadora.

O documento mostrado abaixo se trata de dados de um recenseamento realizado no ano de 1913 na Bahia, e apresenta o número de estrangeiros que viviam neste estado. Nota-se grande quantidade de italianos, seguido por portugueses. Os alemães somam-se em 118 pessoas. Se compararmos com os dados apresentados por Silva (2007), percebemos que entre 1913 e 1920 estes imigrantes mais que dobraram, certamente as tensões políticas suscitadas pela Primeira Guerra Mundial contribuíram para tal aumento.

"As bellas amethystas": Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Amethystas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)

*Recenseamento P. H. - [73]
Mun. Brejinho 1-8-1913 p. 7
Normalizado*

Italianos	2.963
Portugueses	525
Espanhóis	334
Turcos	208
Alemães	118
Holandeses	93
Franceses	59
Austríacos	27
Belgas	17
Ingleses	16
Americanos do Norte	11
Suecos	4
Sírios	3
Canadenses	3
Africanos	1

Figura 1: Imigrantes na Bahia (1913).

Ainda em meados do século XIX, Rômulo Martins (2013) afirmou que vários alemães chegavam a Lençóis, na Chapada Diamantina, para trabalhar nas atividades de mineração. O autor atestou que a empresa mineradora de nome *Assuruá*, contratou, por volta do ano 1858, vários germânicos para o trabalho nas minas de diamantes. "O investimento nos trabalhadores provavelmente foi motivado pelo impacto do fim do tráfico em 1850, que gerou desabastecimento e inflacionou os preços" (MARTINS, 2013, p. 60).

Certamente, a trajetória desse grupo de alemães é similar a tantas outras famílias de imigrantes que vieram ao Brasil no mesmo contexto histórico, sendo contratados ainda em sua cidade de origem. Ainda conforme o autor, esses alemães acabaram por não se adaptarem às condições de trabalho que lhes foram impostas e evadiram-se do local. O historiador não chega a citar os nomes destes alemães e não se sabe para quais locais eles fugiram. A última informação que se teve sobre esses alemães ocorreu em julho de 1860, quando o gerente da Companhia *Assuruá* comunicou ao presidente da província o seguinte:

(...) existem neste município poucos colonos, os quaes estão empregados, sendo um com o Cel. Antônio de Souza Spinola, um com o Dr. Antônio de Souza e Silva, dois com o Dr. Aristides Cezar Zama, um serralheiro na Compahia de Mineração do Ribeirão, um mecânico com Francisco José Lopes em sua officina de ourives, e outro dito que trabalha em sua casa, tendo estes dois últimos, famílias (...) quanto a transferência direi que é muito onerosa. Lençoes 29 de julho de 1860. (MARTINS, 2013, p. 66)

Mesmo não sendo possível afirmar sobre os nomes dos alemães, na fonte citada pelo historiador acima é possível perceber nomes de coronéis e doutores que, ao longo de suas trajetórias, possuíram estreita ligação com Caetité, tais como o Cel. Antônio de Souza Spínola (sogro de Deocleciano Pires Teixeira) e Dr. Aristides Cezar Zama (1837-1906). Além destes dois nomes, vale citar o do próprio Deocleciano Pires Teixeira, natural de Lençóis (BA), que mesmo exercendo a profissão de médico e posteriormente se firmando na política, era filho de Antônio José Teixeira, comerciante de pedras preciosas da Chapada Diamantina (AGUIAR, 2011).

Diante destes dados, supõe-se que estes alemães, “colonos” das minas de Lençóis, tiveram em Brejinho das Ametistas alguma relação com estas personalidades identificadas. Nesta pesquisa ainda não identificamos o ano exato da vinda dos germânicos para Brejinho, sendo possível pressupor que data de fins do século XIX, como evidenciam algumas fontes. A firma alemã, Albert Henrick Becker, instalada em Brejinho iniciou suas atividades logo depois da chegada desses primeiros imigrantes alemães a Brejinho.

O desembarque em grande escala de imigrantes alemães para o Brasil está relacionado à criação das colônias de povoamento, no início do século XIX. Nesse momento inicial, a região sul do Brasil começou a receber grandes levas de imigrantes, principalmente de origem alemã e italiana. Também houve tentativas de implementar esse projeto no sudeste baiano, exemplo disso é a Colônia Leopoldina, mas não obteve sucesso, assim como outras que foram criadas nesta província.

Muitos destes imigrantes também vieram a América do Sul para instalar seus empreendimentos comerciais. Outros chegaram fugindo de conflitos políticos, crises econômicas e as duas grandes guerras mundiais (SILVA, 2007). Como afirmamos, a

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

presença de alemães em Brejinho das Ametistas remonta ao final do século XIX, ficando evidente nas narrativas dos memorialistas locais:

[...] Era sempre um casal de alemães, que vivia e se integrava à comunidade, transmitindo hábitos de higiene e asseio que a população assimilava e dava um ar diferente das outras vilas: casas sempre limpas e floridas, janelas com cortinas, alimentação mais cuidada. O último destes representantes foi o alemão que se naturalizou brasileiro, aí viveu mais de vinte anos, Kurt Walter Dreher. Quando foi obrigado a voltar para a sua pátria, por razões de saúde, vendeu todas as propriedades e doou o total ao Hospital Regional de Caetité, [...]. (SANTOS, 1997, p. 311)

Certamente, a chegada e posterior fixação dos alemães em Caetité e Brejinho foi possibilitada pelas rentáveis parcerias estabelecidas entre os germânicos e Deocleciano Pires Teixeira⁶. Esse sujeito atuou com agente facilitador das relações econômicas movidas pelos garimpos, atribuição condizente com uma de suas atuações à época, a de representante de várias firmas de Salvador nesta região, além de ser um dos políticos e homem de negócios de bastante influência do Alto Sertão da Bahia.

No decorrer das três primeiras décadas do século XX ficou evidente uma estreita relação entre Deocleciano P. Teixeira e os alemães. Nesse sentido, os estudos de Love & Barickman (2006, p. 84) evidenciaram que

[...] um terço de todo o grupo [das elites de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, da Primeira República ao estado Novo] tinha algum tipo de vínculo com o exterior. Além disso, aqueles que dispõem de conexões com o estrangeiro tendem a ser políticos mais proeminentes.

Para esses autores, tais relações envolviam a exportação, importação ou interesses em firmas estrangeiras. Vinculados a Deocleciano P. Teixeira havia empréstimos de dinheiro, circulação de cheques, depósitos e investimentos relacionados a vários mineradores de Brejinho. Um dos germânicos correspondentes de Brejinho foi Otto Petry, alemão que esteve por longos anos à frente da firma alemã Henrich Albert Becker. As missivas enviadas por ele e por outros alemães destinadas a Deocleciano P. Teixeira são pertinentes para se pensar o papel desempenhado pelo mesmo naqueles garimpos e dinâmica do comércio destas pedras preciosas:

⁶ Sobre a trajetória política de Deocleciano Teixeira, ver: AGUIAR, Lielva Azevedo. “Agora um pouco da política sertaneja”: A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Santo Antônio de Jesus, 2011, 163 fls. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História regional e Local). Universidade do Estado da Bahia, UNEB - BA.

Brejinho 9/4.07

A^{mo} S^r.

Dr. Deocleciano Pires Teixeira

Em primeiro lugar visito-vos, desejando que o S. tenha feito uma feliz viagem!

Confirmo o recebimento do dinheiro pelo S. José Costa, de que muito agradeço!

Peço o S. para fazer-me o favor de dizer-me se não podem fazer as transações de hoje em diante por 1% pois a porcentagem de dois por cento é muito, e os preços das Ametystas na Alemanha são baixo presentemente.

Sempre ao vosso dispor

Com A. e O.

Alberto Becker⁷

A partir desta carta é possível presumir que houve um possível contrato firmado entre Deocleciano Teixeira e garimpeiros germânicos. Não é possível afirmar a existência deste contrato em sua forma escrita, porém indícios na documentação apontam para existência de acordos tácitos celebrados nas relações cotidianas que envolveram Deocleciano e imigrantes alemães.

A análise de outras missivas nos indica uma relação de confiança e trocas de favores entre Deocleciano e os alemães. Tais relações ocorreram principalmente por que à época não havia posto telegráfico em Brejinho, o que dificultava a comunicação desses alemães com o restante da Bahia e com a própria Alemanha. Com isso, constantemente os alemães solicitavam favores a Deocleciano, sobretudo referentes às transações em dinheiro, indicando uma relação de confiança e interesses mútuos entre as partes, como notamos na missiva a seguir:

Brejinho, 26.5.07

III^{mr} Sn^r Dr. Deocleciano Pires Teixeira.

Caetité

Am^l I Sn^r

Participo-vos que mandei um telegrama para a Allemanha, para mandar me uma certa quantia, para u banco da Bahia, para os Snr^{es} Moraes e C^{ia} sacar o dinheiro; e ser entregue a vossa Ex^{cia}; peço ao amigo que logo que chegue telegramma para mim; o Sn^r faça-me o favor de fazer um positivo por minha conta e manda-me.

O Sn^r Ozório entregará do Sn 900#000 milréis para Sn^r fazer o favor de trocar para mim de que vos fico muito agradecido

Sempre aqui-ao vosso dispor como

⁷ Fundo: Acervo particular da família do Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data limite: 1896-1930. Caixa 04, (grifos nossos).

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

Amo^o.
Cr^o I Obr^o
Otto Petry

Esta carta também nos chama a atenção para outra solicitação bastante recorrente nas correspondências enviadas pelos alemães de Brejinho, o pedido para trocar dinheiro em valores mais fragmentados. Certamente esta era uma forma de facilitar o pagamento dos garimpeiros que trabalhavam para os germânicos, serviço que o comércio local não atendia, indicando também a circulação de altas somas de dinheiro (cédulas). Este fato também remete a uma moeda local, criada pela empresa alemã para circular em Brejinho das Ametistas, cuja utilização será analisada mais adiante. As fontes indicam que esta moeda seria uma espécie de vale, cuja função extrapolou as fronteiras de Brejinho, podendo ser trocada em casas comerciais e agências bancárias de cidades do entorno, como Caetité e Caculé.

A relação econômica entre Deocleciano e os imigrantes garimpeiros de Brejinho vão além da troca de dinheiro. Nos livros contábeis de Deocleciano, os nomes dos alemães se mostraram frequentes, principalmente Otto Petry, além de outro alemão identificado apenas como Eduardo Frz. Estes livros demonstram a circularidade de dinheiro e investimentos em bancos, empresas e companhias envolvendo os alemães de Brejinho e Deocleciano.

“Em poucos dias eu espero dinheiro da Alemanha”: Comércio e exportação de ametistas

A presença germânica mostrou-se bastante ativa nas relações comerciais realizadas na Bahia. Além do fornecimento de mão-de-obra, eles se destacaram no comércio marítimo, ferroviário, comunicação e companhias de seguros. Durante primeiras décadas do século XX, os alemães controlavam parte significativa do comércio baiano:

[...] Cacau, açúcar, fumo, café, couros curtidos, peles, piaçava, **pedras preciosas**, cera de carnaúba, borracha e madeira eram os principais produtos comercializados por firmas exportadoras comandadas por luso-brasileiros e estrangeiros – ingleses, italianos, norte-americanos, **alemães**, suíços e franceses. (SILVA, 2007, pp. 205-206 – grifos nossos)

Com base nas fontes históricas utilizadas para este estudo e partir do intenso fluxo comercial entre a vila de Brejinho das Ametistas e a cidade de Caetité, é possível afirmar que por um longo período as ametistas de Brejinho tiveram como destino a Alemanha. Esse dado faz repensar a historiografia baiana que por muito tempo centralizou a importância econômica dessa região apenas em Salvador e seu litoral. Como já afirmou Pires (2009), a análise de “Livros de razão de ricos fazendeiros do sertão atestam sólidas relações comerciais com a capital da província, e negam um suposto isolamento dessas economias do interior; situação sinalizada presentemente com o crescimento de estudos regionais.” (PIRES, 2009, pp. 70-71)

Escrevendo sobre a geografia e história dos municípios baianos em 1932, o professor Pedro Celestino da Silva, relatou as seguintes informações sobre o comércio do então distrito de Brejinho das Ametistas: “A exportação das amethystas, feita para Alemanha, é estimada em 2.000 Klgrs. anualmente”. Outras evidências desse comércio encontram-se nas missivas abaixo:

Brejinho 15/4.07

III^{mo} S^{nr} e A^{mo}

Deocleciano Pires Teixeira

Caetité

[...]

Em poucos dias eu espero dinheiro da Alemanha e o S^{nr} vai receber aviso das S^{rs} Moraes e C^{ia} de pagar por mim uns dez conto de Reis. Sem mais A^{mo} e Ob^{ro} Alberto Becker⁸

Brejinho 17/2.07

Am^o e S^{nr}

Dr. Deocleciano Pires Teixeira!

Saudações etc;

Aviso ao Am^o que nestes dias o Snr receberá um aviso dos S^{ns} Moraes e C^{ia} da Bahia de remeter-me **a soma de 15 mil marcos**.

Com toda estima e consideração, [sic]

Am^o e Obr^o

Alberto Becker⁹

Ao analisarmos tais correspondências, é perceptível a inserção dos alemães residentes em Brejinho no comércio internacional com a Alemanha. Esse dado evidencia que imigrantes alemães, Deocleciano Pires Teixeira e garimpeiros locais foram sujeitos

⁸ Fundo: Acervo particular da família do Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data limite: 1896-1930. Caixa 04, (grifos nossos).

⁹ Idem.

“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)

ativos neste processo histórico. Na correspondência acima, chama atenção o envolvimento da empresa “Moraes e Companhia”, da qual Deocleciano Teixeira era o representante em Caetité, no envio de remessas e câmbios de valores monetários, certamente como resultado da venda das ametistas para o exterior.

Outro dado importante, representativo das relações comerciais presentes em Brejinho e arredores, foi a cunhagem de uma moeda pela companhia Heinrich Albert Becker, empresa que possuía sócios residentes na Alemanha, além dos residentes em Brejinho, tais como Otto Petry, que esteve à frente da firma por vários anos. Esta empresa atuou no comércio de ametistas até 1949, quando Walter Dreher, diretor da companhia após a morte de Otto Petry, comprou todas as suas possessões.



Figura 2: Dinheiro emitido pela companhia alemã H. Alberto Becker¹⁰.

O cunho deste dinheiro viabilizava as relações comerciais dentro do distrito de Brejinho e nas cidades de Caculé e Caetité. Conforme indicam as fontes consultadas, este dinheiro funcionava como uma espécie de vale, o que indica que a companhia alemã possuía solidez e desfrutava de crédito em toda região, proporcionando dinamicidade aos seus negócios. As fontes não indicaram o início da cunhagem desta moeda, no entanto é possível supor que tenha circulado até a substituição monetária do Réis pelo Cruzeiro, em 1942.

¹⁰ Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-526466569-bk0790-set-das-rarissimas-cedulas-do-brejinho-das-ametistas-JM>. Acesso em 07/12/13 as 13:58. Além desse valor (10 mil réis) encontramos notas com outros valores, como quinhentos réis, dois mil réis, um mil réis e cinco mil réis.

Analisando as fontes deste estudo, citada no tópico anterior, associada à moeda cunhada pela empresa alemã, é perceptível a existência de alianças econômicas visando o controle da atividade mineradora no período.

Por estar diretamente envolvido nas relações pesquisadas, Otto Petry¹¹ é um dos nomes mais recorrentes nas fontes utilizadas, todavia, através da análise de outros documentos, foi possível identificar vários outros alemães, presumivelmente também mineradores¹². Dados na documentação apontam que Otto Petry esteve na direção da companhia alemã desde o início século, permanecendo em Brejinho até poucos meses antes da sua morte em 1929. Em 1928 ele retorna à Alemanha junto com a esposa Pauline Petry para tratamento de saúde, e não regressa mais a Brejinho.

Conforme abordamos anteriormente, Otto Petry teve uma estreita parceria com um dos sujeitos de grande projeção política e social do Alto Sertão baiano, Deocleciano Teixeira. Informações colhidas no inventário post-mortem do alemão, além de reafirmar seu papel frente à firma mineradora, possibilitam entrever fragmentos de sua trajetória, no período em que esteve em Caetité e Brejinho das Ametistas:

Otto Petry era socio de uma Companhia formada por cidadãos Alemães, para exploração e compra de pedras Amethystas, no arraial de Brejinho onde era, há mais de dez annos, o diretor ou gerente da dita companhia, (cujos outros socios residem na Alemanha);¹³.

A tabela abaixo foi elaborada com base na relação de bens descritos no inventário de Petry, amealhados como resultado de suas atividades em Brejinho e Serra do Salto¹⁴:

Tabela 1: Relação de bens de Otto Petry¹⁵.

Bens semoventes e imóveis registrados em Brejinho das Ametistas	
Partes de garimpos	4
Garimpos	5

¹¹ Além de Otto Petry, Kurt Walter Dreher é outro sujeito bastante atuante na mineração de Brejinho das Ametistas. Walter Dreher chega à vila alguns anos depois da morte de Otto Petry. Desta forma, analisamos sua atuação frente aos garimpos nos capítulos 2 e 3 do trabalho monográfico.

¹² Ernest Becker, Alberto Becker, Hermano Mengues, Rodolfo Caeser, Rodolfo Jacob Bohier, Carlos Neezer, Frederico August Bohier, e o holandês Vershums V. de Voort também estão relacionados à firma alemã que atuava no local, alguns desses residiam em Brejinho, outros foram sócios ou empregados da companhia.

¹³ APEB – Seção Judiciário – Inventário – Classificação: 08 – 3609 – 04, p. 18.

¹⁴ Serra do Salto é uma região próxima a Brejinho das Ametistas, atualmente faz parte do território do município de Licínio de Almeida/BA. Muitos mineradores de Brejinho possuíam garimpos neste local, no entanto entendemos que Brejinho possuía certa centralidade sobre todos esses garimpos, e, portanto quando nos referimos aos garimpos de Brejinho também incluímos aqueles de Serra do Salto.

¹⁵ APEB – Seção Judiciário – Inventário – Classificação: 08-3609-04, p. 18

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

Sítios	3
Partes de terra	2
Mangas	3
Casas	12
Posse	9
Gado <i>vacum</i>	62
Gado <i>cavalar</i>	20
Imóveis registrados em “Salto” (termo de Urandi)	
Parte de terra com garimpos	3
Casas	3
“Boccas” de serviço	8
Partes de terras	2
Serviços de garimpo	2
Sítios	1

Os dados apresentados nesta tabela podem sofrer variações, pois encontramos propriedades que possuem outros bens inseridos, havendo casos de sítios que, além de possuir mangas, também aparecem garimpos. O inventário de Petry ainda nos informa sobre os bens amealhados em várias regiões além de Brejinho das Ametistas e Serra do Salto, tais como Caculé (BA) e Água Quente, em Rio Pardo (MG). Nesse último local foram catalogados três “boccas” de serviço de garimpo, uma “cáta”, uma parte de terra e um garimpo.

Na tabela 1 é perceptível, além de áreas com garimpos, a presença de bens relacionados às atividades garimpeiras; gados cavalar, (burros de cargas, dois “cavalos viajeiros” e uma “mula de sella”); gado *vacum*, utilizados como bois de cargas e necessários para o carregamento dos desmontes dos garimpos, fator que atesta o caráter itinerante da atividade mineradora. Além disso, notamos um número relevante de casas, que serviam de abrigo para alguns garimpeiros que prestavam serviços a Otto Petry.

No entanto, a grande maioria das pessoas que para lá se deslocaram viviam em habitações bastante simples, os ranchos de palha. A descoberta do minério de Brejinho atraiu grande quantidade de pessoas ao local, formando inicialmente “ao redor da vila, numerosos ranchos, cobertos de palha de ouricuri, davam um aspecto muito pitoresco ao lugar” (COSTA, 1992, p. 30). Nos ranchos alojavam centenas de garimpeiros atraídos pela riqueza do serviço de mineração. Tal característica assemelha-se aos garimpos do Mato Grosso, estudados pela historiadora Regina B. Guimarães Neto. Para ela, em locais como esses,

[o] aspecto provisório imprimia-se na organização espacial e material das aglomerações garimpeiras: as próprias construções estampavam um “ar de acampamento”, ranchos espalhados, em que os materiais de zinco e folhas de buriti, forneciam portas, paredes e coberturas. A pobreza reinava nesses alojamentos (GUIMARÃES NETO, 1996, p. 137).

Esses ranchos, por muito tempo, serviram de casas para vários aventureiros das ametistas, chegando a influenciar “[...] a denominação para uma das ruas locais, sendo ela, conhecida pelos moradores [atuais] como rua das palhas” (SANTOS & LOPES, 2012, p. 31).

Na década de 1930, Pedro Celestino da Silva identificou em Brejinho das Ametistas, vinte fazendas, e apresenta um panorama sobre a economia da vila:

A lavoura do districto limita-se ao cultivo da mandioca, cana de assucar, feijão, milho, arroz, legumes, e outros productos para consumo local. As demais industrias e artes estão representadas por 30 engenhocas (banguês), 4 engenhocas e alambiques, 20 fazendas, 8 ditas de criação, 16 pastos de aluguel, 4 ferrarias, 6 sapatarias, 4 carpintarias, 6 olarias, 2 alfaiatarias e 3 barbearias (SILVA, 1932, p. 209).

As fazendas, pequenos sítios e engenhos produziam mercadorias que abasteciam aquela região, o que minimizava a dependência dos garimpeiros em relação ao comércio mais abastado da região, centralizado na cidade de Caetité. Esta relativa independência da vila de Brejinho em relação à Caetité não indica isolamento do local em relação a outras áreas, haja vista o envio de ametistas para a Alemanha. O comércio entre as fazendas e sítios presentes em Brejinho era proporcionado pela utilização da “tropa”:

Para nossa viagem de regresso, madrinha contratou dois homens, seu Giácomo e o filho, rapaz, José Catarino, **que possuíam animais que alugavam aos viajantes, e eles mesmos se encarregavam da bagagem** (SILVA, 1992, p. 31 – grifos nossos).

O relato acima foi descrito pelo memorialista Áurea Costa Silva, moradora de Caetité e que durante as primeiras décadas do século XX fazia constantes viagens a Brejinho das Ametistas, acompanhada por sua madrinha¹⁶. Conforme a narrativa, a dinâmica gerada pela exploração de pedras preciosas em Brejinho proporcionou uma

¹⁶ Nogueira (2010) afirmou que para aumentar “suas rendas”, a madrinha de Áurea Costa Silva, cujo nome não foi identificado, sempre se deslocava a Brejinho em épocas de festas, pois a mesma era costureira “[...] e a vila era sempre animada naquelas ocasiões”. (NOGUEIRA, 2010, p. 135)

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

diversidade de atividades, como a contratação de serviços para transporte de pessoas e mercadorias entre Brejinho e demais localidades.

As demandas mais frequentes de abastecimento foram atendidas por iniciativas locais. Além da grande quantidade de garimpos, Petry assim como demais moradores da vila, cultivava “roças”, que serviam de alimentação para os bois de cargas, responsáveis pelo transporte do minério, além de fornecer mantimentos que auxiliavam na alimentação dos garimpeiros. Neste sentido, evidenciam-se como atividades complementares para os mineradores a agricultura e criação de animais, para a subsistência e manutenção da base de mineração. Segundo Reis (2008),

[...] as atividades agro-pastoris eram concebidas pelos mineradores como atividades necessárias e intimamente articuladas com o trabalho nas lavras, constituindo assim um todo que garantia a base para a mineração. [...] Dependendo do tamanho da estrutura produtiva, a agricultura e a criação de animais praticada pelos mineradores podiam voltar-se simplesmente para a subsistência e manutenção da unidade mineradora ou também para a produção de um excedente comercializável no mercado interno. Mais ainda, as informações coletadas revelam que, além dessas, outras atividades econômicas – como a produção de derivados da cana e o comércio em vendas/lojas – podiam completar os rendimentos de alguns mineradores (REIS, 2008, p. 8).

Em relação aos garimpos pesquisados na região de Mato Grosso, Guimarães Neto (1996) constatou que os grandes compradores de diamantes daquele local eram chamados de “coronéis dos garimpos” que, além de dominar a arte do mundo dos garimpos, contavam com alianças políticas para viabilizar sua atividade. Esses capangueiros, de acordo a autora,

[...] ao se tornarem os comerciantes de maior expressão, no âmbito do comércio diamantífero, eram os que organizavam e direcionavam e os fluxos de compra e venda das pedras preciosas, aliando-se às firmas exportadoras com sede na capital do país, Rio de Janeiro, e, principalmente, tratavam de garantir a exploração diamantífera, promovendo vinda de homens pobres para toda a zona mineradora (GUIMARÃES NETO, 1996, p. 175).

Na medida em que conseguiam ampliar o domínio sobre a comercialização das pedras preciosas, os capangueiros passavam a interferir nos fluxos de compra e venda e no processo de exploração. Conforme Guimarães Neto (1996, p. 178-179), o “coronel dos garimpos”, eram homens que:

Não permitiam a venda de diamantes sem a sua mediação, mas também se utilizavam de outras práticas vizinhas, mais comuns, como financiar empreitadas para exploração de lavras e equipamentos (mesmo os mais rudimentares), emprestar dinheiro e tornar-se, na realidade, credores de faisqueiros e garimpeiros, exigindo, destes últimos fidelidade e compromisso.

Além das atividades descritas acima, a historiadora identificou por partes dos proprietários de garimpos, a montagem de uma rede de pequenos comerciantes pelas áreas da mineração, através de “[...] faisqueiros ou agentes – seus fornecedores diretos – sabe-se que a prática predominante era a que consistia em distribuir dinheiro – contos de réis – entre seus agentes,” para compra de pedras, movimentando as relações comerciais. Em seguida, os compradores enviavam os lotes de pedras “para o funil das grandes exportadoras, em conexão com o mercado internacional” (GUIMARÃES NETO, 1996, p. 178).

A partir do inventário de Otto Petry, descrito anteriormente, é possível identificar algumas semelhanças entre a atividade mineradora em Brejinho e as localidades estudadas por Reis (2008) e Guimarães Neto (1996), sobretudo no tocante à intensa participação dos proprietários de garimpos nas atividades agropastoris, controle do comércio local, alianças políticas, entre outras.

Outro dado relevante sobre os garimpos de Brejinho é que boa parte desse minério circulou ilegalmente. Exportada principalmente para Alemanha, na primeira metade do século XX, a comercialização das ametistas foi pouco registrada pelos órgãos administrativos. Isso mesmo após a modernização da mineração, efetivada durante os governos de Getúlio Vargas, que criou órgãos de fiscalização, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), centralizando através do controle estatal as autorizações e concessões federais para atividades de mineração.

Frequentes também foram as crises econômicas provocadas pela queda de preços. Em momentos como esses certamente as pessoas de menos posses passavam por grandes dificuldades, o que resultava em fomes e migrações. No entanto, as crises também foram acompanhadas por momentos de abundância, situação que parece comum aos locais que possuem garimpos. Desta forma, Silva (1932) afirmou que:

Em 1873, tomou grande impulso a exploração dessas lavras pela concorrência de aventureiros que as procuravam de todos os pontos, de

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

sorte que a povoação cresceu, povôu-se, como por encanto, de um pessoal adventicio, criando assim um animado commercio.

Mas, esse crescimento não foi de longa duração, pois, arrefecendo o trabalho, em consequencia de não terem as amethystas exportadas alcançando preços compensadores na Europa, começou então a decadência das lavras pela dispersão de grande parte de seus trabalhadores. (SILVA, 1932, p. 207)

As considerações desse autor informam que o comércio de ametistas teve uma importância significativa no final do século XIX e, após certo tempo, já não desfrutava mais de tanto prestígio na Europa, questão que gerou uma crise deste comércio e teria culminado para sua decadência por volta da década de 1930. Pedro Celestino da Silva apontou também que “o preço varia, conforme a qualidade de pedra, gozando a de 1ª o valor de 2:500\$000.; a de 2ª, 1:200\$000; e a de 3ª, 600\$000” (SILVA, 1932, p. 209).

Estas crises costumam ser frequentes em locais onde há garimpos, mas, apesar da existência de momentos de arrefecimento das extrações, também vive momentos de grande euforia econômica. Sobre os garimpos de Brejinho, esta constatação foi feita por Dom Juvêncio de Brito, bispo da diocese de Caetité, quando visitou a referida vila no ano de 1941, afirmando que, “neste anno, o povo da localidade estava mais animado devido à alta da amethysta, cujo kilo de pedra de primeira está custando oito contos de reis (8:000#000)”¹⁷.

Considerações finais

Nesse estudo objetivou-se contextualizar o início da exploração dos garimpos de ametistas de Brejinho, a chegada de imigrantes alemães ao local e as nuances que envolveram o comércio desse minério. Procuramos fornecer dados sobre o cotidiano da economia mineradora evidenciadas, principalmente, pelos acordos tácitos celebrados entre os alemães e Deocleciano Teixeira e pela criação de uma moeda (vale) que dinamizou as relações comerciais. Percebemos que embora o principal produto da economia de Brejinho fosse a mineração, destinada principalmente para exportação, outras atividades, como as agropastoris, também se fizeram necessárias para garantir a subsistência da população.

¹⁷ Diocese de Caetité - Livro de visitas pastorais – 1934 a 1944, p. 52

Embora esta pesquisa já apresente alguns resultados, a mesma ainda se mostra profícua a desvendar outros meandros da mineração de ametistas de Brejinho. Os secretos lugares subterrâneos por onde se extraiu as famosas “pedras roxas” desde longas datas ainda tem muitas histórias a revelar.

Fontes

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Sessão: Judiciário

Série: Inventários

ID: Otto Petry

Classificação: 8/3609/04

Arquivo Público Mineiro (APM)

Documentos avulsos

Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC)

Correspondências Pessoais

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira

Grupo: Deocleciano Pires Teixeira

Série: Correspondências pessoais

Caixas: 1, 2, 3

Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira

Grupo: Dr. Deocleciano Pires Teixeira

Série: Correspondências

Data-limite: 1896-1930

Caixa: 04

Subsérie: Filhos

Livros contábeis

Casa Anísio Teixeira

Grupo: Livro Caixa

Série: Registros Contábeis (Receitas e Despesas)

Data limite: 1911-1924

Maço: 06

Jornais

Jornal A Penna. Exemplares: 1939-1942

Diocese de Caetité

Livro de visitas pastorais – 1934 a 1944

**“As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas
(Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)**

Literatura Regional

COTRIM, D. T. **O distrito de paz do Gentio e a história sucinta de sua decadência**. Montes Claros: A “Penna” Editora e gráfica LTDA, 1997.

SANTOS, H. L. **Caetité Pequenina e Ilustre**, 2 ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1997.

SILVA, A. C. **Luz entre os roseirais**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1992.

Referências bibliográficas

AGUIAR, L. A. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). Santo Antônio de Jesus, (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, UNEB, 2011.

BARROS, J. D. A. **O campo da História**: especialidades e abordagens. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BURKE, P. (org). **A escrita da História**: novas perspectivas. Unesp: São Paulo, 1992.

CORREIA, M. **Variedades gemológicas de quartzo na Bahia, geologia, mineralogia, causas de cor e técnicas de tratamento**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em mineralogia e petrologia. São Paulo, 2010.

ESTRELA, E. S. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, Fapesp: Educ, 2003.

GRIMBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: LUCA, T.; PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GUMES, J. **O Sampauleiro**. Caetité, Typographia d'A Penna, 1926.

HEINZ, F. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, F. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

JESUS, Z. R. **Eldorado sertanejo**: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2005.

_____. Trabalho e pobreza nas serras auríferas do sertão baiano. (1930-1940), **Revista Mundos do Trabalho**, vol.1, n. 1, 2009.

MARTINS, M. L. A mineração de diamantes e a administração geral dos terrenos diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. **Revista de História**. SÃO PAULO, Nº 167, p. 129-163, 2012. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=285025370006

MARTINS, R. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes”** Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Salvador, (Dissertação de mestrado), Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2013.

MARTIUS, C. F. P. von.; SPIX, J. B. von. **Através da Bahia** – excertos da obra Reise in Brasilien (1938). Disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/atraves-da-bahia-excertos-da-obra-reise-in-brasilien/pagina/233/texto. Acesso em 12/02/2013.

NEVES, A. S. **Chorographia do municipio do Rio Pardo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908.

NOGUEIRA, M. L. P. S. **A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes** (Alto Sertão Baiano – 1897 a 1930). São Paulo, (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP, 2010.

PIRES, M. F. N. **Fios da Vida**: Tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos nos sertões de sima. Rio de Contas e Caetité – BA (1860-1920). São Paulo, Annablume, 2009.

_____. História, historiografia e historicidade: tempos históricos, tempo presente. In: **Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia**: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

REIS, F. M. M. **Traços do cotidiano nas minas de ouro**: A estrutura produtiva e o trabalho escravo nas unidades mineradoras setecentistas. XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina – MG, 2008. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A003.pdf

RIBEIRO, M. P. **Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia**. A escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927). São Paulo. Alameda, 2012.

SAMPAIO, T. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). Escolas Professionaes Salesianas: São Paulo, 1905.

SANCHES, N. P. L. **Os livres pobres sem patrão nas Minas do rio das contas/BA: Século XIX (1830-1870)**. Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. UFBA. Salvador. 2008.

SANTOS, C. T.; LOPES, M. M. **Garimpendo a formação do espaço urbano de Brejinho das Ametistas**. Monografia. Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Caetité, UNEB, 2012.

SANTOS, P. H. D. **Cidade e Memória**: dimensões da vida urbana. Caetité, 1940-1960. Rio de Janeiro, 2001. (Mestrado em História Social), UNIRIO.

_____. Manifestações modernizadoras no Alto Sertão Baiano – Caetité(1910-1920). **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder**: Cultura. Universidade Federal de Sergipe - UFS, Aracaju (SE). 2010.

SEYFERTH, G. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Mana, 1997.

_____. **A dimensão cultural da imigração**. RBCS, 2011.

SILVA, M. H. C. **Vivendo com o outro**: Os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial. Tese de doutorado, Salvador, UFBA, 2007.

_____. **Acordos internacionais, mercado interno e cotidiano baiano** - a crise nas relações teuto-brasileiras (1937-1945). Textos de História, vol. 16, nº 2, 2008.

SILVA, P. C. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. **Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia**. Nº 58, Seção Gráfica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

Gabriel Ferreira Gurian *

Resumo: O presente artigo tem por objetivo uma breve reflexão acerca das práticas embriagantes vigentes na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920, através da análise das crônicas do escritor e jornalista Benjamim Costallat. Abordando um período inicial das proibições legais do consumo e venda de substâncias psicoativas, e de ecos ainda latentes da influência francesa nos modos e costumes cariocas, este trabalho se debruçará sobre cinco crônicas, publicadas entre 1922 e 1929 no *Jornal do Brasil*, para ponderar acerca dos “venenos” consumidos na então capital da República. Pensando tais escritos como frutos do pensamento e das possibilidades de uma época, que constroem uma imagem dos objetos de que tratam, buscar-se-á analisar a variedade de substâncias, modos de consumo e meios nos quais se consumiam estas drogas, ponderando o que podiam expressar acerca da constituição social e espacial do Rio em princípios do século XX. Para além disto, pensar também os lugares sociais dos tipos de vício e da reabilitação dos viciados, contrapartes de uma mesma realidade toxicômana. Ópio e cocaína eram consumidos, em ocasiões, por públicos análogos, o que não se pode dizer acerca dos locais de consumo ou o significado de cada vício aos olhos dos pares sociais dos consumidores. E ainda, além deste contraste, a reabilitação se mostra plena e socialmente vexativa, requerendo zelo ao sigilar o confinamento do viciado nos camuflados sanatórios cariocas. As diferentes formas de embriaguez do Rio dos anos 1920, assim, se mostram como possíveis indicadores de distinção social observados espacialmente.

Palavras-chave: Ópio; Cocaína; Literatura; Rio de Janeiro; Benjamim Costallat.

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (campus Franca).

Introdução

Talvez ouças que o nome deste livro pertence a Pitigrilli¹. Não pertence. O dono dele é Niemann, químico inocente que descobriu a cocaína, há muitos anos...
Álvaro Moreyra

Para digerir a felicidade natural, como a artificial, é preciso, antes de tudo, ter a coragem de engoli-la.
Charles Baudelaire

Pedro Pernambuco Filho e Adauto Botelho, eminentes psiquiatras adeptos das tendências eugênicas em voga no Brasil na primeira metade do século XX, dedicaram estudos e ensaios às então crescentes toxicomanias², especificamente nos grupos do mundo *chic*, dentre elas as do ópio e da cocaína, (PERNAMBUCO FILHO; BOTELHO, 1924, p. 27), às quais, em vista da variedade de substâncias a tomarem o gosto de inúmeros brasileiros de posses e letras, atribuíram a alcunha de “vícios sociaes elegantes” (Ibid.). Escrevem os psiquiatras, em 1924, que “ha doze annos, o alcaloide da cóca não era conhecido em nosso meio como vicio, e ha muito menos tempo podemos affirmar, a não serem os chinezes, ninguem aspirava aqui o fumo do opio enganador” (Ibid., p. 13). Percebe-se a então crescente preocupação de cunho eugênico, em meio aos grupos médicos, perante o crescente número de adeptos das práticas embriagantes entre os abastados grupos sociais nos anos 1920, a ponto de surtir uma urgência de se articular uma “luta contra esta plêiade de insanos que cresce dia a dia, [...] para que não assistamos de braços cruzados á degeneração de nossa raça” (Ibid., p. 14).

Os vícios sociais tidos por elegantes pelos psiquiatras gozavam de relativo número de adeptos na década de 1920, apesar da citada crescente tendência eugênica no país, e da legislação promulgada em 1921, que previa penas de reclusão e multas a

* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (campus Franca).

¹Pseudônimo do escritor e jornalista italiano Dino Segre, que, assim como Álvaro Moreyra, que publicou “Cocaína” em 1923, teve uma obra publicada sob o mesmo título, em 1921.

²Na década de 1920, o termo era denominado, preponderantemente, de acordo com a maneira que os vícios nas “substancias venenosas” eram encarados pelas autoridades médicas do período – alarmadas, no seu furor eugênico, e inclinadas a tomar tais como nova modalidade de doença mental. Benjamim Costallat também utiliza o mesmo termo, no entanto, de forma a conotar uma “mania”, um vício, numa substância tóxica, “venenosa”. É neste sentido que a expressão é utilizada neste artigo. Para mais, ver: ADIALA, Júlio César. *Drogas, medicina e civilização na Primeira República*.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

transgressões relacionadas ao uso e a venda de “substancias venenosas”³. A concepção negativa e a urgência de combate perante as drogas se faziam cada vez mais presentes em discursos médicos e de autoridades políticas, algo perceptível pela presença de Pernambuco Filho no Congresso do ópio, organizado pela Liga das Nações, em 1924, e pela busca de melhor eficácia legislativa, no Brasil, em 1932, com a promulgação do decreto que previa punições mais severas e fiscalização da entrada, comércio e emprego de diversas substâncias, dentre elas o ópio, a cocaína, a morfina e, pela primeira vez, a maconha (FRANÇA, 2015, p. 63-64). Todavia, mesmo sob o olhar repressor, ilegalidade e a situação de alarme entre forças eugênicas nacionais, as práticas inebriantes ainda eram voga no Brasil vintista e tinham seu catálogo de substâncias das quais se gozava cada vez mais ampliado.

Tais práticas também eram denotadas por outras figuras, intelectuais, pensadores e letrados. Benjamim Costallat, cronista e jornalista e, então célebre, em atividade na imprensa Rio de Janeiro desde a segunda década do século XX, é um destes perceptivos, que nos lega escritos sobre as toxicomanias da sociedade carioca que observa e disserta sobre nas páginas do periódico *Jornal do Brasil*. Segundo ele, escrevendo em 1922, “o Rio está se tornando cada vez mais a cidade vertigem, onde já se fuma ópio como se fumam *havanás*⁴, onde se bebe éter como se bebe *champagne*” (COSTALLAT in RESENDE, 2006, p. 54). Ao escrever e publicar sobre o cenário de embriaguez que então vinha tomando corpo na capital da República, Costallat fornece, ao longo do terceiro decênio do Novecentos, retratos sócio-espaciais de dois dos principais – e mais preocupantes, como dissertam Pernambuco Filho e Botelho – vícios que vinham ganhando o gosto dos cariocas: a cocaína e o ópio. Em cinco curtas crônicas publicadas entre 1922 e 1929, adequadas ao veículo jornalístico na qual circulavam, ao público leitor majoritariamente de poucas letras, e ao crescente ritmo metropolitano no qual se encontrava o Rio de Janeiro (O'DONNELL, 2012), o escritor trata das duas substâncias, dos grupos que as consumiam e dos locais onde eram consumidas, num contexto de gradativa consolidação destas variedades de toxicomania como práticas dos meios sociais cariocas.

³Como denominados o ópio, a cocaína e a morfina na Lei 4.294, de 06 de Julho de 1921.

⁴Charutos.

Mesmo de caráter híbrido, jornalístico e imaginativo, mas de apelo verídico como clama o próprio Costallat⁵ (Ibid., p. 125), estas crônicas são frutos do pensamento e das possibilidades do período em que foram escritas, e constroem imagens, oriundas da observação social do escritor, dos objetos de que tratam (VEYNE, 1998), no caso, das toxicomanias vigentes no Rio de Janeiro à sua época, nos ecos da marcada influência francesa na cultura brasileira nas primeiras décadas do século XX (LIMA JÚNIOR; PECHMAN in FIGUEIREDO, 2009, p. 59-64). Tendo em vista um panorama no qual a capital da República de então se mostra além da concepção historiográfica maniqueísta de que o Rio de princípios do século passado conjugava duas cidades, a elitista, de aspiração cosmopolita e modernizadora, dos *clubs*, teatros, cafés e pensões *chics*, e a pobre, das favelas e cortiços (Ibid.), e a partir das crônicas de Benjamim Costallat, este trabalho objetiva ponderar de que forma as diferentes toxicomanias, marcadamente a opiomania e a cocainomania, podiam se mostrar como indicadores de distinção sócio-espacial na sociedade carioca dos anos 1920, e, entretanto, no âmbito prático, se mostravam incoerentes em relação ao pressuposto acerca dos lugares sociais de cada tipo vício.

Da Opiomania

O ópio figura entre os vícios tidos por elegantes por Pedro Pernambuco Filho e Adauto Botelho, o que é perceptível já no subtítulo de sua obra previamente citada, *Vícios Sociais Elegantes: Cocaína, ether, diamba⁶, opio e seus derivados, etc. estudo clínico, medico-legal e prophylático*, de 1924. No entanto, é possível ponderar de forma diferente a cerca deste caráter plenamente “elegante” do ópio, pelos escritos de Benjamim Costallat, visto que, na sociedade carioca dos anos 1920, os espaços e formas de

⁵Vale destacar aqui que Costallat lançava mão de temas deveras sensacionalistas em suas obras, como em *Mademoiselle Cinema* e nas crônicas aqui analisadas, de forma comercialmente impulsionadora – tanto para seus livros, quanto para o jornal no qual publicava –, o que justifica sua inclinação à retratação de tais temas marginais da vida carioca; todavia, não de forma desconexa ao observado pelo jornalista, que aliava o sensacionalismo ao passível de ser tido como crível pelo seu público – visto que era publicado por um dos jornais de maior destaque no Rio de Janeiro, em seu período. Para mais, ver: O'DONNELL, Julia. *A cidade branca: Benjamim Costallat e o Rio de Janeiro dos anos 1920*; POLESEL, Célia. *Benjamim Costallat: jornalismo e literatura na escrita do submundo*.

⁶Termo do princípio do século XX que denominava a maconha.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

consumo da droga não se mostravam coerentes com público tido por elegante para os psiquiatras, e que, ainda assim, a consumia.

O cenário da opiomania pintado por Costallat, destacadamente a *fumerie* chinesa na travessa do Ferreiro (COSTALLAT in RESENDE, op. cit., p. 91), hoje bairro Senador Camará, muito se assemelha ao *opiumden* descrito por Sir Arthur Conan Doyle em 1891, no conto *The man with the twisted lip*, uma das 56 curtas histórias as quais protagoniza o célebre detetive Sherlock Holmes. Possivelmente como na Inglaterra, o ópio teve seus primeiros consumidores assíduos e já aculturados à droga em territórios brasileiros, destacadamente o Rio de Janeiro, visto que era o principal porto e cidade do Brasil em princípios do século XX, na figura dos chineses. E assim como na Europa, o ópio não gozava de prestígio social. Thomas De Quincey, em princípios do século XIX, transgrediu concepções morais e literárias ao escrever seu *Confissões de um comedor de ópio*. Charles Baudelaire omite em seus escritos seu vício pela droga, dissertando apenas, de forma analítica, sobre a obra de De Quincey para tratar da substância, em seu famoso *Os Paraísos Artificiais* (BAUDELAIRE, 1982, p. 43-102). No conto supracitado de Conan Doyle, a personagem Dr. James Watson vai a uma das casas chinesas de consumo de ópio, sempre marginais, num beco da London Bridge, a procura de um homem que conhecidamente sucumbira ao vício da droga, marido de uma amiga do Doutor, que pede sua ajuda na situação de desaparecimento de seu cônjuge (DOYLE, s/d, p. 69-71). Devido à facilidade de obtenção na Europa, especialmente na Inglaterra, em decorrência do fluxo de transações comerciais com o Oriente no Oitocentos (BLANCHARD; ATHA, s/d), a substância, publicamente, tornou-se do gosto corriqueiro e assíduo de operários e grupos menos abastados (BERGERON, 2012, p. 23), mas, veladamente, partilhado pelas mais diversas figuras, como Baudelaire e De Quincey. No Rio de Janeiro dos anos 1920, o que é perceptível é a localização de sua proveniência e uso em meios chineses – mas não de exclusividade dos *chins*⁷.

Os escritos de Costallat sustentam a ideia de Pernambuco Filho e Botelho quanto ao aumento de abastados e letrados que se tornam adeptos de diversas toxicomanias. Em *Os gozos da vida*, crônica de 1929, o escritor carioca, num tom de decepção,

⁷Denominação para os chineses à época de Costallat.

menção um caso de prisão por porte e tráfico de drogas de um homem decadente, que “até delegado de polícia havia sido, entre outras coisas” (COSTALLAT in RESENDE, op. cit., p. 133). Em meio ao relato/crônica, discorre frustrado sobre o panorama dos viciados que observa na sociedade. “O vício justamente impera nas classes onde a educação e o conforto são mais desenvolvidos”, diz ele. “Não é na classe pobre. Não é na classe dos desamparados. Não. É entre os felizardos, entre aqueles que tudo têm, e ainda assim correm à procura dos ‘paraísos artificiais’” (Ibid.). Escrevendo ao fim da década, é o que podemos observar sobre os consumidores de ópio durante o terceiro decênio do último século, mas apenas na forma prática, e não aos olhos dos pares sociais, de forma socialmente aceita e “elegante”, o que indica a procura da droga por parte de pessoas abastadas, mas a inexistência de aceitação aberta de seu uso, como poderá ser percebido a seguir.

O principal espaço do ópio no Rio era a travessa do Ferreiro, como aponta Costallat e outros escritores, como Orestes Barbosa e João do Rio. Este ponto de ocupação chinesa era o local de moradia, relativa sociabilidade e trabalho dos imigrantes asiáticos. No conto *Os fumantes da morte*, de 1924, Costallat narra a empreitada noturna de dois sujeitos na travessa do ópio. Ao adentrar “uma das célebres *fumeries* chinesas, *fumeries* onde só os iniciados conseguem penetrar, templos misteriosos de um grande vício” (Ibid., p. 91), os dois rapazes, dotados do senso de que outros que não chineses, assim como eles, estariam desfrutando da embriaguez opiacea, inquerem o chinês Lu-Ki-Kong, que os guia pelos estreitos corredores da casa de ópio acerca de demais brasileiros:

–Lu-Ki-Kong! Onde estão os brasileiros que fumam?
O filho do céu fez uma careta horrível. Bateu violentamente a palma da mão no peito:
– Oh! Oh! ‘Mentiro!’ ‘Mentiro!’... Só chim... Só chim... Brasileiro, não!...
Tornei a insistir:
– E as mulheres? As criaturas viciadas que, à noite, vêm procurar no ópio o esquecimento de uma vida vergonhosa e um prazer novo para as suas sensações insaciáveis....
[...]
O chinês, mudo, não respondia. [...]
Mas o chinês teve um frêmito. Rápido, fez um gesto.
Na porta, agora, batiam [...].
[...]
Correu à porta. Abriu-a.
Então vimos um casal entrar.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

Conheci, imediatamente, o homem, pela sua gordura de bem-aventurado gozador da vida. Parente de um muito ilustre político já morto, o sr. X.Y. é a figura indispensável de todos os recantos do Rio que se diverte. Acompanhava-o uma mulherzinha loura – uma francesa vulgar.

[...]

Quando Lu-Ki-Kong voltou, conservava-se imperturbável, como se nada tivesse acontecido.

– Então os brasileiros fumam ou não?

Lu-Ki-Kong abanando a cabeça, tornou a repetir:

– ‘Mentiro!’ ‘Mentiro!’ Só chim... Só chim... (Ibid., p. 92-93).

É perceptível o zelo para velar a presença, possivelmente habitual, de um homem de importância quase pública como o dito sr. X. Y., familiar de célebre político, conhecido nos ambientes de sociabilidade e boemia das elites cariocas, nas vielas e espaços de embriaguez do bairro chinês. Além do fator de ilegalidade que perpassa a venda e o consumo de ópio desde o período, pode-se ponderar, assim, acerca de um caráter vexatório do uso do ópio em meio às elites sociais do Rio, mas também uma prática constante e velada, especialmente entre indivíduos destes grupos, que eram capazes de pagar pelo vício, além dos chineses, e aos quais os dois sujeitos também podem pertencer, visto que integram os mesmos ambientes de sociabilidade que o sr. X. Y., e foram recebidos na casa de ópio de forma semelhante a possíveis consumidores. Pois o

ópio, a cocaína, a morfina são substâncias caras. [...] E todo um comércio de bandidos explora essas mercadorias de morte, às escondidas, clandestinamente, e faz pagar caro o seu crime.

Chineses no ópio; certos garçons e ‘rápidos’, na cocaína; alguns farmacêuticos na morfina; todos esses vendedores de esquecimento e de delírio tiram cada vez mais maiores lucros com a desgraça alheia! (Ibid., p. 53-54).

Dessa forma, pode-se pensar que a elegância, partindo da terminologia empregada por Pernambuco Filho e Botelho, no caso do ópio, se restringiria apenas à parcela apontada como crescente de seus consumidores e não à prática em si, pois não era, à visão de Costallat, cultuada como elegante socialmente. E, na esteira deste raciocínio, o local de uso do ópio permanece em meio às camadas sociais marginalizadas, onde se supõe pertencer o lugar social degradado da opiomania, fazendo com que os abastados, externos a essa realidade sócio-espacial e que fetichizam o sono⁸ do ópio, têm de imergir secretamente em tais ambientes para saciar

⁸Terminologia, da qual também lança mão Costallat, que caracteriza o estado de torpor induzido pelo ópio, ao instaurar-se a embriaguez.

o vício – tanto pela sua ilegalidade quanto pelo seu caráter socialmente vexatório. A seguir, veremos que a cocaína, outra variedade das “substancias venenosas” descrita por Costallat e das que despertaram alarme nos psiquiatras por galgar no gosto das camadas abastadas da sociedade e ameaçar a “degeneração da raça” da qual se buscava a eugenia, merece maior legitimidade quanto ao caráter elegante, denominado por Pernambuco Filho e Botelho, se comparada ao ópio.

Da Cocainomania

A cocainomania, em contraparte ao ópio, indicia fatores que legitimem a elegância a ela então atribuída pelos psiquiatras, tanto na figura de seus consumidores quanto nos seus locais de uso e sua relativa aceitação social, caracterizando um vício *chic*. No que tange à localização da cocaína no Rio, para Costallat, seu “endereço” é inegável: o intercruzamento da rua da Glória com a Lapa. Constitui-se aí “o bairro da cocaína”, expressão que também intitula uma de suas crônicas, de 1924. Diz ele:

Dos cafés da Lapa às pensões elegantes da Glória, [...] o bairro da cocaína vibrava de luzes, de risos de mulheres, de espasmos humanos...
O bairro da cocaína!
Botafogo, Copacabana, Avenida Atlântica, Santa Teresa, Leblon também tomam cocaína. Até Madureira já está contaminada....
Mas a zona de irradiação do vício, a zona do comércio miserável do terrível tóxico, é a Lapa e a Glória (COSTALLAT in RESENDE, op. cit., p. 109).

Na noite carioca vintista, os cocainômanos se reuniam em meio à boemia para desfrutar da embriaguez do “pó”. Abertamente, de forma socialmente partilhada, constituindo quase que uma “confraria do vício” (Ibid.). Segundo Costallat, “um cocainômano para outro cocainômano é uma criatura sagrada” (Ibid., p. 110). Nas noites de efervescência da Lapa e da Glória, região elegante, como dito pelo próprio cronista, a perdição nos prazeres da cocaína era constante e apreciada de forma conjunta, ao contrário da sorrateira e majoritariamente solitária imersão nos becos chineses em busca do ópio.

Em locais de frequência relativamente aberta da noite, os membros destes agrupamentos cocainômanos tinham a legitimação da intoxicação por cocaína pactuada entre si, tanto em meio às condições de partilha e fornecimento recíproco, quanto à de falta conjunta. Partilhavam seus estoques assim como partilhavam das mazelas do vício – a abstinência na falta de suprimento, principalmente. Costallat conta sobre Gaby, uma

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

parisiense que abre todas as noites as portas de sua pensão, “o templo mais concorrido dos viciados do ‘fubá mimoso’, [...] na praia da Glória” (Ibid., p. 109). Gaby é uma figura remanescente da influência francesa no Rio em princípios do século XX, fator que muito se relaciona ao gosto carioca pela cocaína. Além desta representação franco-tóxica da figura da parisiense, ela ilustra, no conto supracitado de Costallat, em quão alta estima se teve a cocaína em meio aos grupos sociais elegantes dados a tal vício e de que maneira a partilha do mesmo incitava laços, ainda que efêmeros na noite. Na narrativa, o narrador-personagem entra na pensão passando-se por viciado no “pó”. Escreve o autor:

Fazendo-me passar, na pensão de Gaby, por um cocainômano – bastou-me ter no bolso os meus vidrinhos Merk⁹ – compreendi a solidariedade tremenda que existe entre os viciados.

[...]

Só por pensar que eu era um viciado, Gaby me distinguiu com mil amabilidades. A cada instante me atirava olhares cúmplices e carinhosos. Era seu irmão de tóxico e, só por isso, eu podia contar, com ela, para tudo.

E quando lhe dei dois dos meus vidrinhos – guardei um como lembrança! – os seus olhos brilharam, olhando para a cocaína. E, toda ela, dos pés à cabeça, teve um frêmito de prazer diabólico!

Um rico colar de pérolas lhe teria causado menos sensação.

[...]

Para conseguir o frasco do veneno, que lhe é mais caro do que a própria vida, o viciado é capaz de todas as torpezas e de todos os crimes (Ibid., p. 110).

Este era o panorama de solidariedade cocainômana carioca, aos olhos de Costallat. Já a disposição a tantas torpezas e crimes com o intuito de obter porções de droga também se ilustra em outro conto, *A ladra da exposição*, de 1922, no qual Costallat narra o caso de uma jovem que furta uma peça de exposição artística visando vendê-la para obter mais porções de “substâncias venenosas”, num estado avançado de vício, no qual “o seu organismo em farrapos pedia [...] mais e mais, sempre mais, sempre em maiores doses, sempre em maior variedade, essas substâncias misteriosas e fatais, que levam ao sonho, ao espasmo e à morte!” (Ibid., p. 53). O autor ainda reitera sobre Gaby que

se alguém estiver morrendo de fome, talvez Gaby não o socorra com uma esmola.

Mas se for de tóxico que alguém necessitar, Gaby será capaz de vender sua última *toilette*¹⁰ e sua última joia.

⁹Frascos de medicamento.

¹⁰Em francês, *toilette* refere-se a um sentido mais amplo do que seu aportuguesado, toalete, que se restringe semanticamente ao aposento sanitário ou às práticas de higiene. No francês, a palavra indica

Ela é a sacerdotisa de uma nova religião – a cocaína!... (Ibid., p. 111).

Apesar de desfrutar o estatuto de vício socialmente aceito e chic nos ambientes elegantes do Rio, a cocaína também não era de uso exclusivo da gente abastada. “Entre dez meretrizes, nove são cocainômanas” (Ibid, p. 109). As prostitutas eram muito dadas ao gosto do “pó”, e muitas se postavam à vista de possíveis clientes nos becos da Lapa, na zona de convergência dos cocainômanos. Todavia, tal variedade de público não tirou o estatuto elegante da droga, como é perceptível nos escritos de Costallat. Talvez, pelo fato das meretrizes não partilharem dos mesmos ambientes e “confrarias”, à parte de possíveis e seletas “garotas” que forneciam serviços sexuais nas pensões – o que não necessariamente caracteriza os espaços de cocainomania como os mesmos de meretrício, estes que eram, na Lapa, preponderante nas ruas. As prostitutas dos becos possivelmente entravam em constante contato com o “pó” por meio de clientes “de algibeiras cheias” (Ibid. p. 108), já iniciados na cocainomania, que se dirigiam à Lapa em busca da droga e, posteriormente, terminavam por buscar serviços sexuais em posse de cocaína; esta, como já citado, era de elevado preço, em especial devido ao público que a procurava e o afinco de tal procura, tornando-a de difícil acessibilidade monetária por parte das cortesãs. Há de ser considerado também o fator de influência francesa, pois era ideia circulante, especialmente entre as mulheres cariocas, de que as parisienses de classe faziam uso da cocaína (RESENDE, op. cit., p. 18-19), uma prática de refinamento e higiene de si, e daí, possivelmente, as prostitutas almejavam certa aproximação estatutária das fetichizadas francesas por meio da cocainomania. De toda forma, mesmo que não se possa homogeneizar o público consumidor, a ideia de elegância em torno do “fubá mimoso” não teve seu estatuto abalado por adeptos adversos quando comparados ao que era pressuposto acerca dos demais constantes adeptos da droga.

Ao contrário do ópio, com pequena ressalva às prostitutas que se mostravam assíduas consumidoras de “pó”, a cocaína teve, na década de 1920, na esteira de influência da Paris *dofin-de-siècle* (Ibid., p. 18), o estatuto elegante em todos os aspectos, de público consumidor, de relativa aceitação social como uma substância com a aura de elegância social, e de ambientes de consumo, pontualmente localizados no Rio, numa

também peças de vestuário, enfeites, adereços, cosméticos e outros artifícios voltados para os cuidados com a aparência.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

região de sociabilidade *chic* e de frequentadores abastados. Um vício que legitimava o estatuto elegante, e até intelectual (PERNAMBUCO FILHO; BOTELHO, op. cit., p. 27), de seu consumidor, praticado em locais de aceitabilidade e culto à droga, à moda francesa. Todavia, os adeptos que alcançavam o estado avançado da toxicomania, mesmo do consumo elegante da cocaína, como a ladra da exposição, e requeriam trato psiquiátrico, ao tornarem-se descontrolados e excessivamente compulsivos no consumo de substâncias inebriantes – seja por determinação legal, visto que a embriaguez pública e habitual, que causasse escândalo e perturbação da ordem pública era proibida e penalizada com internação, ou por motivação familiar –, tinham outro estatuto aos olhos de seus pares sociais. A outra face da toxicomania, a reabilitação, cruzava a linha de legitimidade e, daí, seu velamento se mostrava mister.

Da Reabilitação

O vício podia ser um fator de destaque social, especialmente o caso da cocaína. Seja uma aproximação da elegância francesa ou o indicador de pertencimento a um ambiente socialmente elevado, ser viciado, como pôde ser percebido até aqui, tinha sua faceta social de *chic*.

Não há mal para um elegante do dia saber-se que ele é um viciado de tóxicos.
Pelo contrário.

Há até, para ele, um certo encanto...

Com isso ele sabe que provoca a curiosidade perante as mulheres.

Curiosidade! E com a curiosidade das mulheres se vai longe...

O almofadinha imbecil tem mesmo a volúpia de passar por um toxicômano.

Acha profundamente elegante.

De alto bom-tom.

E, apesar de ter sido reprovado em todos os seus exames no Pedro II¹¹, o almofadinha imbecil, graças a um pouco de pó de cocaína, toma atitudes pálidas e românticas, e frequenta exaustivamente a porta do Garnier¹².

E assim o Brasil ganha mais um intelectual¹³...

Possuir orelhas fundas, olhos faiscantes e febris, mulheres e fama de poeta – é uma coisa que tenta.

O almofadinha reprovado no Pedro II acha, pois, como tantos outros, o vício uma instituição elegante e útil. E não esconde que o tem. Pelo contrário. Insinua vícios que nunca teve e nunca terá... (COSTALLAT in RESENDE, op. cit., p. 116-117).

¹¹Tradicional colégio federal, localizado no Rio de Janeiro, fundado em 1837.

¹²Clube social e esportivo.

¹³As drogas no Brasil, assim como na Europa do Oitocentos, despertavam interesse e fecundavam práticas inebriantes entre “intellectuaes”, como demonstram Pernambuco Filho e Botelho (op. cit., p. 27).

Todavia, “a sociedade não se vexa com seus vícios, vexa-se com a divulgação do seu tratamento” (Ibid., p. 116). A reabilitação é a prova de que o indivíduo sucumbiu às mazelas da droga. E essa degradação de si era completamente vexatória, demandando uma postura de sigilo ao recorrer à reabilitação, que se dava nos sanatórios, onde o viciado permanecia sob a ótica de psiquiatras da estirpe de Pernambuco Filho e Botelho, que os tratavam e concebiam conforme a medicina da época, num ambiente em que o tido por louco e o toxicômano¹⁴ percorriam trajetos análogos durante sua internação, e faziam destes pacientes componentes de um espaço amostral de pesquisa e observações acerca das toxicomanias.

Costallat trata da questão da reabilitação ao abordar os sanatórios, os locais velados onde os viciados eram internados, com a pretensão de desvelar a verdade do que se passava nestes ambientes para os olhos de seu público leitor, na crônica *O segredo dos sanatórios*, de 1924. Em especial, seu caráter camuflado em meio à cidade do Rio de Janeiro, visto que guardavam “o segredo da honra de muitas famílias e de muita gente boa” (Ibid.), devido ao profundo impacto social negativo da divulgação de que filhos ou patriarcas sucumbiram às mazelas de vícios.

“O sanatório, à primeira vista, não assusta. Pelo contrário, é convidativo...” (Ibid., p. 118). Por esconder a faceta negativa do vício, e, assim, a indignidade de inúmeros indivíduos, assim como representar para o toxicômano a sua decadência vista aos olhos de seus pares, o sanatório não se revela em primeiro momento como tal. Costallat descreve os processos comuns de internação – por decisão doméstica, não jurídica –, nos quais as famílias inventavam consultas de rotina, armavam estratégias para que o toxicômano fosse levado até estes locais de tratamento, pois poucos eram internados voluntariamente, e, uma vez dentro, teria sua saída apenas na situação de uma alta médica. “O aspecto externo do sanatório não revela nem de longe o que se passa lá dentro. É uma casa de família. Absolutamente. Igual às outras” (Ibid.). O autor ainda descreve os processos durante o tratamento. Uma vez ludibriado e adentrado no espaço do sanatório, o viciado era abordado pelos médicos e, ao longo do processo de reabilitação, confinado, segregado, sofrendo de abstinência e crises de insanidade,

¹⁴Como já mencionado, toxicômano, na linguagem médica, pressupunha um doente mental, inclinado ao uso desmedido de substância embriagantes ilegais.

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

como um “louco furioso”, para usar as palavras de Costallat, decorrentes do privar da droga, de tratamento análogo àquele dado aos que eram diagnosticados com debilidade mental, como julgava própria a medicina do período, especialmente nas fases avançadas do processo, quando os ambientes de confinamento se distanciam mais e mais, a cada estágio da internação, da aparência da casa de família e se tornam explícitas alas do hospital psiquiátrico velado pelo casarão. Sendo assim,

[...] o que os viciados não querem que se saiba é o tratamento que sofrem nos sanatórios.

A elegante caixinha de cocaína perde o seu encanto quando se divulga a série de purgantes e de lavagens que ela provocou.

O viciado perde a sua auréola.

Não há poesia que resista a uma lavagem....

Daí ser o tratamento do vício, secreto, apesar do próprio vício ser público e notório.

E daí terem os sanatórios o seu segredo fechado a sete chaves (Ibid., p. 117).

Na mesma crônica de 1924, Costallat também reitera o caráter de confraria e irmandade entre os viciados e a óbvia estima pela droga da qual se deleitava antes da reclusão, o que também é perceptível na figura da parisiense e cocainômana Gaby. Segundo o autor, “o toxicômano sempre arranja meios de esconder entre as roupas, entre o sapato e a meia, dentro do ramo de flores, o estupefaciente que lhe é mais caro do que a própria existência”. E neste contrabando pessoal, representa-se a confraria e sua transposição de limites em nome da saciedade do viciado em necessidade, pois

o vício tem a sua maçonaria.

Os viciados são solidários, entre si, até o sacrifício, até o heroísmo.

Sabendo que um dos seus ‘irmãos’, como eles mesmos se chamam, acha-se preso num sanatório, a corporação dos viciados faz prodígios para levar a droga fatal até o doente encarcerado (Ibid., p. 120).

Ao fim do processo, voltam à convivência social os outrora toxicômanos. Desabitutados à companhia casual, desajeitados ao ambiente externo, prezam por manter sigilosa a razão e o local onde passaram tanto tempo afastados. No princípio da crônica supracitada, Costallat narra um diálogo entre uma personagem recém-saída do sanatório, que encontra um velho conhecido, curioso acerca das razões de sua ausência.

Há quanto tempo, meu velho!... Onde tens andado?...

- Estive fora, é verdade!...

- Onde?

Depois de uma ligeira hesitação, o outro responde:

- Numa fazenda... Sim, numa fazenda...

- Longe daqui?

- Sim, em São Paulo...

[...]

E ganhando coragem, ele insiste então nos detalhes:

- Estive em uma fazenda maravilhosa. Léguas e mais léguas de grandes plantações. Tomava leite todas as manhãs e andava a cavalo. [...]

Livre, finalmente do indiscreto, desvencilhado das suas perguntas, o homem que tomava leite e andava a cavalo todas as manhãs numa fazenda de São Paulo, vai-se embora, alarmado, olhando para trás e apressando o passo com medo que o indiscreto, novamente, o chame.

É uma cena habitual (Ibid., p. 115-116)

Uma desculpa corriqueira numa situação que se fez cada vez mais presente entre os indivíduos dos meios sociais abastados, como aponta Costallat:

Os homens que estiveram em São Paulo em uma fazenda de café [...] cada vez se fazem mais numerosos.

[...]

Eles não podem dizer que estiveram em um sanatório, presos, como criminosos, curando um vício.

Não.

Eles não podem confessar...

Desaparecem da circulação.

E têm que dar uma desculpa, qualquer que seja. A desculpa é sempre a mesma, como o vício que a provoca [especialmente a cocaína].

O fato é que – e o fenômeno se produz assustadoramente na alta sociedade – de um dia para outro desaparecem criaturas muito conhecidas.

Morreram?...

Não.

Estão internadas em sanatórios particulares (Ibid., p 116).

Dessa forma, percebe-se o cunho vexatório e plenamente negativo de sucumbir-se aos males das drogas. Desde o zelo em velar a instituição dos sanatórios, até a estória da estadia em São Paulo que justifica, na tentativa de manter o sigilo do vergonhoso tempo passado em cárcere psiquiátrico, o tempo de ausência dos meios de sociabilidade carioca nos quais inúmeras “criaturas conhecidas” têm seu afastamento notado. A contraparte dos deleites dos vícios e toxicomanias se mostra oposta tanto pela situação de desespero em que o indivíduo é submetido, quanto no ostracismo social que supostamente seria lançado juntamente com sua família, enquanto o vício – particularmente o da cocaína –, de certa forma, medido, era uma das notórias representações de elegância e destaque na alta sociedade carioca vintista, que ainda bebia da Paris do *fin-de-siècle*.

Considerações finais

Independente da elegância dos vícios embriagantes de então, ultrapassar o limite dos prazeres ao patamar do viciado que necessita de internação era socialmente vergonhoso. O estatuto de vício elegante desmoronava quando havia necessidade – e pode se supor que também nas ocasiões de deliberação legal para tal – de tratamentos médicos na ausência de possibilidade do cuidado e controle de si; assim, perde-se a “auréola” de toxicômano bem visto socialmente. Em contraparte a este cenário negativo, os vícios de que trata Benjamim Costallat, o ópio e a cocaína, ainda assim, gozavam de adeptos, além de estatutos sociais bem definidos, principalmente na questão do tipo de público e local de consumo coerentes com cada droga, aos olhos sociais.

Na perspectiva de Costallat, podemos observar espaços definidos de intoxicação, ao contrário do que aponta Daisy de Camargo (2012, p. 147-148). Ao argumentar que, em São Paulo, na virada do século XIX para o XX, o aspecto público da representação iconográfica e gestual do bêbado contrastava com a prática velada dos toxicômanos, a autora pontua a questão moral e legal que permitia a embriaguez alcoólica no espaço público, além da existência de locais próprios para se beber – tavernas e botequins –, enquanto as toxicomanias não dispunham de ambientação própria. De fato, não se criou ambientes de finalidades primeiras que a venda e a embriaguez por “substâncias venenosas”. No entanto, como foi possível perceber nos escritos de Costallat, ao menos no Rio de Janeiro da década de 1920, havia espaços destinados às práticas inebriantes e reconhecidos como tais, que dispunham de legitimação social como locais de embriaguez, seja por parte dos grupos abastados consumidores de cocaína nas pensões da Lapa e da Glória, ou dos chineses aculturados ao ópio nas *fumeries* da travessa do Ferreiro, além de que tais práticas pouco foram abaladas com o impedimento legal de 1921, o que é perceptível pelos relatos de Costallat e pela alarme contido na redação de *Vícios Sociais Elegantes*.

Por disporem de espaços coerentes com as toxicomanias, podemos pensar na localidade de cada prática inebriante como um fator externo ou não ponderado acerca do que caracterizou a “elegância” vinculada a cada droga, característica pensada pelos psiquiatras Pedro Pernambuco Filho e Aauto Botelho. O ópio e a cocaína estavam entre as substâncias que cresciam no gosto de público abastado e letrado, o que

preocupou as forças eugênicas no país, algo perceptível na obra dos psiquiatras. Entretanto, pelo menos no seio da sociedade carioca, a opiomania e a cocainomania possuíam estatutos diferentes. Havia lugares sociais para cada prática embriagante, pois estas carregavam determinado estatuto que transmitiam a seu toxicômano, numa dinâmica de pacto social acerca do que é denegrido e vexatório e o que é aceito e enaltecedor. Dessa forma, pressupunha-se uma mútua coerência entre toxicômano, tipo de droga e local de embriaguez. Todavia, visto o alarme da classe médica, os grupos socialmente elevados vinham ganhando gradativo gosto por substâncias inebriantes, inclusive por variedades previamente atribuídas a grupos sociais marginalizados, de pouca posse e poucas letras, como o ópio e a diamba (FRANÇA, 2015). E realmente podemos perceber nos escritos de Costallat públicos análogos que procuram tanto o ópio quanto a cocaína para a embriaguez nas noites cariocas. Porém, o estatuto das drogas perante os pares sociais dos consumidores não parece mudar, visto que o deleite opiáceo por parte de consumidores elegantes se fazia velado em contraparte ao uso da cocaína, em espaços abertos, de ampla frequência e sociabilidade, e atribuidor de ares intelectuais a quem se tornava adepto do “pó”.

Sendo assim, estes dois vícios em vigência no Rio da década de 1920 podem ser tomados como fatores de distinção social entre os cariocas, pois o ópio, *a priori*, pressupunha um público majoritariamente chinês, pobre, possivelmente inferiorizado, localizado em seu beco marginal, enquanto a cocaína pressupunha ares de elegância francesa e intelectualidade. Mas percebe-se a velada – ou aparentemente pouco perceptível no seio social de então – fluidez em lugar da suposta fixidez dos públicos consumidores de cada droga, havendo exceções nas duas variedades de vício. O que não muda são os lugares de consumo, que muito dizem a respeito do estatuto social de cada vício, mas não mais, no período de Costallat, sobre o público que o consome, reiterando uma parte e ao mesmo tempo deslegitimando outra da tese dos psiquiatras, de que ambos eram vícios elegantes, pois há ressalvas tanto à opiomania quanto à cocainomania. O ópio, como perceptível pelos escritos de Costallat, só galgava interesse de abastados, mas não era reconhecido como uma prática *chic*, ao contrário da cocaína, que colocava seus adeptos em posturas nas quais a aspiração à elegância francesa e

Das Distinções Sócio-Espaciais das Toxicomanias Cariocas nas Crônicas de Benjamim Costallat (1922-1929)

intelectualidade eram evidentes, mas atraíam também gentes marginalizadas, como as meretrizes da Lapa.

Fontes textuais primárias

COSTALLAT, B. "A ladra da exposição"; "Os fumantes da morte"; "No bairro da cocaína"; "O segredo dos sanatórios"; "Os gozos da vida". In: RESENDE, B. (org.). **Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

Fontes textuais secundárias

DECRETO Nº 4.294, DE 6 DE JULHO DE 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html>> Acessado em Julho de 2015.

JOÃO DO RIO (Paulo Barreto). "Visões d'ópio"; BARRETO, Lima. "Providências Policiais"; BARBOSA, Orestes. "A Favela"; MOREYRA, Álvaro. "Cocaína". In: RESENDE, B. (org.). **Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

PERNAMBUCO FILHO, P.; BOTELHO, A. **Vícios Sociais Elegantes: Cocaína, ether, diamba, opio e seus derivados, etc.** Estudo clínico, médico-legal e prophylático. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

Referências bibliográficas

ADIALA, J. C. **Drogas, medicina e civilização na Primeira República**. Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da FIOCRUZ, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/4492713/Drogas_medicina_e_civiliza%C3%A7%C3%A3o_-_tese_Julio_Adiala> Acessado em Julho de 2015.

BAUDELAIRE, C. **Os Paraísos Artificiais: O ópio e Poema do Haxixe**. Coleção Rebeldes & Malditos, volume 2. Porto Alegre: L&PM Editores, 1982.

BERGERON, H. **Sociologia da Droga**. 1ª edição. São Paulo: Ideias e Letras, 2012.

BLANCHARD, S.; ATHA, M. J. **Indian Hemp and the Dope Fiends of Old England: A sociopolitical history of cannabis and the British Empire (1840-1928)**. S/d. Disponível em: www.cifas.us/sites/cifas.drupalgardens.com/files/Blanchard1.pdf. Acessado em Dezembro de 2014.

BOON, M. **The Road of Excess: a history of writers on drugs**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

CAMARGO, D. **Alegrias Engarrafadas**: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DOYLE, A. C. "The man with the twisted lip" (1891). In: **The Adventures of Sherlock Holmes**. Disponível em: sherlock-holm.es/stories/pdf/a4/1-sided/advs.pdf. Acessado em Março de 2015.

FRANÇA, J. M. C. **História da Maconha no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

LIMA, S. H. S. "O ópio e o olhar velador: uma leitura de 'Os fumantes da morte' e 'O comedor de ópio'". In: NOVA, V. C. (org.). **Literatura brasileira e crime**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

LIMA JÚNIOR, W.; PECHMAN, R. M. "'Flirts' no 'footing' da Avenida Central ou a *belle époque* nos trópicos". In: FIGUEIREDO, L. (org.). **A França nos Trópicos**. Coleção Revista de História no Bolso, volume 5. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

O'DONNELL, J. "A cidade branca: Benjamim Costallat e o Rio de Janeiro dos anos 1920". In: **História Social**. Campinas: UNICAMP, v. 22/23, 2012, p. 117-141.

POLESEL, C. **Benjamim Costallat**: jornalismo e literatura na escrita do submundo. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0828-2.pdf>> Acessado em Julho de 2015.

RESENDE, B. "Construtores de Paraísos Particulares". In: RESENDE, Beatriz (org.). **Cocaína**: literatura e outros companheiros de ilusão. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

STAROBINSKI, J. "A Literatura: o texto e seu intérprete." In: LE GOFF, J. (org.). **História**: novas abordagens. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens¹

Rafael de Almeida Lopes *

Resumen: El presente artículo tiene la intención de discutir las distintas maneras como son representados los obreros en la obra *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens. A partir del análisis de la obra usando el concepto de estructuras de sentimiento y teniendo como base trabajos de Eric Hobsbawm, intentamos ver los distintos proyectos y visiones de las distintas clases sociales para los trabajadores industriales de la primera mitad del siglo XIX en Inglaterra. Identificamos con este trabajo a presencia de três proyectos: o burgués que calcula maneras de control sobre la vida del obrero; del mismo obrero, que por las uniones piensa un mundo hecho por si mismo, y del propio Dickens que intenta solucionar los problemas de su tiempo a través de la moralidad

Palabras-clave: Historia del capitalismo; Historia de la clase obrera; análisis histórica de literatura

Introducción

La Inglaterra del siglo XVIII es donde se inicia el proceso de la revolución industrial que en las décadas siguientes producirá un gran cambio en todo el mundo. En el siglo XIX el cambio de las estructuras económicas, es decir, la expansión de la Industria, de la burguesía industrial y del proletariado generó no sólo consecuencias productivas o económicas, pero igualmente cambios políticos y culturales que se extenderán a procesos de larga duración. La Gran Bretaña será la capital de esos procesos y, por eso, el ambiente donde esos cambios serán más radicales. La vida se altera de las más distintas maneras, los pobres cada vez más se unen a las hileras de las fábricas, los burgueses se mezclan y se superponen a los nobles tomando de vez su lugar de poder. Las ciudades se transforman y se agrandan exponencialmente y surge un nuevo tipo de

¹ Trabalho realizado durante disciplina em período de Intercâmbio com a bolsa da reitoria em 2013 na Universidad de Buenos Aires, AR.

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ciudad, las ciudades industriales, frías y llenas de humo, espacios segregados divididos entre burgueses y proletarios, éstos exprimiéndose entre minúsculas residencias en apretados barrios obreros. Al punto en que esos procesos se desarrollan clases sociales se formalizan y la mirada de una clase a otras cambia. Hay un interesante proceso de antagonismo entre burgueses y obreros que se presenta en la relación cotidiana, en la ciencia y en la literatura.

La revolución industrial en Inglaterra se inicia con las algodoneras y tejedoras, equipadas con maquinaria, del norte de Inglaterra, en Lancashire y Manchester. Estos sectores industrializados y sus lucros movimentaron diversos sectores de la economía, produciendo un proceso de industrialización y cambio tecnológico revolucionario. La revolución que rápidamente toma control sobre la economía inglesa generó un nuevo sistema. Éste era basado en tres elementos: la división de la población industrial entre empresarios capitalistas y obreros asalariados; la producción en el ambiente de la fábrica, compuesta de máquinas y hombres especializados y la sujeción de la economía a los fines de los capitalistas, en especial, para la acumulación del capital. Para maximizar los lucros la idea era maximizar la producción, manteniendo largas horas de trabajos para los trabajadores que, también para fines de acumulación, tenían sus sueldos en lo mínimo posible. La convención que menores sueldos generarían más lucros se probaría errónea en la década de 1830 con una crisis generada por la falta de compradores de la producción industrial. Igualmente, la competencia instalada entre la producción industrial y la artesanal produjo en rápida velocidad la decadencia de ésta y la migración de trabajadores para trabajar en aquélla, en las ciudades, compitiendo con otros pobres para conseguir un trabajo. Dentro de los centros urbanos industriales, los obreros en condiciones iguales de un maltrato que no existían en su mundo de artesanos, se unen y luchan por derechos, haciendo de la primera mitad del siglo XIX un período de grandes luchas sociales.

Esa fase inicial es una de las más duras del capitalismo, antes de las conquistas de derechos para los trabajadores, con largas horas y con condiciones deshumanizantes de trabajo mientras los burgueses enriquecen sin parar. Con ese estado catastrófico de la vida de los pobres proliferan también grandes denuncias sobre la condición de esos hombres y mujeres. La escritura fue una de las maneras de exponer esa vivencia. La

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

larga y detallada descripción de Engels *La situación de la clase operaria en Inglaterra en 1844* precede menos de diez años de la publicación de *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens, uno de los más impresionantes retratos de ese momento y el objeto de nuestro trabajo. El cuento de Coketown en la obra del inglés muestra en vívidos colores las transformaciones sociales producidas en ese contexto y, más importante, los impactos de esas transformaciones en las vidas cotidianas de las poblaciones. La obra de manera precisa reproduce tipos sociales y visiones del mundo de la Inglaterra de la primera mitad del siglo XIX en sus contrastes, haciéndolo a partir de un propio deseo de cambiar la situación extrema en la que se encontraba.

Elegida como fuente privilegiada para comprender el período, *Tiempos Difíciles* será analizada con el objetivo de un análisis histórico.

El objetivo trata de un análisis de la obra como un documento histórico. La literatura, como veremos adelante es una herramienta muy útil para comprender el pasado, especialmente cuando se trata de estudios de la historia cultural. El intento es percibir una lectura intensiva de la novela, el retrato que esa hace de la sociedad en la que fue escrita. Dickens en *Tiempos Difíciles* trata de variados asuntos de extrema relevancia para la sociedad capitalista cambiante de la primera mitad del siglo XIX, el marco temporal de nuestro trabajo. Nuevos problemas y desafíos que, como todo sucedido al tiempo que ocurre, no estaban muy claros y, a su vez, no tenían respuestas hegemónicas. El autor, percibiendo los cambios sociales, se involucra para exhibir esas cuestiones de la manera como las ve, poseyendo un proyecto propio para responderlas.

A partir de la obra de Dickens podemos intentar interpretar esa mirada para estudiar la vida diaria de ese período, las consecuencias de esas transformaciones en las relaciones sociales cotidianas. El objetivo del estudio será comprender como era concebida la clase obrera, como era entendida, clasificada y lo que estaba planeado para ella y cómo Dickens la veía. Buscaremos las miradas no sólo de los burgueses, sino también la perspectiva de los propios obreros sobre su condición. Creemos que en esa obra tendremos una buena fuente para discutir la presencia de estos nuevos fenómenos sociales, como el utilitarismo y el burgués-amor, como éstos eran percibidos y las consecuencias de estos fenómenos para la clase obrera.

Para proseguir con nuestro intento usaremos como principal soporte las interpretaciones de Eric Hobsbawm sobre el período, mejor detalladas en su trilogía de las Eras. Hobsbawm introduce un número de conceptos-clave para interpretar los procesos históricos del período, cruzando datos de múltiples tipos de fuentes y generando una explicación global. Usaremos Hobsbawm como identificador de los grandes procesos de la época, y a partir de ellos, trabajaremos como se desarrollan en la fuente estudiada.

Metodología

La metodología usada para alcanzar los objetivos propuestos será el análisis de la literatura. La literatura es una fuente única para analizar el impacto humano de los cambios materiales y sociales de una sociedad. Por medio de ella podemos ver no sólo la manera como las personas del pasado presentaban e interpretaban esos procesos, pero también como ellas los percibían y los sentían. Sin embargo, la literatura también puede mostrarnos las expresiones políticas y económicas en la escala de la vida cotidiana, interpretadas por el autor.

En específico la literatura realista que nace después de la Revolución Francesa nos presenta grandes ejemplos de esa caracterización. Al escribir en un momento que tenían por cierto como histórico muchos artistas de la época se esforzaron para describir su sociedad de la manera más fiel posible, creando impresionantes obras como la *Comedia humana* de Balzac. Marx y Engels reconocen en ese artista, así como en los griegos y en Shakespeare, una voluntad de representar el material cotidiano en su máximo, no fijándose solamente en proyectos políticos propios y por eso representando más acuradamente las relaciones sociales como las relaciones de clase y poder, Engels llega a decir en una carta a Margaret Harkness (ENGELS, 1888) haber aprendido más con ese conjunto literario que con todos “los historiadores, economistas y estadísticos”. Dickens es el mayor exponente de esa literatura en Inglaterra, poseyendo una extensa obra que trata de diversos temas sensibles de una sociedad cambiante que era la sociedad inglesa de la primera mitad del siglo XIX. El realismo de la obra de Dickens, por si solo un aspecto interesante de su tiempo, refuerza la potencia

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens
de su trabajo como fuente histórica, incluso al asumir una perspectiva distinta de su clase, aunque todavía conectado a su lugar pequeño-burgués.

El uso de la crítica literaria, especialmente del concepto de Raymond Williams sobre las “estructuras del sentir”, servirán principalmente como base teórica. Ese concepto es apropiado para nuestro estudio por tratarse de un mecanismo que analiza justamente el pensamiento en épocas de transformaciones sociales, como lo describe Beatriz Sarlo: “es la hipótesis adecuada para capturar, en una configuración cultural, los momentos de cambio...” (SARLO, 2001). Se trata de un movimiento contra-hegemónico, “un conflicto cultural vivido como malestar, inadecuación, rechazo que todavía no ha adquirido sus formas semánticas, rescate de elementos arcaicos o imaginación de alternativas antes que estas puedan presentarse como sistemas oposicionales completos” (SARLO, 2001). Es exactamente ese juego que percibimos entre los personajes de la obra de Dickens, una extrema confusión y ansia por cambios desconocidos. En nuestro trabajo vamos a examinar las formas y expresiones de esa resistencia contra-hegemónica nos concentrándonos en lo que toca a la clase obrera.

El autor y la obra

Antes de analizar la representación de la clase obrera por el autor, necesitamos hablar un poco sobre él y su obra. La preocupación con la situación de los pobres siempre marcó la vida y obra de Dickens.

Dickens era un observador atento de su presente y de los cambios que la era Victoriana traía para hombres, mujeres y niños. Es así con *Oliver Twist* al tratar del estado de los niños abandonados en Londres, con *Un cuento de Navidad* al exponer las causas y consecuencias de la ganancia burguesa. Dickens vive los grandes tumultos sociales causados por el opresor avance del capitalismo entre las décadas de 30 y 40, que según Hobsbawm forman el período más tenso de la historia británica y casi fueron la causa del propio fin del capitalismo (HOBBSAWN, 1977, p.74). Se nota un gran esfuerzo de representar fielmente la realidad. Más que eso, hay un intento en Dickens de exponer los problemas que hay en esta sociedad y presentar una solución, a partir de sus propios conceptos. Tanto en la ambientación como en la construcción de los personajes ese intento es notado, pero eso no cambia el modo como el personaje es

estructurado. La solución presentada posee una fuente similar en todas las obras del autor: parte de un mejoramiento moral (WILLIAMS, 2001). Por la moralidad, los personajes de Dickens resuelven sus conflictos sugiriendo un camino para que sus lectores lo practiquen. Éstos, en su mayoría, pertenecían a los sectores pequeño burgueses y a la burguesía. Dickens asume la responsabilidad de ser la “voz” de las masas para enseñar a la burguesía como mejorar el mundo. Las obras del autor están marcadas también por una ácida ironía, una exageración de las personalidades de sus personajes, al mismo tiempo manteniendo una gran complejidad.

La obra *Tiempos Difíciles* (en el original *Hard Times for These Times* - tiempos difíciles para estos tiempos) lanzada de forma serial entre abril y agosto de 1854 en el periódico londrino *Household Words*, se presenta como una de las más directas de Dickens, con una crítica social y política impactante. La obra se divide en tres partes: siembra, cosecha y acopio, siguiendo las etapas del ciclo agrícola; una ironía, dada la ambientación completamente urbana e industrial de la obra y una representación de los procesos por los cuales pasan los personajes en el estilo “se cosecha lo que se planta”. El propio título, raramente directo para la obra de Dickens, es un juego con la palabra inglesa “Hard”, que significa tanto difícil como duro, frío, como las personas en esos tiempos son exigidas a ser. Es la época de la carrera de Dickens en que este ya es un escritor reconocido, con lectores por toda Inglaterra de todas las clases. La ambientación de la obra se aleja de la Londres que Dickens es famoso por describir, para una ciudad que él mismo inventó, pero que representa con precisión la emergencia de la ciudad industrial.

La obra retrata los dilemas de la ciudad de Coketown, una analogía a la ciudad industrial inglesa de Preston, centrándose en una familia burguesa, el padre utilitarista Thomas Gradgrind, su hijo mequetrefe Tom, y su hija insensibilizada Luiza; un burgués “que hace a sí mismo”, Josías Bounderby; su empleada aristócrata, la Sra. Sparsit y un par de obreros, Esteban y Raquel. La ciudad es igualmente un personaje de la obra, con su división estricta entre sectores burgueses y obreros, su tristeza y oscuridad generada por el humo de sus chimeneas y la frialdad de su gente. En ese espacio semi-imaginario, que será mejor descrito más adelante, Dickens tiene la libertad de pasar de problemas más cotidianos y, a través de estos, tratar de los conflictos sociales que se dispersaron

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens por la Inglaterra en la época de la obra, en especial entre los burgueses y los obreros, ambos recibiendo críticas del escritor. Sin embargo, el mayor centro de las críticas de Dickens en el libro es el utilitarismo como sistema y la manera como esa visión ultrapasa los sistemas económicos y consume toda la vida.

Para el autor, el pensamiento utilitarista era una fuente de los males sociales de la época. El utilitarismo fue la forma máxima de interpretar la experiencia en la Inglaterra de la primera mitad del siglo XIX. Ese concepto burgués redujo la experiencia humana a cálculos de lucros o pérdidas en todos los aspectos de la vida. El más interesante a ser percibido es la confusión y sufrimiento general de los personajes al reaccionar frente a esa situación. Sea por la burguesa Luisa que se ve obligada a un casamiento forzado sin las herramientas emocionales para intentar cambiar su opinión, sea el intento de deshumanización sufrido por los obreros, hombres transformados en mercadería, puramente números. Esa forma de pensar también abre espacios para grandes hipocresías.

Tiempos Difíciles, así, acompaña las consecuencias de estos conflictos de clases y del utilitarismo por años. Así muestra como Gradgrind crea dos hijos insensibles. Luiza se casa con Bounderby y se insensibiliza hasta casi morir, se salvando por un romance corto con un noble y por el amor de su padre que percibe sus errores, mientras Tom se cambia lentamente en un ladrón que no se importa con nadie a no ser a sí mismo. La trayectoria de Bounderby lo lleva a un gran crecimiento económico, pero a una decadencia moral cada vez mayor, al fin, llevando a su humillación cuando su madre revela sus orígenes pobres. A los obreros, se muestra la parte más dura de la realidad de la época. Al comienzo de la novela, Raquel y Esteban son obreros reconocidos y respetados, pero por el falso acercamiento de Esteban al burgués Bounderby y su alejamiento a las uniones son aislados por su clase y rechazados por los burgueses hasta que el obrero muere en un accidente.

Los personajes

En *Tiempos Difíciles*, Dickens reproduce en sus personajes distintas formaciones sociales de la época, usándolos para hacer sus críticas. El mismo nombre de los personajes reflexiona sus personalidades: el nombre Gradgrind sugiere un engranaje,

Bounderby es un nombre que sugiere una grandiosidad y algo de soberbia, Bitzer parece un nombre de perro. A pesar de ser conocido por la consciente exageración de sus personajes en esos tipos sociales, el autor realizó en su obra un panorama de los paisajes sociales comunes en esta nueva sociedad de burgueses, ciudades y obreros. De hecho, el realismo comentado por Engels se repite en la construcción de los personajes. Mientras sean en algunos momentos algo caricaturescos, se revelan en sus acciones y reacciones, increíblemente humanos. Las propias condiciones de la Inglaterra del siglo XIX y sus “carreras abiertas al talento” permitían la existencia de hombres como Bounderby y el señor Gradgrind y sus discursos.

Es en esos “tipos sociales” que podemos observar las “estructuras del sentir” descritas por Raymond Williams. La inadecuación sin nombre y sin cura se perpetúa en casi todos los personajes. Rodeados por un nuevo mundo sin saber cómo actuar en él. En un momento de cambio lo que Williams llama “la conciencia práctica” está en proceso de formación, lo “que verdaderamente se está viviendo, no solo lo que se piensa que se está viviendo” (WILLIAMS, 2001, p.153). Para entender mejor a partir del propio Williams:

[el] pensamiento como era sentido y el sentimiento como era pensado; una conciencia práctica de tipo presente, dentro de una continuidad viviente e interrelacionada. En consecuencia, estamos definiendo estos elementos como una ‘estructura’: como un grupo con relaciones internas específicas, entrelazadas y a la vez en tensión. Sin embargo, también estamos definiendo una experiencia social que todavía se halla en proceso, que a menudo no es reconocida verdaderamente como social, sino como privada, idiosincrásica e incluso aislante, pero que en el análisis (aunque muy raramente ocurra de otro modo) tiene sus características emergentes, conectoras y dominantes y, ciertamente, sus jerarquías específicas. Éstas son a menudo mejor reconocidas en un estado posterior, cuando han sido (como ocurre a menudo) formalizadas, clasificadas y en muchos casos, convertidas en instituciones y formaciones. (WILLIAMS, 2001, p. 155)

En nuestro caso podemos pensar en la situación y las múltiples conceptualizaciones de la clase obrera. No solo ocurre la exposición de las múltiples visiones de cada tipo social que Dickens describe, pero además, se pone en choque esas visiones, aumentando el diálogo y el conflicto entre ellas, sea en escenas como la de Bounderby y Esteban en el Palacio de Piedra, sea ese mismo obrero y Slackbridge en la reunión de la unión.

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

El más interesante de ese movimiento en la obra de Dickens es la propia conciencia que los personajes tienen de su falta de comprensión de su situación. El obrero Esteban simboliza perfectamente esa noción de desubicación con la frase que repite a todo momento “es un embrollo”. En la narrativa, sin embargo, queda claro, que no es una cuestión sencilla, los personajes no tienen un gran consenso, aunque el autor tenía, y hay entre los mismos burgueses y obreros, discursos distintos entre sí y todavía complejos. Es posible ver en la obra, así como en Engels, que había una noción general de insatisfacción y que eso generaba una competencia entre las maneras pensadas para arreglar la sociedad.

Como vamos a profundizarnos sobre la representación de los obreros, nos conviene concentrarnos en algunos personajes, los que, por las estructuras de sentimientos, pueden contarnos sobre cómo era vista y pensada la clase obrera. Estos son: el burgués Bounderby y su empleado Bitzer y los obreros Esteban, Raquel y Slackbridge, líder de la unión de la clase obrera en Coketown.

Bounderby es la definición de un tipo social que continuará a existir por toda la historia del capitalismo, pero que nace en ese momento: el “hombre que hace a sí mismo”. Es el gran dueño de fábricas de Coketown y maneja el banco de la ciudad, “un hombre rico: banquero, comerciante fabricante y no sé cuantas cosas más” (DICKENS, 1854, p. 24). El personaje es la encarnación de ese nuevo personaje que asciende socialmente. Crea para sí una leyenda de triunfo, un camino. El llamado “fanfarrón de la humildad” explica su carrera de éxito en que fue “Vagabundo, recadero, vagabundo otra vez, peón de campo, mozo de cuerda, empleado, gerente, asociado en la firma, por último, lo que soy hoy, Josías Bounderby de Coketown” (DICKENS, 1854, p.26). Bounderby tiene la idea de su superioridad hecha de esa historia de sufrimientos, pero que logró superar todo con su trabajo. Esa carrera da al hombre una idea de superioridad, de mayor comprensión de todo, algo que Bounderby expone entre los obreros y otros burgueses.

Bitzer, el más leal empleado de Bounderby, nos es presentado desde el inicio de la narrativa como uno de los alumnos pobres de la escuela utilitarista fundada por el sr. Gradgrind. Bitzer sigue ciegamente los mandamientos de Gradgrind y Bounderby y se aliena completamente de su clase, refutando hasta su familia, esperando tornarse un

burgués como Bunderby, trabajando como vigilante en su banco. El personaje de Bitzer resuena con el tipo social descrito por Hobsbawm cuando éste traza los caminos posibles para la vida de los pobres frente al poder creciente del capitalismo industrial. El que intenta absorber el discurso del burgués triunfante en su vida. Un discurso que para el pobre de una sociedad tradicional era “poco mejor que la maldad desenfrenada” (HOBSBAWN, 1998). La introducción de esta manera de pensar viene a partir de la escuela burguesa, en la novela, la escuela de “realidades” de Gradgrind.

Esteban Blackpool y Raquel representan los obreros comunes de una fábrica, los que no buscan alternativa sino el trabajo, las grandes víctimas en el período, trabajando largas horas, envejecidos precozmente, con poquísimos derechos, y que todavía no se alían a las uniones. Por toda la obra el amor entre ellos, prohibido visto que Esteban es casado y no puede divorciarse de su esposa borracha, se destaca entre el deshumanizante ambiente en que viven y trabajan. Son los personajes que Dickens toma como sus ejemplos de obreros, y, como tal, tienen un sentido moral fuerte. A par de la moralidad, son personajes que, por sus condiciones, son inconcientes de su lugar en el mundo.

Por último, está el personaje de Slackbridge, el líder obrero. El personaje aparece solamente en las grandes reuniones de obreros, como el presidente de la unión en Coketown. Slackbridge habla siempre en grandes pronunciamientos, con un discurso que genera grande conmoción entre los obreros. Se trata de un orador entre los que pelean contra la opresión cotidiana de la clase obrera, un hombre que desea el avance de la lucha y encanta a los otros miembros de su clase incitándolos a hacerlo. Dickens lo trata como un hombre truchero perdido en sus discursos. Más que eso, es un hombre que lleva a la clase obrera a un camino errado, según el autor. Encontramos en ese hombre otro camino que Hobsbawm propone para los pobres, el de la revuelta. Las condiciones de los obreros en el período eran tan malas que la revuelta era una de las pocas alternativas. Slackbridge es la voz de la lucha obrera del período, y como tal usa la argumentación característica de la época.

La ciudad y sus habitantes

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

Parte de la importancia de la obra es su descripción de la ciudad de Coketown. Esa ciudad ficcional, donde se desarrolla toda la narrativa, es el palco donde Dickens reproduce la estructura social y económica de la Inglaterra de la primera mitad del siglo XIX. Como ya fue comentado, es interesante el propio movimiento de producir una ciudad, más de que usar un paisaje ya establecido, real, el acto de crear una, aunque basado en otra, la Preston industrial, permite al escritor la recomposición de la estructura social y económica, con sus figuras políticas de todas las clases renombradas y sus acciones, a su libre control. Es justamente ese movimiento que hace de su descripción una fuente interesante para analizar las relaciones de trabajo de la época y la manera como eran pensadas.

Es esencial notar la importancia de Coketown en la estructura de *Tiempos Difíciles* y en los conceptos elaborados en la misma. La ciudad es la base de la novela, el lugar del cambio de la fuerza de trabajo obrera en producción para el enriquecimiento del burgués y el telón de fondo para los personajes de la novela. Raymond Williams nos dice un poco sobre esa relación: “Tanto en su paisaje humano como en su paisaje físico, la ciudad, según esta visión, era uniforme [...] En realidad, ese [el modo de Dickens de representar a las personas en *Tiempos Difíciles*] modo característico se advierte en toda la obra de Dickens, hasta en el resto de *Tiempos Difíciles*, donde las personas, de manera muy clara, no son ‘igualmente parecidas entre sí’; donde en realidad sus enfáticas diferencias y contrastes constituyen, finalmente, la organización de la novela” (WILLIAMS, 2001, p. 303). El proceso de Dickens es presentar la ciudad como sería vista de una “ventana del tren”, de lejos, puramente una masa uniforme hecha de humo y gente. Para después cambiar esa lógica presentando a los obreros como los humanos complejos que los burgueses no querían ver. El momento de esa percepción en la burguesa Luisa, cuando entra en la casa de Esteban es un momento de gran humanización para la personaje:

[...] Por primera vez en su vida hallábase frente a frente de algo individual en relación con los obreros. Se presentaba la existencia de éstos por centenares y millares. Sabía la cantidad de trabajo que rendía un número determinado de obreros en un determinado tiempo. Los había visto salir en grandes grupos de sus nidos y volver a ellos, lo mismo que las hormigas y los coleópteros [...] Pero tan lejos estaba de su pensamiento el separar a esa masa en unidades, como de separar las aguas del mar en las gotas que las integran. (DICKENS, 1854, p. 188).

La arquitectura de la ciudad es un fruto cultural de la economía brutal de su época. Es una ciudad con una historia relativamente reciente, Dickens nos cuenta que el personaje de Esteban llegó cuando era muy joven en busca de trabajo cuando la ciudad estaba para tornarse la Coketown industrial, y al comienzo de la novela el obrero tiene cuarenta años. La analogía describe un proceso muy importante de ese momento, el surgimiento de las ciudades industriales. Todas las ciudades grandes inglesas experimentaron un gran crecimiento en el período, duplicando o triplicando sus poblaciones, con la victoria de las fábricas sobre el trabajo artesanal.

Ciudades como Londres y Manchester se llenaron de operarios entre las clases medias que componían, ocupando nuevos barrios sucios y apretados. Pero la expansión luego llegaría a tierras poco habitadas que se alteran alrededor de las nuevas fábricas. Esas ciudades en el período en que Dickens escribe son marcadas por una ausencia de sectores medianos, o sea, compuestas por los más ricos, los burgueses, y los más pobres, los obreros, ligados a la fábrica y a relaciones de poder. Eso se refleja en la misma división de la ciudad. Los burgueses imponen a los obreros, con los pequeños pagos, vivir en minúsculas casas, en terribles condiciones de higiene, intentando controlar la manera misma como viven por instituciones en la ciudad y se alejan de la propia visión de los obreros, de la fábrica y del humo, que componen la triste escena urbana, para tierras cercanas de la “naturaleza”.

Dickens nos informa igualmente sobre la arquitectura de ese nuevo tipo de ciudad. Su famosa descripción de la ciudad hasta es comentada por Hobsbawm en su libro *Industria e imperio: Coketown...*

Era una ciudad de ladrillo rojo, es decir, de ladrillo que había sido rojo si el humo y la ceniza se lo hubiesen consentido; si no era así, la ciudad tenía un extraño color rojinegro, parecido a lo que usaban los salvajes para embadurnarse la cara. Era una ciudad de máquinas y de altas chimeneas, por las cuales salían interminables serpientes de humo que no acababan nunca de desenroscarse, a pesar de salir y salir sin interrupción (DICKENS, 1854, p. 32).

En ese ambiente opresor Dickens reconoce la influencia del paisaje físico en las vidas de sus habitantes. Hay, como ya comentamos, una relación marcada y análoga entre la ciudad, su ritmo laboral y sus habitantes:

Contenía la ciudad varias calles anchas, todas muy parecidas, y además de muchas calles estrechas, que se parecían entre sí todavía más que las grandes; estaban habitadas por gentes que también se parecían entre sí, que entraban y

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

salían de sus casas a idénticas horas, levantando al suelo idénticos ruidos de pasos, que se encaminaban hacia idéntica ocupación y para las que cada día era idéntico al de ayer y al de mañana y cada año era una repetición del anterior y del siguiente (DICKENS, 1854, p. 32).

Las casas en que viven estos obreros no tenían mejores condiciones que las calles, los obreros viven en pequeñas casas accesibles por estrechos pasillos en callejuelas. Ellas existían sobre la misma lógica que la ciudad: el mayor lucro posible de su dueño. Hasta la alta mortalidad es motivo de lucro como pone Dickens en la descripción de la calle en que vive Raquel: “Estaba situada en una de las muchas callejuelas para las que el empresario más popular de pompas fúnebres tenía reservada una escalera negra” (DICKENS, 1854, p.82).

En el otro espectro, la casa del burgués busca alejamiento de esas condiciones que él produce. Bounderby en *Tiempos Difíciles*, al casar con la burguesa Luisa, se muda a una casa más alejada del centro de la ciudad. El burgués se aleja de la ciudad para mantener su ideal de hogar. Ese ideal del lugar donde el burgués se distancia de los peligros de la sociedad, donde es el amo supremo, es uno de los centros del pensamiento burgués de ese momento. La escapatoria de los peligros de la sociedad, es el hogar burgués, donde éste puede ejercer su dominio sin preocupaciones (HOBSBAWN, 1998)

En ese ambiente ocurre el proceso de transformación de la visión del campo, no un lugar físico, pero una construcción social, un paisaje. Para que el burgués reproduzca su modo de vida lejos de la ciudad industrial es necesario alejar el trabajo del campo. Como comenta Beatriz Sarlo, “Las mansiones rurales, que parecen hoy la quintaesencia del paisaje campestre inglés, son documentos de una “ruptura de escala”, resultado de intervenciones que parten de una representación imaginaria de lo rural más que de los datos materiales de la ruralidad, marcada no por la estética sino por el trabajo” (SARLO, 2001, p. 19).

El más contundente proceso involucrado en la cristalización de la desigualdad en arquitectura y vida de Coketown es el utilitarismo, que como ya vimos, transforma relaciones sociales y personas en números, permitiendo la masificación de las viviendas obreras sin respecto a sus vidas. Concepto que dialoga con la deshumanización. Dickens lo trata como un problema puramente moral, podemos pensar, como vemos en

Hobsbawm, que por detrás del utilitarismo, había una cuestión de acumulación de capital, para el que la vida obrera, sus bajos sueldos y pequeñas viviendas, era solo una otra forma de lucrar. Aliada a esa visión inferiorizante, la misma ruptura con el mundo tradicional de donde viene el obrero genera un desconocimiento generalizado sobre la vivienda industrial en la ciudad, especialmente en lo que toca a cuestiones básicas de higiene, motivo de muchas de las muertes del período.

Las miradas

La mirada burguesa

Coketown, el triunfo de la realidad, es fruto y reproductor de la lógica burguesa. Así, sus viviendas construidas para maximizar lucros y su segregación es un producto de esa lógica, que tiene como su más grande representante el pensamiento utilitarista. Dickens expone las consecuencias de ese pensamiento a veces por el sufrimiento de sus personajes, a veces por una camada de ironía en sus discursos.

La clave para comprender la mirada que la burguesía tenía sobre la clase obrera es discutir lo que Hobsbawm llama de carreras abiertas al talento. Ya comentamos sobre ese punto al hablar de *Bounderby*, el hombre que hace a sí mismo y del ideal de superioridad burguesa al hablar sobre la organización de Coketown.

La época en que Dickens escribe es una de avances económicos y cambios sociales. El período marca el fin de la sociedad aristocrática, más precisamente, el fin de la exclusión de sectores sociales puramente por sangre, para la nueva sociedad burguesa, abriendo caminos para hombres ambiciosos que buscaban riquezas y poder en la industria. Esa es la historia que nos cuenta *Bounderby*, un hombre que dice que sale de la calle y con su propio trabajo se convierte en poderoso industrial. Con la idea de su brillante camino de la pobreza hasta la riqueza, se crea en *Bounderby* la idea que el mismo intenta imponer, él se pone en un lugar superior en la sociedad. Superior no sólo a los hombres que compartieron el comienzo de su "carrera" y que quedaron en el camino. Pero también a todos que ya nacieron en una posición más cercana a la que él alcanzó. Es así con su presentación al noble Harthouse en que de la manera suya de fanfarrón de la humildad, explica su posición: "Y digo de igual a igual, porque, conociendo lo que yo soy, conociendo toda la profundidad del arroyo desde el que yo

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens
mismo conseguí levantarme como no la conoce nadie, estoy tan orgulloso como puede estar vos” (DICKENS, 1854, p. 153).

El sentimiento de superioridad, marcante en esa ascendente burguesía, es fruto de la comprensión que el mundo en que vivían era hecho a su imagen. Los burgueses ascendientes creían conocer la sociedad mejor que cualquiera justamente por haber llegado al éxito económico. Estaban, como pone perfectamente Hobsbawm, “imbuidos del feroz y dinámico orgullo de aquellos a quienes sus fabulosas carreras les demuestran que la divina providencia, la ciencia y la historia, se han puesto de acuerdo para presentarles en bandeja toda la tierra” (HOBSBAWN, 1998, p. 191). Este sentimiento alimentaba y era alimentado por el utilitarismo, como ya vimos, la forma del burgués de ver su época. El utilitarismo concedía al burgués una certeza científica de que no había problema en usar de las personas como puramente número, pero también el miedo de que todos harían lo mismo con él. Traía también a la burguesía el extraño disgusto por todo lo que no podía ser cuantificado, lo imaginado (lo “fancy” como pone Dickens en lo original, lo fantasioso), generando una moderación rígida en todas las partes de la vida que querían aplicada a todos. Hobsbawm discute el tema diciendo que esa rigidez tendría su origen en una voluntad acumulativa. Tenemos que recordarnos, sin embargo que estos discursos eran, para la mayoría, sólo artificios discursivos para justificar la opresión a los obreros y la ambición ciega de los burgueses. La conclusión, entonces, una clase de personas egocéntricas, arrogantes, ambiciosas, hipócritas, pero moderadas en todo lo que no fuese trabajo.

La superioridad y arrogancia de la burguesía, combinadas con la lógica utilitarista se traducen en desprecio al trabajador. La idea es que esos hombres de carreras ascendientes consideran que el origen de su éxito, no siendo su nacimiento, es su determinación y trabajo, su fuerza de voluntad. En esa lógica, los que no llegaron a su posición, no lo hicieron por el mismo motivo. Los pobres en general y los obreros en específico estarían condenados a su condición por razones morales. Serían estos perezosos, indolentes e incapaces. Es por eso que Bounderby en su orgullo critica a los obreros por querer “cucharas doradas”. En su perturbada visión, los obreros quieren derechos que Bounderby nunca tuvo y nunca pidió. Dickens apunta de manera graciosa, pero no menos sincera, a la lógica burguesa de Coketown:

Cualquiera de sus capitalistas, de los que habían llegado a reunir sesenta mil libras esterlinas empezando con medio penique, salía de pronto y en cualquier ocasión preguntando asombrado por qué los sesenta mil obreros manuales que, más o menos, había en Coketown no se las arreglaban para convertir, todos y cada uno de ellos, su medio penique en sesenta mil libras, viniendo a reprocharles que no fuesen capaces de llevar a cabo una cosa tan sencilla. (DICKENS, 1982, p.142).

Eso, que Dickens llama de uno de los mitos de Coketown, es la base del tratamiento de la burguesía con los obreros. Esa misma era una gran falacia, no sólo porque ignoraba la opresión de todos los tipos a los obreros, pero porque partía de una mentira, como nos dice Hobsbawm, era casi imposible ascender sin salir de alguna posición inicial: “[sobre las carreras de los negocios y de los estudios] Había que pagar un portazgo para emprender esos caminos: sin algunos recursos iniciales resultaba casi imposible dar los primeros pasos hacia el éxito” (HOBBSAWN, 1998, p. 195). Volviendo a *Tiempos Difíciles*, miramos ese mismo inicio en el fin de la mentira de Bunderby. Cuando su verdadero origen es revelado, por su madre, la dueña de una tienda, que cuenta una historia distinta, en la que ahorró dinero para su hijo y lo dejó

No solamente la impresión de inferioridad comandaba los sentimientos de los burgueses para los obreros, esa era acompañada por una deshumanización de ellos. La deshumanización es un epifenómeno del utilitarismo. Al transformar las relaciones sociales en un discurso económico, la burguesía trata de las personas involucradas en su ganancia de la misma forma. Es decir, los hombres y mujeres obreros se tornan fuentes de lucro o de costo. De esa manera, para ellos son impuestos valores deshumanos, sacadas sus posibles calidades en otros aspectos de la vida, para importar solamente su capacidad de conducir su trabajo, resumida en la frase que nombra nuestro trabajo “La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo” dita por Bunderby a Esteban. Son vistos como máquinas, caracterizados en la obra como manos, o sea, no era su derecho pensar o sentir, solamente trabajar, lo más que podían, por lo mínimo que los burgueses querían pagar. Eran descartables a partir del momento en que no representaban lucros. Esa imposición se refleja no sólo en las viviendas obreras y en el ambiente de la fábrica pero también en sus vidas personales, como la voluntad del Sr. Gradgrind de sacar los obreros de la biblioteca. La burguesía crea la

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens
 idea que el trabajador debe vivir solamente para su trabajo, para una vida de pocos placeres y mucho ahorro, como era su idea de vida ideal.

Esas visiones permitían la creación de interpretaciones, conceptos, proyectos, entre otros, a esos obreros. El propio sentimiento de superioridad y sabiduría ante todas las otras clases daba a la burguesía la noción que estaba en su poder arreglar los problemas de la sociedad, en especial, el problema de la situación de los obreros. La burguesía que vive esos momentos de grandes cambios, donde hombres ascienden y declinan rápidamente, intenta mantener todo el tiempo el control sobre el mundo que cree ser suyo. Eso es cierto en su hogar burgués, donde es el maestro de su familia e igualmente cierto entre sus empleados. Ella se ve como la posesora de los conocimientos sobre la sociedad, siendo los únicos que pueden presentarlos a los obreros, incapaces de entenderlo por sí mismos. Nuevamente, como superior, el burgués se pone entre el trabajador y las instituciones, como la escuela, la Iglesia y el gobierno.

Es interesante recordar que los burgueses, así como los obreros de las uniones, se organizaban en grupos para discutir sus proyectos para el Gobierno, para la clase obrera y para otras cuestiones. Empezamos hablando sobre su relación con el Gobierno. Esa tenía un doble aspecto: de rechazo a las tentativas del gobierno en alterar las libertades de los burgueses con los obreros y de clamor por el Estado intervenir reprimiendo los movimientos obreros con prisiones y deportaciones. Los fabricantes de Coketown incorporan ese discurso hipócrita. Para el primero es interesante notar que es siempre abordado de forma sarcástica por Dickens, denotando la práctica constante de un discurso defensivo por parte de la burguesía de su época frente a acusaciones de abuso:

Cuando se les exigió que enviasen a la escuela a los niños que trabajaban, se arruinaron; cuando se nombró inspectores que inspeccionasen sus talleres, se arruinaron, se arruinaron; cuando estos inspectores manifestaron dudas acerca del derecho que pudieran tener esos fabricantes a cortar en tajadas a los obreros con sus máquinas, se arruinaron; y cuando se insinuó la opinión de que acaso no fuese indispensable que produjesen tanto humo, se arruinaron total y definitivamente (DICKENS, 1982, p.133).

Para el segundo aspecto podemos hablar de la reclamación al inicio de la novela de una ley para obligar los obreros a ir a la iglesia. También vemos Bounderby hablando

con Harthouse, el representante del gobierno en la novela, sobre sus planos con los obreros que hacen una huelga: “Haremos un escarnimiento con media docena de Slackbridges. Denunciaremos a todos estos canallas como a criminales y los haremos deportar a las colonias” (DICKENS, 1982, p.180). De hecho, la manera que la burguesía veía las organizaciones de obreros es característica de su egocentrismo y paranoia. El Sr. Bounderby no acepta que los obreros de su fábrica se levanten contra su dominio, culpando en todos los momentos la infiltración de “extranjeros” que ponen desobediencia en la cabeza dos obreros, que sin ellos no tendrían problemas. Además Bounderby se muestra en la búsqueda de espías entre los obreros, usando Bitzer en el banco. Acá se encuentra nuevamente el miedo constante fruto de la mentalidad utilitarista. La hipocresía y odio de la burguesía se hacen mucho más fuertes cuando la clase obrera se levanta, especialmente porque para la burguesía, como pone genialmente Dickens, los obreros:

Eran algo a lo que se exigían tanto y cuanto de trabajo y se le pagaba tanto y cuanto; eran algo que debía regirse infaliblemente por las leyes de la oferta y la demanda; eran algo que se revolvía contra estas leyes, creándose dificultades; [...] algo que se multiplicaba todos los años de acuerdo con un porcentaje determinado de delincuentes y otro porcentaje de indigentes; eran un artículo al por mayor, con que se hacían grandes fortunas (DICKENS, 1854, p. 188).

Ese fragmento resume toda la deshumanización e inferiorización pensadas e impuestas por la burguesía a la clase obrera, en su camino en transformar la desigualdad y perjuicio en ciencia y política pública, una práctica que se esboza desde Malthus, pero teniendo su auge en la segunda mitad del siglo.

La escuela es una de las instituciones en que la tendencia de tornar ciencia la desigualdad de los burgueses permite controlar los destinos de los hijos de los trabajadores e imbuirlos con sus nociones. La intención es una educación con un ideal utilitario, una escuela de realidades, como la de Gradgrind, que los aleje lo máximo posible de distracciones. El utilitarismo como forma de educación recibe una de las más duras críticas en Dickens al crear el personaje Bitzer, el más egoísta y cruel de toda la novela.

La Iglesia es una otra institución que se pone en las manos de la burguesía en el intento de controlar los obreros de Coketown. Los dieciocho credos presentes en la

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens
 ciudad no tenían muchos obreros como seguidores, asunto el cual había una organización ciudadana para discutir.

Las miradas de los obreros

Si las carreras abiertas son la clave para comprender la burguesía y su pensamiento, para comprender a los obreros es necesario pensar justamente en la exclusión de oportunidades.

El capitalismo industrial destruyó el mundo del trabajador pobre. Acostumbrados a otra forma y ritmo de trabajo, el trabajador pre-industrial se ocupaba en tiendas familiares y oficinas artesanales de origen casi hereditarias. La introducción de la competencia con la producción industrial masificada, desintegra esa sociedad de producción en pequeña escala. Incapaces de continuar en su antiguo modo de vida, los obreros tienen pocas alternativas. La más común era ingresar a las hileras de las fábricas, andando en la ritmada y brutal rutina del trabajo del proletariado de la primera mitad del siglo XIX. Como ya vimos, estos ingresaban en un mundo de hombres que se juzgaban sus superiores basados en sus hechos y que además razonaban sus existencias. No solo su forma de ganar la vida cambia drásticamente, la manera misma de vivir cambia al entrar en un mundo de “cada uno por su cuenta”. La distancia entre los obreros y burgueses es tan absurda que hablan dialectos distintos aun viviendo en la misma ciudad (algo sólo mantenido en la versión original), que se destaca cuando ellos se encuentran

Dickens en su novela elige un obrero entre todos como su mayor modelo. Hay un grande ennoblecimiento de las cualidades morales de Esteban Blackpool. Podemos pensar que sería ese el molde de obrero de Dickens, honrado, humilde y esforzado. También es un hombre embrutecido y por encima de todo, inconsciente de su situación. Creemos que Dickens profundiza su mirada en ese personaje, así como en Raquel, justamente para mostrar como los obreros, individualizados de la masa, interpretan Coketown en sus “realidades prácticas”.

Los obreros pelean contra los intentos de deshumanización del discurso burgués, agravados por las condiciones de trabajo y vivienda. El discurso burgués, sin embargo, es tan fuerte que Dickens representa el propio obrero, Esteban, yendo a la casa del

burgués para pedirle consejos. Acá también entra como factor lo que ya explicamos del pensamiento del mundo del trabajo preindustrial, en que la proximidad del trabajador y patrón no es tan absurda. La elección de Esteban es interesante, al revés de hablar con los obreros o la unión, Esteban se dirige al mismo hombre que lo fuerza en las máquinas. Esa confusión de lealtad es una constante en la trayectoria de Esteban. En varios momentos, como en la huelga, el obrero se pone en contra de su clase, quedando más cerca de la burguesía que, por toda la novela, apenas lo usa. Su rechazo a la unión en la huelga genera en los otros obreros un rechazo a Esteban, donde se puede ver el grado de aislamiento en que se encuentra un obrero que se alejó de su clase. El movimiento y sus consecuencias llevan en el fin de la novela a la muerte de Esteban, ya desconsiderado completamente por su clase, al ser acusado de ser un ladrón.

Está también el caso del rechazo completo de un trabajador a sus semejantes para seguir ciegamente el burgués, o sea, la aceptación completa del discurso de superioridad burguesa e inferioridad obrera. El discurso que entra un poco en la cabeza de Esteban es completamente incorporado por Bitzer. El rechazo total de los obreros para aliarse a la burguesía es una manera de huir de la vida del trabajo en la fábrica. La visión que Bitzer posee de la clase realmente más cercana de sus medios, es la misma de la burguesía, pero sin la hipocresía. El concepto de la inferioridad del obrero, imbuido desde la infancia en la escuela de los burgueses, se convierte en verdad.

Las presiones de ese nuevo mundo, de la vida de sufrimientos, humillación y trabajo sin fin eran para muchas personas demasiado grandes para aguantar. La taberna como dice Hobsbawm se torna el centro de vivencia de muchos (HOBSBAWN, 1997). El alcoholismo como huída del mundo del trabajo crece increíblemente. La desmoralización era la salida encontrada por muchos de estos pobres, la negación de la realidad para una vida de olvido frente a una situación terrible y aparentemente sin escape. En Dickens ese proceso se cristaliza en la esposa de Esteban Blackpool. Su mujer aparece en la novela en pocos momentos, a veces enferma, a veces robando a Esteban. En el modo de exageración de Dickens ella es mostrada en un estado máximo de desmoralización, llamada por el narrador de "criatura", sucia y perdida, siendo "obligada [a] apartar la vista de ella con asco" (DICKENS, 1854,p. 83).

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

El problema del alcoholismo en *Tiempos Difíciles* se encuentra con otro, la relación que el proletariado tiene con el Estado. El Estado es un concepto completamente abstracto para el obrero. En un período caracterizado por la casi total libertad del mercado, el apoyo social y reglamentos de trabajo eran conceptos alejados de la vida del proletariado, pero presentes en sus discursos de luchas. Vemos en Dickens que el trabajador sólo puede contar con la ayuda de su propia clase, pero todavía está bajo determinaciones del Estado. La escena en que Esteban encuentra a Bounderby para preguntar por las maneras posibles de divorciarse torna clara esa visión de un Estado incomunicable que cabría al burgués explicar. Hasta en la muerte de Esteban en el Pozo de Infierno se comenta sobre como peticiones de obreros para los “hombres de leyes” eran ignoradas. En suma, en el período podemos ver que el obrero está realmente solo.

Quizás sea justamente esa soledad frente a las otras clases e instituciones y hasta algunos otros pobres (tal como los tipos iguales a Bitzer de *Tiempos Difíciles*), la falta de opciones y soluciones positivas que incentiven a la organización del obrero en redes propias con discursos propios que desentonan del discurso burgués. De la exclusión surge entonces la solidaridad y de esta la conciencia y de la conciencia la organización.

La solidaridad obrera es tratada como un gran triunfo moral de la clase en Dickens. Sus miembros demuestran gran capacidad de ayudar a sus compañeros, una capacidad que tiene en su genética la idea de ayuda en comunidad del tiempo preindustrial y el sentido naciente de la conciencia de clase (HOBBSAWN, 1977), pero que en Dickens parece ser traducida como una respuesta natural de dentro de la noble alma de los pobres y oprimidos. En la novela esa capacidad, sin embargo, puede ser subvertida a partir del discurso de un líder obrero indigno: Slackbridge.

El personaje de Slackbridge como ya fue expuesto es controvertido. Al mismo tiempo que imprime un discurso grandioso de la clase obrera, ese discurso es usado en la obra para atacar a otro obrero, Esteban, uno de los personajes modelo del autor. Es un movimiento de sutil ironía, pero todavía muy interesante para comprender los discursos de la clase obrera del período. Son palabras de orden, especie de slogans que seguramente eran reproducidos por uniones del período y continuarán a ser repetidos por generaciones de grupos de obreros, hasta hoy. Algunos conceptos interesantes son

encontrados en los discursos de Slackbridge. El presidente empieza su participación en la novela ya con un poderoso discurso:

¡Amigos míos, obreros oprimidos de Coketown! ¡Amigos míos y compatriotas, esclavos de una mano de hierro y de un despotismo martirizador! ¡Amigos míos, compañeros de sufrimiento, compañeros trabajadores y compañeros hombres como yo! Os anuncio que ha llegado la hora de que nos agrupemos todos como una sola fuerza unida, y que pulverizamos a los opresores que durante tanto tiempo han engordado con el saqueo de nuestras familias (DICKENS, 1982, p. 165).

En sus primeras palabras en la novela Slackbridge reconoce los sufrimientos de los obreros, su unión y, más importante, su oposición a los patrones, o sea, pone en su discurso la consciencia de clase y la lucha de clases, conceptos que estaban siendo elaborados en el momento de la escritura de su obra.

Sus palabras de orden, escuchadas con atención ejemplar por los obreros de Coketown contenían un discurso contrario al que la burguesía bombardeaba sus empleados. Sentados en esas asambleas los obreros resignificaban sus experiencias y combatían la deshumanización, cambiando la culpa de sus sufrimientos no en su falta de trabajo o valor, pero en la ganancia desenfrenada de los patrones. Dickens describe la asamblea como un “espectáculo del sentimiento”, un lugar sin indiferencia. La esperanza con que los obreros escuchan el discurso de Slackbridge es debidamente notada por el autor:

[se podía ver que] todos los hombres allí reunidos sentían el convencimiento de que las condiciones en que vivían eran, de un modo u otro, peores de lo que pudiesen ser; que todos los hombres allí reunidos se consideraban obligados a coligarse con los demás para conseguir su mejoría; que todos los hombres allí reunidos no tenían otra esperanza de conseguirlo que el aliarse con los camaradas que los rodeaban [...] (DICKENS, 1982, p. 167).

Con la confianza de la asamblea, el obrero se pone a refutar los proyectos e instituciones burguesas y a crear sus propias, como el Tribunal de Obreros Unidos, para cambiar el futuro en uno que no haría del “año anterior, igual a lo pasado”. Es esa la expectativa de un cambio posible a la vida dura de Coketown, de un mundo en que no son solo brazos, pero hombres todavía mejores que los dueños de las fábricas, o como lo pone Slackbridge “clase de hombres casi divina” (DICKENS, 1982, p.292). Mismo que Dickens rechaza la salida obrera al problema, es posible ver que el percibe y reconoce la importancia de las asambleas y organizaciones de laburo para la vida de los obreros.

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

La visión de Dickens

Después de pasar por las visiones sobre los obreros expuestas en la narrativa por sus personajes, pasamos a examinar la construcción de la visión del autor y como esa elabora una visión sobre la clase obrera. Dickens consigue percibir las estructuras del sentir de su época, identificando y reproduciendo los nuevos tipos sociales, estructuras, instituciones, procesos y sentimientos con la aguda precisión de pocos en su tiempo. Sin embargo, en sus obras, el autor posee una propia interpretación sobre estos procesos que conduce su escrita. Como ya fue dicho Dickens es un autor que refuerza la moralidad como aspecto principal de sus novelas. Así como en las fábulas, el camino mismo de los personajes posee un destino ligado a su obediencia o no a principios morales, en el caso, los de Dickens, un hombre de los sectores medios de la sociedad. La propia cuestión de valorar la moral es parte de un discurso de la clase media.

Ya vimos que Dickens elige personajes como modelos, y es justamente por las acciones y palabras de estos que podemos percibir las opiniones y proyectos de Dickens. Para tratar de las soluciones del problema de la situación de los obreros, Esteban y Raquel son los elegidos. Por estos dos vemos las dos soluciones que él encuentra para los problemas que tan bien describe: mayor fuerza del gobierno como protector de los obreros y relaciones más humanas y cordiales entre obreros y burgueses.

La primera respuesta es subrayada en algunas partes de la novela y más directamente expuesta en el momento de la muerte de Esteban. En su retorno para explicarse del robo del banco de Bounderby, Esteban cae en el Pozo del Infierno. En sus últimas palabras, el obrero recuerda:

Yo había leído, como han podido leer todos, las peticiones que los hombres que trabajan en los pozos han dirigido a los hombres que hacen las leyes, rogándoles, una vez y otra, en nombre de Cristo que no permitan que encuentren la muerte en su trabajo (DICKENS, 1982, p. 323).

Por fin, en la respuesta final de Esteban a Bounderby, cuando el burgués pregunta al trabajador modelo como se arreglaría el “embrollo” que su sociedad se encontraba, eso se torna claro. El trabajador sin guía ni compañeros dice: “lo ignoro señor, ¿cómo voy a arreglarlo yo? Eso les corresponde a los que están encima de mí y por encima de

todos nosotros. ¿De qué discuten, señor, entre ellos, si no discuten como arreglarlo?” (DICKENS, 1982, p. 179). El camino trágico de Esteban es, en sí mismo, un ejemplo de las consecuencias del capitalismo industrial y de la mentalidad utilitarista.

La segunda grande respuesta a cómo mejorar la situación obrera es la solución que normalmente se encuentra en la obra de Dickens, como en la novela *Un Cuento de Navidad*. Dickens es un humanista que cree que el problema de sus tiempos partía de la corrupción moral de los ricos, demasiado presos en sus lucros para pensar en las consecuencias de sus acciones. El autor entra, mostrando las consecuencias sociales de sus “desviaciones” morales, para intentar un cambio. En *Tiempos Difíciles*, aunque su discurso se torna radicalmente realista y toca en muchas cuestiones estructurales, el autor no tiene la noción de la distinción de esas concepciones, todavía no completamente formada y lejos de ser hegemónica. Dickens entonces, a nuestros ojos, hace una crítica superestructural para arreglar un problema estructural, o sea, critica el utilitarismo para arreglar la explotación de una clase por otra. La base del pensamiento de Dickens es justamente la disminución de la lucha de clases, motivo por el cual él ataca a las uniones. La clase obrera para Dickens, en resumen, es una clase que existe por la forma terrible y utilitarista que los burgueses tratan a los pobres y que, para Dickens, en un mundo sin ese trato, no existiría.

La lucha de los trabajadores sería, para Dickens, la consecuencia de la crueldad burguesa, mientras que sería, para los marxistas después de su época, la solución. Aunque el autor comprendiese con la afirmación que pensar que luchaban por nada era como pensar que había humo sin fuego. Dickens muestra su posición en la descripción de la asamblea:

[...] que todos los hombres allí reunidos no tenían otra esperanza de conseguirlo [mejorías en sus vidas], que el aliarse con los camaradas que los rodeaban, y que rondeaban, y que en esta creencia, acertada o equivocada en aquel momento, y por desgracia equivocada, la totalidad de aquella multitud escuchaba grave, profunda y lealmente conmovida (DICKENS, 1982, p. 167).

Las uniones, guiadas por hombres disimulados agravarían el conflicto entre las formadas clases, una salida que iba en contra del sentido humanista de Dickens.

“La única cosa que tienes que hacer es fijarte en tu trabajo”: Miradas sobre los obreros en *Tiempos Difíciles* de Charles Dickens

Su proyecto y, con eso, su visión de los obreros, se unifican en la escena en la que, después de ser humillado y tener sus compañeros humillados, Esteban se levanta contra Bounderby. En sus palabras se escribe el discurso anticlasista de Dickens

Mientras se aíslan a millares y millares de personas que viven todas de la misma manera, metidas siempre en idéntico embrollo, por fuerza han de ser como un solo hombre, y vosotros seréis como otro solo hombre, con un mundo negro e imposible de salvar entre unos y otros, mientras subsista esta situación desdichada, sea poco o sea mucho tiempo. No se mejorará la situación ni en todo el tiempo que ha de transcurrir hasta el Sol se vuelva en hielo, si se persiste en no acercarse a los trabajadores con simpatía, paciencia, y métodos cariñosos como hacen ellos unos con otros en sus muchas tribulaciones. (DICKENS, 1982, p.181)

No obstante a la preeminencia de la moralidad como la enfermedad y la cura, la existencia de este relato tan fuertemente crítico y tan en acuerdo con las críticas hechas por la izquierda nos hace que pensar que el realismo de *Tiempos Difíciles*, traspasa la moralidad, mientras la mantiene como discurso explicativo. Al fin y al cabo Dickens erra al culpar solamente la manera como se trata a los obreros y no el mismo capitalismo. El utilitarismo perderá su importancia para una noción menos rígida de la burguesía y de su relación con los obreros, que nunca van a retornar a la manera más humana preindustrial, pero que con las décadas de luchas de las uniones van a llegar a condiciones más humanas. Sin embargo, la explotación y opresión de los obreros siguen siendo problemas estructurales que el cambio de los presupuestos morales no altera. El capitalismo y con él, la explotación, sobrevivirá sin el utilitarismo.

Conclusión

Mientras mantiene una visión anticlasista, visionando una sociedad unida y humanizada, Charles Dickens en *Tiempos Difíciles* explora las distintas miradas que estos grupos de hombres tenían sobre los otros. De una realidad material, la situación de la clase obrera, el expone distintas maneras de pensarla, de las cuales precisamos tres. En un período cambiante el autor consigue capturar distintas formas de concebir el mundo y el otro, algunas con más poder, otras con menos. La visión del burgués era pensarse como superior por sus hechos, atribuyendo al obrero, la inferioridad moral que justificaba su crueldad. El obrero, rodeado por un mundo nuevo y peculiar pelea de distintas maneras para sobrevivir, encontrando una defensa en la unión y el planeamiento de un futuro más justo ganado por luchas contra el opresor. El conflicto

montado en el momento delinea las dos clases en antagonismo casi directo en el territorio urbano, resumido en Coketown. Dickens justamente satiriza el discurso de ambas las clases para valorar suyo, de una sociedad sin clases conducida por la moralidad, pero que continuaría a tener obreros y burgueses trabajando para enriquecerlos, pero sobre condiciones mejores. Marx y Engels (1846 [2007]) tenían el concepto que la verdadera revolución libertaria no solo los obreros, pero también los burgueses, presos en una mentalidad de competencia, ganancia y explotación. Dickens presenta una visión similar al mostrar las consecuencias de la deshumanización impuesta a los burgueses por la educación y a los obreros por el trabajo, mismo que sus objetivos fuesen otros.

El momento que Dickens observa es uno crucial en la historia del capitalismo. El momento en que la explotación en las industrias llega a un nivel crítico y las alternativas se tornan extremas, de ese período surgen visiones e instituciones que fallaran y otras que perduran hasta hoy. Los más importantes, las bases del capitalismo y de la explotación y sus consecuencias sociales son teorizados por su primera vez, pero son tan aparentes que también son identificadas por Dickens, que tenía concepciones radicalmente distintas.

Referências bibliográficas

- DICKENS, C. **Tiempos difíciles**. Buenos Aires: Hyspamérica. 1982
- _____. **Hard Times**. Versión Original Online. 1854
- EAGLETON, T. **Marxismo y crítica**. Buenos Aires: Paidós. 2013
- ENGELS, F. **La situación de la clase obrera en Inglaterra**. 1844.
- _____. **First Letter from Engels to Miss Harkness**. 1888. Visitada en el sitio: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1888/letters/88_04_15.htm
- HOBBSBAWM, E. **La era de las revoluciones**. Ed. CRÍTICA, Barcelona, 1998.
- _____. **La era del capital**. Ed. CRÍTICA, Barcelona, 1998.
- _____. **Indústria e Império**: Uma história econômica de Gran Bretanha desde 1750. Editorial Ariel. 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editora. 2007.
- SARLO, B. Prefacio. **El campo y la ciudad**. Nueva York: Oxford University Press. 2001.
- THOMPSON, E. P. **La formación de la clase obrera en Inglaterra**.
- WILLIAMS, R. **El campo y la ciudad**. Nueva York: Oxford University Press. 2001.

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor

Thayenne Roberta Nascimento Paiva *

Resumo: Tendo como objetivo analisar um possível retrocesso, presente na atualidade, em relação às ideias de disseminação do conhecimento, lema aclamado pela República das Letras francesa, especialmente século XVIII, mobilizamos dois filósofos para pensarmos o caso, em termos de postura do autor frente sua produção discursiva. Para tanto, valemo-nos de algumas ideias do filósofo Michel Foucault desenvolvidas especialmente em seu ensaio "O que é um autor?". Por outro lado, discorreremos sobre as concepções do filósofo Denis Diderot sobre esta mesma função, respeitando as devidas diferenças de tempo e espaço e apresentando outra perspectiva sobre o que foi a sua interpretação acerca da postura do autor, na época da República das Letras francesa. Ademais, iremos discorrer sobre possíveis aniquilamentos e a não-apropriação em torno do verdadeiro ideal da República das Letras, na atualidade, a partir da intensificação e do cerceamento de antigas posturas da função de autor, especialmente, na Era Digital¹.

Palavras-chave: função-autor; Michel Foucault; Denis Diderot, República das Letras francesa; Era Digital.

Introdução: Panorama geral da República das Letras francesa, no século XVIII

Os iluministas costumavam designar como um grande e portentoso império a comunidade de escritores, designada como República das Letras², cujo lema era a fé

* Graduanda em História pelo Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ).

¹ O presente artigo contempla algumas ideias preliminares a serem desenvolvidas na monografia de conclusão de curso de graduação em História.

² A nomenclatura pode ser variada: *Respublica litterarum* ou República das Letras ou Comunidade do Saber ou *Common wealth of Learning*. Esta terminologia se notabilizou popular entre os historiadores nos últimos 30 anos. In.: BURKE, Peter. A República das Letras, 1500-2000. Estudos Avançados, 25 (72), 2011.

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 91-107, 2015

que detinham no poder cognitivo e no plano das ideias. Embasado na não desigualdade, a participação nesta comunidade era livre, desde que seus membros soubessem ler e escrever. No entanto, a República das Letras era parcialmente democrática, sendo, na prática, dominada pelos escritores ricos e bem-nascidos. O restante desses que não podiam somente sobreviver dos seus próprios escritos, tinham que contar com o apoio de mecenas para, dessa forma, lograrem ao tão sonhado acesso aos Salões e Academias. Contudo, vale destacar que, por vezes, o patrocínio vinha seguido da humilhação causada aos escritores pelos patrocinadores, que inclusive alimentava a rixa entre escritores, como o famoso desentendimento entre Voltaire e Rousseau, por exemplo.

Quanto ao termo, República das Letras, foi cunhado no século XV, perdurando desde a época de Erasmo de Roterdã, em 1500, até o final do século XVIII. Empréstada a ideia de Benedict Anderson (2008), a República das Letras foi uma comunidade imaginada, que tentou se pautar pelo ideal de igualdade social, inclusive no trato entre os próprios estudiosos. A noção de república se concretizava quando da adoção de atitudes uniformizantes como escrever cartas em latim (transpondo as barreiras vernáculas europeias), as doações de publicações e informações, a interação entre estudiosos de diversas localidades, etc. Ademais, a unidade se matinha por meio do periódico *"Nouvelles de la République des Lettres"*, editado por Pierre Bayle, noticiando ao mundo erudito eventos multímodos, tais como resenhas de novos livros, informes sobre falecimento de intelectuais, eventos etc.

Ao arrebatarmos a noção de cosmopolitismo intrínseco ao caráter da República das Letras, notamos sua expansão, a partir do século XVIII, para além das fronteiras da França, em particular, avançando para Batávia (atual Jacarta), Calcutá (atual Kolkata) e nas Américas, notadamente na Cidade do México, Lima, Boston, Filadélfia e Rio de Janeiro (aqui, o marco fundador com a Academia Científica em 1775) (BURKE, 2011). Entretanto, opostamente a ideia de comunidade imaginada, continuou elitista, excludente, somente podendo aceitar como equânime o intercâmbio entre estudiosos. A comunidade não pode ser vista como um grupo hermético, pois dialogava com outras esferas da sociedade de Antigo Regime, fosse de maneira acrítica, quando da obtenção

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 91-107, 2015

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor de vantagens por estar junto à Corte, fosse com críticas em riste ao sistema de privilégios e contra a rivalidade entre as nações.

Em relação à duração da *Republic of Letters*, diversos foram os términos propostos, ora por volta de 1750, com a Enciclopédia; ora, findada em 1789; ou, ainda, em 1800. Seu fim se deveu a dois motivos: ao nacionalismo e a especialização literária. As Guerras Napoleônicas atuaram negativamente sobre a cultura, rompendo as comunicações, mesmo quando tal atitude declarada não deveria incidir sobre esse campo. Isso se fez quando intelectuais deixaram de visitar seus semelhantes devido às guerras. Isso desestabilizou, portanto, a harmonia da Comunidade das Letras, não somente pela guerra, mas também pela transmutação do cosmopolitismo em nacionalismo. Outro ponto que explica o fim da República das Letras, se optarmos pelo término por volta do ano de 1800, diz respeito a uma forte tendência de especialização intelectual, fragmentando-a em províncias ou comunidades distintas de especialização. Essa acentuação foi cada vez maior no século XIX, com as divisões entre as disciplinas e a institucionalização crescente das mesmas, separadas por departamentos, formando "tribos acadêmicas".

Denis Diderot: o direito natural do autor enquanto monopólio real

Como apontado por Robert Darnton (2010), ainda no século XVIII, existia a circulação de livros manuscritos muito mais baratos do que os livros impressos (embora a produção tivesse que ser inferior a cem exemplares). Com a inserção da lógica industrial no ramo dos livros, e, por parte do impressor, ao investir em máquinas e matérias-primas, a posição do autor foi mobilizada como condição especial para a expansão do comércio de livros, permitindo, desta forma, que o setor editorial acumulasse capital com este novo tipo de produto: o livro.

Embora o que vigorasse fosse a reprodução de obras em domínio público, a necessidade de novas obras no mercado editorial conduziu a exigência de mecanismos de proteção econômica por parte dos livreiros, feitos a partir do pedido de privilégios exclusivos sobre os manuscritos comprados de seu autor. Contudo, paulatinamente sendo as obras vistas como um bem comum, os monopólios sobre as obras eram

condenados, já que a postura que procurava se instaurar era a liberdade de conhecimento para o público e a aquisição de livros a preços justos. Pelo menos, assim deveria.

O que vemos, todavia, a partir do século XVII, a fim de combater as falsificações estrangeiras era a adoção pela monarquia real francesa da expansão da aplicação dos privilégios e a redução do âmbito do domínio público. Assim sendo, os privilégios mudaram sua categoria de exceção para se tornar o mecanismo ativo no campo da reprodução e venda de livros. Todavia, destaca-se que o mecanismo de privilégios, também denominado permissões tácitas, se estendia a um público limitado de livreiros: os editores parisienses. Com isso, o monopólio editorial ganhou contornos mais precisos a partir do século XVIII, sobretudo incidindo sobre a postura do autor frente à sua produção literária.

Na França, até a eclosão da Revolução Francesa, os *librairies* parisienses possuíam privilégios reais. Em 1777, a Coroa francesa reconheceu os direitos do autor, concedendo, paralelamente aos privilégios dos livreiros, os *privilèges d'auteur* (privilégios de autor). Posteriormente à Revolução, as concessões reais para os livreiros franceses foram ab-rogadas em 1791, mesmo com as calorosas reivindicações promovidas pelos livreiros franceses (em especial, as dos livreiros parisienses) acerca desta postura, alegando que, por meio da concessão que conquistavam, estavam defendendo, igualmente, os direitos naturais de autor, não sendo postura do Estado cercear este direito. A título de esclarecimento, os direitos naturais de autor eram aqueles estabelecidos sobre o processo criativo deste, que o direciona e administra da maneira que melhor se adequava aos seus interesses artísticos e intelectuais.

Dentro desta visão de defesa do direito natural de autor contribuiu o filósofo iluminista Denis Diderot, em seu memorial intitulado "*Carta sobre o comércio do livro*", aproximando, comparativamente, a propriedade literária às demais propriedades imobiliárias. No memorial, defendeu que os direitos do autor deveriam ser estendidos aos seus substitutos, por terem obtido legalmente os manuscritos das obras por meio

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor

da compra, tornando os compradores, no caso os livreiros³, detentores dos manuscritos, tanto quanto os autores. Desta forma, Diderot aproximou a ideia de propriedade literária à de propriedade imobiliária. O que o argumento dos livreiros defendia, então, era que o autor, enquanto criador absoluto de sua propriedade discursiva, fosse ela literária ou científica, poderia delegá-la a quem desejasse, sob a forma de contrato e por tempo indeterminado. Com isso, o que observamos é a passagem gradual e de validação enquanto monopólio de fato, do monopólio real para o monopólio sobre o direito natural do autor, passando este a ser visto como um monopólio real.

Com este pano de fundo, saltam aos olhos as personagens envolvidas na problemática entre a função e postura do autor e a liberdade de conhecimento. Em nome de *Le Breton*, o principal editor da Enciclopédia, o pedido da Comunidade de Livreiros parisiense estava representado em torno da encomenda de um memorial a Denis Diderot. A imprecisão incidia sobre a preocupação dos livreiros acerca da possível perda dos privilégios editoriais em torno da exclusividade e perpetuidade do direito de publicação das obras, cuja posse dos manuscritos era obtida pela compra junto aos autores. Essa necessidade emergiu depois da decisão do Conselho Real, em 1761, de direcionar o direito de edição das “Fábulas”, de *La Fontaine* às suas descendentes, e não aos livreiros que tinham conquistado, anteriormente, o direito de publicação.

No interior desta atmosfera, o filósofo, escritor e um dos criadores da Enciclopédia, Denis Diderot, ao redigir este memorial emprestou-lhe, ao longo de sua elaboração, diferentes títulos, tendo sido escrito durante o outono de 1763. Foi passado a limpo em 1764, ganhando, primeiro, o título “Carta sobre o comércio do livro”, sendo modificado, posteriormente, para “*Carta histórica e política endereçada a um magistrado sobre o comércio do livro, sua condição antiga e presente, seus regimentos, seus privilégios,*

³ A título de destaque, como na França da Época Moderna a profissão de livreiro não correspondia somente a de vendedor de livros, sendo, igualmente, a representação de livreiro-impressor, o termo “*libraire*” (livreiro) mobilizado por Diderot, designava um conjunto de funções que esta palavra suscitava, devido a ausência clara de separação entre as funções de editor, impressor e livreiro.

as permissões tácitas, os censores, os vendedores ambulantes, a travessia das pontes do Sena e outros temas relativos à política literária". No título expõe, sumariamente, os pontos sobre os quais desejava se debruçar e seu endereçamento a um magistrado, mais especificamente ao magistrado *Antoine Gabriel de Sartine*, então ocupante dos cargos de Superintendente da Polícia da cidade de Paris (cargo assumido em 1759) e da Direção de Ofício dos Livreiros (admitido em 1763).

O intuito do memorial encomendado pelos livreiros parisienses era demonstrar a necessidade de perpetuidade dos direitos sobre os manuscritos pelos mesmos. Embora Diderot fosse um anticorporativista, cuja postura na Enciclopédia invocava isso, permitiu-se proceder de modo contrário, neste memorial, a fim de proteger o mundo dos livros contra os falsificadores nacionais e, principalmente, os estrangeiros. No entanto, como na época em que Diderot elaborou este memorial os direitos de autor não eram muito claros na França, Diderot preferiu delegar aos livreiros o poder sobre as obras discursivas produzidas defendendo, deste modo, a Comunidade de Livreiros de Paris.

O privilégio do livreiro sobre o manuscrito comprado provém da concessão real existente desde o século XV, como forma de reprimir as falsificações em torno das obras escritas. Com a concessão, o livreiro pode fabricar e vender, de maneira exclusiva, uma determinada obra. A duração sobre essa posse depende da concessão permitida pelo rei. Com isso, desde o século XVI, os grandes livreiros de Paris começaram a monopolizar os privilégios em torno da posse sobre o manuscrito de uma obra, de tal modo que solicitavam a perpetuidade de seu direito, excluindo qualquer pretensão e vontade dos criadores originais das obras, no caso os autores.

Contudo, o poder real, no intuito de limitar a vontade ambiciosa dos livreiros de controlar o mercado editorial, delegou a Comunidade dos Livreiros de Paris a vigilância (poder de polícia) sobre os livreiros. Desta forma, ganhava privilégio o livreiro que fosse membro da Corporação de Livreiros (prática do Estado funcionando como uma política de domesticação da Companhia de Livreiros), o que, em contrapartida não impedia que os grandes livreiros de Paris enriquecessem. Essa política enfraquecia os pequenos livreiros da província, forçando-os à prática da contravenção para sobreviver. Tanto que, Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 91-107, 2015

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor quando da renovação ou prorrogação de um privilégio a um livreiro parisiense, fortes objeções emergiam por parte dos livreiros que não possuíam privilégios e dos membros do Parlamento de Paris, que eram contrários a prática do monopólio. Novamente, o que testemunhamos é a defesa acirrada de interesses diversos entre os “nichos” de livreiros e a desvalorização dos interesses do autor frente sua produção discursiva.

Diderot afirma, em seu memorial, que privilégio e título de propriedade nada possuem em comum. Privilégio é uma concessão concedida pelo soberano para a conservação de um bem. Embora os livreiros sabiam o que privilégio concedido é temporário, eles confundiam privilégio com bem hereditário, alegando que o fato de um manuscrito ser um bem deve ser possuído de maneira perpétua, já que é passado, em caráter de "hereditariedade" ao livreiro por meio da compra. No entanto, se Diderot explicita esta distinção, o faz para assinalar que a concessão de privilégio pelo poder real é indevida, uma vez que essa concessão somente funciona como uma prática de conservação de um bem. Portanto, estender o privilégio de um livreiro é um erro, pois é incorrer para uma esfera de propriedade sobre um bem alheio.

Diderot, para elaborar a *“Carta sobre o comércio do livro”*, baseou-se no escrito de um advogado no Parlamento de Paris, *Louis de Hericourt*. Para esse advogado, o privilégio concedido pelo rei a um livreiro tornava-o apenas o comprador de um manuscrito, permitindo que o autor continuasse com poder sobre a sua obra. Esta, se transformava em uma propriedade do autor e que podia ser vendida pelo mesmo, excluindo, desta forma, o poder real sobre a obra literária. Observou, ainda, a ilegitimidade no que diz respeito à transmissão de privilégios, ou seja, o rei não pode transmitir para outrem o privilégio sobre uma obra estando o autor ou um de seus herdeiros vivos, devendo o consentimento ser dado pela pessoa que estiver viva e a quem pertencer a obra.

O livreiro, para o filósofo iluminista, possui a obra assim como a mesma era anteriormente possuída pelo autor. Para Diderot, um livro é igual a qualquer outra propriedade. Com efeito, defende a causa dos comerciantes contra os descendentes do autor. Esse raciocínio é resguardado tanto pelos livreiros parisienses como pelos londrinos, desde o início do século XVIII. Conquanto Diderot se aproxime da proposta

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 91-107, 2015

semelhante que existe hoje sobre propriedade intelectual, acaba por ofertar uma proposta inversa: o autor não pode alienar sua obra para sempre. Desse modo, entrou em contradição com o que foi exigido pelos livreiros, quando da encomenda do memorial. São aspectos como esse, e outros não apontados aqui por não dialogarem com o que foi proposto, que o seu memorial foi reescrito pelos colaboradores de Le Breton, sob o apoio dos livreiros de Paris.

Portanto, de acordo com o que foi exposto até o presente momento, dois são os aspectos que podemos salientar em relação às ideias de Denis Diderot. O primeiro salienta que a sua defesa acerca da propriedade intelectual de maneira perpétua era um mecanismo para favorecer, possivelmente, autores autônomos no mercado literário, ausentes de patrocinadores, dando-lhes condições de negociar em pé de igualdade com os editores. O segundo é que, ao se fixar apenas em um único modelo de direito verdadeiro, o direito natural do autor, enfatizando a noção de pessoa como fonte de direito (no caso, o autor), encara o livro como um mero produto de consumo, limitando a expressão do autor aos casos de venda dos manuscritos de suas obras. Com isso, o que podemos mostrar, deste modo, é que Diderot, na verdade, estava muito mais preocupado com a posteridade da fama do autor pela obra ao longo do tempo, ao defender tal ideia, em benefício dos livreiros.

Com a iminência da Revolução Francesa, a tentativa de equilíbrio entre os interesses do autor, dos livreiros e do público desaparece. Os privilégios foram abolidos e substituídos por duas leis, uma de 1791 e outra de 1793, que procuraram promover o equilíbrio entre os interesses particular e público e entre a propriedade privada das obras e a liberdade de reprodução delas. Também limitaram a duração dos direitos de exclusividade de representação e reprodução, respectivamente, em cinco e dez anos após a morte do autor. Após esse prazo, a obra passava para o domínio público.

Da Revolução Francesa até a primeira metade do século XX houve um fortalecimento da propriedade literária e artística, tanto a nível nacional como

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor internacional. Na França, isso se traduziu em termos de dimensão personalista⁴ sobre a obra, configurando uma nova espécie de direito sobre a mesma: o direito moral. Com essa nova forma de direito sobre a obra, a mesma não é mais considerada um bem livremente transferível, mas sim, uma extensão da personalidade de seu criador. Permite-se, assim, que o autor decida, de maneira independente, a forma como possa ser concebida a divulgação de seu trabalho. Enquanto direito perpétuo, o direito moral deve ser exercido de acordo com as vontades do autor, mesmo após o seu óbito. Com o direito moral, o sistema francês instalou o autor no centro de importância em relação ao processo de criação e de fomentação do *copyright*.

Possíveis diálogos entre o memorial de Denis Diderot e o ensaio "O que é um autor?", de Michel Foucault.

Em sua conferência pronunciada em 1969 e intitulada "*O que é um autor?*", o filósofo Michel Foucault discorreu que, no transcorrer da história, nem sempre houve a necessidade de identificar o autor de uma obra. Para tanto, partiu de suas reflexões sobre o que denominou de "função-autor", concebida por ele como o ponto fundamental que nos permite observar a existência, a circulação e o funcionamento dos discursos no interior da sociedade.

Para Foucault, o princípio ético fundamental da escrita contemporânea é o desaparecimento da importância daquele que fala em um discurso, no caso, o autor. Ao desenvolver uma crítica radical à ideia de autor, Foucault subverteu o desenvolvimento, no tempo, da autenticidade autoral. Assim, Foucault quer permitir que o discurso possuísse suas formas próprias, captando quais os espaços, lacunas e funções livres deixados pelo autor.

O discurso, segundo Michel Foucault, não era na sua origem um produto, um bem; sendo, portanto, um ato, bipolarizado em sagrado e profano, lícito e ilícito. O mesmo,

⁴A dimensão personalista sobre a obra pode ser melhor compreendida pela leitura de PFISTER, Laurent. *Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure edunumérique*. Bulletin des Bibliothèques de France, septembre 2006, reedité dans Les cahiers de la justice, 2012.

antes de ganhar propriedades e limites, era um ato carregado de riscos. Quando do surgimento dos direitos autorais, no final do século XVIII e início do XIX, o ato de escrever sofreu uma transgressão com imperativos, por exemplo, sobre a literatura. Ademais, a função de autor não foi exercida de maneira uniforme sobre todos os discursos. Antes, na Idade Média, os textos, por vezes, circulavam sem que um autor fosse reconhecido, cujo valor do anonimato garantia a disseminação e a circulação dos textos.

Em Foucault, podemos dizer que a emergência da função de autor constitui o momento forte de individualização na história das ideias, presente seja na literatura, na história, na filosofia ou nas ciências, enfim. Com a definição de um autor para uma obra temos, e o que de certa forma contribui para a autenticidade do discurso, um conjunto de realizações sobre a mesma: a unicidade entre sujeito e obra; unidade estilística; coerência conceitual e originalidade.

Ainda para o filósofo, a emergência da figura de autor se deu na medida em que se tornou possível a punição de um discurso por meio de seu autor. Antes, o discurso era visto como um ato, passando a ser, na modernidade, sinônimo de produto, coisa ou bem. Em nossos dias, o papel do autor é preponderante nas obras literárias, ao contrário das obras científicas, cujo texto já é o produto em si do trabalho de uma pesquisa em equipe, proveniente da verificação, validação e exposição dos métodos e resultados conquistados.

Para pensar a questão do autor, Foucault tomou emprestado a afirmação de *Beckett*, que diz o seguinte: "Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala". É aqui, partindo dessa afirmativa que o filósofo quer entender como a escrita contemporânea se libertou da ideia de expressão, permitindo que a escrita também se identifique com a sua própria manifestação exteriorizada. Ou seja, não é mais o sujeito que se fixa sobre a linguagem, e sim, o seu desaparecimento que permite a abertura de novos espaços. O suporte foucaultiano serve-nos para pensar um aspecto diametralmente oposto, que reside sobre a postura do autor frente à produção e os meios de circulação de sua produção discursiva pelos meandros, facilidades e posturas paralelas (por vezes, obscuras) que deslocam o autor do gerenciamento de sua

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 91-107, 2015

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor produção, renegando a postura importante do mesmo na disseminação do conhecimento.

Partindo da concepção de que o nome do autor não pode ser encarado simplesmente como um elemento no discurso pois, o nome do autor direciona um dono, um autor para aquilo que foi escrito, confere um estatuto particular por aquele que o escreveu e o nomeia. A tentativa foucaultiana de promover o desaparecimento do autor passa por um objetivo estratégico, partindo da ideia de que a figura do autor deve ser apagada em proveito das formas próprias dos discursos, possibilitando a visualização das lacunas e funções livres descobertas por este desaparecimento. Ademais, contra a categoria de autor enquanto sujeito que funda e é responsável por uma obra, Foucault defende o direito ao anonimato, no que tange à escrita. Dessa forma, Foucault quer romper barreiras perversas como o domínio do cenário intelectual pela mídia, sobre um reconhecimento maior sobre aquele que fala ao invés do que é falado. Desse modo, Foucault demonstrou o quanto existe de aversão ao anonimato dentro da produção cultural contemporânea, dotando o anonimato de significações como fracasso e reclusão. Ademais, realçou como as pessoas podem se relacionar com o conhecimento e de quem ele é oriundo ou direcionado.

Todavia, pensar em termos de produção discursiva implica pensá-la pela ótica do autor. Se a função-autor, ideia emprestada de Foucault, existe graças aos modos de existência nos discursos circulantes em uma sociedade, significa que aquele que delimita, recorta e caracteriza os textos tem poder de voz e maior atuação do que aqueles que permitem que sua produção circule (no caso, as editoras). Ou seja, o discurso ganha identidade na figura do autor. Ademais, Em Foucault, a delimitação judicial sobre os direitos de autor, em que as editoras se baseiam para garantir o retorno de lucro, permite uma compensação do status pelo autor, antes recebido. Contudo, não podemos afirmar tal ponto sobre a Era Digital. O enrijecimento dos direitos de autor, mais do que recompensá-lo, torna-o apenas ponte de comunicação com os lucros das editoras. Soma-se a esse cenário artifícios jurídicos que tenderam a aumentara duração dos direitos de autor, evidenciando o desvio da função original da produção intelectual, que é o de estimular a criação intelectual e a produção cognitiva.

Destarte, a partir do panorama apresentado acerca de alguns pontos explanados por Foucault em seu ensaio, bem como as defesas e críticas elencadas por Diderot, em seu memorial, nos possibilita pensara evolução e a afirmação da realização da disseminação cognitiva pela postura autoral, recuperada na República das Letras francesa, no século XVIII. Ao determinar, em grau de importância o foco para os discursos, ao invés daquele que o concebe, Foucault se distancia largamente de Diderot pois, para aquele as ideias emergidas no discurso deveriam ser livremente compreendidas pelos mais diferentes leitores, distanciando-se das limitações impostas pela figura do autor. Igualmente, podemos perceber que ao dar voz aos discursos, possibilita que as ideias continuem no âmbito da esfera pública, de conhecimento de todos e que se expandam, tanto pelo alargamento do acesso aos discursos. Já em Diderot, a centralidade de suas ideias residia na preocupação sobre os ganhos, imediatos ou em longo prazo, tornando a obra propriedade, bem material que promoveria o autor, além de eternizá-lo. Sua atenção era voltada para os autores, valorizando a postura daquele que escreve sobre o que é escrito, na condução da produção do conhecimento.

Devemos salientar, com o devido cuidado e atenção que, embora o comportamento da liberdade de imprensa na época de Diderot não é a mesmo presente na contemporaneidade, em Foucault, ambos, cada um em sua época, centraram sua atenção na postura e implicações do papel do autor e a organização de direitos ao redor dessa mesma personagem.

A não-apropriação da República das Letras francesa pela Era Digital: retrocedendo o ideal de disseminação do conhecimento

Um aspecto importante da questão da autoria no mundo contemporâneo é a sua conversão em produto para o mercado. As transformações desencadeadas pelo advento da tecnologia digital e das redes de informação incidem sobre os direitos de autor, desencadeando um conflito entre o interesse individual do autor, em preservar a sua produção, e o interesse coletivo pelo acesso ao conhecimento, à informação e à

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor cultura e o interesse dos mercados editoriais que haja um retorno dos lucros com as produções discursivas elaboradas.

Dessa forma, no âmbito da tecnologia digital e da Internet, vemos um deslocamento da natureza do direito moral de autor para o campo da identificação, isto é, o que podemos notar é que por meio da função de autor existe um controle sobre o fluxo de informações que lhe dizem respeito, permitindo ao autor manter controle sobre as suas próprias informações, englobando, assim, o direito moral do autor. Com isso, o direito moral do autor deixa de ser visto como uma simples proteção sobre a figura do sujeito-autor e passa a ser visto como um mecanismo de interesse social no reconhecimento da identidade do criador de um discurso, não favorecendo, em termos de conhecimento, mas sim, em termos de um nome forte para venda e comercialização de um produto. Podemos afirmar a crescente banalização do conhecimento em termos de mercado, corroborada pela ideia recorrente (e, de certa forma, falaciosa) de que o acesso às produções pelo quantitativo disponível aos leitores e pelo acesso a novas formas de materialidade do livro não configuram apropriação da República das Letras.

Destarte, o que percebemos é a manobra jurídica, anteriormente comentada, de mobilização e enrijecimento dos direitos de autor, reduzindo o conhecimento que este produz em mercadoria distancia, cada vez mais, a esfera pública da liberdade de expressão e de acesso ao conhecimento, obstaculizando o processo criativo e a circulação das obras:

É por essa razão que o direito de autor, hoje, mascara o fato de funcionar como uma poderosa ferramenta da indústria do entretenimento e da informação e não do sujeito-autor, que se vê na condição de ter que abrir mão de seus direitos em prol dessa indústria, para que possa auferir lucro com a comercialização da sua obra. (CARBONI, 2002, p. 21).

Embora possamos afirmar que a internet ampliou consideravelmente o acesso à informação, permitindo o surgimento do formato digital para livros, documentos, artigos, enfim, paralelamente, o direito do autor igualmente se expandiu, ampliando-se o número de obras protegidas pelos interesses da indústria de bens intelectuais e pelas legislações internas dos países. Isso acarretou a banalização da obra pela sua proteção

exacerbada, concentrando importante vigilância sobre o conteúdo das obras. Com os direitos autorais, o mercado editorial protege seus investimentos, restringindo a voz do criador do discurso.

Isso intercorre porque a obra, por meio digital, acaba sendo passível de cópia e de distribuição ilegais na internet, violando os direitos autorais. Dessa forma, a lei dos direitos autorais deve ser revista e ampliada, no que concerne a Era digital. Enquanto não existe pensamento para estes termos, a fim de sanar falhas existentes na legislação, tanto autores, editoras e empresas editoriais procuraram criar formas de proteção contra o uso ilegal das obras, garantindo sua autenticidade e segurança. Um desses mecanismos de segurança refere-se a licenças, como, por exemplo, a *Copyright*, *Digital Right Management (DRM)* e *Creative Commons*. Na tentativa de socializar os direitos do autor, algumas dessas licenças criadas permitem que o público tenha acesso às obras que não se encontram em domínio público, por meio do pagamento de uma taxa para ter acesso à mesma, sem precisar, com isso, pedir a autorização do autor ou de seus sucessores. Todavia, a licença somente é concedida pelo cadastramento e validação dos dados do usuário, o que por vezes ainda restringe o acesso facilitado.

Considerações finais

A partir das ideias e análises expostas, nosso trabalho procurou debater as diferentes concepções sobre a postura do autor frente à produção e à circulação de suas obras, tanto na época da República das Letras francesa, do século XVIII, quanto na atualidade, pela chamada Era Digital. Para tanto, e partindo de uma perspectiva histórica, resgatamos nos filósofos Denis Diderot e Michel Foucault as balizas necessárias e circunscritas à tarefa de expor, ainda que inicialmente, a não-apropriação da República das Letras francesa pela Era Digital, projetada em termos da postura do autor em relação a produção do saber. Dentre os principais entraves para tal é a disputa, em termos de ganho sobre o processo criativo do autor, tanto observada na República das Letras quanto na Era Digital, gerando entraves que obstaculizam a ascensão de alguns intelectuais ao universo das Letras, o próprio enrijecimento da

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor
postura do autor frente sua produção intelectual, corroborando para a perda de divulgação do conhecimento.

Nestes termos, estamos diante de entraves sobre a liberdade e o acesso ao conhecimento, de um lado, ou mesmo, de outro lado, afirmar a realização do ideal da República das Letras é enganoso em ambos os casos, ofuscados pela exacerbação dos direitos morais em prol de uma proteção econômica sobre as obras. Com isso, cresce um espaço cada vez maior para a "mercantilização" das criações intelectuais. Assim sendo, Laurent Pfister (2012) nos propõe uma importante questão: o acirramento dos direitos autorais transformou o autor em vítima, em um duelo entre os que procuram ter acesso aos mais diversos canais de conhecimento (no caso, os leitores) e as empresas editoriais? Estas aceitam socializar o direito do autor, mas não sem antes fazer os consumidores arcarem financeiramente com aquilo que desejam para se instruir. Uma questão em aberto, que suscita discussões.

Referências bibliográficas:

ALVES, M. A.; PONTES, L. O direito do autor como um direito de propriedade. Um estudo histórico da origem do *copyright* e do *droit d'auteur*. **Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI**, São Paulo, novembro de 2009. Disponível em: www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2535.pdf. Acesso em: 27 de dez. de 2014

ANTONIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/irati. Acesso em: 27 de dez. de 2014.

BURKE, P. A República das Letras, 1500-2000. **Estudos Avançados**, 25 (72), 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200021. Acesso em: 22 de dez. de 2014.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia** – de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURMAN, C.; DRABENSTOTT, K. Revisão analítica da biblioteca do futuro. Disponível em: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/401. Acesso em: 30 de dez. de 2014.

CARBONI, G. C. "Os desafios do direito autoral em tempos de internet". **Revista Consultor Jurídico**, 20 jul. 2002. Disponível em:

www.conjur.com.br/2002jul20/desafios_direito_autoral_tempos_internet. Acesso em 3 de jan. de 2015.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução Cristina Antunes. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo, Ed. UNESP, 1988.

DASTON, Lorraine. The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. **Science in context** 4, 2 (1991), pp. 367-386. Disponível em: journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1453576. Acesso em: 4 de ago. de 2014.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: presente, passado e futuro. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDEROT, D. **Dos autores e críticos**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp/Hucitec 1992.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.

FUJIWARA, M. Diderot et le droit d'auteur avant la lettre - autour de la Lettre sur le commerce de la librairie. *Revue d'histoire littéraire de la France*. **Presses Universitaires de France**. 2005/1 (vol. 105), p. 79-94. Disponível em: www.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2005-1-p-79.htm. Acesso em 6 de fev. de 2015.

GOODMAN, D. **The Republic of Letters**. A cultural history of the French Enlightenment. Cornell University Press, 1994.

GRUZINSKI, S. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v.17 n.49, set/dez 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020. Acesso em: 14 de set. de 2014.

HEIN, L. L. C. **Millennium**. O imaginário social da Era Atômica (1945-1953). 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

LÓPEZ, H. *Tiempo líquido* - la crisis del libro y la lectura. **Investigación Bibliotecológica**. v.14, nº 28. Enero/junio, 2000. Disponível em: www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3930. Acesso em 10 de dez. de 2014.

PFISTER, L. Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure du numérique. **Bulletin des Bibliothèques de France**, septembre 2006, réédité dans *Les cahiers de la justice*, 2012. Disponível em: bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001. Acesso em: 4 de mar. de 2015.

A Não-Apropriação da República das Letras Francesa pela Era Digital: Dialogando com as Ideias de Denis Diderot e Michel Foucault sobre a Postura de Autor
RODRIGUES, M.; SILVEIRA, M. A questão dos livros e os direitos de autor - uma leitura de Robert Darnton a partir de uma perspectiva jurídica. Revista **Acadêmica Milton Campos**. Nova Lima, V. 1 N. 2 P. 1 - 124 JUL/DEZ. 2010. Disponível em: www.academia.edu/6146029/A_questão_dos_livros_e_o_direito_de_autor._Uma_leitura_de_Robert_Darnton_a_partir_de_uma_perspectiva_jurídica. Acesso em: 16 de set. de 2014.

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola

Victor Doutel Pastore *

Resumo: O presente artigo explora os discursos e perspectivas sobre a Abolição da Escravidão transmitidos pelos livros didáticos de História do Brasil do início do século XX até a década de 1980. Para tanto, considerou-se as atuais linhas teóricas de pesquisa, baseadas em autores como Alain Choppin e Circe Bittencourt, que pensam os manuais escolares como documentos históricos, objetos da cultura material responsáveis por produzir e disseminar valores de determinada época, com intenções específicas e parciais. Além disso, são objetos cuja função ultrapassa o caráter ideológico, pois representam currículos, pedagogias e métodos escolares e editoriais que também são históricos. A pesquisa busca aliar tanto o campo das representações quanto o campo metodológico-pedagógico para a análise de alguns autores clássicos de diferentes momentos da produção didática brasileira, como Antônio José Borges Hermida e Joel Rufino dos Santos. Partindo da problemática de como é representado o tema da Abolição e qual o lugar concedido aos negros escravos nessas fontes - considerando a articulação entre textos e imagens - pode-se refletir a construção e consolidação de perspectivas sobre a História e o papel da escola nesse processo.

Palavras-chave: Livros Didáticos; Abolição; Escravidão; Ilustrações; Representações.

Introdução

Desde a década de 1980, no Brasil, a temática dos livros didáticos tem chamado atenção de pesquisadores, seja no estudo das disciplinas escolares, seja no campo da educação. No início, no que diz respeito à área de História, eram valorizadas as pesquisas quase unicamente voltadas para a análise ideológica do conteúdo de tais obras. Nesse sentido, eram vistas como meros instrumentos da classe dominante para

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

alienar o público escolar e construir a identidade nacional. Além disso, os livros didáticos eram comparados com o saber produzido nas universidades, sendo pensados apenas como meio de transposição do conhecimento historiográfico para a escola.

Tais perspectivas não podem dar conta do todo complexo que é o livro didático e o transformariam, nas palavras de Circe Bittencourt, no “vilão da história escolar”, seus autores sempre considerados como os principais responsáveis por um ensino ideologicamente comprometido e preocupados exclusivamente com recompensas financeiras oriundas da indústria cultural” (BITTENCOURT, 2011, p.499). As tendências atuais de pesquisa sobre a temática, desenvolvidas desde meados da década de 1990, concebem o livro didático no contexto em que a escola seria um ambiente de produção de saberes específicos e não mera reprodução de saberes acadêmicos.

A partir de então outras funções dos livros didáticos passaram a ser consideradas. O historiador francês Alain Choppin distingue mais três funções essenciais dessas obras: são suportes de currículos educativos, técnicas e habilidades específicas a serem transmitidas às novas gerações (“função referencial”); portadores de atividades e métodos de aprendizagem sistematizados (“função instrumental”); portadores de documentos textuais e iconográficos que buscam o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos (“função documental”)¹. Além disso, o livro didático não é o único elemento constitutivo de uma aula; coexiste com diversas outras mídias e seu uso varia muito segundo o professor e a escola em questão (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Nessa linha teórica, os livros didáticos são documentos históricos, objetos da cultura material, produtos de sociedades específicas e, comotais, representam pedagogias, métodos e conteúdos próprios de seu tempo. São também mercadorias vinculadas à lógica da indústria cultural, inseridas num contexto editorial que muda ao longo dos anos; aspecto que geralmente torna-as obras não dependentes somente de um autor, mas de uma ampla equipe editorial. Estão vinculados aos interesses do mercado e restritos às técnicas gráficas e editoriais de cada época. Desde sua escrita

¹ Essa última função é ainda muito recente na literatura escolar brasileira e, conforme aponta Choppin, não é universal, dependendo do tipo de escola e da vertente de ensino para a qual a obra é voltada.

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

por um autor até chegar ao aluno, esses livros passam por um conjunto cada vez mais amplo de procedimentos e trabalhadores especializados (ilustradores, diagramadores, avaliação e adequação aos currículos, por exemplo) (CHOPPIN, 2004, p.553-554), fator a ser ponderado por qualquer pesquisador que utilize-os como fonte primária.

Enquanto objetos de estudo da História Cultural, os manuais escolares constituem um dos meios fundamentais de circulação de representações. Pensadas sob o prisma da corrente historiográfica de autores como Roger Chartier e Robert Darnton, as representações são formas de interpretar o mundo construídas historicamente segundo interesses de um determinado grupo da sociedade. Não são discursos neutros, uma vez que moldam ou perpetuam práticas no mundo concreto e, dessa forma, o inevitável que estejam em tensão permanente com outras representações. Esse embate seria, nas palavras de Chartier, um mecanismo “pelo qual um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p.17). Portanto, a análise de qualquer temática no livro didático deve buscar compreender quais valores, tradições e interesses são representados e quais as motivações para isso. Como bem colocou Choppin, a sociedade apresentada no livro didático assemelha-se mais a uma sociedade ideal para o autor do que ela realmente foi (CHOPPIN, 2004, p.557).

A influência que as representações contidas nos materiais didáticos exercem na mentalidade coletiva brasileira é significativa. Levando-se em conta que se trata de um país cuja população leitora é notoriamente baixa, o contato com a leitura no decorrer da vida de muitos se dá quase exclusivamente por meio dos manuais escolares. Ademais, a autora Lana Siman demonstra em *Pintando o descobrimento: o ensino de história e o imaginário de adolescentes* que os discursos apreendidos durante a trajetória escolar na juventude são, em grande parte, os que permanecem por longo tempo no imaginário das pessoas (SIMAN, 2001, p.164). É inegável que a escola pode acabar por tornar-se uma forma eficiente de transformar a história dominante em consciência coletiva, mesmo porque se trata de um saber autorizado.

Com tais reflexões metodológicas em mente, o foco do presente artigo será a análise dos discursos produzidos em diferentes momentos pelos manuais escolares de História do Brasil a respeito da temática da Abolição da Escravidão. A partir do estudo

de diversas obras do acervo didático do LEMAD (Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de História da USP), foram identificadas certas tendências periódicas na produção nacional e selecionadas algumas obras-chave de cada um desses períodos para serem detalhadas e aprofundadas nesse trabalho². Foram escolhidos autores do início do século XX até a década de 1980, cujos livros tiveram ampla aceitação e distribuição no cenário escolar brasileiro, passando por inúmeras impressões e edições.

Vale notar que os discursos presentes nos livros didáticos não são construídos apenas pelo texto; outros elementos devem ser levados em conta. Um dos mais relevantes dentre eles é a ilustração, gradualmente incorporada nos manuais ao longo da história escolar. Por isso, a relação texto-imagem também será considerada nesse artigo para análise da temática histórica em questão. Faz-se necessária uma pequena reflexão acerca dos usos desse recurso no ensino.

Uso de imagens no Ensino de História

A importância da imagem no contexto escolar foi notada ainda no século XIX, estimada como um elemento atrativo ao leitor - principalmente por se tratar de crianças e adolescentes - que poderia dinamizar o ensino por ser, em tese, menos cansativo do que a leitura. Nas palavras de Viriato Correia, escritor que se aventurou na criação de um livro didático, “às crianças só interessa o que é vistoso. Os livros que mais lhes sabem são os livros de figuras; as figuras – as coloridas; os brinquedos – os que deslumbram os olhos; os objetos – os que lhes enchem a vista” (CORREIA, 1967, p.10). Em muitos casos a ilustração também é associada problematicamente à ideia de concessão de veracidade às cenas históricas. Não importa se são retratos, obras de arte ou fotografia, até hoje no senso comum a imagem é tida como prova dos acontecimentos passados, não como representações específicas destes, produzidas pela percepção subjetiva de um autor sobre o real.

²Para a lista completa das obras analisadas de cada período, consultar a bibliografia de livros didáticos ao final do artigo.

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

Tal ideia sempre teve aceitação no ambiente escolar. No século XIX, o historiador positivista Ernest Lavissee já afirmava que “as crianças têm necessidade de ver cenas históricas para compreender a História. [...] desejamos forçar os alunos a fixarem as imagens” (LAVISSEE, apud BITTENCOURT, 2008, p.202). Partindo do mesmo princípio - do “aprender com os olhos” -, no decorrer de todo o século XX elas seriam incorporadas progressivamente aos livros didáticos, impulsionadas pela melhoria e difusão das técnicas gráficas e pela diminuição dos custos de edição e impressão de livros em geral, fenômeno que no Brasil ocorreu a partir da década de 1930 (BITTENCOURT, 2008, p.202).

Para o presente estudo, leva-se em conta que a concepção, pedagogia e metodologia acerca do uso de imagens nos livros escolares modifica-se ao longo do período estudado. Isso porque as próprias concepções de ensino mudam historicamente. Assim, a já referida “função instrumental” do livro didático também é considerada (CHOPPIN, 2004, p.553).

Outro ponto a ser paralelamente analisado é a ideologia implícita nas ilustrações sobre a Abolição, na maioria das vezes em consonância com o discurso textual do livro. Questiona-se qual versão de História construíram e procura-se entender quais as intenções e implicações das representações passadas nas escolas em cada época, o porquê de serem passadas dessa maneira, quais as permanências e modificações do discurso e por que motivos ocorrem. Tal problemática foi pensada a partir da constatação da diferença entre a abordagem historiográfica contemporânea da Abolição e a sua representação nos livros didáticos durante todo o período estudado. Conforme já foi dito, não se deve esperar a simples reprodução do saber acadêmico nos livros didáticos, nem mesmo nos mais atuais, visto que seus objetivos são outros que não a formação de pequenos historiadores - além de terem a obrigação de se enquadrar em normas e parâmetros curriculares limitados, busca-se resultados em relação ao desenvolvimento do raciocínio do jovem que não estão vinculados necessariamente à assimilação de conteúdos. Apesar disso, são as novas abordagens historiográficas e as problemáticas do seu tempo que instigam o historiador a pensar antigos objetos a partir de novos ângulos.

A Abolição nos Livros Didáticos

A historiografia mais recente prioriza a ideia dos negros como agentes históricos e protagonistas no processo de abolição da escravidão. Partindo do estudo dos movimentos sociais ocorridos tanto nas fazendas quanto nas áreas urbanas e de atos de rebeldia escrava que se tornaram caso de polícia em fins do Segundo Reinado, estudos como *O Plano e o Pânico*, de Maria Helena Machado, rebatem a tradicional ideia da abolição produzida “pelas elites e para as elites, sem nenhuma participação dos interessados, isto é, escravos, forros, homens livres pobres” (MACHADO, 1994, p.227). Constata-se que a abolição foi resultado de movimentos social e ideologicamente plurais, sendo o projeto dos abolicionistas das cortes urbanas apenas um dentre muitos outros. Segundo Emília Viotti da Costa,

o discurso abolicionista unificou os grupos mais diversos e deu expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu às camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta contra a escravidão. Foi essa mobilização que levou à aprovação da Lei Áurea. (COSTA, 2010, p.129)

Nessa perspectiva, a lei teria apenas corroborado o que na prática já ocorria, a derrocada da instituição escravista.

Já nos livros didáticos, de modo geral, o assunto é abordado através das leis aprovadas gradualmente nos debates parlamentares. A necessidade de extinguir a escravidão é explicada unicamente a partir de questões como a provável ineficácia desse modo de trabalho perante o trabalho livre, a pressão inglesa por mercados consumidores para seus produtos industrializados e até mesmo um suposto “sentimento nacional” contra os atrasados vestígios da colônia. Os tópicos seguintes tratam de analisar os discursos dos manuais escolares - entre textos e imagens - divididos em três grandes períodos, com objetivo de problematizar as mudanças e permanências dessa perspectiva histórica.

a) Primórdios do século XX à década de 1950 - a predominância da História Política

A partir do levantamento feito no acervo do LEMAD, constata-se a escassez de ilustrações na produção didática nacional pré-1930. Isso deve-se principalmente aos obstáculos para a sua edição. Toda a dispendiosa impressão dos manuais era feita por

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 109-135, 2015

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

editoras francesas e as imagens utilizadas vinham dos acervos europeus que serviam bem à demanda dos livros de História Geral, mas, evidentemente, não possuíam muitas obras referentes à História do Brasil. Portanto, houve necessidade de se criar um acervo iconográfico brasileiro que contribuísse para a construção da identidade nacional e de sentimentos patrióticos (BITTENCOURT, 2004, p.69-70).

Entre sete livros analisados datados de 1900 a 1928, apenas dois contam com ilustrações, sendo estas sempre retratos de “personagens ilustres”. Tal fato contempla a perspectiva da História Política, predominante nas escolas até pelo menos a década de 1950, mas com persistências até a atualidade. Contada a partir dos feitos dos “grandes homens”, governantes e generais, os manuais escolares biografaram esses personagens, solidificando representações a seu respeito no imaginário da população escolar da época³. Assim, a adjetivação positiva, épica e heróica de personagens como Joaquim Nabuco, Princesa Isabel e Barão do Rio Branco no texto é coroada com ilustrações.

Para o período de 1930 até a década de 50 foi feito um levantamento de dez obras, no qual pode-se perceber uma crescente no uso de ilustrações, explicado pelo início da impressão em território nacional e, segundo Circe Bittencourt, por “melhorias técnicas das gráficas, ao lado do desenvolvimento de estudos pedagógicos” (BITTENCOURT, 2008, p.201). Apesar dessas melhorias, as imagens ainda aparecem em preto e branco e verifica-se a ausência delas em três dos dez livros pesquisados, um número considerável.

Os livros restantes trazem maior diversidade de imagens em relação aos do período anterior, porém todos continuam a representar personagens políticos por meio de retratos. Em média, cada livro contém três deles no capítulo sobre a abolição - portanto, mais da metade das imagens de cada um - sendo a Princesa Isabel a mais recorrente, cuja ilustração aparece em seis. Via de regra, dois parlamentares, abolicionistas ou não, completam a seção de retratos - sendo João Alfredo de Oliveira e

³ Vale notar que tal população não era ainda tão numerosa quanto atualmente, uma vez que a chamada “democratização do ensino público” ocorre principalmente a partir dos anos 1960. Sobre esse tema consultar, por exemplo, FERREIRA-SANTOS, Marcos & ALMEIDA, Rogério de., 2014, p.49-119.

o Barão do Rio Branco os mais repetidos. Esse último é representado na imagem abaixo, bom exemplo da maioria das ilustrações desse período. A pose imponente e o traje aristocrático dão ao personagem um ar de importância e superioridade. Além disso, acompanham-no diversas medalhas que enfatizam características como honra e vitória. O retrato está inteiramente afinado com o discurso do texto, no qual se exalta as realizações administrativas do personagem.



Figura 1: Retrato do Barão do Rio Branco, no livro de Ary da Matta

As demais imagens são gravuras do século XIX, sendo as mais utilizadas as de Johann Moritz Rugendas e Jean-Baptiste Debret. Vitor Meireles também aparece com a obra *Juramento de Princesa Isabel*, de 1875. É significativo o início do uso de caricaturas nos livros didáticos – dois trazem os famosos desenhos de Angelo Agostini para a *Revista Illustrada*. As obras dos autores citados permaneceram como as principais escolhas de ilustração para livros didáticos até a década de 80 e continuam presentes nos manuais contemporâneos, ainda que com menor frequência.

Diferentemente dos retratos mencionados, as gravuras passam a retratar outro personagem histórico, sem nome próprio: o escravo. Entretanto, o processo de abolição em si, com todas as rebeliões e movimentos sociais plurais com participação escrava, não é ilustrado – as imagens dessa seção dos livros didáticos somente mostram os escravos no cotidiano das fazendas, trabalhando ou conversando entre si, em atitudes passivas e pacíficas. Até mesmo o mercado de escravos é retratado como um ambiente tranquilo em pintura de Debret. Ao omitir as relações de conflito entre escravos e a camada senhorial, as ilustrações reforçam a ideia dos escravos como objetos, a serem posteriormente disputados no campo da política. As imagens abaixo tratam de dois exemplos claros dessas obras nos livros didáticos:

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola

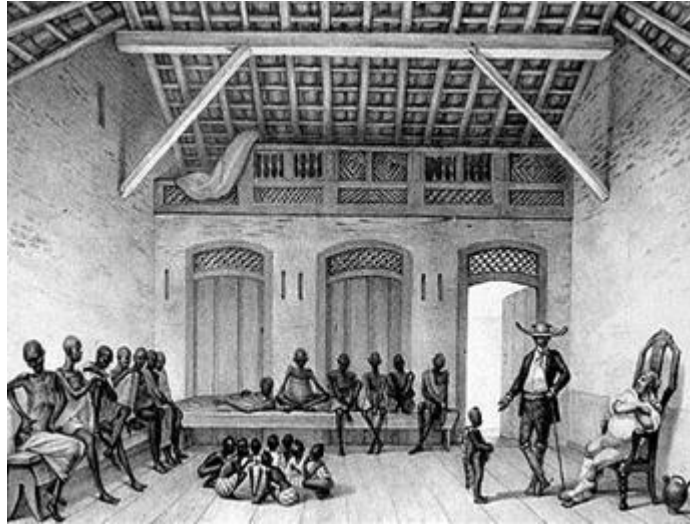


Figura 2: *Mercado da Rua do Valongo* (1834-1839), de Debret, no livro de Fazoli Filho



Figura 3: *Negro e negra da Bahia*, de Rugendas, em Ary da Matta

Na primeira imagem os escravos são representados em atitude objetificada no mercado do Valongo no Rio de Janeiro, sentados de maneira comportada, como uma vitrine humana, enquanto aguardam um proprietário de escravos escolher qual deles comprará como mercadoria. Este personagem é o único de pé, portanto o maior, e centraliza a atenção de quem olha a imagem - é a figura para a qual a maioria dos outros está olhando e tem a ação principal na cena que se passa ali. Além disso, a relação de poder também se expressa no fato de ser o único “bem vestido” à moda europeia e calçado. A representação dos escravos - todos muito magros - sugere uma situação precária e de maus tratos que, no entanto, não é trabalhada nos textos.

Já na segunda ilustração, tem-se um exemplo do cotidiano dos escravos, pintado por Rugendas em diversas obras. Ao contrário da imagem anterior, a representação dos negros aqui não é cruel, mas pacífica, enfatizando os costumes. O objetivo é chamar atenção para o “pitoresco” (verbetes escolhido pelo artista para a compilação de sua obra, *Viagem pitoresca através do Brasil*, de 1835), o diferente em relação a sua própria cultura europeia - sintetizados, nesse caso, no turbante e nas roupas da negra. Essa era uma perspectiva comum nas obras de Rugendas que se deteve frequentemente em caracterizar os habitantes do Brasil, segmentando-os em “tipos”.

Nos livros desse período a perspectiva adotada pelos autores continua sendo a da abolição como um processo gradual conduzido pelas elites urbanas e precursor do período republicano. A própria divisão do capítulo vai nesse sentido. Como exemplo, escolhemos o livro de Ary da Matta, bacharel no Colégio Pedro II, destinado à quarta série ginasial, datado de 1946. O capítulo se inicia com uma breve descrição do problema da escravidão, especificando os costumes de alguns grupos étnicos africanos que desembarcavam no Brasil - momento no qual é inserida a gravura analisada acima. Em seguida, divide em diversas seções explicativas as políticas adotadas para extinguir o sistema escravista: primeiro a extinção do tráfico de 1827 (que na prática não se cumpre), depois a lei Bill Aberdeen e a Euzébio de Queiroz, ambas com o mesmo intuito da primeira, em seguida a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários para enfim chegar na Lei Áurea. Em todas as partes segue-se a lógica de descrever quem e quando assinou, em que condições, se foi cumprida e quais suas consequências práticas. Tudo isso é retomado em um questionário que cobra a memorização.

Tal abordagem pode ser justificada pela ideia de exaltar a República e construir uma memória e identidade que vinculasse o novo período da História do Brasil à ideia de modernidade, em contraposição ao atraso simbolizado pelo período monárquico e colonial. Contada como episódio derradeiro da Monarquia e precursora da República, o discurso sobre a abolição concede valores positivos à elite ilustrada abolicionista e os antecipa como portadores dos ideais republicanos. Assim, cria-se a imagem do parlamentar como herói da nação, evidenciada pela caricatura de Angelo Agostini, na qual é retratado Joaquim Nabuco ao lado de uma mulher armada com uma espada, símbolo que remete à liberdade, conquistando a vitória no parlamento. A associação

Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 109-135, 2015

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

entre guerra e política nessa imagem reforça o caráter heroico dos abolicionistas, assim como a legenda: “a briosa Província de Pernambuco dá uma tremenda lição nos negreiros da Câmara representados pelo seu chefe” (MATTA, 1946, p.134).



Figura 4: Desenho de Angelo Agostini, na *Revista Illustrada*

Entretanto, em Ary da Matta, a necessidade de pensar o negro como agente histórico e a busca por um olhar da Abolição a partir dos movimentos dos próprios escravos já se faz presente. A falta de estudos na área de História sobre a temática é denunciada pelo autor quando afirma que “resta, por outro lado, o estudo sistematizado de sua (do negro) vida como grupo dentro dos eventos da história pátria, o relato de movimentos insuficientemente estudados, até agora, pelos nossos especialistas” (MATTA, 1946 p.119). Através dessa indagação percebe-se a falta de subsídio acadêmico para contar a história por outro lado que não o dos vencedores. Essa lacuna de pesquisas começou a ser preenchida somente a partir da década de 80, ainda havendo uma “defasagem natural” entre o momento em que são feitas e o momento em que os livros didáticos passam a acompanhá-las. No momento em que esse autor escreve, a bibliografia sobre o negro no Brasil ainda era fortemente marcada pelo mito de um caráter benevolente ou não violento da escravidão, apoiado principalmente na obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre.

Outro aspecto que chama a atenção na obra de Ary da Matta é que a relação texto-imagem não segue uma coerência rígida. Os personagens ilustrados não são

necessariamente de quem se está falando em cada seção e as pinturas nem sempre contém descrições detalhadas. Quando as tem, trata-se de uma legenda sobre a autoria da imagem ou que delimite genericamente o tema. Na época, não havia especificação sobre como citar a fonte visual, nem sequer era obrigação citá-la. O autor utiliza a imagem meramente “para ilustrar”, portanto, seguindo os preceitos do “aprender com os olhos” ao “mostrar as cenas históricas”. Não há nenhum trabalho de reflexão ou interpretação da ilustração, nem exercícios que a considerem como um documento passível de análise ou problematização - essa é uma preocupação de alguns livros escolares mais recentes. Vale destacar que o livro não contém nenhuma especificação sobre quem o ilustrou, o que leva a crer que provavelmente foi o próprio autor o responsável por fazê-lo.

b) As décadas de 1950 e 1960⁴

O segundo período delimitado engloba as décadas de 50 e 60, em cuja produção didática verifica-se mudanças e continuidades tanto em relação à abordagem do tema quanto em relação às imagens e técnicas gráficas. O autor escolhido para exemplificá-lo foi Antonio José Borges Hermida, um dos mais utilizados nas escolas brasileiras entre 1950 e 1970, com reedições tiradas até meados dos anos 90 que pouco mudaram a linha explicativa estabelecida desde sua primeira versão (BRAUNA, 2013, p.28-33). Hermida - que assim como Ary da Matta também lecionou no Colégio Pedro II - dedicou grande parte de seu tempo à produção de materiais didáticos.

Ainda com caráter nacionalista, a linha explicativa que segue esse autor é similar a de Ary da Matta. Porém, enfatiza a inevitável falência da instituição escravista e relativiza a crueldade da escravidão ao afirmar que o tratamento dispensado aos negros no Brasil “era em geral mais humano que nos outros países” ou que a prática religiosa católica

⁴ Muitos autores consideram o período de 1930 até 1970 ou mesmo 80 como homogêneo, pois não há, de fato, uma grande inovação nos discursos enunciados pelos manuais didáticos, considerados na maioria das vezes em função do caráter nacionalista que promovem. Entretanto, optei por dividi-lo em função de mudanças encontradas principalmente na diagramação e configuração dos livros, principalmente em relação às ilustrações, cuja frequência e tamanho aumentam, passam a ser coloridas e a representar mais as obras de artes visuais. Além disso, verifica-se uma maior presença da História Social e Econômica em algumas obras. Adotei-as, portanto, como uma transição entre os outros dois períodos recortados.

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

dos proprietários evitou que os escravos “sofressem castigos cruéis e permitiu seu descanso aos domingos e nos muitos dias santos” (HERMIDA 1964, p.266). Fica evidente a permanência das teses já citadas sobre o suposto caráter harmônico da relação senhor-escravo no Brasil, baseado no paternalismo dos senhores de engenho e na submissão natural dos escravos. Na historiografia, essas ideias começavam a ser questionadas com as obras de Jacob Gorender, Florestan Fernandes, entre outros, nas décadas de 60 e 70⁵. Entretanto, não são incorporadas de imediato nos livros didáticos.

Hermida também justifica o regime escravista pelo fato de o Brasil ser um país dependente de agricultura - o que sugere o enganoso par “agricultura-escravidão” em oposição a “industrialização-trabalho livre”. Além disso, menciona que após a Guerra do Paraguai os senhores começaram a libertar seus escravos porque “acharam que era justo” (HERMIDA, 1964, p.266) e que a população clamava pela substituição do escravo pelo trabalhador livre imigrante. Ao introduzir esse novo personagem na história, Hermida transmite a ideia de que a substituição da mão de obra foi tranquila e bem sucedida antes mesmo da abolição efetiva do tráfico. O restante do discurso permanece semelhante aos livros do período anterior, explicando todo o processo histórico da abolição a partir das leis e do sucesso dos abolicionistas nas cidades. Portanto, tem-se uma mistura da abordagem encontrada no período anterior com a introdução, ainda que breve, de questões mais estruturais, relacionadas à economia e ao contexto mundial. Ainda assim, permanece a imagem da escravidão não violenta, estando ausente qualquer abordagem sobre as revoltas e ações dos escravos - que mesmo na historiografia ainda não tinham destaque.

Os novos argumentos encontrados em Borges Hermida continuam a ocultar os conflitos sociais ou considerá-los “desvios”, conforme a tendência de explicar a História do Brasil como um movimento harmonioso, disseminada desde os tempos do IHGB no Segundo Reinado (FONSECA, 2001, p.93). Esse modelo criou discursos como o da unidade nacional e territorial concluídas desde 1822, ou até desde 1808, o qual ignora

⁵Novas perspectivas sobre a escravidão e o negro no Brasil são impulsionadas por obras como *O Escravismo Colonial* (1978) e *Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), dos respectivos autores já mencionados ou *Da Senzala à Colônia* (1966), de Emília Viotti da Costa.

os inúmeros choques da ordem contra as províncias para evitar a fragmentação do território e valoriza as disputas externas, como a expulsão dos holandeses no século XVII ou a Guerra do Paraguai no XIX como evidência da união nacional; o da democracia racial, no qual haveria uma sociedade miscigenada e hierarquizada onde cada “raça” teria um lugar delimitado na construção da nação - para o negro o trabalho, para o índio a natureza pura e romantizada, para o branco europeu a civilização. Inúmeras passagens ao longo de sua obra enfatizam tais discursos: “para a formação do *nativismo*, que é o sentimento de amor à terra natal, houve muitas causas, sendo a principal a luta contra os invasores, sobretudo os holandeses que haviam ocupado o Nordeste” (HERMIDA, 1964, p.165) ou “em Pernambuco, contra os holandeses combateram representantes dos três elementos formadores do povo brasileiro: o índio, o negro e o português” (idem, p.165). Nota-se que a categoria “brasileiro” é superior às divisões étnicas ou de classe no interior da sociedade e aparece como algo interiorizado no povo em acontecimentos muito anteriores à Independência.

A confluência do “tripé racial” com seus “três elementos formadores” é percebida desde o índice do livro de Hermida, onde tem-se a seção “Formação do Povo Brasileiro” subdividida em “o elemento branco”, “o indígena brasileiro” e “o negro e a escravidão” (HERMIDA, 1964, p.11). O legado de cada um dos componentes é descrito em seu respectivo item, mas claramente hierarquizado, sendo as contribuições dos dois últimos definidas em termos culturais (ervas, raízes, farinha de mandioca, língua tupi) enquanto o primeiro “propagou a civilização europeia pelas terras do Novo Mundo”, levando a religião e a atividade comercial (HERMIDA, 1964, p.25). Além das contribuições culturais, o negro teria sido essencial por seu trabalho, dado como uma vocação quase que natural desse grupo. De acordo com Hermida, “os negros já viviam na África em condição de escravos e eram muito mais resistentes que os índios”, “(o negro) praticou todos os ofícios e serviu até como criado doméstico”, “mas foi no engenho que os escravos prestaram os maiores serviços” (HERMIDA, 1964, p.66-70). Algumas ilustrações de negros trabalhando, articulam-se a essas explicações, reforçando-as.

Já na temática da abolição, os escravos continuam ocupando pequena parte das explicações sobre o tema e poucos manuais mencionam as lutas dessa camada nas décadas anteriores à aprovação da Lei Áurea. Após a análise de dez livros do período, Epígrafe, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 109-135, 2015

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

conclui-se que o repertório visual é pouco renovado e, em consonância com o texto, segue por não mostrar a participação escrava na História. A inovação fica por conta do uso de desenhos feitos por ilustradores - aos quais muitas vezes não é dado crédito - presentes em quatro dos dez livros analisados. Porém, Debret, Rugendas e Agostini são ainda as obras predominantes nas páginas escolares e a esses o crédito sempre é concedido.

Os retratos de personagens ilustres ainda estão presentes, mas em menor quantidade e com maior foco para os abolicionistas e Princesa Isabel. Dos livros analisados, sete apresentam essas imagens sendo que: três se restringem a ilustrações desse tipo, mantendo os moldes dos manuais mais antigos; outros três, sendo um deles o de Hermida, contam com somente um retrato, dando preferência a outros tipos de ilustração; o remanescente traz mais retratos do que pinturas e desenhos.

Longe de mudar a metodologia pedagógica da ilustração, os livros de 1950 a 1970 apenas aumentam o número de imagens e o tamanho delas, por vezes tornando-as mais informais, como no caso dos desenhos de ilustradores. Uma novidade importante é a introdução do colorido, aspecto que torna o livro mais chamativo. O livro de Borges Hermida, por exemplo, conta com imagens de páginas inteiras (só o capítulo sobre a Abolição tem duas) e textos curtíssimos. Nenhuma delas é trabalhada, continuam restritas à função ilustrativa, com poucas legendas que apenas identificam o tema tratado. No livro em questão, no capítulo sobre a Abolição, compõem o repertório gráfico três obras de Rugendas, um retrato do Visconde do Rio Branco e um desenho de ilustrador. Logo, nota-se que suas escolhas são muito semelhantes às de Ary da Matta. Em edição anterior do livro, os originais dessas gravuras não foram utilizados, substituídos por adaptações em desenho, método recorrente nas editoras para escapar de problemas com autoria e imagens de outros acervos. As duas obras a seguir, de autoria de Rugendas, estão presentes em Borges Hermida. Novamente escolheu-se representar cenas como o cotidiano ou o mercado de escravos, onde os negros assistem os brancos fazendo negócio:



Figura 5: Negras do Rio de Janeiro, de Rugendas



Figura 6: *Desembarque* (1835), de Rugendas

c) 1970 e 1980 - a História Social entra cena

No final da década de 60 começam a surgir grandes inovações nos livros didáticos, principalmente no que diz respeito às imagens, seu uso e sua diagramação. Segundo João Batista Gonçalves Bueno, a partir das décadas de 1960 e 1970 “foram implantadas máquinas modernas que possibilitavam a utilização da impressão de imagens com qualidade até então não vista em livros didáticos” (BUENO, 2011, p.80). O aumento do mercado de livros didáticos e o início de uma política estatal de distribuição desses materiais ao ensino público favoreceram um movimento de inovação nos padrões de

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

produção gráfica e textual. Já na década de 70, o novo padrão gráfico priorizou a utilização de grande número de imagens, geralmente coloridas, intercaladas aos textos escritos (BUENO, 2011, p.81-84). Além disso, a responsabilidade pela parte gráfica do livro passa gradativamente do autor para uma equipe de profissionais referenciada no início da obra. Por não existir necessariamente um vínculo entre essas partes, por vezes o projeto gráfico destoa da perspectiva do autor no texto escrito.

A intenção metodológica por trás do uso de ilustrações passa a ser a de articulá-las aos textos, de modo que auxiliem os alunos na apreensão do conteúdo e não sejam meramente ilustrativas. O autor Joel Rufino dos Santos, em obra de 1979, afirma tal intenção no prefácio de seu livro didático, colocando-se claramente em embate contra os manuais feitos até então:

Este é um livro de História fartamente ilustrado. Não são ilustrações para “decorar”, ou suavizar o texto, como se usava antigamente. As 327 ilustrações que você vai encontrar são como as imagens da televisão: constituem, elas próprias, a informação. (SANTOS, 1979, p.10)

Porém, essa nova perspectiva pedagógica demora a ser assimilada na prática. Muitos dos autores desse período não conseguem empreender um trabalho nessa linha, sendo as imagens presentes no livro do próprio Rufino dos Santos não tão informativas quanto o próprio declarou. Em alguns momentos, há quadros com ilustrações seguidas de uma explicação, nos quais de fato algo novo é acrescentado em relação às informações da narrativa principal e articulando-se texto com imagem. Contudo, há muitas imagens desconexas ou desarticuladas com o texto, o que as torna “como as de antigamente”, meramente ilustrativas, sem acrescentarem informações, como proposto pelo autor. Na explicação sobre a Lei do Ventre Livre, por exemplo, tem-se uma imagem do rosto de um negro trabalhador rural, que não contribui para o todo do livro - a imagem isolada nesse caso não informa nada. Ademais, é válido ressaltar que a ideia da imagem enquanto verdade (“informação”) reafirma o tradicional tratamento a esse tipo de documento, como prova do acontecimento histórico. Para os autores pós-1970, a imagem ainda é recurso de atratividade no ensino, opinião evidenciada pela analogia que faz Rufino dos Santos entre elas e a televisão, aparelho onde “desfila em imagens a História do mundo” (SANTOS, 1979, p. 10).

Nesse período, a perspectiva a partir da qual a História é contada também sofre transformações significativas. O foco, na maioria dos casos, passa a ser a História Social, influenciada fortemente pelo marxismo e pela chamada História dos vencidos. Nessa linha, os manuais escolares tendem a criticar as classes dominantes, incorporar o povo nas explicações e destacar a importância das massas no transcorrer histórico.

Joel Rufino dos Santos, negro, historiador, professor, exilado durante a ditadura militar, foi um dos grandes expoentes dessa geração de autores de livros didáticos e ainda hoje publica na área de literatura ficcional infantojuvenil. No prefácio de seu manual o autor deixa clara sua posição em relação à História, desvinculando-se da História Política:

Na multidão dos fatos, precisamos garimpar os mais interessantes. Ora, os mais interessantes são os fatos sociais - aqueles que afetam um grupo de pessoas, uma classe, a sociedade inteira. Quanto maior o número de convidados, mais empolgante é a festa da História. Assim, este livro vai descrever, em primeiro lugar, os fatos sociais. (SANTOS, 1979. p.10)

Sob essa nova perspectiva, o discurso sobre a escravidão torna-se extremamente crítico e a abolição não é mais avaliada positivamente ou aclamada, mas desvalorizada como um fenômeno que, por não integrar verdadeiramente o negro na sociedade brasileira, não mudou efetivamente a História, contribuindo para a manutenção da desigualdade histórica e do preconceito racial no país. A maior preocupação da maioria desses autores será explicar o processo de abolição como evento definitivo para a construção do capitalismo industrial no Brasil e, conseqüentemente, para a formação de uma classe operária. Daí a necessidade de situar a transição do trabalho escravo para o livre como ponto fundamental no tema - "um lento processo social estava se desdobrando: os pretos escravos estavam sendo trocados por brancos livres" (SANTOS, 1979, 117).

Diferenças à parte na interpretação do fenômeno, a linha de exposição do problema continua muito semelhante aos livros anteriormente analisados: inicia-se com as leis que gradualmente desestruturaram o sistema escravista e finaliza-se com a relação de causa e consequência entre a abolição e a ascensão da República. Se antes a abolição da escravidão se ligava à República numa relação precursora para exaltar o

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

novo período e caracterizá-lo como modernidade, os livros mais críticos o fazem para pensar o desenvolvimento econômico do Brasil e sua entrada no capitalismo.

Para Rufino dos Santos, “a Princesa Isabel não fez a abolição”, apenas assinou a lei. O autor menciona a ocorrência de movimentos populares, fugas e rebeliões escravas, porém, não os coloca como principais causas do evento. Tais fenômenos só aparecem após o embate parlamentar já estar montado na obra em questão: “o abolicionismo transbordou para as redações dos jornais, para as salas de aula, para os vagões dos trens, para os quartéis e para as ruas” (SANTOS, 1979, p.119). Numa ótica materialista, o autor coloca que “a Abolição resultou, por um lado, do desenvolvimento econômico do país e de outro, da Campanha Abolicionista” (SANTOS, 1979, p.120). Apesar da crítica à instituição escravista, os agentes históricos principais ainda são os abolicionistas parlamentares (não havendo mais protagonismo da Princesa Isabel) e os negros escravos aparecem como vítimas, subordinados ao fazer histórico de um outro.

Tal aspecto é contemplado pela análise das imagens escolhidas. Frequentemente permanecem as mesmas ilustrações dos tempos anteriores, porém, os retratos de personagens vão cedendo espaço a estilos mais atraentes de imagens, como a charge e a história em quadrinhos⁶. Pelo viés crítico das novas obras, os desenhos de Angelo Agostini, caricaturista abolicionista no século XIX, também ganham mais espaço - na obra de Joel Rufino dos Santos, por exemplo, há uma página inteira só com suas publicações.

As representações do negro como submisso e incapaz são reforçadas pela presença de outro personagem, branco, que supostamente tem atuação de libertador. Como se não conseguissem agir por conta própria, os negros estão sempre na dependência de alguém para guiá-los rumo um destino melhor. A charge abaixo, na qual o negro é mero objeto de disputa de grupos elitistas, é paradigmática nesse aspecto:

⁶ Como exemplo de propostas de livros didáticos que inovam no aspecto da linguagem visual, tem-se Juli-
erme de Abreu e Castro, autor de uma série de livros de História do Brasil em quadrinhos, e a série Brasil
Vivo: uma nova história da nossa gente, cujo projeto gráfico é de responsabilidade do cartunista Claudius
Ceccon.



Figura 7: Charge de Angelo Agostini no livro de Joel Rufino dos Santos

De um lado, puxam os abolicionistas com sua bandeira destacada, do outro, os fazendeiros escravistas. No meio, o negro acorrentado, com uma expressão suplicante, como que implorando aos brancos para o libertarem. A disputa física de cabo de guerra na imagem faz alusão ao principal “problema” político do momento, sua importância no debate da época é reforçada pela legenda “já não há mais partidos políticos. Nem liberais nem conservadores. Ou abolicionistas, ou negreiros” (SANTOS, 1979, p.121).

Diversas outras charges e caricaturas que aparecem nos manuais representam a mesma ideia. As duas ilustrações seguintes compõem o repertório discursivo do século XIX que construiu a imagem da Princesa Isabel como “A Redentora” dos escravos. A primeira, presente no livro didático de Arnaldo Fazoli Filho, de 1977, a retrata como responsável pela quebra das correntes dos escravos, depositando toda a responsabilidade da ação libertadora na figura dessa personagem. Os escravos representados louvam-na e agradecem de joelhos. Chama a atenção a semelhança da imagem com inúmeras cenas do repertório religioso de adoração a uma santa. É provável que essa analogia seja de fato a intenção por trás da obra.

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos: Textos e Imagens na Construção da História na Escola



Figura 8: Capa do jornal La Avispa, reproduzida posteriormente na *Revista Ilustrada*

Na segunda ilustração, de um jornal argentino, presente no livro de Joel Rufino dos Santos, tem-se outro exemplo. Novamente, Princesa Isabel tem a função de libertar o escravo. É representada em uma pose que lembra a da Estátua da Liberdade (construída apenas alguns anos antes nos Estados Unidos). A tocha de onde emana a palavra “Libertad” representa a iluminação trazida ao caminho do negro, sendo empunhada contra o fazendeiro, senhor de escravos de chicote em mãos. Esse personagem, no plano mais fundo da imagem, com expressão raivosa e obscurecido representa o atraso do cativo. Entretanto, é curioso Rufino dos Santos não ter usado a ilustração como meio de problematizar a exaltação de Isabel, visto que em seu próprio texto essa crítica está posta. Ao invés disso, a charge compõe uma página chamada “a abolição segundo charges da época” (SANTOS, 1979, p.121), na qual não há qualquer explicação ou questionamento que sugira ao aluno alguma outra interpretação que não a já explícita ideologicamente na obra. Esse é mais um momento onde há desarticulação entre texto e imagem, sendo que esta, ao não ser problematizada ou utilizada como documento, acaba contradizendo o texto.



Figura 9: Charge no jornal *El Mosquito*, de Buenos Aires

Ainda nesse período, a continuidade das obras de Debret e Rugendas completam o abundante repertório de ilustrações escolhidas, com gravuras cujo discurso já foi analisado anteriormente. Tais obras constituem, portanto, uma sólida tradição nos livros didáticos, legitimadas como supostos retratos verídicos de tempos passados por terem sido compostas ainda no século XIX.

Por fim, vale dizer que apesar do aparente progresso na versão de História contada por esses autores mais recentes, a crítica que fazem também é problemática para o ensino. Certos autores buscam sensibilizar os alunos através de imagens de forte apelo emocional⁷, enquanto outros se utilizam de uma linguagem informal, charges e sátiras para ridicularizar e criticar discursos dominantes ou episódios históricos. O livro de Joel Rufino dos Santos evidencia esse caráter em trechos como “só mesmo os plantadores mais atrasados, cuja inteligência competia com a das toupeiras, não compreendiam a vantagem (da substituição da mão de obra negra escrava pela de brancos livres)” (SANTOS, 1979, p.117).

⁷ O livro didático *História da Sociedade Brasileira*, de Chico Alencar, é exemplar nesse aspecto. O capítulo sobre a Abolição é ilustrado apenas por fotos atuais em preto e branco de um negro acorrentado e sem camisa.

**A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola**

Essa metodologia deve ser evitada na escola pois banaliza a História e apresenta juízo de valor, além de não trabalhar a reflexão do aluno, pois continua fornecendo uma opinião já pronta, ainda que politizada. Para Thais Fonseca, ao tratar de temáticas clássicas sob a perspectiva dos vencidos, os autores condenaram a História épica dos grandes homens e a exaltação das classes dominantes, mas usaram as mesmas noções maniqueístas invertendo os personagens bons e ruins (FONSECA, 2001, p.107). No mais, as cronologias, eventos e temas escolhidos pouco foram inovados. Pode-se levantar a hipótese de que o discurso “subversivo” e ridicularizador da História dominante foi uma resposta ao longo período de crítica abafada na ditadura militar. Os livros didáticos dos anos finais da década de 70 já não passavam pela repressão da máquina de censura estatal e aos poucos era possível imputar na escola um ideário mais popular.

Conclusão

Ao analisarmos a História dos Livros Didáticos, fica evidente o quanto a trajetória desses objetos é dinâmica e ligada a múltiplos processos históricos que afetam o ensino e os conteúdos em si. Dessa forma, as mudanças nas concepções e finalidades do ensinar, as inovações pedagógicas e historiográficas, as políticas públicas e a evolução das técnicas de produção material de livros compõem a permanente transformação por que passam os livros didáticos enquanto produtos históricos.

Por ser formador do imaginário e da consciência histórica através do ensino, o livro didático impulsionou debates e embates entre perspectivas sobre a História ao integrarem-os. Assim, esses materiais tem oferecido um campo propício para a luta de representações cujo objetivo é perpetuar ou criar novas tradições, valores e identidades no mundo social (CHARTIER, 2002, p.17). Tal embate foi verificado, no recorte deste artigo, principalmente no conflito entre a grande tradição da História Política vista de cima e a História Social, conduzida pela ótica dos vencidos e da luta de classes.

As representações apresentadas nos livros variaram durante o período estudado, mas sempre operaram construções em função de fins específicos. Retratar a República como período da modernidade feita por homens ilustrados estimula o culto a determinados valores, mais compatíveis com o mundo da democracia liberal burguesa. Da mesma maneira, retratar esse período como superação do “mundo agrícola

atrasado”, contribui para formar um pensamento compatível com o mundo do capitalismo industrial, assim como pode contribuir para formar um pensamento que busque a superação desse mundo. As possibilidades são várias, mas sempre dotadas de intencionalidades e entornos ideológicos que as conduzem.

Entretanto, por mais que destoem na abordagem dos conteúdos e na posição política, os manuais ao longo do século XX seguiram a tendência de pensar a História enquanto sucessão de fatos cronológicos e palco de heróis e vilões que a fizeram, sejam eles indivíduos ou classes sociais. Nesse sentido, foi possível identificar uma linha explicativa contínua para o tema da Abolição da Escravidão, a qual seguiu o discurso sobre um abolicionismo urbano e parlamentar a guiar um protesto escravo irracional, disperso e desorganizado. Essa perspectiva obscureceu no ensino as possibilidades de pensar o negro como sujeito histórico, ou como agente de sua própria história e destino.

Imagens que representam os negros como objetos a serem manipulados, negociados e disputados por brancos escravistas ou abolicionistas preenchem as páginas dos livros didáticos e acabam por reforçar a ideia de negros como marginalizados, secundários ou periféricos no movimento da História. Tal exclusão é confirmada na continuação dos livros, visto que a temática das populações negras desaparece nas seções seguintes, talvez incorporadas na categoria vaga de “povo”, a qual não cede espaço para que se reflita acerca de sua própria pluralidade e particularidades intrínsecas. É sintomático que a ação dos negros não seja mencionada ou valorizada, por exemplo, nos movimentos operários do início do século XX, considerados majoritariamente como meio de atuação dos imigrantes europeus e seus descendentes. Evidentemente que se o negro foi excluído da sociedade brasileira e da escrita dessa História, não é uma surpresa que a exclusão se reproduza nos livros didáticos e nos discursos da cultura hegemônica. Se, conforme colocou a historiadora Lana Siman, passamos por um período de realocação e reafirmação de questões identitárias concomitantemente a renovações historiográficas e de ensino (SIMAN, 2001, p.150) - dentre elas, as leis de obrigatoriedade do ensino das culturas indígena e afrobrasileira nas escolas - vivemos um momento propício para o questionamento das

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola

bases identitárias e valores nacionalistas construídos desde o século XIX, assim como das representações que os perpetuam.

Referências Bibliográficas

Livros didáticos

1900-1950

ANDRADE, M. G. L. **Resumo da História do Brasil**. Para uso das escolas primárias brasileiras. São Paulo: Typografia Siqueira, 1928.

BARROS, M. P. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Liberdade, 1932.

CABRAL, M. V. **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

COUTTO, P. **Pontos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

ESTRADA, O. D. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

FERREIRA, T. L. **História do Brasil**. Para terceira e quarta séries ginasiais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

GALANTI, R. M. **História do Brasil**. São Paulo: Duprat & Co., 1911.

LIMA, A. G. *Noções de História do Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

MACEDO, J. M. **Lições de História do Brasil**. Para uso das escolas de instrução primária. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

MATTA, A. **História do Brasil** - 4a Série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

POMBO, R. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

REIS, O. S. **Noções de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

RIBEIRO, J. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

ROSÓLIA, O. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.

SCARAMELI, J. **Lições de História do Brasil**. Para o curso primário. São Paulo: Emp. Editora Brasileira, 1934.

SETTE, M. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1944.

1950-1970

CORREIA, V. **História do Brasil para crianças**. 24a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

HERMIDA, B. **História do Brasil**. Primeira série ginásial. 50ª Ed. São Paulo: CODIL Companhia Distribuidora de Livros, 1961.

_____. **Compêndio de História do Brasil**. Primeira e segunda série do curso médio. 47a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOBO, H. **História do Brasil**. Para 1ª série ginásial. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

MAIOR, A. S. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

MAGALHÃES, B. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

MUSSUMECI, V. **História do Brasil**. Para 1ª série ginásial. São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

SILVA, J. **História do Brasil**. Para a 1ª série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

SILVA, J. **História do Brasil**. Para o curso médio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

RAMOS, D. **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1956.

1970-1980

ALENCAR, F.; CARPI, L.; RIBEIRO, M. V. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ALENCAR, F.; RIBEIRO, M. V.; CECCON, C. **Brasil Vivo**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CASTRO, J. A. **História do Brasil para estudos sociais**. 6ª série, 1º grau. São Paulo: IBEP, 1971.

FILHO, A. F. **História do Brasil**. 9a Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1977.

KOSHIBA, L. P.; FAYZE, D. M. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1979.

SANTOS, J. R.. **História do Brasil - Segundo grau**. São Paulo: Marco Editorial, 1979.

Artigos, teses e livros

ALBERTI, V. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. (orgs.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-55.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2004, p.69-90.

_____. **Livro didático e saber escolar**. São Paulo, Autêntica, 2008.

_____. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. In: **Revista de História**, São Paulo, n.164, p.487-516, jan-jun 2011.

BRAUNA, D. S. **A obra História do Brasil de Borges Hermida: uma trajetória de edições e ensino de História (1942-1971)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2013.

A Abolição da Escravidão nos Livros Didáticos:
Textos e Imagens na Construção da História na Escola

BUENO, J. B. G. **Imagens visuais nos livros didáticos**: permanências e rupturas nas propostas de leitura (Brasil, décadas de 1970 a 2000). 2011. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 2011.

CHARTIER, R. **A História Cultural** - entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, núm. 3, set.-dez., 2004, pp. 549-566.

COSTA, E. V. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FERREIRA-SANTOS, M.; ALMEIDA, R. Breve história das políticas educacionais no século XX. In: **Antropolíticas da educação**. São Paulo: Képos, 2014, p.49-119.

FONSECA, T. N. L. "Ver para compreender": arte, livro didático e a história da nação. In: FONSECA, T. N. L.; SIMAN, L. M. C. (orgs.). **Inaugurando a História e Construindo a Nação**. Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.91-121.

MACHADO, M. H. **O Plano e o pânico**: os movimentos sociais na década de abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

NAKAMOTO, P. **A Configuração do Livro Didático**: Um Espaço Pleno de Significados. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP. 2010.

SIMAN, L. M. C. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes. In: FONSECA, T. N. L.; SIMAN, L. M. C. (orgs.). **Inaugurando a História e Construindo a Nação**. Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.149-171.

Imagens de Livros Didáticos

Figura 1: Retrato do Barão do Rio Branco (MATTA, 1946, p.133).

Figura 2: Jean-Baptiste Debret, *Mercado da Rua do Valongo*, 1834-1839 (FILHO, 1977, p.211).

Figura 3: Johann Moritz Rugendas, *Negro e negra da Bahia*, 1835 (MATTA, 1946, p.123).

Figura 4: Desenho de Angelo Agostini, publicado na *Revista Ilustrada* de 13 de junho de 1885 (MATTA, 1946, p.134).

Figura 5: Johann Moritz Rugendas, *Negras do Rio de Janeiro*, 1835 (HERMIDA, 1964, p.271).

Figura 6: Johann Moritz Rugendas, *Desembarque*, 1835 (HERMIDA, 1961, p.168).

Figura 7: Desenho de Angelo Agostini (SANTOS, 1979, p.121).

Figura 8: Capa do jornal *La Avispa* no dia 30 de maio de 1888, reproduzida posteriormente por Angelo Agostini na *Revista Ilustrada* 07 de julho do mesmo ano (FILHO, 1977, p.219).

Figura 9: Charge no jornal *El Mosquito*, de Buenos Aires (SANTOS, 1979, p.121).

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

Luis Vieira*

Palavras-chave: Escravidão; Vale do Paraíba; Café; Fotografia; Império.

Resumo: O presente trabalho se debruça sobre parte da prolífica obra fotográfica de Marc Ferrez, profissional condecorado com o título de Fotógrafo da Marinha Imperial, objetivando o uso de fontes visuais no aprofundamento do estudo do processo da Segunda Escravidão na produção cafeeira do Vale do Paraíba. Utilizando uma metodologia que consiste no cruzamento entre as imagens, suas respectivas análises, e a historiografia disponível sobre o assunto, buscamos uma dimensão de concretude para as informações obtidas, (re)inserindo-as em seu próprio contexto de produção. Dessa forma, atenta-se para a correlação indissociável entre a incidência de fenômenos típicos dessa reorganização do trabalho escravo, tais como a disposição e a disciplina de trabalho impressas no espaço da fazenda e um projeto mais amplo que percorre todo o período do Segundo Império, referente à construção de uma identidade nacional preferencialmente atrelada à identidade de classe dos cafeicultores do Vale, base de sustentação imperial.

Introdução

Em estudo clássico acerca do processo de Independência do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda deixa claro logo no primeiro parágrafo que “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por um longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (HOLANDA, 1976, p. 9). A partir daí, institui-se uma agenda historiográfica sob a necessidade de se pensar no desenvolvimento de um Estado centralizado atuando sobre as antigas possessões lusitanas na América e o florescer da nação brasileira como dois elementos distintos (JANCSÓ, PIMENTA, 2000, p. 394). De maneira geral, é assente de que o Estado foi

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

forjado antes da nação, nas primeiras décadas após o processo de Independência. A nação, e consequentemente a preocupação com a identidade nacional, tem estudos mais centrados na conjuntura do Segundo Império, sendo “que a historiografia inclui com frequência como elementos fundadores de uma nação brasileira a literatura romântica, a criação do IHGB e a preocupação em se traçar uma História do Brasil, o colégio Pedro II como difusor dos preceitos da cidadania, entre outros” (BARROS, 2004, p. 23). Logo, a partir desse estrato, também se torna latente a relação entre a criação da nação e da identidade nacional e a esfera do poder, compreendendo tanto o Estado imperial quanto as classes que lhe conferiam sustentação.

Além de esforços na literatura romântica e na construção de uma história nacional, a esfera do poder, concernente ao Segundo Império, também empreendeu através de imagens seu projeto de identidade nacional, que simultaneamente descobria e construía o Brasil. Nesse panorama, o advento da fotografia e sua difusão quase instantânea no país encontram papel de destaque. O fato de o próprio Imperador D. Pedro II ter sido um de seus maiores entusiastas é emblemático da apropriação da esfera do poder dessa ferramenta de produção de imagens e sua utilização para, entre outros intentos, criar uma identidade nacional. De fato, a experiência visual adquire bastante destaque dentro deste projeto, considerando-se a realidade conjuntural brasileira de todo o século XIX.

A necessidade da experiência visual (...) é uma constante no século XIX. Numa sociedade em que a grande maioria da população era analfabeta, tal experiência possibilita um novo tipo de conhecimento, mais imediato, mais generalizado, ao mesmo tempo em que habilita os grupos sociais a formas de auto-representação (...). A demanda social por imagens incentivou pesquisas no sentido de melhorar a qualidade técnica das representações, facilitar seu processo de produção e retirar-lhe o caráter de relíquia ainda presente no daguerreótipo (MAUAD, 1997, p. 189).

Dessa maneira, ao procurar nas imagens oitocentistas um projeto identitário da esfera do poder, debruçar-se sobre a produção de Marc Ferrez torna-se quase inevitável, pois o fotógrafo além de se tornar uma espécie de porta-voz do Estado, tendo participado de expedições oficiais como a fomentada pela Comissão Geológica do Império entre 1875 e 1876, era presença constante como representante brasileiro nas exposições universais, que ocorriam em diversos países, sendo suas fotos uma espécie

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

de vitrine oficial do país. Essas exposições universais “marcaram o século XIX como local privilegiado de exibição de progresso, ciência e peculiaridades de cada nação. Para as grandes exposições, cada país participante levava o que julgava mais significativo, e uma imagem desse país se formava a partir do que era exibido” (BARROS, 2004, p. 40). E para o Império brasileiro, as exposições também conformavam uma oportunidade de fomentar uma identidade com a possibilidade de “ser moderno, participar da rota do progresso, tornar-se uma grande nação, desfazer a imagem do exotismo tropical, do atraso e da inércia” (PESAVENTO, 1997, p. 14).

Saindo do âmbito estatal, mas ainda na esfera do poder, Marc Ferrez também teve proximidade, através de seu trabalho, com a classe que era o sustentáculo do governo imperial, os cafeicultores do Vale do Paraíba. O fotógrafo produziu uma série de imagens de fazendas da região durante a década de 80 do século XIX. Apesar de não se saber ao certo a finalidade dessas fotos, é inegável o fato de ter havido alguma influência dos proprietários na forma de retratar suas posses. Indo mais além, as fotos podem também ter sido encomendadas pelos próprios proprietários, uma vez que em anúncios, acerca de seus serviços comerciais, Ferrez listava a produção de vistas de fazendas (BARROS, 2014, p. 46). De acordo com a historiadora Mariana Muaze, os destinos mais prováveis desta série de imagens seriam ou uma encomenda específica ou o mercado consumidor de vistas. Em ambos os casos uma contribuição para a circulação de determinada imagem acerca da elite cafeicultora e sua operação produtiva (MUAZE, 2014, p. 6).

De qualquer maneira, havia uma forte demanda dessa elite agrária para com o mercado de fotografias, cujo “objetivo era também a circulação entre os pares de uma imagem considerada ideal, consubstanciando-se nesse circuito o comportamento necessário à sedimentação da classe senhorial enquanto fração social dominante” (MAUAD, 1997, p. 217). Portanto, além do projeto estatal de identidade nacional, as fotos de Ferrez também se inseriram em um projeto de identidade de classe, e considerando a proximidade e a relação entre Estado e essa classe senhorial, não parece possível descolar essa imagem de classe do projeto de identidade nacional do Segundo Império, principalmente se atentarmos, por exemplo, para o fato de “que a participação do Brasil nas exposições internacionais de 1882, 1883, 1884 e 1885 foi

financiada, quase exclusivamente, pelos cafeicultores ligados ao Centro da Lavoura e do Comércio do Rio de Janeiro” (MUAZE, 2014, p. 9). Logo, ao perceber a exposição dos produtores de café e sua autoimagem também nas exposições universais, fica claro que ambos os projetos se entrecruzavam, e eram partilhados por essas duas camadas do poder, consistindo na construção de uma identidade nacional de elite. O próprio estatuto da fotografia nos oitocentos colaborava para uma plena afirmação desse projeto, já que a fotografia não era tida como uma produção ou criação artística, mas como plena cópia visual da realidade, um instrumento, acima de tudo, científico (ARAÚJO, 2007, p. 5).

São justamente três dessas fotos de fazendas do Vale do Paraíba que iremos analisar agora, atentando a aspectos da vida material referente à produção cafeeira do Vale e dando a destaque à questão do projeto de identidade nacional da elite inserido nas imagens.

Em termos metodológicos cumpre-se enunciar que

as imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas – já que não passam apenas de artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante. É necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação (MENESES, 2003, p. 28).

Portanto, subsidiando a observação e a análise das imagens haverá o cruzamento deste procedimento com a leitura e discussão com a historiografia produzida acerca do tema, objetivando iluminar dimensões das fotografias mais visíveis quando (re)inseridas em seu campo conjuntural e histórico de produção.

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

As fotos de Marc Ferrez



Figura 1: Départ pour la cueillette du café
Marc Ferrez
Biblioteca Nacional



Figura 2: Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale do Paraíba
Marc Ferrez
Instituto Moreira Salles



Figura 3
Marc Ferrez
Rio de Janeiro
Instituto Moreira Salles

A primeira imagem, em algumas de suas reproduções, recebeu uma legenda do próprio Ferrez intitulando-a como *Départ pour la cueillette du café* (BARROS, 2008, p.117). Consiste de forma geral na representação dos escravos reunidos antes da saída para a colheita do café. A gravação do título em francês sugere a intenção de fazer circular a foto para o exterior. No entanto, levando em consideração a possibilidade de reprodutibilidade múltipla do suporte fotográfico, uma mesma foto poderia atender a diversos mercados e diferentes tipos de consumidores. Essa fotografia, como forma de representação da elite cafeicultora, portanto, tem sua circulação permeada e potencializada pelo mercado, sendo indissociável, dessa maneira, este último elemento da questão da identidade construída na imagem.

Desde o princípio, portanto, a imagem fotográfica se funda como imagem de consumo, envolvida num circuito comercial ditado pela lógica do mercado. Seu principal consumidor foi o homem moderno na sua incessante busca por identidades. Neste sentido, a fotografia se torna também uma forma de escrita de si, que assim como a correspondência permitia a elaboração de memórias e identidades, individuais e coletivas (MUAZE, 2006, p. 233).

Retornando ao referente, essa massa de trabalhadores na foto representava uma medida de poder do fazendeiro, sendo esse traço de autoindulgência algo bastante

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

crível para um projeto de identidade de uma elite nacional. Por outro lado, essa mesma massa de cativos em plena década de 80, mesmo demonstrando o poderio produtivo do café, também remonta ao atraso e ao exotismo simbolizado pela escravidão. Logo, o progresso e o atraso convivem numa mesma imagem que conforma o projeto de identidade nacional. Se na esfera da produção era impossível a essa elite abrir mão do arcaísmo representado pela escravidão, também não parece viável ocultar a mesma na autoimagem construída por essa mesma elite, devido a alguns fatores.

Primeiro pela própria proximidade entre o mercado de consumo fotográfico e a questão da identidade, como atentado acima. Fotografias de escravos representavam, sobretudo, para o mercado estrangeiro, uma parcela nada desprezível da demanda de fotos do Brasil, como aponta o exemplo do caso de outro fotógrafo de grande fama da época.

Os escravos, obviamente não constituem a clientela do estúdio de Christiano Junior. São vistos – e retratados – como simples mercadoria. O preço de 100 fotografias (28 mil réis) cobrado por Christiano Junior era dez vezes maior que o salário de um africano livre e equivalia à renda proporcionada pelo aluguel mensal de um escravo. É perseguindo o exotismo de uma terra que despertava a curiosidade dos europeus que Christiano Junior anuncia seus “tipos de pretos” como “coisa muito própria para quem se retira para a Europa”. Essas fotografias visam um público que se debruça sobre uma região longínqua que estivera praticamente isolada do mundo até 1808 (LISSOVSKY, AZEVEDO, 1988, p. xii).

E essa demanda por imagens de escravos, por sua vez, não surge com Ferrez, sendo anterior à própria fotografia em algumas décadas (BARROS, 2008, p. 112). Dessa forma, Ferrez não foi pioneiro na exportação de cenas do trabalho escravo, e tampouco sua origem é um traço contemporâneo do projeto de identidade nacional do Segundo Império. Reconhecendo inclusive essa temática em muitas das obras de viajantes do começo do século XIX, como, por exemplo, Debret e Rugendas, e considerando sua repercussão no exterior¹, se constata a permanência desse tema desde as expedições dos Viajantes, que se firma com tamanha força a ponto de não poder ser ignorada após

¹ Particularmente, a obra de Rugendas foi compilada em uma publicação luxuosa intitulada *Viagem pitoresca ao interior do Brasil*, cujos fascículos começaram a circular na Europa, no começo de 1827. SLENES, Robert Wayne Andrew. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, São Paulo, v. 2, 1996, p.277.

o advento da fotografia e da fomentação de um projeto de identidade nacional. Logo, há um traço de permanência, delineado na formação de uma demanda internacional de imagens do Brasil, unindo as pinturas do começo do século, de autoria dos viajantes, e as fotografias contemporâneas à produção cafeeira do Vale do Paraíba, consolidado na temática do trabalho escravo.

Todavia, se por um lado se torna impossível fugir da temática, por outro, há uma sensível diferença entre as duas formas de se retratar o trabalho escravo. Nas três imagens, por mais que haja destaque para os trabalhadores, eles figuram antes como uma massa, e não são realçados individualmente. E essa massa não é protagonista isolada, mas antes disso, um elemento cenográfico do ambiente produtivo. A produção da fazenda cafeeira apresenta-se como um tema maior, que engloba a escravidão nessas fotos. A “condição de cativo ficava mimetizada pela preferência do fotógrafo pelas panorâmicas”, estilo no qual Ferrez se especializou, acarretando que “o espaço se sobressaía ao homem. A complexa estrutura produtiva mascarava a força da escravidão no Brasil em fim dos Oitocentos” (MUAZE, 2014, p. 11). A amplitude da imagem produzida por Ferrez diminui proporcionalmente a nitidez da instituição escravista. Assim, torna-se impossível uma personalização e destaque do indivíduo escravo como há nos quadros de Rugendas, por exemplo, sendo que em alguns deles, o corpo do escravo torna-se representação alegórica de motivos bíblicos (SLENES, 1996, p. 287).

Também o estado de conservação das roupas usadas pelos escravos não condiz com a falta de atenção dos fazendeiros a vestimentas de seus cativos e com a prática de distribuir aos trabalhadores mudas de roupas apenas duas vezes por ano, aliadas ao seu natural desgaste perante o pesado regime de trabalho (STEIN, 1990, p. 217). Longe de ser um flagrante de um momento espontâneo da produção do café, torna-se evidente que as fotos foram dirigidas e contaram com intervenções – tais como a distribuição de roupas novas para os trabalhadores – com clara intenção de minimizar a violência da escravidão. Como bem sinalizou Mariana Barros, o ambiente representado nas fotos de Ferrez está longe “das terríveis condições às quais (...) os escravos do eito estavam submetidos. Não há fotografias de aparelhos de torturas, do interior das senzalas, de cenas de castigo ou de violência explícita exercida sobre os escravos ” (BARROS, 2008, p. 115), deixando clara a minimização do regime escravista nas imagens.

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

E considerando que a violência da escravidão foi tema principal de telas tanto de Debret quanto de Rugendas, a permanência da temática da escravidão nas telas desses viajantes e nas fotos de Ferrez obviamente se adapta nestas últimas através da suavização da instituição, harmonizando-se com o projeto de identidade nacional produzido pela esfera do poder imperial, com vistas à construção de uma imagem cada vez mais voltada ao progresso, tentando mascarar seus arcaísmos estruturais.

E ao nos atentar à ausência de fotos do interior das senzalas, de acordo com o alerta de Barros, percebemos que se por um lado há uma amenização da escravidão através de uma direção interventora na produção das fotos, por outro, a própria organização do espaço da produção cafeeira do Vale do Paraíba denuncia o acirramento dessa condição, em nome da otimização do trabalho e vigilância do cativo, traço típico da Segunda Escravidão no Vale do Paraíba (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 370). O modelo de senzala em voga durante esse período pode ser notado na primeira e na terceira imagens. Trata-se de um grande barracão diretamente acoplado ao terreiro de secagem do café, ambiente onde os cativos trabalham na segunda e na terceira imagens. O barracão configura um modelo de habitação com ares fundamentalmente prisionais, pois todos os cativos permaneciam em pequenos cubículos padronizados de uma única construção, com saída apenas voltada para o terreiro, tornando esse espaço menos propício de apropriação e agência escrava, justamente por ser extremamente funcional, impessoal e padronizado. Ao se utilizar a senzala em forma de barracão como uma cerca de perímetro do terreiro, o espaço produtivo é claramente condensado, agilizando a circulação dos trabalhadores e sua vigilância. E os terreiros por sua vez, além do espaço conjugando com a senzala, “eram geralmente cercados por muretas em seu entorno, com a função de impedir a saída de grãos durante as chuvas” (NOVAES, 2009, p. 411), configurando, portanto, um espaço de extremo controle. A racionalidade e a sofisticação da organização do espaço produtivo se estabelecem como faceta inseparável do aumento gradual da violência do trabalho compulsório na Segunda Escravidão.

Pela manhã, se juntavam todos os escravos no terreiro para contagem e começo dos trabalhos, combinando vigilância e agilidade na circulação (STEIN, 1990, p. 198). A segunda e a terceira imagens mostram a disposição de trabalho no terreiro de secagem

do café. Em uma primeira vista já se nota uma significativa sofisticação na ocupação espacial dos trabalhadores, com funções diferenciadas, acenando para a preocupação com ritmo, rendimento e organização do trabalho. Essa fase de secagem ocorria após a lavagem do café e

era um dos processos mais importantes, do qual dependeria, em boa parte, a qualidade do produto final. O café era espalhado sobre os terreiros em camada de oito centímetros mais ou menos, remexido com um rodo de madeira durante todo o dia e reunido em pequenos montes cobertos, para passar a noite livre do orvalho ou de chuvas imprevisíveis. No dia seguinte, o processo se repetia estendendo-se por quase trinta dias, de acordo com o clima. O tempo de secagem nos terreiros acarretava problemas na qualidade do café, ou seja, na cor e, principalmente, no aroma, um fato de persistentes reclamações dos comerciantes e importadores do café do Brasil (NOVAES, 2009, p. 411).

Nas duas imagens, nota-se uma divisão de gêneros, onde a efetiva secagem com os rodos é feita pelos homens e o transporte do café em cestos fica a cargo das mulheres, ainda que haja poucas exceções. A segunda e a terceira imagens, apesar de estarem densamente povoadas de personagens, não apresentam em momento algum a sensação de desorganização. Pelo contrário, salta aos olhos uma espécie de cenografia da produção, com os personagens ocupando seus espaços de trabalho, dando certa naturalidade e equilíbrio para a composição da cena. No regime da Segunda Escravidão, a organização do processo de trabalho era essencial, e também sofreu um processo de desenvolvimento, diferenciando-o do que se tinha até então. Por exemplo,

a cafeicultura escravista brasileira combinou assim as duas modalidades básicas de organização do processo de trabalho escravo presentes nas demais regiões de plantation do Novo Mundo, as turmas sob comando unificado (*gang system*) e o sistema de tarefas individualizado (*task system*). Tal arranjo, ademais, permitiu aos senhores a imposição de assombrosa taxa de trabalho a seus cativos (MARQUESE, TOMICH, 2009, p. 371).

Cabe inserir essas modificações observadas na forma de produção escravista do Vale do Paraíba em um contexto mundial, como faz o historiador Dale Tomich ao cunhar o termo Segunda Escravidão.

O advento da hegemonia britânica e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha reestruturaram a divisão mundial do trabalho e estimularam a expansão material da economia mundial. Esses desenvolvimentos não apenas criaram as condições para a extinção da escravidão dentro do Império britânico mas também encorajaram a expansão e a

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

intensificação da escravidão fora dele. Essa “segunda escravidão” se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo a sua existência como condição para a sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela sede ilimitada de riqueza do capital (TOMICH, 2011, p. 6).

E assim como o projeto de identidade nacional obrigatoriamente conjugava o arcaico com o moderno, esse foi um traço comum aos centros escravistas revitalizados durante a Segunda Escravidão – Cuba, Brasil e o sul dos EUA –, pois o refinamento e a racionalização da produção advinda da expansão mundial do capitalismo dividia espaço com todo o viés arcaico do trabalho escravo.

Isso refletiu na escala e na natureza da própria produção escrava. Vastas extensões de terra foram abertas, e milhões de escravos postos a trabalhar na produção dessas safras. A nova tecnologia industrial – em especial a estrada de ferro, o navio e os engenhos a vapor – transformaram o processo do trabalho nas novas fronteiras escravas. Por trás dessa expansão estava o poder do capital e do Estado britânico para organizar o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho (TOMICH, 2011, p. 7).

Ainda na segunda imagem, destaca-se a figura do feitor, com vestes escuras e braço em riste, coordenando e vigiando o trabalho. Nessa posição de mando, o feitor torna-se outro elemento que denota não só violência do regime escravista, mas a extrema vigilância, rigor e funcionalidade da Segunda Escravidão. Ao estar representado no canto esquerdo da foto, por onde o olho do observador começa sua leitura, o feitor se encontra em posição privilegiada tendo sob seu campo de visão a atividade de todos os presentes no quadro, apresentando-se, portanto, como o olho do proprietário da fazenda.

Na primeira imagem, onde se procurou ao máximo amenizar e diluir a violência da escravidão, feitores e escravos aparecem na mesma massa, sugerindo uma ausência de hierarquia. No entanto, na mesma imagem, ao se atentar aos poucos indivíduos calçando sapatos percebe-se quais são os feitores. Nesse caso, a amenização da escravidão é neutralizada pelo costume instituído de proibir escravos de calçarem sapatos. Mesmo com seu casaco escuro destoando da roupa dos restantes, o cuidado em vestir com trajes novos os escravos especialmente para as fotos torna essa

diferença menos impactante. É interessante notar que o feitor efetivamente só irá se destacar enquanto tal nas fotos onde o trabalho é realizado, ou encenado, melhor dizendo.

Há outro elemento ainda mais latente, cujas lentes de Ferrez não conseguiram amenizar, e que demonstra um fator contrastante com a imagem próspera, progressista e de grandiosidade que a elite cafeicultora do Vale do Paraíba tentava imprimir nas fotografias enquanto sua autoimagem de classe, agregada a um projeto de identidade nacional. Nas três imagens, é possível observar os morros ao fundo e sua respectiva vegetação. Esses morros mais próximos eram as áreas de cultivo de café originais dessas fazendas, onde os pés eram plantados em linhas verticais. Uma discrepância significativa ao se pensar nas lavouras necessárias para a maior produção cafeeira de sua época em comparação a essa vegetação rasteira e infértil que se faz notar nas imagens. Isto é algo decorrente do modo de exploração ambiental levada a cabo pelos proprietários. “A forma equivocada de plantio do café em fileiras verticais nos morros, ao invés de curvas de nível, condenou o Vale do Paraíba cafeeiro à total decadência econômica em um prazo curto de tempo, inviabilizando por décadas qualquer forma de agricultura na região” (NOVAES, 2009, p. 400). Assim os locais, onde poucos anos antes havia frondosas fileiras de plantação de café, aparecem nas fotos como regiões estéreis e em avançado processo de erosão.

E não só o fator ambiental colocava a produção em crise nessa época, mas a própria instituição da escravidão tão idealizada e amenizada nas fotos adentrava uma crise estrutural, cuja consequência final acarretaria em sua abolição, em 1888, praticamente ao mesmo tempo em que Ferrez produzia suas fotos.

Ao voltar as lentes para a região do Vale do Paraíba, num momento de crise da escravidão e de sua política de sustentação, Marc Ferrez monumentaliza o sistema escravista. A mensagem visual por ele produzida tem um tom saudosista, nostálgico, romântico no sentido da relação com um tempo que não voltará mais. Um tempo ameaçado pelo movimento abolicionista em ascensão, a fuga de escravos em massa e a abolição da escravatura no Ceará, no Amazonas e em algumas províncias do Rio Grande do Sul (MUAZE, 2014, p. 6).

Isso leva à conclusão de que todo o projeto de identidade de classe e nacional imbuído nessas fotos de Ferrez produzidas ao largo da década de 80 do século XIX, na

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

realidade remetem a uma conjuntura de um passado recente e idealizado, mas em plena crise e dissolução, estando minada justamente em seu sustentáculo político-econômico, a produção cafeeira do Vale do Paraíba baseada na mão de obra escrava. O café continuaria sendo o grande produto de exportação brasileiro, mas sua área de produção se deslocaria para o oeste paulista, que não enfrentava o desgaste ambiental e nem estava tão intimamente atrelado à Corte imperial. Dessa maneira, o projeto identitário nas fotos acena ao passado, tentando ignorar a crise enfrentada nessa conjuntura que combinava final do Império, fim da escravidão e transposição do polo cafeeicultor.

Conclusão

A inserção das fotos analisadas em sua conjuntura histórica aponta para a construção de uma identidade nacional emanada da elite proveniente da esfera do poder do Segundo Império, nesse caso os grandes senhores do café do Vale do Paraíba, classe que era o sustentáculo político e econômico da Corte. A proximidade de Marc Ferrez com essa esfera do poder e sua atividade como fotógrafo da Corte, designado para expedições oficiais e para as famosas exposições universais, como difusor da imagem do Estado brasileiro para o mundo, corroboram essa ideia.

Nas três fotos, a análise aponta para elementos de construção de uma autoimagem da classe senhorial, elemento indissociável para o projeto de construção de uma identidade nacional emanada da esfera do poder. O realce da suntuosidade da produção cafeeira e a amenização da escravidão apontam para um esforço de elaboração de uma imagem grandiosa e progressista dessa elite cafeeira, a ser difundida através da reprodutibilidade e ampla circulação possíveis da fotografia.

Entretanto, a autonomia sobre esse projeto não se revela total, uma vez que elementos como o arcaísmo e o exotismo da escravidão africana são impossíveis de serem ocultados das imagens. Constatando que a demanda imagética de cenas da escravidão negra no Brasil se firma com significativa solidez antes do advento da fotografia e da fomentação desse projeto de identidade nacional das elites, torna-se claro a necessidade de negociação e adaptação perante essa temática. Se por um lado, é impossível fugir dela ou ocultá-la, por outro, amenizá-la, diluí-la em meio a

grandiosidade da produção cafeeira revela-se uma estratégia de harmonizá-la com as diretrizes do projeto de identidade nacional.

A despeito das tentativas de mascarar a violência da escravidão, a análise dos elementos da vida material e o cruzamento com a historiografia acerca da cafeicultura no Vale do Paraíba revelam, pelo contrário, o agravamento da tensão das relações de trabalho compulsório. O desenvolvimento, a sofisticação e a organização espacial da produção cafeeira detectáveis nas imagens expõem evidências do processo da Segunda Escravidão, quando o refinamento se conjuga à brutalidade em prol de uma racionalização da exploração máxima do trabalho e dos recursos naturais, impulsionando exponencialmente a produção. Esse desenvolvimento capturado pelas fotos pode também ser entendido como uma manifestação do processo que conformou essa elite cafeeira, empreendedora de um projeto de autoimagem de classe inserido num projeto de identidade nacional mais amplo.

Contudo, essa mesma autoimagem não foi capaz de mascarar de todo a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba, que atingia seu auge na época da produção das fotos. A devastação ambiental se faz presente pela paisagem dos morros em pleno processo de erosão no fundo das imagens. A forma de plantio equivocada e de intentos imediatistas, visando o máximo de exploração, viria a impossibilitar a continuidade da produção de café nessa região. Além disso, a crise da escravidão também atingia seu ápice nessa mesma década de 80 do século XIX, e sua inevitável abolição já se firmava como um fato incontornável. A própria formação política do Império ruía simultaneamente.

Posto isso, tem-se que os projetos de autoimagem da classe senhorial do Vale do Paraíba e de identidade nacional da elite imperial como um todo apontavam para um passado recente, baseados numa estrutura em decadência. Por isso, não tinham como perseverar, sendo mais um traço pretérito do que ficava para trás nessa conjuntura de importantes mudanças na história do Brasil.

Referências bibliográficas

ARAUJO, V. S. Marc Ferrez e as imagens da nação: uma investigação acerca da construção da identidade nacional brasileira. **História, Imagem e Narrativas**, v. 5, 2007.

Marc Ferrez e as fotografias da cafeicultura do Vale do Paraíba: identidade nacional e produção no Brasil no fim do Segundo Império

BARROS, M. G. M. **Entre o exotismo e o progresso: a construção do Brasil pela fotografia de Marc Ferrez**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

_____. **Marc Ferrez e o Rio de Janeiro de seu tempo**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2008.

HOLANDA, S. B. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, S. B. (dir.). **História geral da civilização brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976, t. II, v. 1.

JANCSO, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). **Revista de História das Ideias (Coimbra)**, Coimbra, v. 21, 2000.

LISSOVSKY, M.; AZEVEDO, P. C. **Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.** São Paulo: Libris, 1988.

MARQUESE, R. B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). **O Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MAUAD, A. M. Imagem e autoimagem do segundo reinado In: ALENCASTRO, L. F.; NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil II: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, História visual: Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – jul. 2003.

MUAZE, M. A. F. A escravidão no Vale do Paraíba vista pelas lentes do fotógrafo Marc Ferrez (1880-1883). In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L. (orgs.). **Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

_____. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Rio de Janeiro: UFF, 2006.

NOVAES, A. **A paisagem cafeeira através da iconografia do século XIX**. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf. Acesso em: janeiro de 2015

PESAVENTO, S. J. **Exposições universais: espetáculo de modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, R. W. A. As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, São Paulo, v. 2, 1996.

STEIN, S. J. **Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOMICH, D. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

Identidade na América Latina Pós-Moderna

Uma Reflexão a partir de *Asco* – *Thomas Bernhard em San Salvador*

Carolina Borges da Silva Luiz *

Palavras-chave: Literatura; Identidade; América Latina; Pós-modernidade.

Resumo: Este ensaio baseia-se no livro de Horacio Castellanos Moya, *Asco – Thomas Bernhard em San Salvador*, cuja representação de El Salvador provoca um questionamento sobre as possibilidades e conformações das identidades nacionais na América Latina, no fim do século XX. A análise se constrói a partir de múltiplas analogias e tal estratégia pretende inserir o pensamento de Moya na tradição do pensamento latino-americano. A ideia de que projetos violentamente derrotados deixam suas marcas no povo não é nova, mas o romance a leva ao limite, através de uma vertiginosa e irônica perspectiva pós-moderna.

Um único parágrafo, sem pausas, estende-se por quase cem páginas, num borbotão. É um desabafo, uma necessidade quase fisiológica, como o vômito causado pela náusea. O título já revela o sentimento, mas com uma palavra mais precisa: *asco*. Etimologicamente, vem de asqueroso, que por sua vez tem origem latina – *eschāra*, a crosta escura que encobre uma ferida em cicatrização. Octávio Paz, ao contemplar o mexicano, também entrevê uma chaga, e fornece um possível viés de reflexão sobre o *asco* fortemente expressado por Vega, o protagonista que nega, quase que completamente, suas origens salvadorenhas:

Em suma, se na festa, na bebedeira ou na confidência, nos abrimos, fazemo-lo com tal violência que nos dilaceramos e acabamos por nos anular. E diante da morte, como diante da vida, damos de ombros e oferecemos um silêncio ou um sorriso desdenhoso. (...)

Todos os nossos gestos tendem a esconder esta chaga, sempre fresca, sempre pronta a se incendiar e arder sob o sol do olhar alheio.

Ora, todo desprendimento provoca uma ferida. Não indagando como nem que momento se produziu esse desprendimento, devo notar que

* Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

qualquer ruptura (conosco mesmo ou com o que nos cerca, com o passado ou com o presente), origina um sentimento de solidão. (PAZ, 1984, p. 60)

É indiferente se é dos mexicanos de que falava Octavio Paz pois *Asco*, romance de 1997, é esta confidência de um solitário (levemente embriagado), feita com violência e com um “sorriso desdenhoso” em forma de pastiche. Importa desnudar esta chaga e a ruptura que a causou. Edgardo Vega carrega esta ferida que enoja e que é escamoteada e espelhada em El Salvador, como se fosse o país que sangrasse, e não a sua própria escara arrancada impetuosamente. A voz discursiva também é espelhada e burlada.

O narrador é Moya, que se confunde com o autor, mas as experiências são de Vega, o protagonista. Em primeiro plano, estes antigos colegas encontram-se no bar, onde se trava o monólogo. Moya emudece diante do desabafo, sua voz narrativa seria invisível, não fosse pela advertência inicial e pelo uso assaz reiterado de “me disse Vega” e do vocativo “Moya”, recursos que marcam a distância do narrador em relação ao conteúdo do relato em segundo plano. Estas repetitivas minúcias compõem o artifício literário da “metadiegeese”:

Sendo a metalinguagem, genericamente, uma linguagem que fala de uma linguagem primeira, a metadiegeese vem a ser, analogamente, o nível da narrativa que fala do relato primeiro. (...) Consequentemente, o procedimento logra não só desenrijecer o mecanismo de recepção passiva da diegeese, mas também leva o leitor a desconstruir seu sistema referencial apoiado na disjunção dos contrários. (CHIAMPI, 2008, p. 79-80)

A mesma estratégia de *Asco* é analisada por Irlemar Chiampi em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. A metadiegeese, conforme explicado pela autora, serve ao propósito de levar o leitor a duvidar de uma “verdade ideológica” expressada através da diegeese. Tal expediente também foi utilizado por Albert Camus em *A queda*, obtendo com sucesso a construção de um narrador não confiável. Castellanos Moya, apesar do que alguns fanáticos pensaram, não elaborou uma narrativa para despertar repulsa pela cultura salvadorenha, mas sim para provocar questionamentos.

Embora carregue o epíteto de Thomas Bernhard, ícone da literatura pós-moderna, e seu estilo de verborragia digressiva e monolítica, Vega tem um filtro, a metadiegeese.

Identidade na América Latina Pós-Moderna

Uma Reflexão a partir de *Asco* – Thomas Bernhard em *San Salvador*

Franz-Josef Murau, narrador personagem de *Extinção, uma derrocada*, obra de 1986 em que Bernhard desconstrói a cultura austríaca, fala diretamente ao leitor, sem freios e sem intermediários. Edgardo Vega é uma paródia, um personagem que toma emprestado o nome, o estilo e o ódio pelas próprias raízes, integrando um pastiche que exprime inquietações para as quais a resposta é apenas um “sorriso desdenhoso”. O tom insolente dissimula a real dimensão do desassossego que se abate sobre a narrativa, tal como observado por Chiampi em outras obras do “pós-boom” da literatura hispano-americana:

Seu humor ligeiro não é incompatível com a genuína historicidade, posto que traduz uma descontinuidade irônica, dentro da continuidade do passado. O “remake” ou “rework” da poética pós-moderna é um estágio necessário pra essas novas gerações de escritores que precisam incorporar para desafiar o legado dos mestres do boom e, para além deles, os sistemas homogeneizantes e totalizadores do liberalismo burguês. (CHIAMPI, 1989, p. 165)

O pastiche provoca, realiza uma crítica risível, sem propor nenhuma resolução. Autores como García Márquez ou Alejo Carpentier visitavam a “paisagem” latino-americana, apontando maravilhas e perdições, estabelecendo uma iluminação presente ou uma redenção futura. A maravilha, ilustrada por Carpentier em *Reino deste Mundo*, é aquilo que surpreende por não fazer parte do nosso repertório, é o milagre que proporciona uma epifania tempestiva. Enquanto a perdição, representada em *Cem anos de Solidão*, é o que perdemos, ou não encontramos, e que pode causar a nossa ruína, se ignorarmos os prognósticos. Edgardo Vega retorna a El Salvador depois de dezoito anos de autoexílio, mas nada o surpreende, nada é maravilhoso, pois ele ainda preserva o seu repertório salvadorenho, guardado sob as escaras de seu rompimento “com o passado” e “consigo mesmo”. Ele retorna e lhe parece que nada mudou, onze anos de guerra civil, 75 mil mortos, e nada mudou.

É preciso estar louco, sem dúvida, como você, Moya, para achar que se pode mudar algo neste país, para achar que vale a pena mudar algo, para achar que as pessoas se interessam por mudar algo, me disse Vega, nem sequer onze anos de guerra civil serviram para mudar algo, onze anos de matança e permaneceram os mesmos ricos, os mesmos políticos, o mesmo povo fodido e a mesma imbecilidade permeando o ambiente. Tudo é uma alucinação, Moya, entenda bem,...) este país está fora do tempo e do mundo, só existiu quando houve carnificina, só

existiu graças à capacidade criminosa dos militares e dos comunistas, fora dessa capacidade criminosa não tem nenhuma possibilidade de existência, me disse Vega. (MOYA, 2013, p. 42)

A perdição é a ausência de mudança, é um patriotismo baseado em: cerveja *Pilsen*; aguardente *Muñeco*; *pupusas*; ostras; futebol; colunas sociais; e militares. O *asco* refere-se a essa forma fixada da identidade salvadorenha, assentada em elementos tão irrisórios, que não se firma verdadeiramente, ou seja, é uma alucinação, uma identidade que não existe, que só existiu durante a guerra civil. Ainda que as experiências históricas e os repertórios de Castellanos Moya e Octavio Paz sejam muito diversos, a analogia com o mexicano é profícua, pois avaliar o que a vivência da Revolução Mexicana proporcionou ao povo, oferece, por contraste, a imagem do que foi brutalmente extirpado em El Salvador.

Por meio da Revolução, o povo mexicano entra dentro de si mesmo, do seu passado e da sua substância, para extrair da sua intimidade, das suas entranhas, a sua filiação. (...)

Nossa Revolução é a outra face do México, ignorada pela Reforma e humilhada pela Ditadura. Não a face da cortesia, da dissimulação, a forma atingida à força de mutilações e mentiras, mas sim o rosto brutal e resplandescente da festa e da morte. (...) É um estouro da realidade: uma revolta e uma comunhão, um remexer de velhas substâncias adormecidas, um vir à tona de muitas ferocidades, muitas ternuras e muitas delicadezas ocultas pelo medo de ser. E com quem comunga o México nesta festa sangrenta? Consigo mesmo, com seu próprio ser. O México se atreve a ser. (PAZ, 1984, p. 134)

Ainda no início da conversa, Vega diz que se afastou de outros emigrados salvadorenhos no Canadá, que se recusava a ouvir fofocas patricias de sua mãe e que nunca buscou saber notícias da terra que abandonara por livre e espontânea vontade e aversão. Entretanto, durante o virulento discurso, ele revela conhecimento de diversos fatos ocorridos durante os dezoito anos de exílio, entre os quais aqueles onze de guerra: sabe dos “contos famélicos” e do “jornal diferente” empreendidos por Moya; sabe do destino de Olmedo, ex-colega que morreu na guerrilha, conhece inclusive condições específicas de sua morte (morreu como o poeta Roque Dalton, assassinado pelos próprios colegas guerrilheiros que o consideraram traidor); sabe do assassinato do Arcebispo Óscar Romero; do caráter psicopata do mandante deste crime, Roberto

Identidade na América Latina Pós-Moderna

Uma Reflexão a partir de *Asco* – Thomas Bernhard em San Salvador

D'Aubuisson Arrieta; e da adoração que este major receberia mesmo depois do fim da guerra, “transmutado em estátua” (em 2006, o torturador “Maçarico Bob” teve praça e rua nomeados em sua homenagem); até a morte por câncer de garganta deste “herói nacional” era fato conhecido por Vega, entre muitos outros.

Já desconfiávamos, Edgardo Vega mente. O sôfrego e contido protagonista não odeia apenas suas origens salvadorenhas, Vega é um indivíduo extremamente desconfiado, dado a paranoias e ataques nervosos, odeia ser simpático com desconhecidos, detesta multidões, não suporta lugares fechados, não gosta de mar, nem de ostras, nem de crianças, odeia impontualidade e acha que o sexo “é viscoso e propenso a mal-entendidos” (MOYA, 2013, p. 84) – esta é uma personalidade formada “à força de mutilações e mentiras?”. Vega, na verdade, não se afastou completamente da “raça” salvadorenha, apenas elegeu novas afinidades, forjando uma nova identidade, fiando-se, talvez, na ideia de Fernando Ortiz, que “de uma cultura pode-se sair para entrar numa cultura melhor, por auto superação da cultura nativa ou por expatriação espiritual e afastamento dela” (ORTIZ, 1995, p. 594). Mas nada se perde e mesmo que tenha adquirido toda a cultura ocidental, ao se tornar um canadense professor de História da Arte, ainda assim Vega conservou nas profundezas de suas entranhas o seu repertório salvadorenho. As novas “incorporações” culturais só confirmaram o seu caráter, a sua “potência recipiendária” (LIMA, 1988, p. 181).

Edgardo Vega alega ter enfrentado “onze anos de castração espiritual” na escola dos irmãos maristas, onde suportou a “mais asquerosa submissão do espírito” provocada pela educação opressiva. Quando se libertou, sua recompensa foi toda a cultura ocidental. Coincidentemente ou não, foram onze anos de guerra civil, com o povo reprimido violentamente pelos militares, sufocado em sua expressão – a revolução. Desde 1931, o país era controlado pelos militares, através de sucessivos golpes, enquanto os movimentos populares contorciam-se numa parca resistência. Até 1981, quando diversas organizações revolucionárias reuniram-se sob a FMLN, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, um amplo espectro de forças políticas, de social-democratas a comunistas, se uniu para uma revolução. Dez anos de lutas de guerrilha, de mortes, de traições e disputas dentro da própria FMLN, que por fim (ou

desde o início) se contaminou: a revolução foi derrotada, mas a FMLN garantiu algumas conquistas negociadas. A revolução cedeu ao militarismo, não chegando a tornar-se uma revolução. No fim, o que os guerrilheiros da FMLN exigiam era a sua incorporação às Forças Armadas (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.106). Conquistaram uma democracia eletiva, todavia, sem mudar as estruturas de poder.

O que restou foi “uma raça tão rasteira, tão servil, tão subserviente aos militares” de uma “domesticação abjeta da alma”. Sobreviveram permanências insignificantes, tais como a *pupusa* e a cerveja *pilsen*, e por isso matam e morrem os salvadorenhos, pelo pouco que puderam conservar de si mesmos. Aviltar estes restos é a provocação de Moya, quiçá esse pastiche queira insinuar que há mais sob estes abjetos elementos identitários, declarando que estes são apenas escaras. Essa imagem imobilizada da identidade nacional, essa noção orgulhosa, mas infrutífera, do que é ser salvadorenho é só uma casca (asquerosa) que encobre e sufoca a sua entelêquia. Assim, é construída uma nação que se enrijece e que se torna insensível em relação ao seu passado, uma nacionalidade sem história, sem literatura e sem arte. Para “se atrever a ser” é preciso desprender-se dessa casca. O próprio Vega não foi muito feliz nessa empreitada e vários de seus traços revelam uma constrição, parecendo que ele apenas vestiu uma grande máscara que esconde suas feridas, mas que também o sobrecarrega.

Labirinto da Solidão, livro magnífico de Octavio Paz, não foi bem recebido pelo público mexicano, sobre o qual tratava. Esta recepção negativa é signo da derrota da Revolução. Os mexicanos, derrotados e novamente aprisionados, não gostaram de ver no que estavam transformados, uma vez que se desconectaram de si mesmos. Também Asco teve uma repercussão desfavorável, e, embora tenha sido um sucesso de vendas, provocou reações violentas, inclusive com ameaças de morte ao autor. Decerto, Asco sugere que Moya cansou de lutar e escrever em um país que não o valorizava. Posteriormente Moya veio a de fato mudar-se do país depois de encerrar as suas atividades em um semanário que ajudou a fundar e que durou apenas um ano, entre 1995 e 1996. Outrossim, se a novela diz algo sobre Vega, para além de suas idiossincrasias antipáticas, é que ele cansou-se da opressão de uma máscara que não lhe cabia, a salvadorenha, e escolheu vestir outra, aquela da cultura cosmopolita. Por

Identidade na América Latina Pós-Moderna

Uma Reflexão a partir de *Asco* – Thomas Bernhard em San Salvador

fim, se *Asco* diz algo sobre a sociedade salvadorenha, e se podemos acreditar no que diz, é que ela define sob essa máscara que não lhe deixa respirar, que pode até ser sua, mas que se transformou numa dura casca que impede qualquer transformação, qualquer compreensão, qualquer expressão verdadeira. O salvadorenho, que carrega uma revolução ainda mais derrotada que a Mexicana, posto que nem adquiriu o status de revolução, também não “se atreve a ser” - sua expressão encerra-se nesta máscara grotesca, assassina e melindrosa, esboçada por Edgardo Vega.

Referências bibliográficas

- BERNHARD, T. **Extinção, uma derrocada**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (original: 1986)
- CAMUS, A. **A queda**. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2007. (original: 1956)
- CARPENTIER, A. **O reino deste mundo**. Tradução de João Olavo Saldanha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. (original: 1949)
- CHIAMPI, I. O romance hispano-americano do pós-boom: ficção historiográfica e pastiche. In: **Anais do IV encontro nacional da ANPOLL**. Recife: ANPOLL, 1989, p. 165.
- _____. **“As relações pragmáticas no Realismo Maravilhoso – A enunciação problematizada”**. O Realismo Maravilhoso. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LIMA, J. L. **“Sumas críticas do americano”**. A expressão americana. São Paulo: Brasiliense, 1988. (original: 1957)
- MÁRQUEZ, G. G. **Cem anos de solidão**. Tradução: Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Record, 2000. (original: 1967)
- MOYA, H. C. **Asco** – Thomas Bernhard em San Salvador. Tradução: Antônio Xerxenesky. Rio de Janeiro: Record, 2013. (original: 1997)
- ORTIZ, F. (1929). “Nem racismos, nem xenofobias”. In: Jorge Schwartz. **Vanguardas Latino-Americanas**. Polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras/Edusp/ Fapesp, 1995.
- PAZ, O. **O labirinto da solidão**. Tradução: Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (original: 1950)
- SUE-MONTGOMERY, T.; WADE, C. **A Revolução Salvadorenha**. São Paulo: Unesp, 2002.

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

Márlcio Aguiar*

Italo Calvino é frequentemente citado por seu livro *Por que ler os clássicos?*; entre as características do que seria um clássico literário, afirma ele: “Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis” (CALVINO, 2007, p. 10). Ainda que as reflexões de Calvino se voltem prioritariamente para a literatura, apropriando-nos de sua consideração, podemos asseverar: existem obras historiográficas que são clássicos, que fundam ou repensam velhas questões de modo inovador e, com isso, inspiram outros historiadores a pensar o novo¹.

Sendo assim, esta resenha revisita um clássico republicado. A principal especificidade da coletânea “A interiorização da Metrópole e outros estudos” da professora da USP, Maria Odila Leite da Silva Dias, reside tanto na sua temática – a história brasileira no século XIX e, em especial, a construção de uma ideia de nação nos trópicos – quanto nos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam as narrativas historiográficas produzidas pela autora.

O livro reúne três ensaios que se concentram nas peculiaridades do processo brasileiro de transição do período colonial para a Independência: o primeiro e mais conhecido deles, *A Interiorização da Metrópole* (1972, artigo que fez parte da organização de Carlos Mota intitulada “1822: Dimensões”); *Aspectos da Ilustração no Brasil* (1968, publicado na Revista do IHGB); e, por fim, *Ideologia Liberal e construção do Estado* (1976, versão ampliada do artigo de jornal “A nossa Independência e a deles”, publicado em 4 de julho daquele ano). Os três textos possuem como cenário comum o processo de emancipação do Brasil (nomeadamente concentrando-se na primeira metade do século

* Graduando do curso de História (bacharelado e licenciatura) na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC).

¹ Extrapolaria em muito os limites desta resenha analisar trabalhos posteriores que, a partir dos ensaios aqui analisados de Maria Odila Leite da Silva Dias ou com base em problemáticas semelhantes, contribuíram de algum modo para a historiografia dos Novecentos no Brasil. Indica-se aqui, a título meramente exemplificativo, a leitura de MAXWELL (1999) a respeito dos temas de Ilustração e liberalismo brasileiros (para além do debate mais clássico a respeito das ideias “fora” do lugar ou “dentro do lugar” da discussão célebre de Roberto Schwarz), e KUHN (2006), à utilização do conceito de interiorização da metrópole num contexto de fronteira.

XIX) e, por vias distintas, preocupam-se em analisar o papel e a continuidade das elites dirigentes brasileiras antes e depois da Independência. Seu acervo documental é vasto e significativo: publicações de época, cartas privadas, correspondências diplomáticas, notícias da imprensa, panfletos, produção historiográfica e biográfica do período, livros de memórias, relatos de viagens, traduções novecentistas de artigos estrangeiros e produções científicas do período. A tese principal – enunciada no primeiro artigo, mas, presente no *animus* dos demais – é a de que nosso processo revolucionário é filho do período de Ilustração lusitano apregoado tanto pelos lusitanos da Corte que aqui se instalam quanto, principalmente, pelos intelectuais e burocratas nativos que constituirão todo o aparato monárquico pós-independência.

No correr do ensaio *A interiorização da Metrópole* (não à toa escolhido para emprestar título à coletânea) a própria autora situa sua obra do ponto de vista historiográfico, seja no que ela deve à produção já estabelecida, seja no que sua tese inova. A autora inicia o texto lembrando certas balizas fundamentadas na historiografia acerca do processo histórico de “independência”, isto é, da primeira metade do século XIX. O principal deles é a continuidade que se deu no processo de transição da Colônia para o Império; em seguida, a separação entre o período propriamente dito de “Independência” (1822) e a consolidação de uma unidade nacional (1840-1850); e a relativa ausência de movimentos revolucionários propriamente ditos. Em suma: a imagem tradicional de “independência” como uma luta dos povos da colônia contra sua metrópole não servem para vestir a experiência histórica do processo de formação da nacionalidade. Esta diretriz fundamental, assevera, é datada em obras como a de Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1944), Sérgio Buarque de Holanda (*A herança colonial – sua desagregação*, 1962) e Emília Viotti da Costa (*Introdução ao estudo da emancipação política*, 1968). Para Maria Odila Dias, o quadro de pressões externas como fontes das transformações em *terrae brasilis* já está assentado e bastante claro: deixaram de lado, contudo, o estudo do “modo como afeta as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos inerentes ao processo de formação da nacionalidade brasileira” (p. 10). A historiografia anterior mantém, mesmo que de modo inconsciente – e mesmo quando conscientemente aludindo ao caráter *sui generis* de nossa Independência –, vícios interpretativos eurocêntricos, como a

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

identificação com o liberalismo e o nacionalismo próprios da Europa, com contradições que ainda estão por ser explicitadas pela nova produção historiográfica.

O que se pode averiguar na historiografia sobre o tema, afirma, é uma preocupação generalizada em integrar o processo de emancipação política do Brasil com o “todo”, resvalando no apego à imagem da luta civil entre colônia e metrópole à revelia dos processos internos de ajustamento às mesmas pressões. Estes processos internos, muitas vezes desconsiderados ou inexplorados, se deram basicamente de dois modos: pelo (i) enraizamento de certos interesses portugueses e, principalmente, pelo (ii) processo de interiorização da metrópole no centro-sul do território da colônia. De fato, é possível dizer que o processo brasileiro de emancipação política já fora desencadeado em 1808, com a vinda da Corte real, e não com a consumação formal de separação política de Portugal em 1822.

Em suma: os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível – mas não enquanto causa adequada única – a transformação do Brasil de colônia para sua própria metrópole, não a partir de movimentos de liberação nacionalista ou burguês nos moldes europeus, mas para a continuidade da estrutura política, administrativa, econômica e social que vingara no decorrer de três séculos de existência da sociedade colonial. Com a vinda da corte em 1808 o Estado português se enraíza no Centro-Sul e dá início à interiorização da metrópole, processo este que só se consolidaria com a centralização política posterior (segunda metade do século). O Rio de Janeiro se tornara o epicentro de uma metrópole interiorizada, lançando os fundamentos do novo Império português da nova Corte, chamando a si o controle do restante do território, ainda em grande medida submetido a um tratamento colonial. A compreensão do nosso “processo moderado” de emancipação política – e da relativa continuidade das instituições na transição da Colônia para o Império –, explica a autora, virá à tona com estudos mais aprofundados dos mecanismos inerentes às classes dominantes no Brasil. A própria estrutura social, dividindo a minoria privilegiada do restante da população, servia para polarizar as forças políticas e manter unidos os interesses das classes nomeadas, sobretudo pelo “haitianismo” e sentimento de

insegurança social frente a possíveis insurreições²; são traços típicos da mentalidade da época e foram catalisadores na ideologia conservadora e contrarrevolucionária. Para Maria Odila Dias, é na interdependência de interesses (rurais dos grandes proprietários, administrativos da nova Corte e dos burocratas, comerciais da classe mercantil do litoral) que podemos tecer um quadro claro dos mecanismos de defesa e coesão do elitismo da sociedade do Brasil no período de transição ao Império.

O “período da independência” brasileira é registrado na pena da autora como profundamente complexo e contraditório. Segundo ela, o processo de interiorização da metrópole é a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira: precisamos sistematizar as peculiaridades da sociedade colonial para compreender precisamente como se deu o processo de independência. Ao invés de um nacionalismo revolucionário, a semente da integração nacional seria apregoada pela nova Corte de modo a prolongar e estender a administração e a estrutura social pré-existente, mantendo todo o edifício monárquico. Tudo isto só pôde ser forjado por um ato de vontade e acordo entre portugueses adventícios, a colaboração dos nativos e a pressão dos ingleses em virtude de seus interesses comerciais. O papel do “elitismo burocrático” e a participação dos ilustrados brasileiros na administração pública são, justamente, o que em grande parte demonstram e explicam a colaboração entre a nova Corte e as classes dominantes nativas, cuja fase máxima se dá com a vinda da Corte e a fundação do novo Império. Nesta tarefa se empenharam não apenas portugueses da Corte, mas também ilustrados brasileiros: esse engajamento na política de Estado portuguesa teve influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do Império, na arregimentação de forças políticas e na formação de um Estado capaz de se sobrepor aos interesses localistas, a ponto de os ilustrados brasileiros definirem seu nacionalismo como didático, integrador e progressista. Assim, a Ilustração no Brasil não pode ser identificada meramente com a luta da colônia contra a Metrópole, pensa a autora, tampouco com o anticolonialismo. Formava-se uma consciência nacional elitista e utilitária, fruto dessa gama de interesses.

Em *Aspectos da Ilustração no Brasil*, Maria Odila Dias se propõe a estudar as características do pensamento ilustrado brasileiro (herdeiro da cultura europeia dos

² Para um contraponto de produção historiográfica mais recente, ver os trabalhos de MARQUESE; PARON (2011) e REIS (2009).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

séculos anterior) e as primeiras tentativas da “primeira geração da Independência” a adaptar os traços desta mentalidade culta e elitizada às condições de seu meio. A ética das Luzes europeia de aspiração à felicidade na terra e à liberdade deu um vigoroso impulso ao estudo das ciências; inobstante o anti-intelectualismo de um Rousseau, não foi essa a posição que vingou entre os intelectuais do Brasil. Outros fatores sociais que derivam desde os tempos joaninos e pombalinos se somam a isto: uma política determinada de Estado e a identificação desses estudiosos brasileiros com os interesses materiais da elite rural brasileira, como provaram a existência de instituições como a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779) e a Sociedade Literária (1786-1794) criada para promover a felicidade pública por meio da agricultura e desenvolver ideias “científicas” ou de “ordem prática”. O grande traço de continuidade é a inclinação pragmática e o culto às ciências práticas e aos conhecimentos úteis, instrumentos, durante o século XIX, de forja de um novo nacionalismo didático. Analisemos uma das fontes da autora – um relato de memórias do jornal *O Patriota* (nov.-dez. de 1814) – que, a despeito de se referir à cultura dos letrados brasileiros, também representa de modo ímpar a tese da interiorização da metrópole:

E que quadro tão brilhante se apresenta agora à minha imaginação! **Eu** vejo reduzidos à sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens, que nos rodeiam, **tornados em cidadãos úteis e laboriosos**; vejo povoadas as margens de tantos rios navegáveis, girando por todas as partes as embarcações com as **produções do país** e, ao mesmo tempo empregadas as águas em mover pesadas máquinas, que poupem o trabalho dos homens, vejo **adiantadas Artes e as Ciências, promovendo a Indústria, animando o Comércio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades**; vejo marchar de um passo igual a Agricultura e a Mineração, cobertas de rebanhos as campinas; coroados de vinhas os oiteiros; crescerem as povoações; fundarem-se cidades. **É verdade que para isto é preciso tempo, são preciosos dispendiosos sacrifícios, mas nada é impossível**. Os grandes Reinos tiveram o seu princípio em pequenas sociedades; em dois homens principiou a população do universo...(DIAS, pp. 109-110, grifo nosso).

Esta fonte foi utilizada para demonstrar que intelectuais julgavam-se capazes de construir obras capazes de lançar luzes para o progresso material do Brasil, visto enquanto nação a ser forjada. Para além disso, contudo, a mesma fonte reforça aquilo que Maria Odila Dias enfatizou no texto que dá nome à coletânea: que somente

compreenderemos as peculiaridades de nossa Independência mediante um estudo também das expectativas e especificidades de nossa sociedade colonial-imperial; que encontramos em setores viventes do Brasil, atentos à situação local, projetos para a manutenção do poder por meios velhos (Colônia) e “novos”/moderados (Império). Como se percebe, identificamos também nesse passo as considerações feitas em *A Interiorização da Metrópole*: a principal assertiva é a de que as elites brasileiras, como elites pensantes, possuíam seus próprios projetos e interesses e que somente uma análise cuidadosa dessas mesmas elites poderia contribuir no estudo de nosso processo de Independência.

Em *Ideologia Liberal e construção do Estado* a autora analisa o papel ambíguo da ideologia liberal e dos ideais da Revolução Americana de 1776 na construção do Estado brasileiro. Nos Estados Unidos os ideais da Revolução constituíram uma ideologia modernizadora, representando os interesses capitalistas (*self government*) e visaram uma um pacto constitucional federativo, a racionalização do equilíbrio político, a consumação da integração do mercado e a garantia das bases necessárias ao capitalismo industrial. Para ela restam claras as diferenças com o Brasil: não assistimos a uma revolução empresarial, nem havia entre nós interesses capitalistas fortes o bastante nas classes dominantes para precipitar a integração do mercado nacional e as bases do capitalismo moderno. No Brasil o liberalismo não aparece como programa modernizador do conjunto das forças sociais (ainda que veiculado por uma elite): é tão somente a ideologia de uma minoria ilustrada, completamente desconectada da maioria da população do país, e ainda mais inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do Antigo Regime. O liberalismo brasileiro não é revolucionário; ele é reformista e moderado, sem comprometer a continuidade social e econômica da estrutura colonial brasileira. Por fim, não respondia a impulsos internos de mudança, e sim a forças externas de pressão (principalmente a Inglaterra) que queria integrar o Brasil no novo sistema internacional após as guerras napoleônicas, como Estado independente, mas subordinado no império informal do comércio livre do Império Britânico.

É claro que muitos homens da geração da Independência, desviantes dessa posição dominante, vislumbravam caminhos próximos àqueles dos EUA e anteviam um

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

futuro grandioso para o Brasil. Tencionavam o rompimento de laços com as tradições portuguesas coloniais, promover a imigração estrangeira, admitir a liberdade de religião, abraçar o cosmopolitismo, difundir o espírito cívico e a capacidade de associação política pelo país, extirpar o preconceito contra o trabalho manual, preparar o caminho para uma futura abolição do regime escravo e lutar contra o monopólio econômico das manufaturas inglesas e propiciar a industrialização, a autossuficiência econômica e o trabalho livre. Todavia, não foram os vitoriosos no jogo político. A consolidação do sistema político do Império se deu, sobretudo, sob os conservadores: foi pautada por um eleitorado controlado dos funcionários públicos; eleições violentas; câmaras unânimes; pactos dos líderes regionais com o governo central; empréstimo de forças oficiais às formas costumeiras de banditismo; e a violência pré-política.

Concluimos assim a breve análise, enfatizando o pressuposto teórico-metodológico da autora, diretriz de todos os textos e do uso das fontes: a compreensão da história política da Independência brasileira não prescinde de uma análise atenta da estrutura de nossa sociedade, desde o Antigo Regime colonial-tropical até o molde final dos grupos dominantes durante todo o século XIX.

Referências bibliográficas

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Cia de Bolso, 2007.

DIAS, M. O. L. S. Aspectos da Ilustração No Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 278, pp. 100-170, jan.-mar., 1968.

_____. A Interiorização da Metrópole. In: MOTA, C. G. (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

_____. A nossa independência e a deles. In: **O Estado de São Paulo**. Suplemento Literário, São Paulo, 05 jul., 1976.

_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

KÜHN, F. **Gente da fronteira: sociedade e poder no sul da América portuguesa, século XVIII**. Rio de Janeiro: UFF, Tese de doutorado em História, 2006.

MARQUESE, R. B.; PARRON. T. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. In: **Revista das Índias**, São Paulo, v. LXXI, n. 215, p. 19-52, 2011.

MAXWELL, K. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: **Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil: 1791-1850. In: GEGGUS, D. P.; FIERING, N. (editors). **The World of the Haitian Revolution**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

Realizada em São Paulo, em 18 de dezembro de 2014

Em uma agradável tarde, conversamos com José Jobson de Andrade Arruda, professor aposentado de História Moderna da USP, no jardim junto à Cátedra Jaime Cortesão. José Jobson expôs as motivações de seu ingresso na graduação em História e a experiência de ter sido estudante e docente durante a Ditadura Militar. Com grande propriedade, refletiu sobre sua filiação a uma Histórica estrutural e com inspiração marxista, em alta até meados da década de 1970, e sobre a transição de paradigmas historiográficos que então se operava, com a ascensão de objetos e problemas ligados ao âmbito da Cultura, do cotidiano e dos costumes.

Dono de consistentes oratória e argumentação, Jobson também discorreu sobre sua experiência como professor do Cursinho Objetivo, sobre a participação em programas educativos para televisão e sobre o livro didático “História Moderna e Contemporânea” pela editora Ática, o qual julga ser sua obra mais importante pela circulação junto a milhões de alunos, tendo marcado época. Ainda sobre esse tema, refletiu sobre a diferença de abordagens de seu livro, da década de 1970, e dos materiais didáticos dos dias de hoje.

Epígrafe_ A gente queria que o senhor começasse contando um pouco como e quando o senhor entrou no curso de História e que motivos o levaram a escolher esse curso. Nós ouvimos falar que, na época, o ingresso era bem mais complicado e difícil, havia provas orais, de latim, de francês. O senhor pode contar como foi essa escolha e o ingresso no curso?

José Jobson de Andrade Arruda_ Essa história começa com o fato de que eu sou um migrante, do sul de Minas para São Paulo. Minha família veio para São Paulo atraída pela legislação trabalhista instituída por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1943. Eu nasci

¹ Versão revista e alterada pelo entrevistado.

em 42. Em 1994 eles vieram. Como era muito pequeno fui deixado com os meus avôs na minha pequena cidade de Santa Rita de Cássia, no sul de Minas. Nesse contexto, é claro que as condições familiares tornaram-se fundamentais para que eu tivesse feito a opção por história, como eu vou explicar mais adiante.

Em primeiro lugar, meus pais se tornaram funcionários da fábrica de cigarros Souza Cruz, no Brás. Era a famosa multinacional *British American Tobacco Co.* Naquela época eu não tinha noção nenhuma de que meus pais viviam sob salário de uma empresa que era parte do imperialismo americano. Ironia da história só mais tarde percebida e analisada criticamente. Meus pais vieram para São Paulo e nós fomos, evidentemente, morar na periferia da grande cidade – hoje não é mais periferia da cidade, mas naquela época era longe –, uma localidade que fica entre o bairro da Penha e São Miguel Paulista. No meio daquele caminho era um vazio, terra de ninguém, só faltava haver índios. De fato, o lugar onde eu morava era um lugar deserto, não havia luz, não havia água encanada, não havia rede de esgoto, asfalto nem falar. No terreno que meus pais compraram e fizeram uma pequena casa foi onde morei durante anos, até atingir a maioridade.

Nos inícios dos anos 60 nos deslocamos desse local para um apartamento próximo da companhia de cigarros Souza Cruz, na Rua do Hipódromo, onde nós passamos a morar. Naquele momento, a questão que se colocava para alguém nessas condições era: “o que você vai ser quando crescer?”. Essa pergunta eu não sei se está muito na moda hoje, mas naquela época estava: alguém chegava na sua casa, um tio, um parente, um conhecido, e perguntava “o que você vai ser?”, para ver se a criança era inteligente e tinha algum tino para responder sobre as possibilidades que existiam na sua vida. A resposta clássica no nosso meio era vir a ser padre ou militar, opção melhor do que a simples profissionalização. Quando me perguntavam, eu respondia que queria ser militar, porque era a única coisa que se avizinhava como possível porque oferecia uma carreira, na qual você podia ingressar sem ter recursos, sendo ignorante de pai e mãe. Eu não era. Minha mãe era diferenciada, mas meu pai tinha uma formação rebaixada, não concluíra o primeiro grau. Mas minha mãe compensava. Escrevia muito bem, falava muito bem, tinha feito um bom colégio, pois a educação em Minas Gerais tradicionalmente foi uma educação considerada de alta qualidade. A ideia era alistar-me

como soldado raso na tropa. Entrar e fazer uma carreira militar começando de baixo e, depois, ir galgando os cargos que a hierarquia militar possibilitava. Esse era o horizonte de expectativa de um menino na periferia de São Paulo, em um bairro chamado Vila Brasil, a meio caminho entre o bairro da Penha e a longínqua São Miguel Paulista. Um pobre bairro operário encravado no meio do nada, onde a falta de luz obrigava ao uso de lampiões a querosene e, mais modernos, a gás, cuja manutenção a mim cabia.

Mas, como já disse, minha mãe era uma pessoa diferenciada. Apesar de trabalhar o dia inteiro, ela acompanhou todos os meus passos no primário realizado em escola pública. No colegial, como não havia vaga no famoso Colégio Estadual da Penha, muito concorrido, ela me pôs em uma escola paga, no colégio do Ateneu Ruy Barbosa. Era uma escola razoável, mas não como o estadual da Penha, um colégio de altíssimo nível. Então eu, que era filho de proletário, tive que cursar uma escola paga por minha mãe, coisa que, *mutatis mutandis*, acontece até hoje. Mas a minha mãe se esforçou para que eu tivesse algo a mais em matéria de educação, mesmo que isto significasse uma parte significativa do salário mínimo que recebiam, ela e meu pai. Sacrifício que faziam e que precisaria ser recompensado. Coisa que tinha em minha cabeça o tempo todo e que teria influência na minha futura escolha profissional. De fato, quando terminei o curso científico – naquela época você tinha a opção entre o clássico e o científico, clássico para as humanidades, científico para biológicas e exatas –, indicativo de que pretendia cursar uma faculdade nesta área, estava na hora da decisão, pois se aproximava também a obrigação de cumprir o serviço militar, pois estava completando 18 anos.

Qual foi a minha decisão? Foi a de me inscrever para prestar o serviço militar obrigatório, coisa que eu não precisava fazer: eu era filho único, era arrimo de família e o arrimo de família não precisa servir, pois se supõe que ele servirá aos pais em caso de necessidade. Esse era um direito que eu tinha e eu não fiz uso dele, porque eu queria servir. Eu sabia que se eu servisse e, em seguida, fizesse exames para ingressar na Academia Militar de Agulhas Negras, teria preferência por estar na tropa. Fui incorporado em 15 de maio de 1961.

Em outubro de 1960 Jânio Quadros fora eleito Presidente. Coisa excepcional a eleição do Jânio, fora de todas as regras e possibilidades, na contramão dos partidos,

uma eleição diferenciada, um sujeito complexo que acenava com uma possibilidade de renovação muito grande.

Nesse contexto fui servir no 2º Batalhão de Engenharia de Combate em Pindamonhangaba. Pensava que ficaria lá um tempo e aí haveria a seleção para Agulhas Negras e eu poderia passar. Então, em agosto daquele mesmo ano, veio a renúncia do Jânio e, com ela, um turbilhão. Tudo mudou, nós fomos envolvidos diretamente no conflito entre o 4º Exército que vinha do sul e a nossa unidade, que pertencia ao 2º Exército. Poderia ter havido um enfrentamento. Cheguei a ser mobilizado e ficar de prontidão para o combate contra as tropas que vinham do sul. Não chegamos a isso, evidentemente, mas a possibilidade havia.

Fui desmobilizado no ano seguinte, no dia 15 de maio de 1962, quando completei 10 meses de reservista. Quando eu entrei, a incorporação era por 8 meses, mas a gravidade da situação levou à ampliação do prazo. Quando voltei para casa, a idéia de fazer carreira militar havia desaparecido. Não gostei do relacionamento, do circunstanciamento, das coisas que fazia. Dos companheiros de farda, somente reencontrei um dos parceiros, Dorival Zapparoli.

Alguns ficaram no exército. Por seu empenho e interesse foram promovidos a cabo depois de terem cursado um programa interno de ensino e treinamento. E quem era promovido de soldado a cabo e não tinha outra opção na vida, ficava. Não me interessei por esta progressão interna porque almejava algo maior, a Academia Militar. Mas fui, digamos, um soldado diferenciado, porque quando cheguei lá eu possuía o terceiro científico completo, raridade entre os conscritos, na sua maior parte iletrados que tinham que cursar uma escolinha noturna de alfabetização. O empenho de minha mãe fazia toda diferença. Seu empenho em me dar formação tinham me levado a fazer Cultura Inglesa. Um curso pago que eu frequentava três vezes por semana, no centro da cidade, na Rua Barão de Itapetininga. Depois foi para a Avenida Higienópolis e, de lá, para Pinheiros. Eu era uma exceção na vila em que morava na Estrada de São Miguel, a Vila Brasil. Tinha secundário completo, *Lower Cambridge Certificate*, curso técnico de datilografia e taquigrafia, tudo isto por influência e empenho de minha mãe. Então quando fui para o Exército, me destacava por saber inglês, por isso tornei-me ajudante de ordens do comandante da minha companhia, o tenente Santos, que me elogiava e

me rebaixava. Dizia ele ao sargento mais próximo: “este é o Jobson, 221” - 221 era o meu número- “ele sabe inglês, mas ele também engraxa meu coturno”. Acho que por isso eu não quis ficar lá.

Ao retornar para casa minha mãe me disse: “Bom, temos que ver o que você vai fazer. Você precisa fazer faculdade”. Tínhamos que escolher uma profissão e uma escola. Fui com a minha mãe a um cursinho chamado André Dreyfus, que ficava na Liberdade. Era o cursinho para a área de ciências humanas mais famoso na cidade. A secretária que nos atendeu perguntou qual era o curso que eu queria fazer. Eu não tinha ideia nenhuma. Ela disse que eu poderia assistir a algumas aulas e ver qual era mais interessante, a que mais me atraía.

Eu fiz isso. Entrei numa sala onde a professora Ondina Maria Silvia dava uma aula de História. Assisti à aula e fiquei encantado. Eu tivera aulas de História no curso secundário, mas a Ondina era uma professora magnífica, magistral. Ela mobilizava a sala, agitava as pessoas, fazia crer que a História era a última dádiva da criação da humanidade feita por Deus. Eu saí de lá achando que poderia fazer o curso de história e voltei no dia seguinte convencido também por outras razões. A aula da Ondina, sim, me estimulou. Mas comecei a pensar quais eram as matérias em que tinha as notas mais altas no curso em todo o secundário. E descobri que tinha notas altíssimas em história; que tinha uma facilidade enorme em memorizar as coisas. Eu conseguia memorizar páginas inteiras lidas, incluindo notas de rodapé. Gostava de história porque tinha facilidade em aprender. Não gostava de matemática porque tinha muitas dificuldades. Mas também nunca representara uma atração especial para mim. Mas ficou claro que para ela eu tinha potencialidade, eu sabia. A isto se somava uma condição fundamental. Qual era, dentre as opções disponíveis, a que me permitiria mais rapidamente alcançar a profissionalização e ajudar meus pais?! Esta foi a condição chave que me direcionou para o campo da história. Afinal de contas, qual era a opção que me permitiria mais rapidamente ajudar minha mãe, que se levanta às quatro da manhã, tomava um trem na Central do Brasil na estação de Engenheiro Goulart, iniciar o trabalho às sete na Souza Cruz, na Rua do Hipódromo, saindo às quatro e retornando a casa entre às cinco e seis, fazer os serviços domésticos cotidianos e, no outro dia, levantar-se às quatro da manhã e reiniciar tudo de novo. Nas tarefas domésticas minha mãe recebia o auxílio

dedicado de meu pai, também funcionário da Souza Cruz. Era ele o cozinheiro da casa, pois trabalhava no período noturno na fábrica, um turno que começava às quatro e terminava às dez. Parte das tarefas, arrumar a casa, até mesmo lavar roupa, contava com minha colaboração, razão pela qual sei fazer tudo.

Foi por tudo isto que ao chegar ao curso André Dreyfus fiz uma pergunta estratégica. Dentre os cursos oferecidos qual tinha a concorrência mais baixa, ou seja, onde era mais rápido entrar. Eu sabia que em medicina não havia chance. De fato, a minha primeira opção, pois quando menino ao me perguntarem: “o que você quer ser quando crescer?”, a resposta pronta era: “médico”. O empecilho fundamental era de ordem econômica. Fazer medicina exigia frequentar um cursinho, no caso o Brigadeiro, o mais famoso, que custava os olhos da cara e estava fora das possibilidades de uma família operária. Não era como os cursinhos de hoje que oferecem bolsa aos alunos com maior potencialidade de passar nos vestibulares. As faculdades de medicina eram poucas. Em São Paulo a USP e a Santa Casa. Extremamente concorridos, os exames vestibulares eram pesados, sem provas objetivas, tipo teste, e sim provas escritas, que exigiam grande preparação, o que explica o grande número de candidatos que prestavam o exame anos a fio e não entravam. Engenharia era mais ou menos a mesma coisa. Portanto, medicina e engenharia estavam fora das possibilidades. A alternativa, então, tinha que ser o que fosse mais fácil. Quando a secretária me mostrou a relação entre número de inscritos e números de vagas disponíveis para o curso de história, 50 candidatos para 30 vagas no curso diurno, a decisão foi tomada.

Se eu me tornei um historiador diferenciado mais tarde e acho que, por certas evidências, eu me tornei, foi por mera casualidade. Foi o destino, foram as circunstâncias. Isso mostra que as circunstâncias têm o seu papel na história. As estruturas são fundamentais, mas as circunstâncias precisam ser levadas na devida consideração.

Epígrafe_ Em uma entrevista à Revista Hera, da Pós-Graduação de História Econômica do Rio de Janeiro, o senhor afirmou que o Sérgio Buarque de Holanda foi a grande exceção na escrita da História por transitar entre a ciência e a arte em seus

textos. Além dele, que outros professores foram uma referência para o senhor ao longo do curso?

José Jobson_ O Sérgio foi, realmente, referência para toda uma geração, e continua sendo uma referência hoje. Era um escritor fantástico, uma escrita maravilhosa, plástica, natural. Na verdade, o Sérgio não foi uma das minhas principais influências, apesar de reconhecer que ele de fato foi um historiador raro porque conseguia aliar ciência e arte, pesquisa densa e escrita com qualidade literária. Tive pouco contato com ele. O Sérgio me deu aula em um único semestre e logo em seguida ele se aposentou. Não ficou muito tempo na Universidade. Ele tem uma grande marca, mas no Departamento de História ficou pouco tempo. Chegou à USP já maduro, com grande prestígio intelectual depois de sua trajetória no Rio de Janeiro. Ele é muito mais carioca do que paulista. O Sérgio veio para o Museu Paulista e depois ingressou no Departamento de História. Como a lei que permitia a aposentadoria dos professores aos 25 anos foi alterada, passando para 30 anos, Sérgio que tinha tempo de aposentadoria antecipou sua saída, pressionado também pelo clima político pouco propício daquele momento para os intelectuais críticos como ele.

Foi uma pena. Uma perda para o Departamento de História, inclusive porque a cadeira do Sérgio naquela época não tinha ainda um professor com seu gabarito intelectual e em condições de assumir a Cátedra de História do Brasil. O catedrático era alguém que podia escolher seus assistentes entre os seus melhores alunos, oferecer-lhes um contrato de três anos e, depois, renová-lo ou não. Não havia concurso. Era pura confiança depositada pelo catedrático naquele seu aluno que ele apostava que seria capaz de fazer uma carreira acadêmica de qualidade na Universidade e pretendia que viesse, no longo prazo, a substituí-lo.

Tenho lido muito o Sérgio agora. Não li muito o Sérgio quando fui aluno na graduação, pois não era a época do Sérgio no que quis respeito à nossa formação, a formação desejada por aquela geração. Era o momento da história econômica e da história social; não era a época da história cultural. Sérgio fez uma história cultural que não recusava a história econômica. A economia era apreendida por via da pegada cultural, sem os excessos da conceitualização tão cara ao tempo, como se pode

depreender de textos clássicos como *Caminhos e Fronteiras*, que tenho revisitado com muito prazer.

A minha formação foi na cadeira de História Moderna e Contemporânea que tinha naquele momento dois professores fantásticos. O primeiro era o professor catedrático, Eduardo D'Oliveira França, o protótipo dos velhos catedráticos da Faculdade de Filosofia, figura equivalente à do Professor Sérgio Buarque de Holanda. Um grande professor, nada mais, nada menos, do que o sucessor do Fernand Braudel. Braudel foi o professor da Cadeira de História da Civilização quando da fundação da Faculdade, na Secção de História que, ao retornar para a França, foi sucedido pelo Professor França, originalmente assistente do Professor Eurípedes Simões de Paula na Cadeira de História Antiga e Medieval. Substituir Fernand Braudel não é pouca coisa.

O Professor Eduardo D'Oliveira França era nosso catedrático e grande inspiração. Mas não era o homem da história econômica, meu objetivo naquele momento. Seu campo preferencial era a história cultural de inspiração *huizinguiana*, travejada pela história de inspiração francesa, sobretudo em Lucien Febvre, muito mais do que em Braudel, que fora seu professor. França não era um homem da história econômica, ele era um homem da história cultural. Foi outro que fez, sem rótulos, uma magnífica história cultural e, por via dela, uma excelente história econômica como se vê em seu texto sobre os cristãos novos e os engenhos no nordeste brasileiro, produzido por alguém que se dizia adepto da história das idéias e das mentalidades.

O Professor França foi o meu orientador de tese, uma tese para a qual ele não tinha paladar. Minha tese era de história econômica quantitativa e para o Professor França esta modalidade de história não tinha muito sabor. Disse-me diretamente que não tinha muita empatia com história econômica, mas que orientaria por ser o catedrático e, nesta condição, ser o orientador obrigatório, mas que eu deveria me valer de outros colegas professores, sobretudo dos mais velhos, indicação que, no caso, apontava para Fernando Novais, o mais brilhante entre seus assistentes.

Fernando Novais foi, de fato, a grande inspiração como professor e pesquisador. Foi a figura fundamental na minha formação. Eu me formei lendo os textos do Fernando, assistindo a suas aulas. Durante muito tempo eu não consegui fazer mais nada além de reproduzir o que o Fernando dizia ou escrevia. Mais tarde, mais

recentemente, consegui me distanciar um pouco da sua arquitetura interpretativa poderosa e começar a navegar um pouco por águas próprias. Começar a pensar, dizer e escrever coisas que, apesar de fundamentadas no que o Fernando havia arquitetado, apresentavam uma reorientação de rumo, um redimensionamento de certas análises, o que necessariamente levava a interpretações que não eram exatamente iguais às dele. No fundo, um desdobramento de suas posições, não uma recusa de sua interpretação sobre o sistema colonial. Pretende ser um passo além. Afinal, o bom discípulo não é aquele que consegue ultrapassar o seu mestre? O que não se pode fazer é a recusa peremptória daqueles sobre cujos ombros nos apoiamos.

Epígrafe_ O senhor colocou o peso que o professor pode ter na formação de um aluno de graduação e na pós. E como avalia o peso que o senhor mesmo teve com algum estudante?

José Jobson_ Um bom exemplo de influência exercida sobre aluno de graduação foi a minha longa convivência com a Professora Vera Lucia Amaral Ferlini. Vera fez o curso de História quando já era professora do ensino de segundo grau num excelente colégio paulistano, um colégio de referência. Era casada, tinha filhos e, por isso mesmo grande maturidade para aproveitar ao máximo o que a vida acadêmica poderia oferecer. Destacou-se sobremodo em todas as disciplinas que cursou como aluna e poderia, portanto, escolher qualquer uma das cadeiras que desejasse para fazer sua própria carreira universitária. Por ter se destacado nos seminários feitos comigo na Cadeira de História Moderna, acabou sendo uma das minhas primeiras orientandas por sua capacidade de pesquisadora, tendo feito mestrado e doutorado na área da história econômica, com especial atenção para a história quantitativa. Igualmente, por sua qualidade como professora, levei-a para dar aulas no Curso Objetivo, do qual era o Coordenador de História. Acho que este é um exemplo exitoso de influência positiva exercida por um professor sobre seus alunos de graduação.

De uma forma indireta influenciei um grande número de historiadores, isto porque meus livros didáticos tiveram um grande número de leitores. De certa forma houve uma época em que todos os professores de história utilizavam meus livros editados pela Editora Ática. Muitos deles, já professores de Universidade Federais,

vieram fazer suas teses comigo influenciados pelas idéias contidas nos livros didáticos. Isto explica o grande número de orientandos, quase uma centena, que fazem de mim um dos orientadores com maior produção de quadros na área de história.

Minha atuação nos órgãos de representação acadêmica, CAPES, CNPq e FAPESP, também tiveram um certo significado na constituição deste grande número de orientandos e na própria expansão da Pós Graduação, na USP e no país. Em um determinado momento, discutia-se quantos orientandos um orientador poderia ter. O número fixado era cinco. Batalhei nos órgãos em que participava para que o número fosse elevado para dez. Isto porque eu tinha o olhar posto nos professores das universidades federais que necessitavam aprimorar sua formação, pois em sua grande maioria não tinham mestrado ou doutoramento, mas o acesso estava bloqueado pelo pequeno número de vagas. Abrir a USP para esta demanda represada em escala nacional seria também uma oportunidade para que o padrão USP pudesse ser replicado nas várias unidades da federação, ao mesmo tempo em que, evidentemente, se manteria a hegemonia intelectual e científica da Universidade em escala nacional. Hegemonia que o tempo, como era de se esperar, se incumbiu de fraturar, porque os núcleos formados a partir da USP alcançaram níveis elevados de qualidade e passaram a concorrer com sua própria mãe formadora. É o movimento inexorável da história.

Até os anos 70, quem pretendesse fazer doutoramento tinha que vir ao Departamento de História da USP. Historiadores que são hoje referências na comunidade foram alunos do Programa de Pós, de História Social ou Econômica, a exemplo de Francisco Calazans Falcon e dezenas de outros. O segundo curso a oferecer uma opção do mesmo gênero foi o curso de História da Universidade Federal do Paraná. Afora estas duas opções, só restava o exterior, tinha que ir para Paris. Como as opções eram poucas internamente e ir a Paris era para privilegiados, pode-se imaginar a importância de expandir o número de vagas disponíveis na USP. Hoje, a pós-graduação está disseminada pelo país, há praticamente em todos os Estados da federação. Minha experiência particular é uma prova disto. Tenho doutores espalhados país afora. Em alguns lugares forma um enclave. Na Paraíba tenho 13 doutores, um deles em posição de chefia do Departamento e outros em postos importantes da Universidade. Esta empreitada democratizante, da qual muito me orgulho, teve também alguns efeitos

deletérios. Muitos de nossos ex-doutorandos, quando em posições chave nos comitês de avaliação, têm um olhar severo para o julgamento dos programas da casa de onde vieram.

Penso ter exercido influência benéfica para meus alunos de graduação no curso de História da USP. Tenho certeza de tê-la exercido sobre os milhares de alunos que tive nos cursos preparatórios para a Universidade. Fui professor do Curso Objetivo por décadas onde tive mais de 1 milhão de alunos. Tinha 80 turmas, nas quais dava aulas semana sim semana não, num total de 40 aulas por semana em salas com mais de 400 alunos, perfazendo um total de 30 a 40 mil alunos por ano, e isto por décadas. Havia turmas ainda maiores, como em Ribeirão Preto, onde as aulas eram dadas num colégio católico que tinha um cinema, o São José, onde cabiam 600 alunos. Minhas aulas eram muito concorridas e vários alunos assistiam à mesma aula mais de uma vez, às vezes até três no mesmo dia, deslocando-se de uma sala para outra à medida que eu me deslocava de sala para sala. A avaliação das aulas feitas por uma consulta mensal junto aos alunos, o famoso IBOPE, segundo a qual estive sempre nos primeiros lugares e, na maioria das vezes, em primeiro lugar, é a prova de que as aulas prendiam a atenção absoluta da classe, por serem compreensíveis, por demonstrarem haver um sentido na história e não apenas um amontoado de fatos para serem decorados. O desempenho dos professores, avaliado pelo IBOPE, era premiado com remuneração diferenciada, uma espécie de ganho por produtividade.

Se havia inúmeros professores excepcionais, havia também alunos considerados superdotados. O aluno superdotado era o sujeito que entrava na Faculdade de Medicina da USP, na Santa Casa, em Ribeirão Preto, na Unicamp, em primeiro lugar. Esse era o craque, o gênio. Essas pessoas poderiam receber apoio financeiro, os livros a serem utilizados no curso, outras formas de incentivo e premiação, mas se tornavam também objetos de propaganda viva para a própria instituição. Estes alunos excepcionais adoravam as aulas de história e muitos deles reorientaram suas opções rumo às humanidades.

Um caso extremo foi o de um aluno emblemático na história do Objetivo, apelidado Ameba pelo Di Genio, dono do Objetivo. O Ameba foi um caso desses: ficou

em primeiro lugar em várias faculdades de medicina. Mas quando começou a cursar as disciplinas da escola de medicina da USP, seu interesse começou a mudar.

A cabeça dele era grande demais para aquelas coisas técnicas que era obrigado a fazer. Não se dava muito bem com as coisas da cirurgia, de ter que dissecar cadáveres e coisas desse tipo. Qual era o seu refúgio? Fazer cursos optativos ou como ouvinte na área das Humanidades. Veio assistir meus seminários de história moderna. Frequentou vários outros cursos na área das humanidades. Não preciso dizer para vocês que, apesar de formado médico, a prática médica propriamente dita jamais foi o centro de seus interesses, o que não impediu de fazer uma brilhante carreira internacional. Casos como este foram muitos aqueles que descobriram as humanidades a partir das aulas de história. Isto mostra o quanto um bom professor é capaz de mobilizar os seus alunos, de despertar suas vocações, porque são espelhos do que gostariam de vir a ser. Inspiração que eu mesmo tive assistindo com deleite às aulas da professora Ondina, fundamentais para que eu descobrisse a minha real vocação.

Epígrafe_ No ano passado a gente lembrou os 50 anos do golpe militar e o senhor atravessou esse período durante os primeiros anos de sua graduação. Antes do golpe, quais eram os espaços de convívio e interação política dentro da FFLCH? Havia um projeto semelhante a uma revista estudantil como a Epígrafe?

José Jobson_ Em 62 saí do Exército, fiz o cursinho, prestei o vestibular e entrei no curso de História, iniciado em março de 1963 e terminado dezembro de 1966. Pode-se imaginar que eram tempos agitados. Estava no segundo ano quando ocorreu o golpe militar que instaurou o regime de exceção no país, a ditadura militar, que duraria 21 anos. Pode-se imaginar o ambiente crispado que vivenciávamos nos corredores da Faculdade e, de modo muito especial, nos corredores do prédio da História. Este ambiente deu margem a numerosas formas de manifestação política que, de alguma forma, transparecem nas revistas produzidas pelos alunos, a exemplo da revista do Centro Acadêmico da História. Mas nada que se assemelhe ao projeto atual da Epígrafe, voltado exclusivamente para a experiência da graduação e que podem ser dinamizadas pelas formas modernas de comunicação, as edições digitais. Não tive uma interação muito estreita com a revista, apesar de ter pertencido ao corpo diretivo do centrinho,

ocupava-me, sobretudo, com as atividades sociais do grupo, como fiz nos últimos anos atuando junto ao Departamento Esportivo do Grêmio da Faculdade, a Atlética. Nossa turma, preponderantemente composta por mulheres, tinha uma convivência muito próxima, mas não era muito politizada. Éramos 22 ou 23 alunos efetivamente freqüentando o curso, apesar de terem ingressado 30. O curso era muito difícil e selecionava muito. A reprovação nas matérias mais difíceis era uma regra, não exceção. Depois de formados, nossa turma de 1966, reunia-se todo final de ano para celebrar, número de presenças sempre decrescente por motivos vários, espírito de agrupamento que se preserva na mente dos sobreviventes, tanto que minha querida amiga Ana Maria de Almeida Camargo, em evento recente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, lembrou-me que no ano próximo teremos que celebrar de qualquer forma, pois comemora-se meio século de nossa formatura, só espero que não sejamos apenas dois os convivas.

Epígrafe_ Para o senhor, como foi a vivência dos espaços que existiam no seu período de graduação? Sabemos que tinha o grêmio da FFCL, que era bastante cotado como instituição de pensamento aberto. Como foi essa vivência do golpe em 64, 65 e 66 com o recrudescimento?

José Jobson_ O grêmio exercia uma liderança efetiva entre os estudantes, sobretudo entre aqueles instalados na Maria Antônia, pois a agitação era permanente e as assembleias se sucediam num torvelinho. Nós, da História e da Geografia, só entrávamos neste clima em situações especiais, caso de assembleias magnas, por exemplo. No mais, ficávamos um tanto isolados, pois já ocupávamos o prédio atual, que havia sido recentemente inaugurado, pois fomos uma das primeiras turmas a habitar o espaço da cidade universitária. De qualquer forma, definido pela repressão como espaço de resistência, a sensação vivenciada pelos alunos da área de humanidades na Cidade Universitária era de medo, a certeza de estarmos sob constante vigilância, isto porque sabíamos que havia agentes da repressão infiltrados entre nós, passando-se por alunos.

Epígrafe_ De que maneira houve o cerceamento da liberdade de expressão e a mudança no espaço de convivência na Universidade de 1963 para 1964, 65. Houve colegas perseguidos?

José Jobson_ Após 64 instalou-se o terror no Departamento de História. Primeiro porque vários professores começaram a ser ameaçados e sabiam ter sua cabeça a prêmio. Antes de haver a cassação formal, a pressão se disseminava de forma nem sempre velada. Era alguém que chegava e te alertava: “olha, você está numa lista de pessoas que serão convidadas a depor pelo DOPS”. Acho que dá para imaginar o pavor que esta confiança malévola suscitava entre as pessoas. Mas, como já disse, eu tinha que tocar a minha vida, seguir o meu objetivo, isto é, estudar, trabalhar e ajudar meus pais. Por esta razão, ainda aluno do segundo ano, já comecei a dar aulas, cujos efeitos foram bons e maus. Bom porque produzia algum recurso financeiro e me ensinava a falar, a ser um profissional. Mau porque a preparação das aulas e o próprio tempo destinado a elas retirava disponibilidade para o estudo, para a adequada preparação dos seminários e, sobretudo, para a pesquisa quando a oportunidade se apresentasse.

Desde o segundo ano eu já era, ao mesmo tempo, aluno e professor. Comecei dando aula num curso chamado Técnico, na Rua da Consolação. Depois fui dar aula de história no cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia, um cursinho consolidado que contava com excelentes professores ainda alunos e um grande número alunos que se preparavam para o vestibular. Grêmio então presidido pelo Fuad, cuja meta era utilizar os recursos do cursinho que pertenciam ao Grêmio para alimentar as ações políticas contra a ditadura militar.

Eu tinha ligações com o Grêmio por duas vias, por ser professor do cursinho e por ser presidente da Atlética, um setor da agremiação menos politizado. Não que isso significasse distanciamento da política estudantil, porque você não ficava distante de maneira nenhuma, a política estava em todo lugar, estava no ar. Estava profundamente arraigada no próprio Grêmio, onde se digladiavam tendências políticas conflitantes. O grupo mais radical defendia a mobilização dos recursos financeiros do Cursinho do Grêmio para alavancar a resistência ao regime, por via armada, se fosse necessário. Os contrários argumentavam que esta iniciativa poderia comprometer a própria sobrevivência do cursinho, que passaria a ser alvo preferido da repressão e que,

portanto, deveria se proteger e, ao mesmo tempo, continuar a contribuir para as ações políticas de forma indireta.

A repressão tinha conhecimento destas divergências e, frequentemente, de forma pouco discreta, farejava o ambiente da escola a procura de indícios de contravenção. Certo dia, em meio a uma aula sobre a Baixa Idade Média numa sala do prédio da rua Albuquerque Lins, um policial que mal disfarçava a arma no coldre, atravessou a sala em direção aos fundos do prédio onde, num espaço pequeno que servia de laboratório, passou a procurar armas e explosivos, deixando os alunos e o próprio professor em estado de suspensão, tudo isto porque havia suspeitas de que o cursinho financiasse a luta armada. O agravamento das tensões levou o grupo mais radical a tentar um golpe de força e tomar o cursinho do grêmio pela força, invadindo e ocupando dois de seus prédios, da Albuquerque Lins e da Martinico Prado, mas não conseguiram tomar o prédio da rua Martim Francisco recentemente alugado, local onde os contrários resistiram com professores, funcionários e alunos, mantendo-se em vigília, e de onde nos retiramos quando um acordo foi feito entre as partes, que permitiu o pagamento de metade do salário dos professores que, comprometidos com os alunos, continuaram a dar suas aulas para terminar o programa do vestibular nas salas cedidas pelo Colégio Renascença, no Bom Retiro. Isto até nos instalarmos no prédio da rua Imaculada Conceição, pertencente à PUC, Equipe Vestibulares. Eram 77 professores, todos considerados sócios que participavam com seu capital/trabalho, liderados por Jocimar Archangelo, ex-diretor do Cursinho do Grêmio, Rubens, Itchiro e Samuel Iavelberg.

Naquela época eu comecei a namorar uma menina muito bonita que conheci numa unidade que fora aberta na Liberdade, especialmente destinada aos vestibulares na área do direito. Na minha visão, ela era a moça mais bonita de toda a escola, e não era o único a pensar assim. E era extremamente politizada, certamente muito mais do que eu. Era simpatizante da POLOP, um dos partidos mais radicais da época. Não perdia passeata, as nossas manifestações de hoje. Tinha muito medo do que poderia acontecer, pois a reação da polícia montada, da cavalaria, era violenta, poderia ser atropelada por um animal ou ser ferida por um golpe de espada. Mas não adiantava, ia assim mesmo, capa preta comprida, bota de couro até os joelhos, cabelos louros esvoaçantes, parecia uma guerrilheira do asfalto. Acho que vocês sabem quem é: nossa

pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Arminda do Nascimento Arruda, isto para se ver que, mesmo em anos de chumbo, o sol pode brilhar.

Epígrafe_ No espaço da graduação o senhor já mencionou a preocupação em contribuir com a vida familiar. A opção pela pesquisa, após a docência em cursinhos, especificamente em história econômica, teve alguma relação com isso?

José Jobson_ Aí teve influência do tempo da história. Aquele tempo era o tempo da história econômica, a hegemonização capitalista conferia ao econômico a dimensão de totalidade, que o modelo braudeliano de interpretação se incumbiu de legitimar através dos Annales. A supremacia do econômico se consolida nos esforços de guerra, de construção da máquina de destruição e, na sequência, após o rescaldo do conflito, nos esforços de reconstrução, fazendo com que o capitalismo seja energizado nos dois tempos, da guerra e da paz. Em 35 anos, você tem dois grandes conflitos com um pequeno período de paz no meio. Não foi somente a destruição material, foi a destruição de recursos humanos produzidos pela perda de 100 milhões de habitantes, uma devastação na força de trabalho que precisava ser urgentemente reconstituída, promovendo um surto demográfico e, por desdobramento, econômico. A problemática do desenvolvimento estava na ordem do dia. Como promover a sua realização? Pela via do mercado ou da planificação. Se a problemática era de tal ordem, como pensar na cultura, na história cultural, na arte, na literatura? Havia coisas mais urgentes e necessárias para se pensar.

Se você não leva em consideração essas questões que são fundamentais naquele momento, você não pode entender a história corrente e, sobretudo, não é capaz de entender a história que os historiadores que viveram aquele tempo produziram. Veja o exemplo de Fernand Braudel. Decidiu-se pelo estudo do Império Espanhol, proposta que no início se resumia a uma biografia de Felipe II nos termos da orientação de Lucien Febvre. Ocorre que Braudel viveu na época dos grandes impérios, das unicidades racionais, das grandes totalidades: nazismo, fascismo, stalinismo. Ao voltar-se para o passado, elege como objeto de estudo uma imensa totalidade, a totalidade do Império espanhol, projetando sobre ele a racionalidade característica dos Impérios de sua própria contemporaneidade, dominada no plano econômico pelo capitalismo e, no

plano político, pelas arquiteturas imperiais. É a história vivenciada pelo historiador, a temporalidade que o produz, que o leva a produzir uma representação do passado ritmada pela experiência do tempo presente, um passado arrastado pelo presente, única forma de torná-lo palatável e inteligível aos homens do presente. Afinal, os historiadores não escrevem para serem lidos pelos homens do passado.

Epígrafe_ O senhor não acha que essa perspectiva estrutural está voltando um pouco, com a emergência da História Global que tem força nos EUA e está chegando ao Brasil?

José Jobson_ Responder a esta pergunta exige um retorno ao passado. O momento privilegiado da história estrutural foram os anos 50, cujo livro emblemático é o *Mediterrâneo* de Braudel publicado em 49. Nos anos 70, *Montaillou* de Ladurie produziu um corte em relação ao modelo braudeliano de fundamentação econômica e instaurou o momento da história da cultura, o que passou a denominar-se Nova História. Desse marco em diante temos a hegemonização da história cultural, que abre uma enorme brecha para a introjeção dos antropólogos nos domínios da história. O que faz dos anos 80 e 90 o apogeu da história cultural, movimento que encontra correspondência no giro cultural, no *cultural turn* dos anos 80. A frase “a cultura está em todo lugar” tornou-se um axioma. Talvez não porque ela seja o centro do mundo, mas porque está em todo lugar. Mas não se pode esquecer que não há cultura sem base social, ações humanas, ações sociais, são fundamentais na elaboração simbólica da sociedade, da mesma forma que os símbolos culturais têm impacto sobre a vivência social e, portanto, sobre a produção da história humana objetiva que se constitui na matéria prima indelével da produção intelectual, da história realizada pelos historiadores, ou seja, a história da história comumente denominada por historiografia.

Acontece que um arquétipo interpretativo não dura para sempre, pois ele é temporalmente condicionado. Pode durar uma geração e, a partir daí, o desgaste, a desconstrução é inexorável, movimento que se dá no mesmo ritmo da construção de um novo paradigma que, por sua vez, é comandado pelo próprio movimento da história. A história estrutural corresponde a um momento de unicidades racionais imperantes na arquitetura dos impérios, rompida pela descolonização que a dezenas de

nações novas, cada uma com direito a erigir a sua própria história, o direito de vez e voz às pequenas racionalidades e, por desdobramento, ao esmigalhamento da grande história, como teorizou François Dosse.

Mas a história cultural identificada à nova história não vai durar para sempre. Está fadada a ser também parte da própria história da historiografia. Um momento específico da prevalência de um determinado tipo de interpretação da história pelos historiadores. Um outro paradigma se porá em seu lugar, o que é extremamente salutar para o bem da própria história como ciência do homem e do tempo. Do contrário, se você crê na possibilidade de que uma interpretação da história, por mais consistente que seja, será eterna, que a batalha entre as diversas perspectivas de interpretação histórica terminou, que a guerra entre os historiadores na interpretação do que consideram sua verdade terminou, significa que o fim da história chegou, que não há mais nada a fazer. De fato, *la guerre et finit? É tautológico que não!* Da história econômica à história cultural, da história total à história fragmentada: qual será a próxima modalidade do fazer histórico?

Só a temporalidade futura dirá. Mas se for possível cogitar sobre algumas possibilidades perceptíveis na experiência adquirida e numa certa perspectiva de futuro, pode-se argumentar que a fragmentação excessiva dos objetos da história conduz à indispensável necessidade de agregação dos fragmentos para que possa produzir um sentido de compreensão, uma compreensividade mínima. Os indivíduos somente se tornam sujeitos históricos se forem socialmente referidos, se compuserem uma figuração histórica, nos termos de Norbert Elias. A biografia de um indivíduo tem que ser uma biografia social, senão não faz sentido, será apenas um artefato literário, esteticamente bem elaborado, mas não história. O excesso de fragmentos com alta dosagem de empiricidade cria uma massa inesgotável de materiais que se esgotam em si mesmos, mas que, se forem reunidos numa cadeia relacional, poderão produzir sínteses interpretativas de grande fôlego. Esta cadeia relacional constitui uma estrutura, condição indescartável para que se produza um conhecimento histórico consistente, a consistência possível que se pode alcançar num determinado momento que será, certamente, temporalmente circunscrito, portanto, passado.

Epígrafe_ Como foi nas décadas subsequentes, em que se deu essa alteração de paradigma historiográfico, com o senhor mantendo o legado de pesquisa econômica, quantitativa? Como se deu a sua relação com a sua pesquisa e essas novas tendências? Como o senhor reagiu a elas: as incorporou, fez críticas?

José Jobson_ Minha primeira reação aos paradigmas culturalistas foi de absoluta negação. Li os textos buscando as brechas na metodologia, nos procedimentos interpretativos, no inventário dos objetos considerados dignos de investimento. Crítica cerrada que se fazia a partir dos meus próprios paradigmas. Só que, para realizar esta tarefa eu teria que ler os textos que fundamentavam aquelas proposições. Era preciso saber como estavam escrevendo história e sobre o que escreviam, razão pela qual passei a ler os grande antropólogos e historiadores aderidos ao método da nova história cultural e descobri que havia coisas de enorme valia no que diz respeito à construção do conhecimento histórico que eu, tranquilamente, poderia incorporar nas minhas pesquisas sem abrir mão dos meus posicionamentos teóricos ou da centralidade na temática da história econômica e social.

Levei este esforço de reflexão, e porque não dizer de atualização, para a sala de aula junto aos meus alunos do Instituto de Economia da UNICAMP, onde permaneci por doze anos depois de aposentar-me na USP. Um curso de história ministrado num curso de economia, mas constituído por alunos excelentes porque coletados nos vestibulares realizados pela UNICAMP em todo o país. Alunos que eu precisava ganhar para a história, o que me obrigava a abrir o ano letivo com uma aula metodológica, na qual explicava a diferença entre a história que transcorre, a história que os historiadores constroem, e a interpretação sobre os motivos que levaram os historiadores a construir uma dada história e não outra, ou seja, a análise historiográfica, historiografia entendida assim como a consciência crítica da história. A repetição do curso por anos, e da aula metodológica introdutória, acabaram na produção de um texto intitulado *Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica*, publicada pela Revista Economia e Sociedade, do Instituto de Economia, texto reelaborado para publicação no meu livro que acaba de sair, *Historiografia: Teoria e Prática*.

Para tornar a problemática complexa acessível para os alunos, usei e abusei dos recursos didáticos que possuía, fruto da larga experiência adquirida nas aulas ministradas no Curso Objetivo: frases diretas, dicção clara, modulação de graves e agudos, atenção absoluta ao olhar dos alunos, janelas através das quais intuía o grau de assimilação que me permitia inferir se as ideias veiculadas estavam entrando ou não, tudo isto numa forma coloquial. Daí ter composto um quadro comparativo de referências para explicar a diferença entre velha e nova história: de um lado análise, do outro, narração, e assim por diante, caminho através do qual conceitos complexos iam desfilando num mosaico de contraposições, por isso denominados pares de oposição dialogais. *Dialogais* era a chave, porque apontava no sentido do que eu, de fato, pretendia, não a de compor trincheiras cavadas para uma batalha em favor da velha história contra a nova história, mas de referências para discutir a possibilidade de um entrelaçamento em favor da história, de modo sempre coloquial: olha, aqui tem uma velha história e os conceitos fundamentais são: análise, reflexão, estrutura, síntese, interpretação, ideologia, etc. Agora vamos para o outro lado, você tem uma nova história, para a qual importa mais: a descrição, a narração, os imaginários, as representações, as simbologias, etc. Compunha um jogo de espelhos, no qual ao invés de pares de oposição, os conceitos aparentemente contrapostos poderiam funcionar como pares dialogais

Foi trilhando este caminho, através de experimentos trabalhados em sala de aula, que cheguei aonde cheguei. E aonde cheguei? Num texto que acabei de escrever, intitulado *Por uma história econômica renovada*. Um artigo escrito para a Revista Tempo, do Departamento de História da UFF que logo estará disponível no Scielo, uma espécie de manifesto meu para aquilo que eu acho que deva ser uma história econômica mais de perfil moderno, atual, uma história econômica que não recusa a história cultural, uma história cultural que não recusa a história econômica, porque produção e consumo envolvem não somente a produção material, mas também a produção do simbólico, e o simbólico tornou-se essencial na compreensão do mundo globalizado.

O problema é saber quem determina quem, Marx diz que ainda é a materialidade, é a razão material produzida pela necessidade que determina o consumo. Sahlins diz que não, que a cultura é fundamental, a rede de significados que compõe a

mentalidades dos indivíduos. Por isso, enquanto para Marx o fundamental no capitalismo são as fábricas, as grandes plantas industriais, para Sahlins o fundamental do processo de reprodução é o *shopping center*, por ser a catedral da simbolização do consumo que constitui as hierarquias sociais. Quando estudei a Revolução Industrial como aluno e, mais tarde, ensinei aos meus alunos como professor, não havia qualquer dúvida em minha mente: “é a fábrica, o sistema fabril que produz e estimula as pessoas a consumirem”, após o que o processo se reinicia, evidenciando-se que é a produção que determina o consumo. Se esta concepção é válida para os momentos iniciais da sociedade industrial, o mesmo não pode ser afirmado com segurança ao analisarmos a dinâmica do capitalismo moderno, quando, evidentemente, o consumo passa a jogar um papel importante e, às vezes, até mesmo decisivo. Isto explica, por exemplo, o papel fundamental desempenhado pela publicidade na dinâmica do capitalismo, especialmente nos momentos de crise, quando a publicidade torna-se uma ferramenta nada desprezível para que a crise seja superada, ou moderada. Para ficar em casa, cito Maria Arminda, a minha esposa, cuja primeira tese, denominada “A Embalagem do Sistema”, analisa exatamente esta problemática. Essas análises que eu estou fazendo agora dinamizam, porque essa coisa de dizer que o econômico determina o cultural é um absurdo, porque não é assim, há muitas coisas que são aparentemente do universo do econômico, mas que são no fundo essencialmente culturais. E também não se pode dizer que é a cultura que determina o material, porque essas coisas têm que ser contextualizadas historicamente.

Epígrafe_ Como o senhor vê a produção dos livros didáticos atualmente?

José Jobson_ Os livros didáticos também expressam as tendências da produção histórica, mas sempre com uma defasagem considerável, ou seja, os livros didáticos são atrasados em relação à produção histórica de vanguarda. Por quê? Porque os livros didáticos tendem a ser conservadores, porque visam os vestibulares massivos, e as questões propostas devem evitar o máximo possível diferenças de interpretação, as polêmicas, porque perdem a capacidade de avaliação de um conteúdo que se destina a uma multidão. Tudo aquilo que é muito novo, produto da pesquisa avançada, não pode ser incorporado senão não servirá de base para os mesmos vestibulares, não será

indicado como referência válida para os exames e, portanto, não será vendido, uma mercadoria sem mercado. Os vestibulares exigem que as questões formuladas para os vestibulares estejam alinhadas com o padrão de conhecimento médio existentes no país, cujo termômetro são os próprios livros didáticos. Então, se você escrever um livro didático que avance muito em suas interpretações, porque você tem certeza, porque você fez uma pesquisa sobre aquele tema, defendeu uma tese, ou conhece alguém que fez uma pesquisa, o texto não será validado como referência para os vestibulandos. Isso faz com que a história que está nos livros didáticos esteja sempre atrasada em relação à pesquisa. Em compensação, dependendo dos comitês decisórios compostos por professores, os grandes modelos interpretativos podem ser gradualmente incorporados, caso da história econômica nos anos 70, e da história cultural atualmente.

Publico livros didáticos desde 1974, livros originalmente publicados pela Editora Ática, agora pertencente a um conglomerado editorial. Quando o texto saiu foi uma explosão de aceitação e, obviamente, de venda, centenas de milhares de exemplares. O país inteiro consumia meu livro intitulado *História Moderna e Contemporânea*. Um livro de fundamentação marxista, com larga ênfase nas temáticas econômicas e escassa presença da história cultural, como se vê, compassado com as tendências interpretativas dominantes naquele momento. O meu livro de *História Antiga e Medieval*, publicado em 1976, abria com questões metodológicas, trabalhando conceitos fundamentais para a história, dentre os quais o conceito de “modo de produção”, “mais-valia”, etc. Um perigo na conjuntura pela qual passávamos, no pós-64. Texto que não passou despercebido aos críticos do Estadão, que o acusaram de ser uma cartilha de marxismo. Nesse sentido, era um livro que analisava a história numa perspectiva estrutural, que buscava a relação entre partes e todo, que buscava um sentido nas matérias que analisava, que privilegiava o econômico em detrimento do cultural, certamente uma perspectiva do tempo que foi gradativamente nuançada nas várias edições que se sucederam – mais de 30 – com numerosas tiragens no *Moderna e Contemporânea*, pelo menos 18 no *Antiga e Medieval*.

Era “quanto tempo leva isso para se encaixar”? Leva tempo.

A atualização dos livros didáticos é demorada. Os meus livros didáticos preferidos acabaram por ficar fora do tempo. Revendo as coisas que escrevi considero que a

minha obra mais importante não são as teses, lidas por poucas pessoas. Meu grande livro é *História Moderna e Contemporânea* que vendeu milhões de exemplares, foi amplamente reutilizado por pais, filhos e netos, influenciando gerações. Mas o tempo passou, a vendagem caiu, e a Editora obrigou-me a uma atualização mais radical, a incorporação de conteúdos recomendados pelos organismos oficiais, ligados ao MEC. A editora me obrigou a adaptar o texto. Eu fazia a interpretação do jeito que eu quisesse e eles iam recheiar o livro com o jornal da época, a vivência cotidiana etc. Rechearam o livro com novos conteúdos, cotidiano, cultura, conferindo-lhe o verniz de uma história mais puxada para o cultural. Mas havia uma dificuldade da minha parte. Se eu fosse fazer uma história cultural para mim, não seria aquela que ali estava. Por quê? Por causa de uma formação que eu tenho. E essa formação você não consegue mudar da noite para o dia, a não ser que seja um oportunista. Posso fazer um esforço no sentido de incorporar, mas elas precisam fazer sentido para mim, enquadrar-se num todo interpretativo.

Então essa história que está nos livros didáticos hoje, é uma história com a qual eu tenho dificuldades de me identificar. Isso explica o porquê de muitos dos livros didáticos meus terem sido desativados. A editora até insistiu para eu escrever naquela direção, mas eu não podia fazer isso. Posso sim voltar a escrever um livro didático agora de acordo com as novas propostas metodológicas que eu mesmo arquitetei, e que estão defendidas em publicações. Mas será que eu tenho vontade de fazer isso? Será que dá para, agora, nessa altura da minha vida, começar a escrever um livro didático de novo?

O meu livro mais importante não é *O Brasil no Comércio Colonial*, por exemplo, ou, um dos mais recentes *A Abertura dos Portos Brasileiros*, ambos produto de pesquisa original. Quantos leitores atingiram? Três mil, cinco mil? Em compensação, como já me referi, *História Moderna e Contemporânea* ultrapassou a casa dos milhões. Originalmente foi um texto destinado a compor um livro-manual para o curso de madureza que seria levado ao ar pela TV CULTURA, quando se iniciaram suas atividades, em 1968, uma espécie de curso a distância. Além de ser dividido em fascículos e vendido em banca de jornal, servia de base à preparação das aulas que eram preparadas, dramatizadas, e levadas ao ar. Como se fosse o ensino a distância atual. Escrever textos e apresentar na

televisão não era problema para mim, pois o Objetivo tinha uma Televisão própria, destinada a revisar os conteúdos para os alunos e treiná-los para responder as questões nos vestibulares.

Nos inícios ia tudo bem. Mas a radicalização do regime político afetou a TV CULTURA, um canal público, portanto, muito visado pelos censores sempre atentos. O conteúdo dos textos escritos por mim era crítico, mas não radical. O problema era a forma pela qual eram dramatizados, a forma pela qual o produtor de TV, jornalista Fernando Pacheco Jordão, os traduzia para transmitir ao público. Um dos episódios, particularmente, chamou a atenção dos censores. O meu capítulo do livro sobre a 1ª Guerra Mundial afirmava que os americanos tiveram grandes vantagens financeiras, pois de devedores aos europeus saíram do conflito como credores, o que é uma verdade inquestionável. O problema é como foi apresentado na TV. O produtor introduziu o tema a partir da fala de um ator que mais parecia um guerrilheiro saído de Sierra Maestra, Luís Carlos Arutin, que apontava para os espectadores, dedo em riste, barba negra espessa, e perguntava de supetão: “quem foi que ganhou a guerra? Quem foi que ganhou a guerra?”. Aí entrava um Tio Sam ridículo, ladeado por centenas de coristas, cena típica dos musicais da Broadway deixando explícito quem eram os ganhadores. Você pode imaginar o impacto na Embaixada Americana, que tinha muito poder neste país naquele momento. Fomos convocados pelo Presidente da Fundação, José Bonifácio Coutinho Nogueira e, na sede da Fundação, o responsável pelo programa, Professor Antônio Soares Amora, acompanhado por um censor, que mais me parecia um policial, nos inquiriu sobre quem fora o responsável. Eu ou o Fernando. Assumi a responsabilidade, pois sabia que se o Fernando assumisse seria demitido, ele que acabara de voltar de Londres com a família para se restabelecer no Brasil. Afinal de contas eu conseguiria sobreviver sem a TV CULTURA, pois lá ganhava um pagamento modesto por episódio escrito e publicado, mas tinha o respaldo do OBJETIVO onde era muito bem remunerado, inclusive por ser, na maioria das vezes, o primeiro colocado no IBOPE da escola, além de ser professor da USP, em turno completo.

Ser dispensado pela TV CULTURA foi uma dádiva. Peguei os fascículos que havia produzido e saíam semanalmente nas bancas e dirigi-me à Editora Ática, onde fui recebido pelo Diretor, médico de formação Anderson, figura excepcional que, ao ver o

material, não titubeou, disse-me “vamos publicar!”. O livro ficou pronto em 1964 e a primeira edição vendeu 300 mil exemplares. É um livro de época, um livro datado, um livro compassado a uma temporalidade, o espelho de uma geração de livros didáticos bem recebidos, um livro de fundamentação marxista que atravessou décadas de chumbo, portanto, um livro corajoso, que teve um papel na história desse país, daí o meu orgulho por ele, porque formou gerações: o pai comprava, o filho lia e repassava aos irmãos, chegava aos primos, uma média de cinco leitores por exemplar vendido segundo cálculos da própria Ática, e o livro esteve na linha de frente da Editora por décadas. Comprovei *in loco* a sua utilização, pois percorri repetidamente os principais colégios do país nos quais o texto era adotado, visitando todos os estados da Federação durante décadas. Procedimento que se repetia com intensidade a cada 5 anos, quando a Editora atualizava os conteúdos e trocava a capa do livro, uma estratégia para redinamizar a sua vendagem comum a todas as editoras do ramo.

A Ática, para vender os livros, mudava a capa do livro pelo menos a cada cinco anos, com algumas alterações cosméticas, atualizava a cronologia incluindo datas e fatos mais recentes e as alterações de conteúdo que o autor considerasse necessária, sem alterar demasiadamente o texto, sobretudo sem alterar o número de páginas.

Para fazer o relançamento do livro em centenas de colégios e dezenas de cidades brasileiras vivi experiências inesquecíveis. Fui a Porto Velho. Desci em Porto Velho convidado pelo colégio dos Salesianos, pois meu livro era adotado na escola. Quando eu cheguei deveria ter umas 400 pessoas. Para mim não era problema, estava acostumado. A aula terminou às 16h e eu tinha um vôo marcado para às 19h, aí o professor de história conduzia o evento disse: “o professor Jobson vai autografar os livros dos alunos. Quem quiser faça uma fila do lado direito da sala. A turma se levantou. Eram 400. Pensei “meu Deus do céu, como é que eu vou fazer?”. Mas não tinha jeito. Vinha um, trazia o livro, estava íntegro, novo. Aí o segundo, eu abria o livro, tinha o nome dele, do irmão, pois já vinha sendo usado há 3, 4 anos. Aí o outro tinha um xerox do livro inteiro. Veio um outro, que tinha o livro quase inteiro copiado à mão. Alguns até deixavam um espaço onde tinha as figuras e tentavam reproduzi-las. Eu fiquei emocionado. Eu disse: “Eu fico aqui dez dias se necessário. Perca-se o avião!”.

Qual é o meu livro mais importante? É *O Brasil no Comércio Colonial*? Não é. É o *História Moderna e Contemporânea*, 3 milhões de exemplares vendidos e lido por 15 milhões de pessoas.

Epígrafe_ O senhor trabalhou em vários cargos administrativos de universidades. Como o senhor vê o estímulo à pesquisa na graduação e o fomento de bolsas para iniciação científica, por exemplo?

José Jobson_ Eu acho que houve um avanço enorme. Na época em que eu estudei não tinha nada disso, não tinha bolsa. Bolsa para iniciação científica nem pensar. Bolsa trabalho da universidade, nem pensar. Hoje as bolsas existem e precisam ser estimuladas ainda mais.

Eu nunca tive isso, eu nunca tive uma bolsa na minha vida. Sabe quando é que eu recebi uma bolsa? Agora. Há certo tempo atrás. Os membros da minha comunidade científica, elas contam pela posição que ocupam no sistema de pesquisa. Como é que você pode saber se você é um pesquisador qualificado? O Lattes do CNPq é um espelho da sua vida acadêmica, da sua produção científica, avaliada por seus pares. São vários níveis que você pode ascender ou descender de acordo com seu desempenho. Quem está no sistema pode se dizer um professor *top*. Por quê? Porque eu sempre fiz muita coisa, sempre trabalhei muito em administração, no Departamento de História, do qual fui Chefe, na Universidade, da qual fui Diretor, na área estadual onde fui membro do Conselho Superior da Fapesp e na área federal, onde dirigi a área de Humanas e Sociais do CNPq, mas não deixava de fazer as minhas pesquisas, publicar e dar aulas. Eu sou pesquisador 1A do CNPQ há 20 anos.

E antes? Como é que eu escrevi a minha tese de doutoramento? Dando aula, 40 aulas por semana no Objetivo. E mais uma quarta-feira aqui dando seminário para os alunos das turmas da tarde e da noite. Naquela época os cursos teóricos eram dados pelos grandes professores: França e Fernando. Os professores mais jovens davam seminários, turmas com 15 alunos que desenvolviam um programa de leituras dos grandes textos de história moderna, era um laboratório.

Essa foi a nossa experiência, mas não quer dizer que todos tenham que ter o mesmo percurso. Mas achamos que devem ser oferecidas condições melhores porque

as pessoas podem chegar mais longe e mais rápido. É isso que vai trazer o crescimento da produção da história e do conhecimento científico. Por isso acho que as bolsas são fundamentais. Eu não as tive enquanto estudante.

Epígrafe_ E o intercâmbio internacional? Agora os alunos são muito incentivados na graduação a fazerem intercâmbio e muitos recebem bolsas. Como o senhor avalia esse tipo de política?

José Jobson_ Eu acho excelente, ótimo. O que precisa é ter recursos para financiar isso. Você abre esse tipo de programa e aí, num dado momento, o país entra em crise financeira, como está atualmente, e deixam de pagar as bolsas de quem está lá no exterior. É um problema grave. Estas pessoas terão que se virar para cobrir as suas necessidades imediatas. Portanto, é preciso que isso não seja um ato político somente, mas que seja um ato consequente. Se uma bolsa for concedida a alguém no exterior, essa verba tem que ser carimbada; ela tem que ser retirada do orçamento e colocada à parte. É como faz a FAPESP. Quando você pede uma bolsa da FAPESP e firma um contrato por três anos para fazer um projeto de doutoramento, o valor correspondente ao todo do projeto a ser desembolsado no decurso de 36 é sacado daquilo que se considera a disponibilidade corrente da Fundação e aplicado, garantindo que a bolsa será paga desde que o bolsista cumpra com suas obrigações, além de gerar recursos para o caixa da própria Fundação, alimentando outras concessões.

As bolsas de estudo às vezes criam situações inusitadas. Quando eu era professor do Departamento de História, por ter vínculo empregatício, não podia receber bolsa, mas os numerosos alunos do programa de pós, vindos de Universidades Federais, poderiam receber uma bolsa de formação de pessoal docente da CAPES, que acumulavam juntamente com seus salários, além de serem liberados por seus Departamentos na Universidade de origem das suas atividades normais junto à escola. Já eu, orientador, não tinha nada disso. A não ser que viesse a receber uma bolsa de produtividade do CNPq, como de fato veio a ocorrer, décadas após o início de minhas atividades profissionais.

Epígrafe_ O senhor entrou na pós-graduação antes da mudança no regimento. Como era esse ingresso?

José Jobson_ Só ingressava quem era professor. Não existia uma pós-graduação formalmente considerada. O que existia era o doutoramento. Tinha mestrado eventualmente, mas o pessoal não fazia mestrado, fazia o doutoramento direto, porque o mestrado era considerado perda de tempo e só o faziam aqueles professores sequiosos por incrementar o seu curriculum, havendo mesmo casos excepcionais de professores que fizeram o mestrado depois de já terem feito o doutorado. Mas era raro.

Hoje, para ingressar no Departamento, tem que ser doutor, a carreira docente e de pesquisador começa com este título. O mestrado não qualifica para concursos em grandes Universidades, apenas naquelas localizadas em áreas carentes. Naquela época não era assim. Hoje, se você fez concurso e entrou está dentro e não sai mais, a não ser por processo administrativo. Se você não tem produção científica a comissão controladora pode cortar o seu tempo integral e revertê-lo para turno completo ou parcial. Os casos deste tipo são raros na Universidade.

Mas naquela época, quando entrei no Departamento, em 1967, recém-formado, entrei pelo convite do professor catedrático, regra para todas as cadeiras. E se o professor catedrático era bom, ele só escolhia professores assistentes bons. Se o professor catedrático fosse ruim, ele não escolhia assistentes bons, porque ele tinha medo que os assistentes bons fizessem sombra para ele. Ele precisava de carregadores de pasta, de auxiliares submissos e não inteligentinhos que viessem a criar problema para ele. Eu, modestamente, posso dizer que fui convidado por todos catedráticos na época para ser assistente de suas cadeiras, com exceção de uma, da cadeira de Brasil. Mas eu fui sondado pelo Professor Eurípedes, catedrático de Antiga, através de sua esposa, a Professora Maria Regina, bem como pelo professor Manuel Nunes Dias, que era o catedrático de História da América, e tive também uma boa acolhida por parte da Professora Emília Viotti da Costa, responsável pela área de metodologia.

Eu era um aluno aplicado, era um aluno aguerrido. O meu aguerrimento vinha da minha origem, onde nada se conseguia sem trabalho. Você precisava trabalhar. Quando o professor França me convidou, chamou-me na sua sala, depois de consultar os demais professores de sua cadeira – faziam parte o Fernando Novais, o Carlos

Guilherme Mota, o István Jancsó, o Virgílio Noya Pinto e uma professora que não permaneceu no grupo, Antonieta. Se, entre os membros da cadeira, houvesse uma bola preta, do tipo “eu faço uma reserva a convidarem o Jobson pelo seguinte motivo...”, eu não seria convidado. Este era o critério que o professor França para escolher os seus assistentes. Eu era muito jovem quando entrei no Departamento de História para ser professor. Havia ingressado na graduação em 63, formei-me em 66, quando completei 24 anos. Após a formatura, o professor França me chamou, e em sua sala disse-me: “Jobson, eu vou te oferecer um contrato de professor assistente na cadeira de história moderna e contemporânea”. Eu quase caí da cadeira. A “cadeira” do professor França era *A Cadeira* entre todas do Departamento. Era onde todos gostariam de estar. Era a cadeira que tinha os assistentes mais brilhantes, mais competentes, e, sobretudo, compassados com as tendências historiográficas mais avançadas do tempo, caso exponencial do Professor Novais, e dos assistentes mais novos que haviam ingressado recentemente e que haviam sido, inclusive, meus professores, caso do Professor István Jancsó. Não foi um sonho tornado realidade, porque jamais ousei sonhar com esta possibilidade. Imagine o impacto, eu que há apenas cinco anos adentrava o curso André Dreyfus sem saber que profissão escolher, que me decidi pela história de forma aleatória, mera contingência, e agora, de uma hora para outra, encontrava-se integrado num grupo de primeira linhagem, e isto com apenas 25 anos, o professor mais jovem a ingressar no Departamento. Mas o contrato, ele me disse, é por três anos. Ele assinou o contrato, disse que ia mandar para a Faculdade de Filosofia.

Mas não eram tudo flores. O professor França exigia comprometimento e desempenho. Ofereceu-me um contrato de três anos que saiu logo a seguir, em regime de tempo parcial, quer dizer 12 horas de trabalho obrigatórias semanais. Mas o compromisso por ele exigido era o desempenhar as mesmas atividades de todos os professores em tempo integral, ou seja, aulas, seminários, pesquisa, pois, tempo integral, que se tornaria a seguir o meu grande sonho, era coisa difícil de conseguir, além do que o professor França considerava que o tempo integral somente deveria ser dado a quem fosse doutor, regra que de fato não era seguida no grupo porque todos tinham tempo integral, menos eu. Além do que meu contrato era temporário, válido por três anos, período no qual seria testado e, somente se aprovado, o contrato seria

renovado. Eu não passei por um concurso para entrar, o meu teste seria na sala de aula, na qualidade do relacionamento no seio do grupo, coisa que o Professor França considerava fundamental, o convívio entre seus assistentes. Concursos são bons, mas os ingressantes viram donos de si mesmos, pequenos catedráticos.

Fui aprovado pelo grupo e pelo professor França, não sem restrições feitas na reunião do Conselho Departamento pelo qual tinha que passar. Foram três votos a favor e dois contrários, demonstrando que a vontade do catedrático não era absoluta. Os votos contrários vieram do Professor Eurípedes e de alguém a ele ligado. A restrição foi motivada por uma mobilização que fiz entre os alunos contra a redução das questões de história nos vestibulares da Universidade, com o qual o Professor Eurípedes havia concordado. Eu argumentei junto aos alunos na própria sala de aula que esta medida diminuiria a importância da história nos vestibulares e, em decorrência, afetaria a carga horária da disciplina nas escolas em geral e nos cursinhos em particular. Problema que me afetava diretamente e a todos os alunos do curso de história, porque afetaria seu mercado de trabalho. Levou tempo para que eu me reconciliasse com o Professor Eurípedes, o que se fez pela intermediarização da Professora Maria Regina, sua esposa, que me convidou para um jantar de homenagem a ele feito no Restaurante Profeta, ao qual compareci, levei uma goiabada cascão de presente e o convidei para jantar em minha casa, o que se deu pouco antes dele morrer num acidente automobilístico na rua da Consolação.

A segunda renovação dependeria da tese de doutoramento, a partir da qual me tornaria um professor efetivo. Fazer a tese seria o grande problema considerando-se a enorme carga de aula que eu tinha por semana. Somente no Objetivo eram 40 aulas, fora as da USP, oito por semana, e nem todos os fins de semana eram livres, pois havia os simulados para vestibulares feita no cursinho e a necessidade de preparar os seminários. Pesquisar quando? Só nas férias. Foi uma batalha.

Naquela época o orientador de tese obrigatório era o próprio catedrático. Todos os professores da cadeira pesquisavam e produziam artigos ligados ao seu projeto de tese, eu fazia o mesmo com muito mais dificuldade porque não tinha tempo integral, mas tinha um projeto inovador porque se lastreava nas proposições de Celso Furtado

sobre a formação do mercado interno como processo de endogenização do fluxo de renda.

Formalmente era simples. Não tinha que fazer créditos, nem prova de qualificação, apenas uma comprovação de que você estava habilitado na forma de teses subsidiárias, isto é, a elaboração de dois trabalhos de pesquisa originais que deveriam ser defendidos oralmente perante banca de três examinadores. Apresentei dois trabalhos que foram defendidas perante duas bancas diferentes, composta por membros da própria cadeira, com base em dois projetos que poderiam ser mais tarde desenvolvidos. O primeiro sobre o comércio entre a Itália e Portugal nos fins do século XVIII e inícios do XIX e o segundo sobre os tratados assinados pelos portugueses no mesmo contexto. A tese, como não poderia ser diferente, foi feita às pressas. Da concepção da tese, em março, até a entrega, em dezembro de 1972, foram apenas dez meses. A pressa se explica pela mudança havida no sistema da Pós com a adesão da USP ao regime da CAPES, ou seja, teríamos que frequentar cursos, fazer prova de qualificação, o que significaria virar alunos de nossos colegas já doutores, caso do Carlos Guilherme. Como o Fernando também não era doutor, corria o risco de virar aluno de seu ex- aluno. Corremos desesperadamente para fazer a tese, diminui minhas aulas no Objetivo pela metade e parei completamente nos período da redação, entre meados de outubro e dezembro, pois a tese foi redigida integralmente em dois meses. A base documental eram as Balanças de Comércio que fiz vir de Portugal, remetida em microfilmes produzidos na Biblioteca Nacional de Lisboa. Por sua experiência, maturidade e qualidades intelectuais, o diálogo permanente com o Fernando foi decisivo. A tese foi feita trocando figurinhas com o Fernando, ele lia os meus textos na medida em que eram escritos, e eu os dele, foi um privilégio.

Epígrafe_ Quais são os novos rumos, as novas vertentes da historiografia do Império Português que os historiadores graduandos podem tocar?

José Jobson_ Vou falar um pouco das coisas que me afetam, a partir do meu campo de pesquisa, porque é deste ângulo que se deve falar, e o meu território é a história da colônia Brasil. A produção histórica de São Paulo foi muito marcada pelas interpretações do Fernando para este período, baseada no conceito de antigo sistema

colonial, cujo arco recobre o período que vai do século XVI ao XVIII, de sua estruturação à crise, uma longa temporalidade, quase três séculos, ou mesmo três se pensarmos que a ruptura se dá no plano político e já entrados no século XIX.

Durante muito tempo aderi sem reservas a esta arquitetura interpretativa. Nos últimos anos tenho pensado que é necessário temporalizar este processo, ou seja, a colônia criada pelos portugueses no século XVI não é a mesma do século XVIII, sendo possível, portanto, demarcar três momentos bem definidos, aquele que vai do século XVI até meados do século XVII e, daí à primeira metade do século XVIII, seguindo-se um momento inteiramente diferenciado dos meados do século XVIII ao final da colônia, especialmente demarcado entre os anos 1780 e 1830, um período especialmente significativo detectado a partir de minhas pesquisas sobre a produção econômica colonial. A ideia de um sistema estruturado, em que as alterações são disfunções do sistema que acabam por ser reincorporadas, precisa ser revisitado. Isto porque aquelas anormalidades, ao se acumularem, transformam as estruturas do sistema e acabam por caracterizar a existência de momentos específicos, claramente delineados. O que caracteriza o século XVI e a primeira metade do XVII é o controle do mercado açucareiro em escala mundial pela metrópole e sua colônia, é o momento açucareiro.

No século XVII isso muda. Quebra-se o monopólio açucareiro da metrópole portuguesa e sua colônia. Com a saída dos holandeses do Brasil, instala-se um segundo momento, o momento no qual a competição se instala, o capital mercantil se aprimora, pois era necessário otimizar os fatores de produção, surgindo daí o que muitos chamam de segundo sistema atlântico. Na segunda metade do século XVIII a colônia se renova sob a égide da política pombalina metropolitana. Torna-se uma colônia agro-exportadora no embalo da crise aurífera. Colônia voltada à produção não apenas dos tradicionais produtos tropicais, mas, sobretudo, matérias-primas e produtos alimentícios que alimentam um processo de constituição de fábricas em Portugal. Num momento crítico da história mundial, na crise do século XVIII, no contexto da acirrada competição entre Inglaterra e França, a colônia Brasil, através de Portugal, alimenta a nascente indústria têxtil francesa, bem como o desenvolvimento das indústrias inglesas. Que sistema é este? Não é mais o sistema colonial nascido no século XVI. Estamos diante de um novo padrão de colonização caracterizado pela diversificação da produção

da colônia, responsável por um momento diferenciado no sistema português de colonização, no qual a colônia produz as matérias-primas que as manufaturas portuguesas transformam, remetendo-as de volta à colônia, seu principal mercado consumidor, um tipo pioneiro de colonização porque antecipa a prática que seria dominante na relação colonial no quadro do novo colonialismo do século XIX, forma de relacionamento que estimula a acumulação endógena da colônia, a formação de capital residente, ao contrário do que pensa João Fragoso, que remete esta forma de acumulação para os séculos iniciais da colonização.

Colônia que nada tem de arcaica, sempre foi moderna, desde os princípios, pois se o capitalismo no século XVI já era moderno, se a escravidão que fundamentava o sistema também era moderna, o sistema colonial somente poderia ser moderno, não poderia ser antigo. No século XVIII a colônia já havia constituído uma identidade própria e, portanto, não pode ser subsumida a um império tropical como querem as interpretações mais recentes. Estou convencido de que apesar de preservarmos as linhas mestras do sistema colonial, o monopólio, o exclusivo, o caráter extrovertido, a escravidão, o padrão de colonização diferenciara-se. Assumir esta perspectiva significa que muitas das interpretações até aqui postas com base nas linhagens historiográficas dominantes poderão ser rejuvenescidas pelas novas pesquisas, tarefa que caberá certamente a vocês, estudantes de graduação que logo serão pós-graduandos.

Epígrafe_ O senhor tem alguma consideração final?

José Jobson_ Para fechar a entrevista eu queria dizer que foi um enorme prazer, um privilégio mesmo estar com vocês e responder a essas perguntas tão inteligentes. Passar toda uma tarde refletindo sobre questões tão cruciais para nossa formação histórica, que me permitiram voltar aos meus primeiros tempos de professor e ter um diálogo com os alunos da graduação, dos quais me afastei há três anos, mas teria enorme prazer em retomar, pois os alunos da graduação sempre tiveram o condão de me instigar e, portanto, me rejuvenescer. Muito obrigado por esta oportunidade.

Esta página foi
deixada
propositalmente
em branco

Realizada em São Paulo, em 23 de dezembro de 2014

Hilário Franco Júnior, professor aposentado do Departamento de História da USP, é um dos maiores medievalistas brasileiros. Realizou importantes e originais trabalhos sobre a cultura e o imaginário medievais, chegando a ser par intelectual de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, duas das referências obrigatórias para o estudo do período e dois dos grandes nomes dos Annales. Aceitou com grande solicitude nosso convite para entrevistá-lo – mesmo na véspera das festas de fim de ano –, por ocasião do Seminário “Comunidade e Nacionalismo: o caso dos clubes de colônia” de que participou em nossa Faculdade.

Franco Júnior tratou da sua mudança de rumo profissional, visto que era aluno de Administração de Empresas antes de entrar no curso de História, das influências que teve durante a graduação e sobre as origens de suas pesquisas sobre a História social do futebol e outros esportes, pioneiras na área de Humanidades brasileira. Também propôs pertinentes reflexões metodológicas sobre as implicações da escolha de um objeto de estudo e levantou questões sobre o acesso à Educação e ao Ensino Superior no país.

Epígrafe_ O senhor, antes de cursar História na Universidade de São Paulo, era aluno de Administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas [FGV], áreas um tanto díspares. Como foi seu processo de escolha profissional e como surgiu o interesse pela História?

Hilário Franco Júnior_ Se vocês me permitem, vou dar uma resposta longa esperando que ela possa ser útil a alguns dos leitores da *Epígrafe*, alunos de graduação, para mostrar que eventuais crises de vocação ou deficiências de formação não são obstáculos insuperáveis.

Até entrar na USP sempre fui um aluno mediano, não havia matéria que despertasse muito o meu interesse. No colégio Dante Alighieri, onde estudei, não gostava de nada e tinha dificuldade em especial com as aulas dos idiomas ali ensinados – Latim, Italiano, Francês, Inglês e, inclusive, Português. Por isso, no fim do Ginásio [*atual Ensino Fundamental*] não queria seguir o Clássico, e nem o Científico já que não me afinava também com Matemática, Física e Química. Assim, por exclusão, acabei optando por fazer o Colegial Técnico em Contabilidade, o que tampouco me agradou, achei o curso muito chato. Então, quando estava pra me formar me perguntuei “o que fazer a seguir?”. As três opções evidentes eram Ciências Contábeis, Economia ou Administração [*de empresas*]. Um grupo de colegas ia prestar vestibular para a GV e então, meio por inércia, fui com eles. Fiz o cursinho do centro acadêmico que diziam ser o mais adequado, prestei o vestibular, descobri que eu sabia um pouquinho mais de História e Português do que imaginava, graças a isso acabei passando e me tornei aluno de Administração de empresas.

Mas na GV o perfil que vinha de trás, de aluno pouco motivado, se manteve. Assistir a cursos de Microeconomia, Macroeconomia, Estatística, etc. era desconfortável pra mim, não gostava e sentia que não tinha facilidade para aquilo. Peguei dependência em várias dessas disciplinas. Por sorte havia cadeiras como Ciência Política, Psicologia e *Marketing*, que me agradavam. Porém eu tinha consciência de que para ser administrador precisava do pacote todo. Então um evento absolutamente fora dos planos acabou por ser um divisor de águas na minha história pessoal. Em certo momento apareceu um concurso para ser professor do cursinho do Centro Acadêmico, o CPV [*Curso de Preparação Vestibular*], que preparava apenas para ingresso na GV. Nele só podia trabalhar quem fosse aluno matriculado na faculdade, por isso o rodízio de professores era grande, quando eles se formavam saíam para o mercado de trabalho em administração. Abriam-se então vagas para outros estudantes da GV virarem temporariamente professores de cursinho. No final do meu primeiro ano de graduação, ou começo do segundo, não me lembro bem, abriram-se várias vagas, entre elas, para História Geral. Curiosamente, durante toda a minha formação escolar eu não tinha tido nenhuma atração maior pela matéria, mas tinha ido bastante bem na prova do

vestibular e então decidi prestar o tal concurso, ganhar o meu dinheiro, não achava correto continuar a depender do meu pai na faculdade e a GV não era um curso barato.

Para prestar o concurso, peguei novamente as apostilas do CPV, que eu já conhecia enquanto aluno do cursinho, e passei a estudá-las com outro olhar. Quando o material sobre determinados temas não me satisfazia, procurava ler livros sobre eles. Prestei o tal concurso e entrei, até porque eram duas ou três vagas. De repente, me vi como professor, algo que jamais havia passado pela minha cabeça, nunca tinha sido hipótese de vida, mesmo como atividade provisória.

No primeiro semestre após o concurso os novos professores não davam aula, eram aquilo que se chamava ali de “estepe”: assistíamos as aulas dos colegas mais velhos e, duas ou três vezes no semestre, dávamos aulas específicas estipuladas com semanas de antecedência para nos prepararmos adequadamente. Só depois desse semestre de estagiário é que tínhamos efetivamente nossas turmas. Todo o processo foi muito interessante, uma descoberta, um aprendizado muito bom. Ousaria dizer, deixando de lado o politicamente correto, que foi muito melhor que a nossa clássica licenciatura na USP – que, aliás, eu nunca conclui porque na minha época ela absolutamente não ensinava a dar aula.

Com a experiência de cursinho aprendia-se a dar aula e de lá saíam bons professores. É verdade que no começo era muito difícil porque não havia orientação alguma. Você via a aula do colega, certo comportamento, certa postura, certa gestualização, um pouco do conteúdo e adaptava ao seu próprio perfil, tudo era na base da tentativa, de acertos e erros, prestando atenção para ver quando pisava na bola ou quando uma fórmula funcionava, desde a piadinha para animar a turma até o melhor jeito de explicar determinado fenômeno histórico. Um episódio que ilustra bem esse autodidatismo, esse tateamento, foi o da minha primeira aula, ainda como “estepe”.

Eu estava nervoso e o colega mais experiente aconselhou que eu entrasse na sala e não visse aluno algum na minha frente, que eu falasse tudo o que tinha preparado “como se fosse para uma horta de repolhos”. Esse foi o conselho, literalmente. De início não entendi muito bem o sentido daquilo, mas logo a coisa ficou clara. Para alguém que nunca pensou em ser professor, entrar na primeira aula que ministrava na vida e

encontrar cinquenta alunos na frente é impactante. Se eu notasse que um aluno bocejou, que outro estava folheando uma revista, coisas assim, eu certamente me desestabilizaria, me embananaria completamente. Mas se estivesse falando para “repolhos”, eu daria conta do recado. Se os “repolhos” gostaram ou não da aula, isso eu saberia depois, o importante naquele momento era evitar tudo que pudesse atrapalhar meu desempenho. Assim foi minha primeira experiência docente; dando aquela aula para uma plantação de “repolhos” passou o impacto, o choque inicial, e pude seguir em frente.

No semestre seguinte passei a ter minha turma, e gostei de dar aula. Percebi que é uma experiência pessoal muito interessante falar em público, trocar com as pessoas, transmitir alguma coisa, mesmo que fosse só um pouquinho (meus conhecimentos eram então muito restritos). Foi assim que finalmente descobri aquilo que queria fazer. História era muito legal, mas o que eu realmente sabia? Do que tinha aprendido no colégio tinha restado pouco. Curiosamente, foi no curso de Contabilidade, graças a um ótimo professor, que pela primeira vez tinha me sentido motivado para a História e aprendido alguns conteúdos. Mas agora era preciso mais, bem mais, eu tinha necessidade de aprender para transmitir aos alunos no cursinho. Decidi então cursar a faculdade de História paralelamente à GV.

Eu tinha um amigo que ia prestar Ciências Sociais, e isso serviu como um estímulo a mais. Contudo acabamos não nos preparando muito, pois cada um tinha sua faculdade, eu a GV, ele Artes Plásticas na FAAP. Por sorte a prova, realizada no espaço da antiga Biblioteca da História, era só dissertativa, sem questões de múltipla escolha, e fui bem. Dali, viajei para a praia com um grupo de amigos e mergulhado no clima de férias nem olhei o resultado do vestibular. Quando voltei meu pai avisou que eu havia passado e que ele tinha feito minha matrícula na USP. Mas, não sei se foram as férias, a verdade é que meu entusiasmo para fazer uma segunda faculdade havia quebrado. Continuei na GV (que não podia abandonar para trabalhar no CPV) e no cursinho, preparando muito as aulas, que iam de Egito e Mesopotâmia até Guerra da Coreia, o último item do programa vestibular da GV. Essa visão de conjunto da História acabou se revelando muito enriquecedora, extremamente importante para mim, e mesmo depois

de ter me especializado ela continua a ser útil, permitindo comparações que iluminam certos tópicos da minha especialidade.

Continuei no cursinho, cada vez gostando mais de lecionar, mas não vim cursar História, pois tinha muita aula para ministrar, além de seguir algumas disciplinas na GV. Dois anos e meio depois, porém, decidi que tinha mesmo de fazer o curso de História, que eu precisava de auxílio profissional, de especialistas me ensinando, indicando a melhor bibliografia, discutindo textos. No cursinho, eu tinha três colegas de História Geral, mas todos faziam aquilo como “bico” até se formarem como administradores. Eu queria vivenciar um ambiente no qual a História fosse o interesse comum de todo mundo. Então, fui à Secretaria, em julho, para me informar quais eram os procedimentos para começar mesmo a seguir o curso. E uma funcionária, logo de cara, falou que eu tinha perdido o direito completamente, se quisesse, teria que prestar outro vestibular. Quando eu estava saindo, decepcionado e arrependido de ter levado tanto tempo a me decidir, outro funcionário – infelizmente, não lembro quem era – lá do fundo da Secretaria me avisou que havia uma portaria recente do reitor dizendo que aqueles que tinham prestado vestibular da data tal à data tal, ainda podiam se matricular. Eu estava nesse caso, saí dali entusiasmado com a sorte, duas semanas depois fiz a matrícula e em agosto daquele ano, 1972, comecei a cursar História.

Como não havia vestibular no meio do ano, a minha turma havia ingressado seis meses antes. Era uma turma excepcional, com gente como a Laura de Mello e Souza [*ex-professora do Departamento, atualmente na Sorbonne*], grande amiga até hoje, a Leila Mezan Algranti [*professora de História da UNICAMP*], o Nicolau Sevcenko [*professor da História da USP, recentemente falecido*] e vários outros colegas muito bons, mesmo alguns que não chegaram a seguir carreira acadêmica. Tudo isso foi alimentando meu gosto pela História, inversamente proporcional ao meu interesse pela GV, o que chegou a um ponto em que abandonei o curso de administração faltando quatro disciplinas para me formar. Com um semestre de algum esforço me formaria, mas, naquele momento da vida, e não me arrependo, a pergunta que me fazia era “formar pra quê?”. Passei a me dedicar integralmente à História, amor tardio, surgido por acaso, e que definiu meu futuro.

Epígrafe_ Falando agora da graduação enquanto espaço de convivência – na GV e na USP –, qual foi o peso que o senhor identifica nessa fase da sua vida para sua formação? E como era o ambiente universitário em plena Ditadura Civil-Militar, mesmo que em um período de distensão?

Hilário Franco Júnior_ A convivência na GV globalmente não me agradava, mas é difícil fazer esse juízo, muito pelo fato de que era o curso que eu fazia que não me agradava. O perfil dos meus colegas era de filhos de grandes empresários e banqueiros, ou de classe média alta quase todos mesmo, não apenas três ou quatro na sala. Diga-se de passagem, isso aumentava muito mais a minha responsabilidade no cursinho, porque enquanto dava aula, por exemplo de Egito Antigo, projetando imagens da Pirâmide de Quéops, dando uma explicação, um aluno interrompia dizendo “Olha, quando eu estava lá, o guia me explicou tal coisa, o que você acha?”. A pessoa esteve lá, enquanto eu havia lido apenas dois ou três livros a respeito, nem sabia se eram realmente bons livros. E acontecia com quase todo assunto, em Renascimento um monte de gente dizia “No Louvre, isso, em Florença, aquilo”. O máximo a que eu tinha ido era a Montevideú e a Buenos Aires, mais nada. De um lado, eu podia ficar deprimido, revoltado da vida. Mas também podia tentar usar essa situação para me puxar pra cima.

A verdade é que no geral era um ambiente um pouco pesado pra mim. Muitos daqueles colegas eram viajados, tinham carros sempre novos e faziam programas caros todo fim-de-semana, o que me provocava certo mal-estar, certo isolamento. Eu tinha lá apenas uns três ou quatro amigos, um deles professor de Trigonometria Analítica no cursinho, de origem socioeconômica mais próxima à minha, então nos tornamos muito próximos, nos auxiliávamos um ao outro nas matérias da Administração, ele me orientando em coisas de Exatas, eu o ajudando nas de Humanas. Mas globalmente a faculdade não se encaixava com o meu perfil.

Então, quando eu vim para cá, para a História da USP, encontrei um ambiente mais intelectualizado, com o qual eu me identificava mais, dava para conversar melhor, trocar mais – claro que na GV, se eu fosse muito bom em Estatística, Microeconomia, eu poderia ter trocas com os colegas de lá, o fato de terem dinheiro e gostarem de se divertir da forma deles não tinha nenhum problema, apenas não se afinava com o meu

jeito. Quando cheguei na USP, eu podia conversar com pessoas que tinham os mesmos interesses que eu, o que foi muito gostoso. A turma era muito boa e o nível das aulas, de trabalhos, de leituras era muito interessante. As turmas não eram essa coisa imensa que são hoje e finalmente me senti um peixe dentro d'água. Isso colaborou para que eu pudesse aproveitar as aulas, as leituras, pensar em realmente transformar a História em mais que uma carreira, em um projeto de vida.

[*Quanto ao período da ditadura*] Veja, quem vinha da GV na época do chamado “Milagre Brasileiro”, tinha sido bombardeado por certo tipo de leitura da sociedade, certa ótica dos acontecimentos. Chegando na USP, não encontrei nem aquela leitura nem a divergente, não havia clima para discutir os acontecimentos com equilíbrio. Para mim o contraste foi tão grande que eu não tinha um posicionamento claro sobre aquilo tudo. Da GV eu trazia uma leitura favorável da situação. Aqui, encontrei sobre isso um certo silêncio pesado. Os argumentos que recebi de um lado eram, sobretudo, técnicos; os manifestados a meia-voz no outro eram ideológicos. De que lado estava a verdade? O que era verdade?

O que definiu um não posicionamento político naquele momento foi um terceiro elemento: o amor pela História. Pela primeira vez na vida, tinha alguma coisa que eu gostava de fazer. Então, tudo era novidade, queria ler tudo, ir bem em todos os cursos – mesmo que gostasse mais de uns que de outros – queria mergulhar em tudo aquilo. Como não havia um espaço claro de atuação política – tanto nos corredores como em sala de aula havia sobre isso mais insinuações do que afirmações – e como a História me absorvia claramente nesse contexto pessoal, de alguma forma isso abafou para mim o contexto nacional-político.

Mas ele estava lá, é claro. Era o pano de fundo mesmo se eu não prestava muito atenção a ele. Um professor que desde o começo me atraiu para a área pela qual eu já tinha certo gosto, que é a História Medieval, era mal visto pelos colegas e por parte dos alunos porque se dizia que era “dedo-duro”. Acho que ninguém conseguiu provar isso, mas naquele clima quem não se afina completamente com um grupo ou é mais distante, já é taxado como diferente e contrário. Esse professor era o Pedro Moacyr Campos (1920-1976), alguém de perfil pessoal difícil, mais carrancudo que risonho, mais ranzinza que descontraído, alguém que nunca quis ter um gabinete próprio, apenas

uma mesa no meio da biblioteca (que não era de livre acesso naquela época). Para encontrá-lo, precisava falar com a bibliotecária e passar no meio das estantes, até achar aquele “rato de biblioteca”, dono da maior erudição que encontrei na faculdade. Eu conversava bastante com ele sobre Medieval, raramente sobre outro assunto, então não posso confirmar se era ou não um “dedo-duro”.

Outro professor que me influenciou muito foi o Fernando Novais, que era o oposto de tudo isso. O Pedro Moacyr não era um bom professor, não sabia transmitir, o Fernando Novais dava aulas maravilhosas. O Pedro Moacyr tinha uma erudição incrível, não que o Novais não tivesse, mas era mais circunscrita a certa área de interesse. A do Pedro Moacyr era enciclopédica, aberta, tinha sido professor de alto alemão, tinha lecionado no Japão, falava várias línguas. Para exemplificar essa erudição, conto um episódio em uma aula de uma optativa de História da Arte: ele apresentou um quadro e começou a explicação dos detalhes da obra e seus significados. De repente, ele parou e ficou quieto durante vários segundos. Tinha uma florzinha na parte de baixo do quadro sobre a qual ele batia na tela, percorrendo sobre o simbolismo daquela flor, mas visivelmente inquieto. Até que ele desabafou e disse que não lembrava o nome daquela flor em português, e daí – isso não me sai da cabeça, mesmo depois de tanto tempo – começou a falar o nome da flor em pelo menos uma dúzia de línguas diferentes. Havia uma menina *nissei* na primeira fila e o professor disse a ela “Em Japonês, é tal coisa”, quase que pedindo auxílio para ela traduzir para Português, ao que ela respondeu que não sabia Japonês.

O Fernando Novais era mais objetivo, mais direto, fazia análises belíssimas, profundas. O Pedro Moacyr, historiograficamente, era conservador, de um positivismo arejado por leituras recentes, mas sem dúvida era homem dos fatos, dos eventos. Já o Fernando era de linha marxista, também arejado, esclarecido. No plano pessoal também eram opostos, o Fernando exuberante, aberto, conversador, o Pedro Moacyr mais fechadão. Mas foram os dois professores que me guiavam, eram o meu modelo aqui dentro. Eu tentava fazer o *mix* de dois perfis tão diferentes, pois percebia que ambos tinham muitas coisas a me oferecer. E tudo isso, no quadro do meu despertar para a História, fazia com que a questão política passasse para mim um pouco ao largo:

admirava tanto o homem acusado de ser de direita quanto o homem de esquerda, sem que as aulas de um ou de outro, longe disso, fossem panfletagem.

Isso foi importante para mim por outra razão: acho que aprendi – não sei se “aprendi” é bem o termo –, mas pelo menos tentei e tento fazer uma separação, a discernir o que são projetos políticos pessoais e o que é atuação acadêmica. Essas coisas podem, eventualmente, caminharem juntas de maneira séria, como no caso do Fernando Novais, mas acho que, na maioria dos casos que vi e vejo – muito mais no presente que no passado –, considero uma mistura intelectual e eticamente perigosa. Então, aquele começo da década de 70, anos complicados para o país e para mim, acabaram me sendo muito úteis, muito importantes, me permitiram encontrar uma luz no fim do túnel, uma direção.

Epígrafe_ Pegando o gancho da diferença de um professor para o outro, o que o levou a optar pela História Medieval em si? E ainda, como se deu a opção por uma abordagem predominantemente preocupada com a cultura e o imaginário, como em *Cocanha*, *A Eva Barbada*, *Os Três dedos de Adão*, etc.? Teria relação com a alteração de paradigmas historiográficos em curso no período, na década de 1970, com a ascensão de estudos culturais face a uma matriz de estudos econômicos?

Hilário Franco Júnior_ É um pacote um pouco complexo. Desde o cursinho, eu gostava de História Antiga e Medieval. Não tenho a mínima ideia do por quê. Tinha realmente uma empatia com o objeto, algo para o qual nunca tinha prestado atenção durante minha trajetória anterior. Em nenhum momento eu ouvi alguma explicação sobre Grécia que me levasse a pensar “puxa, que coisa interessante”. Mas, relendo apostilas, lendo alguns livros que usávamos para preparar as aulas do cursinho – elas iam de cabo a rabo da História, não dando tratamento especial a nenhum período específico que fizesse me apaixonar por ele –, percebi que tinha uma empatia indefinida entre Egito (de Mesopotâmia não gostava muito), Grécia Arcaica e Clássica, Roma republicana (da Imperial não gostava muito) e Idade Média de maneira geral. Então, eu ingressei na USP com a ideia de que iria curtir mais essas matérias, porém com a consciência de que se eu não seguisse pra valer cursos de Moderna, América, Contemporânea etc., como iria poder dar boas aulas a respeito?

O que eu não tinha muito interesse, nunca tive, foi por História do Brasil, talvez porque no cursinho era outra cadeira, outro professor, de modo que eu não tinha que falar nada o assunto. Além disso, sou obrigado a confessar que nesta casa também não tive nenhum curso de História do Brasil que me deixasse babando pela disciplina. Em suma, nunca houve algo que me atraísse para ela.

Dos cursos de Antiga e Medieval os que achei mais interessantes foram os do Pedro Moacyr, que a maioria dos meus colegas não gostava, não eram cursos muito didáticos, eram pesados. Quando alguém não tem um gosto inicial pela área – como eu, por Brasil – e encontra um professor que não sabe (ou não se interessa por isso) motivar, que é meio lento ao falar, que fala olhando mais para as próprias mãos do que para os alunos, certamente não vai gostar do curso. Mas como eu tinha o estímulo inicial, o curso me oferecia descobertas constantes, me incentivava a perguntar, a pedir recomendações de leitura. Como eu era um dos poucos que ia encontrar o prof. Pedro Moacyr na sua mesinha na biblioteca, ele percebeu que eu estava interessado por Medieval e assim consegui ter com ele um trânsito que a maioria dos colegas não tinha. Suas indicações bibliográficas eram excelentes, e comecei a me aprofundar em História Medieval.

Os cursos do Pedro Moacyr eram fundados na historiografia alemã da passagem do século XIX para o XX, em alguma coisa da historiografia francesa da primeira metade do XX, e certamente ele deve ter citado o Marc Bloch [1886-1944, *historiador francês cofundador da Revista dos Annales*], embora eu não me lembre exatamente disso. De toda forma, foram os cursos de Medieval que me despertaram o interesse por essa nova História francesa, e eu o desenvolvi principalmente pelas leituras. Terminada a graduação, eu comecei a dar aula numa pequena faculdade privada que tinha um excelente corpo docente de História, gente que lecionava também na PUC, na Unicamp e aqui no Departamento da USP, o único que não era professor numa boa universidade, era eu. Além desses colegas de qualidade o ambiente discente era gostoso, e tudo isso me estimulava.

Para dar bons cursos, passei a ler muito mais, e era a época em que começavam as primeiras traduções, em Portugal, do Jacques Le Goff [(1924-2014) *medievalista francês pertencente à chamada 3ª geração dos Annales*], por exemplo. Acho que o que me

despertou de vez para essa linhagem historiográfica foi aquele curto artigo do Le Goff “Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia”. Achei tão brilhante, tão interessante, tão diferente, que eu entregava uma cópia aos alunos para discutirmos. E aquele texto ficou como um modelo do que eu gostaria de fazer. Era erudito, mas inovador na abordagem, na maneira de encaminhar a discussão e escrito de forma interessante. Então, eu queria ler todas as coisas daquela linhagem historiográfica, e outras que debatiam com ela, porém o acesso era restrito pela falta desse material na biblioteca, pelo custo de importação e também pela minha velha bronca com a língua francesa, que vinha desde a minha reprovação no curso do Dante Alighieri. O mesmo tinha acontecido com o inglês, mas essa dificuldade estava superada graças à GV, onde a bibliografia era majoritariamente nessa língua.

Aqui na História da USP, ao contrário, a bibliografia (ao menos em Antiga e Medieval) era predominantemente em francês, então percebi que se queria me aprofundar não poderia ficar dependendo das traduções espanholas e portuguesas. Como não queria fazer a Aliança Francesa [*tradicional curso de Francês*] porque nunca gostei de Gramática, pedi ajuda a uma tia que era professora de Francês. Comprei dois exemplares do mesmo livro – *Le haut Moyen Âge occidental. Économies et sociétés*, de uma historiadora belga, Renée Doehaerd – e pedi que minha tia fosse traduzindo em voz alta enquanto eu acompanhava no meu exemplar em francês. Para desilusão dela, sem nenhuma explicação gramatical. De qualquer maneira, a partir daí, mesmo se de início com o dicionário ao lado, já podia ler por conta própria a bibliografia que me interessava. Quer dizer, graças à História encontrei a motivação para línguas estrangeiras que nunca tinha tido no colégio.

Epígrafe_ O Doutorado o senhor fez aqui mesmo no Departamento de História da USP?

Hilário Franco Júnior_ Essa é outra história não convencional, digamos assim. Ao final da graduação, tinha combinado com o Pedro Moacyr que iria fazer Mestrado com ele. Ele tinha interrompido as orientações há algum tempo, por decisão dele, era uma pessoa amarga com a vida, lamentava-se constantemente da falta de conhecimento dos alunos. Porém, eu fui tão chato e insistente que ele resolveu abrir uma vaga para mim.

No entanto, logo depois de termos combinado isso, ainda faltavam alguns meses para me formar, ele foi atropelado. Foi sério, ele ficou lá no Hospital do Servidor Público cheio de pesos e contrapesos, gessos, com toda a razão para estar mais amargo do que nunca, reclamando de tudo.

Depois que se recuperou, um certo dia, contrariando seu jeito de ser, ele me chamou gritando de longe no corredor das salas de aula. Me surpreendi, “o Pedro Moacyr Campos fazendo isso?”. Acontece que ele queria me pagar os vinte ou trinta dólares que eu havia emprestado para ele encomendar um livro a uma aluna que iria viajar a Nova York. Eu disse que não tinha pressa, não iria viajar tão cedo e o valor era pequeno, mas ele logo tirou um cheque, preencheu, assinou e me entregou. Ficamos conversando lá mais cinco minutos, ele falando mal da vida, o que era mais ou menos comum, nos despedimos e fomos embora. Só depois entendi que o episódio fazia parte de uma resolução geral de pendências.

Volto na semana seguinte, o prédio estava parado, e cartazes, logo na entrada, ali no térreo avisando “Em função da morte do professor Pedro Moacyr Campos, não haverá aula”. Ele tinha se matado. Perdi ali um modelo em termos de erudição e um orientador que nem tinha começado a ser formalmente meu orientador. Isso me colocou um problema: o natural seria eu procurar outro professor da área para me orientar, mas diante do perfil do Pedro Moacyr, que recusava a conviver fisicamente com os colegas, quase escondido no meio da biblioteca, eu pensei “se for me apresentar para qualquer um” – e nunca tinha feito curso de Medieval com outro professor –, “não serei bem recebido”, pelo menos essa foi minha fantasia. Mas era uma fantasia forte, então procurei a orientação da professora Maria Luiza Marcílio, de Demografia Histórica do Brasil, que tinha feito Doutorado na França, era historiograficamente muito aberta, muito boa gente.

Ela disse que de Medieval não podia orientar nada, mas podia me ajudar no plano metodológico, teórico, no plano formal de uma tese, enquanto que para o conteúdo de medieval eu teria de me virar sozinho. Feito esse acordo, comecei a Pós. E durante todo o tempo ela sempre foi muito correta, muito cortês comigo, era alguém experiente, altamente capacitada e me auxiliou como pôde. A orientação específica de Medieval não tive, até o momento que precisei ver uma documentação que não tinha aqui, só na

Espanha. Consegui uma bolsa, fiquei um ano lá, para ver arquivos, bibliotecas e, claro, finalmente conversar com especialistas. Na volta concordamos que eu poderia defender o Doutorado direto, isso foi em 1982. Tudo correu bem, porém continuei sentindo falta de um ambiente acadêmico mais medievalístico, daí – já como professor da USP – ter ido mais tarde fazer um Pós-doc com Jacques Le Goff, em 1991-1993.

Epígrafe_ Hoje, a academia sofre o problema de uma grande especialização. Desde a graduação, muitos estudantes já têm um interesse circunscrito a uma área, na qual eventualmente fazem iniciação científica, deixando os cursos de outras áreas passarem ao largo, cumprindo-os apenas por obrigação burocrática. Além disso, há a exigência de que os estudantes que desejam fazer intercâmbio no exterior elaborem projetos de pesquisa para obter uma bolsa. Como o senhor vê esse tipo de especialização precoce, o que enxerga nisso de perda para a formação do historiador enquanto graduando? Em sua época de graduação, essa pressão certamente não existia. O que teria levado a tal mudança?

Hilário Franco Júnior_ Tenho impressão de que essa mudança está no ar do tempo. Estamos numa sociedade em que todas as coisas têm que ser quantificáveis, mensuráveis. A vida profissional, quase em qualquer área, tem hoje em dia de caminhar em função de resultados numéricos. Como um Estado – o Brasil ou o Estado de São Paulo –, através dos seus órgãos competentes financiadores, pode dizer quem merece uma bolsa de pesquisa? É preciso que haja algum critério palpável, por exemplo, “ele escreveu um pouco mais de coisas que você” ou “ele escreveu em revista tal indexada e você naquela que não é indexada”. Começa-se a buscar critérios, muitas vezes até de pormenores, de coisas secundárias, mas tem que haver algum elemento diferenciador. A população cresceu, as demandas cresceram, não tem, em nenhum lugar do mundo, dinheiro suficiente para pesquisa, então é preciso elementos para diferenciar os candidatos. Enfim, acho que é um subproduto da sociedade capitalista atual.

Ter sido diferente na minha época, acho que foi muito importante para minha geração. Eu vejo muitos ex-orientados, que hoje são colegas, reclamando com toda a razão desse quantitativismo de quantos artigos publicou em um ano, quantos comparecimentos a simpósios e congressos etc. Fica uma coisa de linha de produção,

em detrimento da qualidade da produção, isso é óbvio. Muitos desses colegas reclamam: “fui obrigado a publicar dois artigos no ano passado que são apenas medianos, porque não queria escrevê-los” ou “tenho uma ideia e um material interessante, mas não tenho tempo para fazer [o texto] na velocidade que o sistema me impõe”. Então, a quantidade da produção cresceu muito, mas a qualidade eu temo que tenha caído.

Principalmente em Ciências Humanas, em que temos um ritmo de trabalho necessariamente lento, tem que ser lento, precisa ser lento. Tem uma maturação, uma reflexão, própria. Nas Ciências ditas “Exatas”, você pode publicar muito mais, basta – vou caricaturizar, mas não acho que esteja muito longe da verdade – pegar um ratinho, injetar certa substância e ficar observando alguns dias. Nem é o pesquisador sênior que observa, é um monitor. Terminada aquela experiência, redige-se um relatório de quatro, cinco páginas – é assim no mundo inteiro – e publica. Um pesquisador pode, então, publicar dezenas de trabalhos desses por ano, antes de reunir tudo numa grande obra.

Nós não podemos fazer isso. Mas a necessidade de padronização leva às vezes, na minha ótica, a certa insensibilidade dos tomadores de decisão. Um exemplo pessoal, não exatamente sobre isso, mas correlato: de tempos em tempos, depois de aposentado e morando fora do país, eu vinha e dava um curso de Pós-Graduação na USP. E mantinha alguns poucos orientandos que eu avaliava poder ajudar mesmo à distância. Até que há alguns anos atrás saiu uma determinação da Reitoria de que professor aposentado não pode dar aula de Pós, não pode orientar, a menos que apresente um projeto de pesquisa que deve ser renovado de dois em dois anos. Deixei então de orientar e de oferecer curso de Pós, embora continue a pesquisar, a escrever, a publicar: não penso que seja mais a altura de burocratizar minha atuação, de fazer um projeto formal, de submetê-lo a não sei quais instâncias, de elaborar um relatório para ser avaliado não sei por quem.

E assim como eu, vários outros colegas podiam ainda estar dando sua contribuição para a universidade. Estar aposentado não é estar superado. Às vezes é justamente o contrário, graças à experiência acumulada, à maturidade intelectual, ao fato de não ter obrigação de aulas na graduação ou de tarefas burocráticas. No entanto a universidade dispensou (ou pelo menos desestimulou) esse capital intelectual. Por

quê? Pelo que ouvi, por uma razão até plausível nas Biomédicas, onde parece ter se originado: lá o professor aposentado chega cedo ao laboratório, pega o material necessário e começa a fazer a sua pesquisa, enquanto o colega na ativa está na sala de aula. Quando este vai para o laboratório desenvolver sua pesquisa, o material que ele precisaria está ocupado pelo professor aposentado. Daí a decisão do projeto de pesquisa, de manter o aposentado sob o controle da burocracia. Não vou discutir sobre uma área que não conheço, parece fazer sentido, mas o que é que nós de Humanas temos com isso? No quê um professor aposentado de Humanas atrapalha um colega na ativa? Faltou a sensibilidade de respeitar as especificidades de cada grande área, a burocracia tornou todos os gatos pardos e colocou-os todos dentro do mesmo saco.

A exigência tresloucada de produção, produção, produção, é nefasta, mas é da sociedade atual, não só brasileira. E lutar contra isso é lutar contra moinhos de vento, todo mundo se curva à suposta pertinência deles e entra-se no jogo do “quanto mais, melhor”, embora o resultado – falo de Humanas – acabe quase sempre sendo “quanto mais, pior”. Uma das expressões disso é exatamente a necessidade de os estudantes tomarem decisões precoces quanto à sua carreira. Ora, durante a graduação muitos não têm (nem é a altura de ter) a clareza do que querem fazer pelos próximas 30-40 anos de vida acadêmica.

Tenho a impressão que hoje, diferentemente do tempo em que eu era graduando, os alunos de graduação se sentem muito pressionados, cultural e socialmente, a fazer uma opção muito precoce. No segundo ano da graduação, pensando em fazer Pós em Brasil Colonial, América Contemporânea, História Antiga etc., muitos alunos passam pelas demais disciplinas da graduação apenas pela obrigação de se formarem antes de mergulharem na sua área de interesse, descuidando da formação global, que considero muito importante, como já disse antes.

Já que nessa conversa nos dirigimos aos estudantes de graduação, o que eu queria dizer sobre isso é o seguinte: na medida do possível, não fiquem encantados com uma disciplina x logo no começo da graduação, depois disso apenas mirando o Mestrado três, quatro anos mais tarde. Tirem a viseira, olhem para os lados, aprendam um pouco de tudo. Isso é fundamental. Grande especialista não é aquele que sabe tudo sobre sua área, mas quem tem uma boa visão de conjunto que permite ter uma boa

visão sobre a especialidade. Ou seja, é quem domina um pano de fundo que permite fazer cruzamentos, comparações, reflexões sobre questões de método, sobre momentos historiográficos, diferentes abordagens etc.. Não há conhecimento isolado.

Epígrafe_ Em sua trajetória, trabalhando predominantemente com o imaginário e a Idade Média, como o seu interesse foi se desenrolar para os trabalhos em relação ao futebol, ao esporte? Além disso, em uma entrevista concedida ao jornalista Juca Kfourri em 2007, por ocasião do lançamento de *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura*, o senhor diagnosticou uma resistência de dupla via para os estudos acadêmicos sobre o futebol: tanto da comunidade científica em relação a esse objeto, como dos torcedores e da imprensa esportiva em relação à abordagem acadêmica – algo que José Miguel Wisnik, no livro *Veneno Remédio*, também comenta. Como o senhor lidou com essa resistência em sua carreira? Em uma perspectiva mais ampla, como o senhor pensa a relação entre academia, especialmente a de História, e sociedade?

Hilário Franco Júnior_ Essa vontade de trabalhar com futebol era bastante antiga. No começo da década de 1990 já tinha essa ideia, esse desejo, mas tinha muita coisa pra fazer em Medieval e não dava para dispersar muita energia. Na época em que estava fazendo Pós-Doutorado passou por Paris um grande amigo, o sociólogo Waldemir Caldas, que tinha feito o doutorado sobre futebol, *O pontapé inicial: Memória do futebol brasileiro*. Conversando com ele, apresentei a ideia de nós dois, um historiador e um sociólogo, escrevermos um livro sobre futebol. Discutimos o assunto, concluímos que antes de escrever o livro ele deveria ser testado e desenvolvido em cursos na Pós-graduação, um semestre na Ciências Sociais, outro na História. Infelizmente o projeto foi uma “combinação de brasileiros”, muito entusiasmo na hora, mas sem continuidade. Tanto ele quanto eu por razões de tempo, outros projetos, novas responsabilidades – ele acabou algum tempo depois se transferindo da Ciência Sociais para a ECA [Escola de Comunicação e Artes da USP] – enfim, mudanças na vida acadêmica de cada um, não pudemos levar o projeto avante naquele momento.

Mas a coisa ficou na minha cabeça, e em determinado momento apresentei a ideia ao Flávio [de Campos, professor de História Medieval na USP], que além de ex-orientando, portanto tínhamos certo hábito de trabalhar juntos, já era um grande amigo e logo

abraçou com entusiasmo a ideia. Logo, para não perder o embalo, montamos um curso de Pós, ele sabendo que depois da primeira edição iria tocar o curso muito mais do que eu, porque minha vida já estava bem mais do outro lado do Atlântico. E de fato, foi o que o Flávio fez, e faz até hoje, com muita competência. Graças a isso (e à atividade de outros colegas, em outras instituições), creio que hoje o campo de estudos sobre futebol é um setor que está irreversivelmente instalado na Academia, o que não elimina os tais olhares, os tais comentários de que “a universidade teria coisa melhor pra fazer que estudar futebol”. Mas isso se deve, acho, ao desconhecimento das potencialidades epistemológicas do futebol como objeto.

Porque é preciso ter abertura de espírito. Qualquer objeto é um bom objeto, desde que trabalhado de boa maneira, com seriedade, com embasamento metodológico, com bom material. Mas ainda há pessoas que resistem, achando que só os temas “clássicos” são dignos de estudo. A situação está mudando, porém, no mundo inteiro há centros de estudos do futebol com abordagens interdisciplinares, reunindo Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Educação Física. Como eu digo em *A Dança dos Deuses*, o futebol é uma janela para ver a sociedade.

Apesar disso, no Brasil existe um receio, possivelmente maior da academia do que do jornalismo. O jornalismo tem o seu campo, seu mercado. Pretende fazer esse futebol descritivo, de opinião, que basta por si só. Não quer saber as implicações, as raízes históricas, sociológicas, antropológicas, as motivações psicológicas do fenômeno do futebol, quer saber é do jogo jogado. Assim, ele não tem razão de temer uma entrada da academia nesse campo. Na verdade, penso que é a academia que tem receio de entrar no tema de maneira muito jornalística, deixando em segundo plano seus métodos, suas teorias, suas observações prolongadas, suas reflexões aprofundadas, por alguma coisa mais ágil como o jornalismo e mais superficial como o jornalismo esportivo.

Essa situação me parece apenas mais um aspecto do muro que de maneira geral persiste entre academia e sociedade, mesmo que existam algumas pontes. A academia se vê como superior à sociedade, vê a sociedade como um objeto de estudo que deve ser analisado, explicado e, para setores mais ideologizados, transformado. Já a sociedade encara a academia como uma instituição distante, cujos professores e

pesquisadores ganhariam fábulas, cujos alunos receberiam bolsas e mais bolsas. Falta um diálogo mais aberto, mais respeitoso entre ambas. Diálogo que sem ser sempre tranquilo, é muito mais simples nos países desenvolvidos, onde há muito se entendeu que a universidade deve servir a sociedade, e esta para se beneficiar daquela precisa respeitá-la e apoiá-la. Este estado de coisas naturalmente afeta também o objeto de estudo futebol. Porém, acho que é inevitável que com o tempo a sociedade perceba que o futebol pode explicar muita coisa dela própria e que, portanto, a universidade não pode virar as costas a isso. O entusiasmo nas aulas e palestras sobre futebol me parece um indício disso.

Epígrafe_ No curso de História Medieval II ministrado pelo Flávio de Campos, a aula sobre as práticas lúdicas no Medievo, que dá uma abertura para tratar do futebol, desperta grande envolvimento dos alunos. Fica evidente a paixão das pessoas pelo futebol não só enquanto prática física, mas em termos de identidade. Como algo que é de uma paixão tão grande, que atrai tanta gente, que tem uma publicização tão forte, pode ser plausivelmente rejeitado? Se formos pensar racionalmente, é um objeto tão ou mais propício que Grécia helenística...

Hilário Franco Júnior_ Mas é preciso ressaltar que há um jogo entre o objeto mais imediato e o mais distanciado, não é? Quando o objeto é mais imediato, como o futebol, suscita um interesse maior, todo mundo sabe ou acha que sabe alguma coisa sobre ele, enquanto o objeto mais distanciado parece mais frio, mais acadêmico, mais conservador, mais elitizado. Gostaria de insistir que me parece não haver objeto mais ou menos interessante. É a forma de tratá-lo que vai torná-lo mais ou menos importante. Mesmo dizer que a análise do objeto mais distante é mais complicada não me parece correto. Um objeto próximo pode ser de facilidade ilusória, pois ele está tão entranhado em nós e nós nele que muitas vezes fica difícil um estudo isento, equilibrado.

É verdade que para pesquisar futebol parece bastar pegar um jornal, ouvir um programa de rádio ou um debate na televisão, ir ao estádio. Para estudar Grécia helenística, no exemplo de vocês, é necessário saber grego, frequentar grandes museus no mundo, obter livros estrangeiros, há forçosamente menos pessoas que podem

orientar, que podem dialogar sobre o assunto. Mas a diferença é relativa. No objeto mais distante há mais dificuldades práticas do que no objeto mais imediato, contudo epistemologicamente ambos valem a mesma coisa, ambos vão ensinar coisas sobre a História, mesmo se vão ensinar de modo diferente. O futebol, sendo mais próximo, parece ensinar mais que a Grécia helenística, porém não é que o futebol te ensine mais, ele ensina mais imediatamente, mais diretamente. Isso se – e a ressalva é importante – a pessoa souber olhar para ele, souber fazer as perguntas pertinentes. É claro que para a maior parte das pessoas parece mais simples entender o seu presente através do futebol do que da Grécia helenística, que vai requerer instrumentos mais sofisticados, mais distanciados. É compreensível que uma aula sobre futebol desperte mais interesse, todo mundo tem alguma experiência pessoal com ele, tem alguma relação afetiva com ele que dificilmente possuirá em relação à Grécia helenística.

Epígrafe_ E se os pontos de vista políticos interferem na atividade do historiador, imagino que a paixão clubística também, se o objeto estudado for o futebol...

Hilário Franco Júnior_ Este é um ponto interessante. Por exemplo, o João Paulo Florenzano [*doutor em Ciências Sociais pela PUC, especialista em Antropologia do Esporte*] é palmeirense e estudou o Corinthians e a “Democracia Corinthiana” de forma exemplar. Talvez se ele tivesse feito um estudo sobre o Palmeiras não tivesse ficado tão bom. Isso me lembra uma conversa com o Fernando Novais pouco antes de me formar, quando disse a ele que ia fazer o Pós em Medieval e ele argumentou que “ninguém faz melhor a história da França do que um francês”. Minha resposta, e acredito nisso até hoje, foi que algumas vezes fazer a história do próprio país (ou do próprio clube de futebol) pode ser uma vantagem em termos práticos (proximidade dos arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, conhecimento da língua, etc.) e uma desvantagem em termos científicos (pouco controle dos dados afetivos, que por serem do próprio indivíduo ele pode não identificar).

Essa questão do próximo e do imediato é muito legal, para explicá-la didaticamente eu sempre usava em sala de aula a seguinte imagem: se você pega um objeto qualquer e o coloca a curta distância para observá-lo, terá visão de muitos detalhes – cor e textura, por exemplo –, porém sequer saberá ao certo que objeto é. Se

o afastar muito, verá o conjunto, mas sem maior precisão. Por outro lado, se você afasta convenientemente o objeto, é possível saber o que ele é e inseri-lo dentro de um contexto de uso, mesmo se com isso perde evidentemente na visão dos detalhes. Que opção eu, como historiador, faço a respeito? O constante vai-e-volta, da visão de conjunto à visão de detalhe, desta de novo para aquela e assim por diante, independentemente do período e do assunto estudado. Daí porque, como disse antes, é necessário um sólido conhecimento geral da história, não apenas de uma especialidade recortada de forma restrita.

Voltando à história da formação precoce, na época em que fui à Espanha completar a pesquisa para o Doutorado, na faculdade privada em que eu dava aula iria ficar vago meu cargo de professor de História Medieval. Falei com a Laura [*de Mello e Souza*] e ela, tendo em mente justamente a formação ampla, aceitou a missão de ministrar por um ano Medieval naquela faculdade. Hoje, ela reconhece que depois daquela experiência passou a conhecer muito mais da sua própria especialidade e a escrever textos mais ricos e profundos. Revisitem os grandes textos da Laura e verão que as análises dela passam muitas vezes pela Idade Média. Não dá para entender o Brasil Colonial ou a Europa Moderna achando que tudo começou do nada em 1500. Você tem que ter um conhecimento que recue e considere a questão dos ritmos históricos. Se for estudar Medieval, tem que recuar alguns séculos, para Brasil Colonial, outros tantos, mas se for estudar Brasil República não é preciso recuar muito, pois o ritmo histórico já está mais acelerado. É fundamental esse movimento do vai-e-vem, do geral ao particular e vice-versa. Não basta se concentrar apenas em determinado tema e ficar alheio aos outros.

Epígrafe_ O senhor teve a oportunidade de circular por dois ambientes universitários do estudo da História: o brasileiro, no qual se graduou e doutorou e o francês, no qual fez pós-doutorado. Recorrentemente se trata de como a formação do Ensino Superior brasileiro foi inspirada pelo modelo universitário francês, sobretudo na USP, onde a chamada “Missão Francesa” atuou intensamente na época de fundação da Faculdade de Filosofia. Que semelhanças e que diferenças entre universidades o senhor percebeu por meio da sua experiência no exterior, por exemplo, no que tange à

graduação? Como elas impactam o trabalho de historiador? Como o senhor vê as políticas de internacionalização na Universidade hoje?

Hilário Franco Júnior_ As diferenças são várias, porém decorrem mais das sociedades em que a universidade está inserida do que dela em si. Há muita diferença no que tange aos recursos, à tradição, à formação das pessoas, à bagagem que os alunos trazem para a universidade. Não tenho contato com alunos de graduação, porque a minha relação sempre foi com a *École de Hautes Studes en Sciences Sociales*, que é uma escola doutoral. Mas os relatos que ouço são de uma situação curiosamente convergente com a do Brasil.

Enquanto professor aqui na USP, uma das dificuldades que sentia eram as turmas imensas, portanto com nível de conhecimento e de interesse muito variável. Antes não era assim, mas a partir de um certo momento (não sei dizer quando) o professor Eurípedes Simões de Paula [1910-1977, *ex-professor de História Antiga e ex-diretor da FFLCH*] definiu que passariam a entrar 260 alunos no vestibular para o curso de História. Não posso afirmar nada quanto a hoje, mas por muito tempo esse número foi excessivo, não havia massa crítica para tanto, nem mercado de trabalho. Na França, ocorre algo semelhante desde o famoso Maio de 1968, com suas demandas de maior democratização, abertura de universidades por toda a França, aumento do número de ingressantes. O Le Goff, que sempre foi um homem de esquerda, publicamente assumido, amigo pessoal de dirigentes do Partido Socialista francês, sempre dizia “Maio de 68 acabou com a universidade francesa.” Por uma razão muito simples. Criar um monte de universidades, um monte de vagas, construir um monte de prédios quando o país tem recursos, é fácil, mas a questão é: quem é que vai dar aula? Quem é que vai assistir as aulas? Mesmo num país de forte tradição cultural, sobretudo em Humanas, como a França, a qualidade do corpo discente não podia deixar de cair. E a do corpo docente também.

O que estou falando não é politicamente correto, não está de acordo com o “democratismo” dos nossos dias, mas é a realidade dos fatos. Em países inegavelmente democráticos e ricos como os anglo-saxônicos vigora um conceito elitista de universidade, tanto no aspecto financeiro (apesar de serem disponibilizadas muitas bolsas) como no propriamente acadêmico. Nesse conceito, universidade não é para

qualquer um. A sociedade fornece seus melhores elementos para a universidade no intuito de que eles se formem e saiam melhores ainda, devolvendo o conhecimento ampliado para a sociedade nos diferentes planos de atuação desses indivíduos. E devolvendo para a própria universidade: é fabulosa a quantidade de doações que Harvard e Yale recebem de ex-alunos que são exitosos em suas atividades profissionais. No Brasil, pelo contrário, quando o aluno se forma, vira as costas para a universidade.

Claro que sou totalmente favorável ao acesso universal e gratuito à escolarização, no sentido mais amplo da palavra. Não sei, por outro lado, se é necessário que todos obrigatoriamente tenham acesso à universidade. A existência de um número de universitários proporcionalmente alto em relação aos níveis anteriores de escolarização cria apenas uma ilusão de progresso social e cultural, desmentida pelo padrão de conhecimento de parte significativa desses formados e pelas necessidades do mercado de trabalho. Na França, que tem uma alta taxa de desemprego de universitários, há dezenas de milhares de postos de trabalho não preenchidos, pois falta gente com formação técnica para mecânico, encanador, açougueiro etc.. Falta a formação e muitas vezes falta o desejo para tê-la, pois se o indivíduo é agrônomo, advogado, sociólogo etc. prefere receber um salário-desemprego do que desempenhar uma tarefa “abaixo das suas qualificações”. Isso tem um alto custo para a sociedade: financeiro, pois ela pagou o estudo e depois paga a esses indivíduos subsídio desemprego, moradia, assistência médica etc., sem nada receber em troca; psicológico, com alta taxa de depressão – a França é o país que mais consome medicamentos antidepressivos no mundo – aumento de incivilidade e criminalidade, ressentimento de certos segmentos da população.

Mais uma vez na linha do politicamente incorreto, me pergunto se o Brasil com seus altos percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional, tendo recursos limitados (mesmo que altos) para a Educação, precisa ter várias universidades federais em estados pequenos. Não seria mais pertinente deslocar esses recursos para o ensino básico, formar gente que realmente sabe ler, sabe escrever, sabe fazer conta, sabe se comunicar, criando assim uma geração que pode melhor educar os filhos, inaugurando um círculo virtuoso? Lembrem-se que, segundo a Unesco, o Brasil é o 8º país do mundo em número absoluto de adultos analfabetos, que pelo exame Pisa (Programme for International Student Assessment), dentre 65 países o Brasil é o 59º em ciência, o 58º

em matemática, o 55º em leitura, o 58º em geral neste *ranking* educacional. O país precisa mais de estudantes de primeiro grau bem formados do que de universitários mal formados para as estatísticas oficiais. Quando houver uma larga base populacional bem escolarizada, o país vai querer e vai precisar de boas universidades em quantidade, já que existirá uma demanda efetiva.

Essa não é a situação presente. Claro, a vida é feita de opções e definições estratégicas como essa são complicadas, envolvem muitos interesses políticos. A verdade, porém, é que ou formamos essa base ou continuamos a enganar, como hoje. Não é possível fazer maciçamente as duas coisas ao mesmo tempo com qualidade, são dois passos, um pressupõe o outro. Nas condições atuais, o país engana na base e, desculpem, em termos gerais engana também na vida universitária. Existem lugares de excelência, como a USP e mais uma dúzia de outros locais assim no Brasil, em diferentes áreas do conhecimento. Mas, na massa, a qualidade do ensino superior brasileiro é fraca. Precisaria ter exame da OAB para quem se forma em uma faculdade de Direito? Se a pessoa se formou, não faria sentido. Mas, ainda bem que existe, pois muitos, mesmo com o diploma, não têm a mínima condição de exercer a profissão. Por isso é necessário esse filtro por meio de associações de classe em diversas áreas, uma vez que a universidade não propicia a formação adequada, e isso acontece porque com frequência ela trabalha com um material de má formação.

Nesse exemplo, o advogado que tem o canudo, mas está proibido de exercer a profissão, porque não tem a aprovação da sua associação de ofício, das duas, uma: ou ele gastou dinheiro do próprio bolso, se fez faculdade privada, e não tem retorno, ou, caso tenha estudado em universidade pública, é a sociedade que desperdiçou dinheiro com ele e também não tem retorno. Para muita gente (e para a sociedade) seria melhor seguir um curso técnico de alto nível, adequado ao mercado de trabalho, do que um curso universitário deficiente e um mercado de trabalho restrito. Como os recursos são limitados, sempre são, seria preferível canalizar boa parte desse dinheiro para os setores educacionais básicos. Enfim, inverter a óptica: preferindo cuidar do presente (ou seja, das pessoas em idade universitária, que são eleitores), todos os governos descuidam do futuro.

Epígrafe_ O senhor é um dos poucos historiadores brasileiros que tiveram a honra de publicar na tão prestigiada e icônica (sobretudo, para a História Medieval, vide os trabalhos de seus fundadores, Lucien Febvre e Bloch) Revista dos *Annales*, com o artigo “Les trois doigts d’Adam: Liturgie et métaphore visuelle au monastère de San Juan de la Peña”, em 2007. Poderia nos contar como foi essa experiência e o que ela significou para o senhor? Além disso, o senhor manteve um contato bastante próximo com Jacques Le Goff e mantém com Jean-Claude Schmitt, dois dos nomes mais eminentes dos *Annales* nos últimos tempos. Como o senhor vê a importância das atuais “gerações” (se é que as podemos chamar assim) dos *Annales* para a historiografia atual e para os historiadores em formação hoje?

Hilário Franco Júnior_ Há uma discussão interminável em torno daquilo que se chama de Escola dos *Annales*, principalmente na problematização do termo “escola” no sentido de “um grupo de pesquisadores que concebem a História de uma mesma maneira”. No caso dos *Annales*, essa “escola” passou por tantas fases na sua trajetória que tal generalização – muito usada por comodidade – encobre realidades diferentes e que mereceriam ser pensadas um pouco mais de perto. Quanto ao impacto dos *Annales* hoje em dia, eu diria que não é o mesmo que teve no passado. Ela ainda faz parte daquele “top 10” de revistas de História do mundo, mas como atualmente tem tanta oferta para todos os gostos, para todos os níveis, para todas as línguas, a relevância dos *Annales* se diluiu. Um pouco como efeito disso, um pouco como causa disso, o número de grandes nomes das Ciências Sociais e da História, principalmente, sem dúvida é menor do que há trinta anos. Não se acha mais aquilo que os franceses chamam de *mâitre à penser*, o mestre que ensina a pensar, que não se limita a ministrar aulas a partir de uma cartilha e reproduz conhecimento já disseminado. Faltam aqueles que produzem conhecimento novo e consistente e te ensinam a pensar, te levam a refletir, te dão condições de também você vir a ser um criador.

Tenho um testemunho pessoal disso que ajuda a ilustrar a ideia, e embora já tenha contado isso em outros lugares vou repetir para os leitores da *Epígrafe*. Durante dois anos e meio segui semanalmente o curso do Le Goff e sempre fiquei fascinado por dois aspectos. O primeiro era a clareza do discurso, pode-se dizer a preocupação didática, de bem comunicar, enquanto entre nós muitas vezes se camufla a fraqueza do

conteúdo com um discurso pseudo-científico, cheio de jargões e formulações obscuras. O segundo eram as observações metodológicas, jamais feitas como a enunciação de uma verdade, como um modelo a ser seguido; elas não mereciam nenhum destaque – você precisava estar atento para notá-las – resumiam-se a rápidos comentários entremeados à exposição temática. A intenção dele não era apenas passar um conteúdo, para isso seria possível simplesmente ler os livros e os artigos que ele escrevia. Aqueles pequenos detalhes, aquelas “dicas” sobre o *savoir-faire* do historiador, eram muito ricos. Era como abrir a oficina de trabalho, e enquanto ele produzia conhecimento revelava pequenos segredos do *métier*. Era um mestre que ensinava a pensar. Esse tipo de coisa não é mais frequente. O Pierre Nora – contemporanista que junto com o Le Goff organizou a célebre “Fazer História” [*obra coletiva da década de 1970, composta na tradução brasileira de três volumes História: Novos Problemas, História: Novas Abordagens e História: Novos Objetos*] – afirmou no enterro do Le Goff [Abril de 2014] que o medievalista tinha sido o último dos grandes porque tinha sido o último dos *mâitres à penser*.

Assim, embora ainda exista na França uma massa crítica boa, historiadores de imensa qualidade, faltam aqueles que têm algo a mais, que possuem aquele toque difícil de definir e que diferencia o grande do muito bom. Mesmo assim, é claro que continua sendo uma experiência legal você poder colaborar com uma revista que tem a história dos *Annales*. Possivelmente no contexto de trinta anos atrás, eu não poderia ter publicado nos *Annales*, era um espaço muito elitizado. Em um contexto de maior abertura puderam aceitar a minha colaboração e fiquei contente com isso, a repercussão sempre é grande.

Epígrafe_ O senhor fundou e editou por um considerável período a revista *Signum*, da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). Chama a atenção a inter – ou trans – disciplinaridade presente na publicação, vista em ensaios de historiadores dedicados ao estudo de outros períodos (Laura de Mello e Souza, volume 7, de 2005), de antropólogos (Lília Katri Moritz Schwarz, volume 6, de 2004) e uma entrevista com o multifacetado escritor Ariano Suassuna [1927-2014] (volume 6, de 2004). Como foi o processo de criação da revista? Qual a sua proposta?

Hilário Franco Júnior_ Agradeço a lembrança pelo seguinte: a *Signum* original, dos dez primeiros números, é meio um xodozinho para mim. A iniciativa da criação da ABREM foi mais de colegas das Letras do que minha, eu apenas apoiei, aderi, aplaudi. Mas desde o momento em que propuseram meu nome para Presidente da ABREM – eu sou avesso a coisas burocráticas, talvez herança da GV –, concordei com uma condição, a de a associação lançar uma revista. Acho que o que faz sentido numa associação desse tipo não é somente realizar encontros de tempos em tempos, nos quais há coisas boas e outras nem tão boas, de toda forma coisas passageiras, e sim produzir algo que fique, como uma revista.

Aceita a condição da revista, fui o encarregado do projeto e da direção, pois já tinha a experiência de ter dirigido a Revista de História da USP entre 1994 e 1998. Pensei então o nome, o projeto acadêmico, o perfil dos colaboradores, a composição do conselho editorial. E chamei para meu braço direito a Lênia Márcia Mongelli [*ex-professora de Literatura Portuguesa da Letras-USP*], grande amiga, sem quem a *Signum* não existiria, pois ela cuidava da parte chata e indispensável (cobrar os autores atrasados, devolver originais inadequados, contactar a gráfica, fazer a revisão, cuidar da distribuição) e eu ficava só com o filé mignon [*risos*]. Como eu era o Presidente da ABREM e o pai da revista, eu me dava o direito de pensar somente no plano editorial, em quem convidar, que tipo de texto a gente queria, e ainda assim com a ajuda da Márcia e esporadicamente de um ou outro colega. Graças a essa cumplicidade acho que saiu uma revista interessante. Mas cuidar de revista é uma coisa trabalhosa, como vocês sabem [*risos*]. Depois de dez anos chegou um momento que não dava mais, eu precisava de mais tempo para os projetos pessoais, então saí da revista e os colegas da ABREM decidiram adotar o formato digital e um novo perfil.

Epígrafe_ Hilário, por ora, encerramos a entrevista. Muito obrigado!

Hilário Franco Júnior_ Agradeço o convite, foi muito legal, dar entrevista é uma experiência que eu gosto. Tem um pouco essa coisa de velho, de relato autobiográfico, de contar histórias pessoais, e se exagerei nisso peço desculpa. Mas a intenção foi boa. A autobiografia eu poderia fazer em outros locais, em outros momentos, com outras pessoas, e se fiz aqui foi achando que poderia mostrar a seus leitores uma época

diferente, permitindo assim certas comparações com o presente e, talvez, certas reflexões. Daí ter sido às vezes propositadamente provocador, acho que hoje em certos meios há uma homogeneidade de pensamento que empobrece muito. É preciso sempre pensar também o outro lado e, se nossa conversa estimular um pouco esse exercício, ficarei satisfeito. Essa foi a intenção e agradeço a vocês pela oportunidade.